

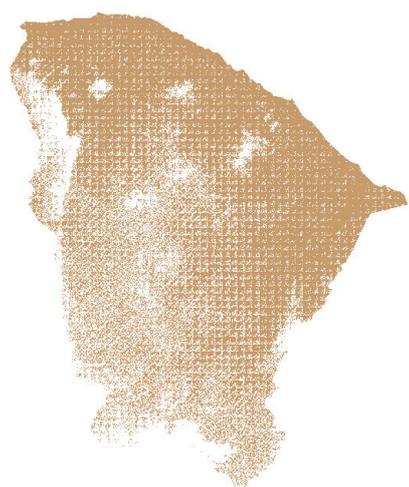
OS

7

CEARÁS

CONHECIME

DEMOCR



PACÍFICO

SAUDA

ACOLHED

OPORTUNID

SUSTENTA



OS

7

CEARÁS

SÍNTESE DO PROCESSO  
DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO  
PARA ELABORAÇÃO  
DO PLANO DE GOVERNO

*GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
2015/2018*

*PROPOSTA PRELIMINAR  
CEARÁ, NOVEMBRO DE 2014*

# **SUMÁRIO**

|   |            |
|---|------------|
| <b>UM PLANO E UM GOVERNO DO DIÁLOGO . . . . .</b>                         | <b>7</b>   |
| 1. INTRODUÇÃO . . . . .   | 8          |
| 2. O PROCESSO DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO . . . . .                     | 10         |
| 3. ELEMENTOS PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO<br>NO ESTADO DO CEARÁ. . . . . | 17         |
| <b>O CEARÁ QUE QUEREMOS . . . . .</b>                                     | <b>34</b>  |
| OS 7 CEARÁS . . . . .   | 35         |
| 1. DESAFIOS DO ESTADO E DA SOCIEDADE . . . . .                            | 35         |
| 2. DESAFIOS DA SUSTENTAÇÃO ECONÔMICA DO DESENVOLVIMENTO . . . . .         | 37         |
| 3. DESAFIOS SETORIAIS . . . . .   | 38         |
| <b>01 CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS . . . . .</b>            | <b>48</b>  |
| INTRODUÇÃO . . . . .  | 49         |
| 1. AVANÇOS . . . . .  | 50         |
| 2. DESAFIOS . . . . .   | 51         |
| 3. DIRETRIZES . . . . .   | 52         |
| 4. PROPOSTAS . . . . .  | 55         |
| <b>02 CEARÁ ACOLHEDOR . . . . .</b>                                       | <b>62</b>  |
| INTRODUÇÃO . . . . .  | 63         |
| 1. ASSISTÊNCIA SOCIAL . . . . .   | 64         |
| 2. POLÍTICA HABITACIONAL . . . . .  | 68         |
| 3. POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS . . . . .               | 73         |
| 4. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL . . . . .                            | 95         |
| <b>03 CEARÁ DE OPORTUNIDADES . . . . .</b>                                | <b>102</b> |
| INTRODUÇÃO . . . . .  | 103        |
| 1. AGRICULTURA FAMILIAR . . . . .   | 105        |
| 2. AGRONEGÓCIO . . . . .  | 112        |
| 3. INDÚSTRIA . . . . .  | 118        |

|  |            |
|--|------------|
| <b>4. INFRAESTRUTURA E COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIP.</b> . . . . . | <b>123</b> |
| <b>5. ECONOMIA MINERAL</b> . . . . .   | <b>129</b> |
| <b>6. COMÉRCIO</b> . . . . .   | <b>132</b> |
| <b>7. TURISMO</b> . . . . .  | <b>136</b> |
| <b>8. ARTESANATO</b> . . . . .   | <b>143</b> |
| <b>9. EMPREENDEDORISMO</b> . . . . .   | <b>147</b> |
| <b>10. TRABALHO E RENDA</b> . . . . .  | <b>151</b> |
| <b>04 CEARÁ SUSTENTÁVEL</b> . . . . .  | <b>158</b> |
| <b>INTRODUÇÃO</b> . . . . .  | <b>159</b> |
| <b>1. RECURSOS HÍDRICOS</b> . . . . .  | <b>160</b> |
| <b>2. MEIO AMBIENTE</b> . . . . .  | <b>170</b> |
| <b>05 CEARÁ DO CONHECIMENTO</b> . . . . .  | <b>178</b> |
| <b>INTRODUÇÃO</b> . . . . .  | <b>179</b> |
| <b>1. EDUCAÇÃO</b> . . . . .   | <b>180</b> |
| <b>2. ENSINO SUPERIOR</b> . . . . .  | <b>195</b> |
| <b>3. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</b> . . . . .                                   | <b>199</b> |
| <b>4. CULTURA</b> . . . . .  | <b>206</b> |
| <b>06 CEARÁ SAUDÁVEL</b> . . . . .   | <b>214</b> |
| <b>INTRODUÇÃO</b> . . . . .  | <b>215</b> |
| <b>1. SAÚDE</b> . . . . .  | <b>216</b> |
| <b>2. ESPORTE</b> . . . . .  | <b>231</b> |
| <b>3. SANEAMENTO</b> . . . . .   | <b>237</b> |
| <b>07 CEARÁ PACÍFICO</b> . . . . .   | <b>244</b> |
| <b>INTRODUÇÃO</b> . . . . .  | <b>245</b> |
| <b>1. SEGURANÇA PÚBLICA</b> . . . . .  | <b>246</b> |
| <b>2. JUSTIÇA E CIDADANIA</b> . . . . .  | <b>258</b> |
| <b>3. POLÍTICA SOBRE DROGAS</b> . . . . .  | <b>264</b> |
| <b>4. DESENVOLVIMENTO URBANO</b> . . . . .   | <b>268</b> |



# **UM PLANO** **E UM GOVERNO** **DO DIÁLOGO**

Em mãos, um documento que considero essencial no entendimento dos desafios que temos pelos próximos quatro anos no Ceará. Durante a campanha, colocamos como prioridade a aproximação e o diálogo com os mais diferentes agentes de transformação do Estado. E quando falo “agente de transformação”, refiro-me a você – cidadão cearense – que está firme nesse passo rumo ao futuro. E também a todos que pensam o Ceará e as formas de se viver cada vez melhor.

Como é rica a experiência do ouvir. E como é estimulante a relação do povo com a esperança. Nesse sentido, entregamos à sociedade cearense o consolidado da proposta-base do Plano de Governo, construída de forma democrática, nos muitos encontros realizados durante a campanha. Destaco o caráter qualitativo de todo o processo de escuta, o que nos torna ainda mais responsáveis por uma Gestão que dialoga com seu povo.

As muitas contribuições recebidas são agora compartilhadas para que possamos, juntos, amadurecer a consolidação de um Plano de Governo vivo, dinâmico, capaz de nortear nossas ações e expectativas sem, contudo, se fechar, na contínua busca pelo equilíbrio diante das condições pautadas pela demanda regional e nacional. Queremos ser um exemplo de governança e contamos com você para o aperfeiçoamento e aprofundamento das questões aqui abordadas. É por isto que convidamos a todos para participarem dos semiários dos 7 CEARÁS, que realizaremos nos dias 2, 3 e 4 de dezembro, exatamente para consolidar e validar as propostas aqui contidas. São instituições fortes, consolidadas e responsivas que constroem ciclos de prosperidade duradouros. Quanto mais estas propostas forem inclusivas e participativas, mais legítimas e justas serão para os cidadãos.

Por fim, agradeço aos coletivos, às associações, às instituições, aos grupos e pessoas que tomaram parte nas discussões para o Ceará seguir avançando. Aproveito para reafirmar o meu compromisso com o desenvolvimento territorial sustentável do campo e da cidade, voltado para criar oportunidades para os cearenses e efetivar todos os direitos de cidadania.

Obrigado!  
Camilo Santana

# **1. INTRODUÇÃO**

Inicialmente, foram as “Diretrizes Gerais Para a Elaboração de um Plano de Governo”, uma exigência da legislação eleitoral e, ao mesmo tempo, um ponto de partida amplo, porém, incompleto para orientar e estimular o pensamento plural da sociedade civil e dos membros das instituições públicas. O Documento das Diretrizes está ancorado - forma e função - em dois pilares: Integração e Intersetorialidade.

Como derivação metodológica e organizacional, foi elaborado um segundo documento: “Construção de um Plano de Governo de uma Gestão Democrática”, cujo objetivo mais importante a ser perseguido era: “Queremos que o Plano de Governo seja um lugar de diálogo, de participação e pactuação em torno do que deve ser priorizado na agenda de governo e de geração de capital social em bases alargadas”.

Esta estratégia se desdobrou em múltiplos canais de diálogo, em práticas discursivas e na explicitação de interesses e visões de mundo divergentes. O “Documento Síntese do Processo de Planejamento Participativo”, que ora apresentamos a todos os cearenses, é a consolidação dos resultados de um esforço de mobilização e participação cívicas. Ele expressa dois compromissos políticos: (a) inclusão no debate público de indivíduos em seus diferentes e diversos níveis de organização, como valor que mede a qualidade da vida democrática numa sociedade; (b) fortalecimento do diálogo, fundado na liberdade de opinião e na responsabilidade pública.

Portanto, um longo caminho, inconcluso ainda, foi percorrido até este momento. Foram muitos encontros, reuniões, plenárias, debates e discussões. Em destaque, nesta Síntese, algumas propostas que já foram apresentadas ao povo cearense - em programas de televisão e rádio e em meios impressos - pela coligação vitoriosa que elegeu Camilo Santana e Izolda Cela. São promessas políticas a serem cumpridas nos próximos quatro anos como compromissos de Governo. A grande maioria, no entanto, reflete as respostas que cidadãos e organizações têm para enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável, em todas as áreas. Não estão prontas e acabadas, menos ainda são verdades absolutas. São sinalizações sobre alguns caminhos para construir uma sociedade livre, democrática, inclusiva, igualitária, segura e justa.

Neste sentido, este documento é uma obra em aberto, que está sendo submetida à exposição pública, à criticidade, ao questionamento, à luz das visões de mundo divergentes. Também significa uma “prestação de contas” com todos aqueles que tomaram parte no processo de planejamento participativo e que se envolveram, direta ou indiretamente, na campanha vitoriosa de Camilo Santana e Izolda Cela. É na interação entre Governo e Sociedade que se constrói a legitimidade do poder político, e onde os valores democráticos penetram fundo nas consciências

individuais. Num governo democrático, de coalizão, esta interação é, sem dúvida, o principal mecanismo para recuperar a dignidade da política, restabelecer a crença nas instituições e enfrentar a expansão do niilismo na vida social.

Para consolidar os trabalhos relacionados à segunda parte, de construção do Plano de Governo, convidamos todos os cearenses para participarem de mais dois momentos de encontro e convivência democráticas.

No primeiro momento, dia 22 de novembro, ocorrerá um debate com especialistas sobre “Planejamento Participativo e Desenvolvimento Sustentável”. Este momento tem por finalidade refletir sobre uma matriz de planejamento participativo baseada no desenvolvimento sustentável.

No segundo momento, extensivo aos dias 02, 03 e 04 de dezembro, ocorrerá o “Seminário de Consolidação e Validação das Propostas para o Plano de Governo”. Estão previstas conferências, oficinas de trabalho e uma plenária final com todos os “Cearás”: Saudável, Acolhedor, de Oportunidades, Pacífico, do Conhecimento, Sustentável e da Gestão Democrática por Resultados.

A terceira parte do método de planejamento participativo tem início com a Mensagem do Governo, em seu primeiro ano, que trará o compromisso com o Plano Plurianual vigente 2012 - 2015 e apontará alguns avanços possíveis - respeitando limitações orçamentárias e financeiras – resultantes do documento final do Seminário. Este documento guiará a elaboração do Plano Plurianual 2016 - 2019.

Ao final do planejamento participativo e ao longo dos quatro anos, o Governo Camilo Santana e Izolda Cela liderará uma força tarefa com a missão de consolidar um Plano Estratégico de longo prazo para o Estado do Ceará. Cearenses, uma excelente leitura e mãos a obra!

## **2. O PROCESSO DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO**

Com o documento “Diretrizes Gerais para a Elaboração de um Plano de Governo”, iniciamos um amplo processo de planejamento participativo. Neste documento constam formulações sobre problemas e demandas em diferentes níveis, articulando fatores como: tempo, espaço, orçamento e gestão, dentre outros.

Foram mobilizados recursos e pessoas, e criadas as condições de acesso ao debate em um ambiente plural, livre, que estimulou a participação dos cidadãos – organizados e desorganizados. A estratégia foi disseminar oportunidades de engajamento cívico em todo o território cearense. Assim, surgiram: *os Grupos Temáticos, as Colônias do Interior, os Encontros Territoriais por Bacias Hidrográficas e Territórios Rurais de Identidade, a Caravana do Plano de Governo, Os Diálogos na Tenda, A Caravana do Desenvolvimento e o Comitê da Cultura, lugares abertos ao diálogo franco, crítico e propositivo. Assim, delineava-se um Plano de Governo que extrapolava os gabinetes e ganhava as ruas. Muitas foram as ocasiões em que cidadãos, espontaneamente, estiveram no Comitê Central para conhecer o Documento das Diretrizes. Tivemos mais de 6000 participantes nas diferentes atividades, numa clara demonstração da vontade das pessoas em participarem do processo político.*

*Os espaços de participação garantiram um debate qualificado, com o engajamento de técnicos, lideranças e sociedade civil, fortalecendo uma cultura democrática e gerando compromissos fundamentais entre os diferentes atores deste diálogo.*

### **2.1. OS GRUPOS TEMÁTICOS**

A campanha de Camilo Santana e Izolda Cela apostou na inclusão como a chave para criar mecanismos de valorização e garantia de participação das pessoas que se envolveram, espontaneamente, em grupos cuja temática era de seu interesse e ou relacionada à sua área específica de atuação.

A convocação à participação foi feita de forma ampliada, onde todo e qualquer cidadão estava convidado a opinar, sugerir, analisar e questionar temáticas setoriais. Os muitos “Cearás” puderam se manifestar das mais diversas maneiras, com a máxima representação da sociedade civil organizada, valendo ainda a busca ativa de agentes reconhecidos por sua capacidade de transformação e referencial na área em questão.

O termômetro de participação aponta para um bom resultado, não apenas quantitativo, com uma média de mil e quinhentas (1.500) pessoas nas mais de cem (100) reuniões. Mas também qualitativo, tendo em vista a capacidade de aprofundamento das temáticas, discutindo e debatendo a partir das Diretrizes Gerais para a Elaboração do Plano de Governo.

Para pensar o desenvolvimento de forma integrada e intersetorial, as temáticas abordadas foram inseridas em 7 (sete) Cearás:

**01 Ceará da Gestão Democrática por Resultado – Planejamento Participativo – Gestão Pública – Economia e Finanças.**

**02 Ceará Acolhedor – Gestão de Pessoas – Assistência Social (SUAS) – Política Habitacional – Políticas de Inclusão – Política sobre Drogas – Direitos Humanos.**

**03 Ceará de Oportunidades – Indústria – Comércio – Empreendedorismo – Turismo – Nova Economia – Trabalho e Renda – Agricultura Familiar – Reforma Agrária – Agronegócio (agricultura irrigada, floricultura, fruticultura, aquicultura e pesca) - Artesanato.**

**04 Ceará Sustentável – Recursos Hídricos – Meio Ambiente – Infraestrutura – Energia.**

**05 Ceará do Conhecimento – Educação – Cultura – Ciência, Tecnologia e Inovação – Educação Superior.**

**06 Ceará Saudável – Saúde – Esporte – Saneamento.**

**07 Ceará Pacífico – Segurança Pública – Política sobre Drogas – Desenvolvimento Urbano – Justiça – Direitos Humanos.**

A divisão partiu da ideia de articular e integrar as políticas públicas no território, com transversalidade no planejamento e na execução destas políticas, com participação cidadã, controle social, sustentabilidade socioambiental, além de uma gestão democrática, ética e eficiente.

Tudo isso partindo da urgência de romper com o pensamento – e, consequentemente, com o planejamento e a ação - fragmentado, separado e unidimensional. Isto implica numa distribuição adequada de equipamentos e serviços públicos considerando as necessidades e as desigualdades territoriais na priorização de ações e projetos.

Os Grupos Temáticos foram o lugar da singularidade e do conflito - do questionamento das especificidades dos setores que conformam o sistema político, econômico e social. Uma vez aprofundada a discussão setorial, os Grupos Temáticos realizavam o debate dentro de cada “Ceará”. Um método que iniciava por contrastes e confrontos setoriais e findava no entendimento de que as melhores respostas são, na verdade, intersetoriais.

## **2.2. COLÔNIAS DO INTERIOR**

Uma das preocupações da campanha de Camilo Santana e Izolda Cela foi escutar os cearenses que, apesar de radicados na capital, estabelecem uma relação histórica, afetiva e/ou prática com o interior do Estado. Isso porque Fortaleza cresceu de um movimento de migração do Interior para a Capital, em busca, muitas vezes, de melhores condições de vida. Com os chamados “filhos da terra”, realizamos dezenas de encontros para discutir a situação dos municípios. Foram momentos especiais de convivência, reencontros e reflexão sobre os desafios do desenvolvimento local e regional. Entre outros, houve reuniões com os “herdeiros” da história viva de Juazeiro do Norte, Granjeiro, Mombaça, Quixeramobim, Aracati, Santana do Acaraú, Mauriti, Coreaú, Saboeiro, Santana do Acaraú, Itatira, Paramoti, Barbalha e Crato.

Percebemos que, apesar do cenário de oportunidades ter melhorado ao longo dos últimos 12 anos e, puxado pela política nacional, o Ceará ter avançado no que diz respeito à distribuição territorial de oportunidades, ainda há muito a fazer.

Hoje, temos uma nova visão sobre a condição de nascimento dos cearenses. Apesar de melhorias, como um maior acesso ao conhecimento de nível superior e técnico e acesso à saúde pública de qualidade, dentro da complexidade exigida, compete ao poder público o planejamento robusto para a ampliação dos direitos, tendo em vista que a desigualdade entre os municípios ainda é latente.

Os encontros trouxeram à tona tanto temas universais, como água e energia, quanto problemáticas específicas, segundo a realidade socioeconômica de cada município. Entendemos que é preciso continuar avançando no fortalecimento de polos de desenvolvimento, descentralizando as garantias de direito à saúde, educação, saneamento básico, moradia e melhor distribuição do capital, da renda e do trabalho no Estado do Ceará.

## **2.3. CARAVANA DO PLANO DE GOVERNO**

Já foi dito que a campanha de Camilo Santana e Izolda Cela investiu em um processo de participação que construiu uma matriz integrada de desenvolvimento sustentável.

Diante da necessidade atual de afirmação e respeito dos direitos humanos, com enfoque na atenção e valorização das diferenças culturais e territoriais, e considerando questões relativas à sustentabilidade social, ambiental, cultural e econômica, definiu-se, como estratégica, a distribuição de políticas públicas a partir das “Bacias Hidrográficas e dos “Territórios Rurais de Identidade”.

Vários países fizeram esta opção em razão da água ser, ao mesmo tempo, o principal insumo para a fixação do ser humano no território e para o desenvolvimento econômico. No caso do Ceará, a relevância da água para o processo de planejamento é imensa, considerando que temos 86% do território no semiárido.

Do mesmo modo, os “Territórios Rurais de Identidade” se constituem numa experiência de participação social e construção de políticas públicas inovadoras e transformadoras.

A discussão sobre as Diretrizes do Plano de Governo teve como eixo norteador as Bacias Hidrográficas do Ceará e os Territórios Rurais de Identidade. Esta forma inovadora de estruturar a construção de um Plano de Governo participativo e democrático encontra um terreno fértil, em razão de uma tradição já consolidada de organização de populações e planejamento de recursos hídricos assentado no caminho das águas e no fortalecimento da identidade rural.

Vale salientar que esta metodologia se configurou, fundamentalmente, como uma forma de escuta, uma abordagem das questões presentes no Ceará a partir de um debate já inaugurado nas Bacias Hidrográficas e nos Territórios Rurais de Identidade. Ao mesmo tempo, esse fator de pertencimento, que unifica comunidades e agentes econômicos, e de desenvolvimento, reconhece a importância de incluir no Plano de Governo, de forma estruturante, as grandes questões que permeiam o cotidiano destas populações. O objetivo foi incluir e ouvir - pela via da participação democrática - a população de todo o Estado do Ceará. Acreditamos que esta é a melhor forma de reconquistar a confiança dos cidadãos nas instituições públicas: gerar um compromisso com o desenvolvimento regional e sustentável e enraizar os valores democráticos na cultura política. A Caravana do Plano de Governo percorreu, de ponta a ponta, a diversidade territorial e cultural para encontrar e prescrutar aqueles que devem ser os legítimos construtores e beneficiários do desenvolvimento: os cidadãos cearenses, sobretudo os mais sofridos e vulneráveis. O *leitmotiv* desta aventura democrática é a busca por um programa de convivência com o semiárido capaz, de gerar bem-estar, prosperidade e felicidade.

## **2.4. OS DIÁLOGOS NA TENDA**

Um dos pontos altos da participação popular na campanha de Camilo Santana e Izolda Cela se deu nos Diálogos na Tenda, realizados no Comitê Central. Os encontros tiveram como referência a aproximação física, o debate aberto e a entrega de reivindicações ao candidato pelos grupos de pressão relevantes ao desenvolvimento do Estado.

Entre os diálogos realizados, citamos aqueles com os seguintes segmentos: Direitos Humanos, Assistência Social, Política sobre Drogas, Movimentos Sociais, Saúde, Esporte, Educação, Juventude, Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Cultura.

Os Diálogos na Tenda foram, além de uma abordagem com foco no planejamento, momentos de motivação em relação aos rumos do Ceará nos próximos quatro anos. Os Diálogos aproximaram agentes de diferentes áreas e dividiram as responsabilidades, pelo acolhimento de políticas públicas capazes de intervir no desenvolvimento do Ceará.

## **2.5. A CARAVANA DO DESENVOLVIMENTO**

A Caravana do Desenvolvimento foi um diferencial no que diz respeito ao estreitamento do diálogo com os cearenses vinculados à dimensão econômica. Liderada por Nicole Barbosa, surgiu como resultado do apoio dos jovens empresários à Campanha de Camilo Santana e Izolda Cela. A Caravana visitou, estrategicamente, oito municípios, de acordo com critérios regionais. Chegou a jovens empresários e lideranças municipais, estimulando o compartilhamento de ideias e sugestões para que o Ceará avance focado no respeito às vocações econômicas dos municípios, reduzindo os desequilíbrios econômicos regionais.

As propostas ouvidas durante a Caravana reforçam o compromisso com uma gestão democrática por resultados, que prima pela eficiência técnica-administrativa e pela via democrática na solução dos problemas econômicos. As sugestões dos oito municípios servem como ponto de partida para as demandas regionais, podendo ser ampliadas de acordo com os objetivos estratégicos do desenvolvimento do Estado.

## **2.6. COMITÊ DA CULTURA**

A criação de um Comitê da Cultura foi uma ação inédita no Brasil e estabeleceu um novo marco nas campanhas eleitorais majoritárias no Ceará. Com sede na Praia de Iracema, local historicamente identificado com a Cultura em Fortaleza, o Comitê agregou as mais diversas representações da Cultura cearense e lançou uma ampla discussão sobre as políticas culturais desenvolvidas pelo Estado.

Mais de duas mil pessoas participaram de palestras, encontros propositivos e ações de rua. Em três meses de funcionamento, o Comitê realizou 30 Diálogos da Cultura, plenárias setoriais que tinham como objetivo: atualizar as demandas da cadeia produtiva do setor criativo, dos arranjos produtivos locais, avaliar as ações do Governo e discutir novas propostas.

Além destes debates, o Comitê promoveu ações que aproximaram os candidatos Camilo e Izolda de produtores, gestores, realizadores, artistas, apreciadores e entusiastas da Cultura.

**Palestra Temática** – “A Cultura na Centralidade do Desenvolvimento do Brasil”, ministrada pelo ex-ministro da Cultura Juca Ferreira.

**Virada Cultural, 13 horas de Cultura!** Encontro envolvendo artistas apoiadores da candidatura de Camilo Santana e Izolda Cela.

**Avisa lá que eu vou!** – Visita às instituições não governamentais, seguida de caminhada pelos bairros de Fortaleza. A equipe de articuladores do Comitê da Cultura visitou projetos sociais que trabalham na interseção da Arte, Cultura e Esporte nos bairros Conjunto Palmeiras, Lagamar, Pirambu e Barra do Ceará.

**Vou de Bike!** – Ações na Ciclofaixa de Lazer para promoção da Cultura Ciclística em Fortaleza.

**13 em todo canto** – Caravana da Cultura que levou as propostas de Camilo Santana para 10 Bairros de Fortaleza e Região Metropolitana.

**Grande Ato da Cultura** – Comício com lideranças artísticas nacionais e locais em apoio à candidatura de Camilo Santana e Izolda Cela.

**Diálogos Culturais no Interior** – encontros com artistas, grupos e atores estratégicos do campo cultural que ocorreram nas cidades de Sobral, Juazeiro do Norte, Crato, Jaguaribe, Barbalha, Pacajus e Icó.

**Diálogos da Cultura** – Encontros com representantes de diversos segmentos da Cultura para avaliação e proposição de políticas e ações para o Governo de Camilo Santana e Izolda Cela.

1. **Convocatória Geral da Cultura: Por que a Cultura deve ser um vetor estruturante de Governo?**
2. **Políticas Culturais para o Circo**
3. **Encontro Juventude, Educação e Cultura**
4. **Gestão Cultural em Fortaleza**
5. **Gestão Cultural no Interior**
6. **Encontro Infância e Cultura**
7. **Encontro Cultura LGBT**
8. **Encontro da Dança**
9. **Encontro da Música**
10. **Encontro Fotografia e Artes Visuais**
11. **Encontro Economia Criativa**
12. **Encontro em Barbalha**
13. **Encontro em Itapajé**
14. **Encontro em Sobral**
15. **Encontro em Quixadá**
16. **Encontro em Cascavel**
17. **Encontro em Aracati**
18. **Encontro de Produtores e Empresários Culturais**
19. **Encontro Hip Hop e Cultura de Rua**
20. **Livro Leitura e Literatura**
21. **Encontro do Audiovisual**
22. **Encontro da Cultura e Tradições Populares**
23. **Encontro Biccross e Mobilidade Urbana**
24. **Encontro Ceará Games**
25. **Encontro com Movimento Negro (Ginga Afro)**
26. **Encontro Comunicação Pública**
27. **Plenária do Segundo Turno**
28. **Encontro com Lideranças Comunitárias**
29. **Encontro da Cultura Reggaeira**
30. **Encontro da Arquitetura e Urbanismo**

O Comitê da Cultura foi uma experiência democrática que reorientou o discurso sobre o papel da cultura – em sentido *lato e stricto sensu* – no desenvolvimento sustentável, tornando-a, por um lado, central e indispensável e, por outro, um instrumento de reencantamento da política.

# **3. ELEMENTOS PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DO CEARÁ**

## **3.1. DEMOGRAFIA E TERRITORIALIDADE**

Demografia e Territorialidade são temas básicos que trazemos a reflexão, no sentido de repensar o desenvolvimento do Ceará. O primeiro tema é abordado por meio de uma seleção de trechos da excelente publicação do IPECE “Desenvolvimento Econômico do Ceará: Evidências Recentes”, lançado em 2014. Vinculamos a esta primeira abordagem o tema da territorialidade, que vem sendo base para diversas políticas públicas de desenvolvimento e, por isso, também orientou, em articulação com o conceito de bacia hidrográfica, o trabalho da Caravana do Plano de Governo.

### ***Demografia***

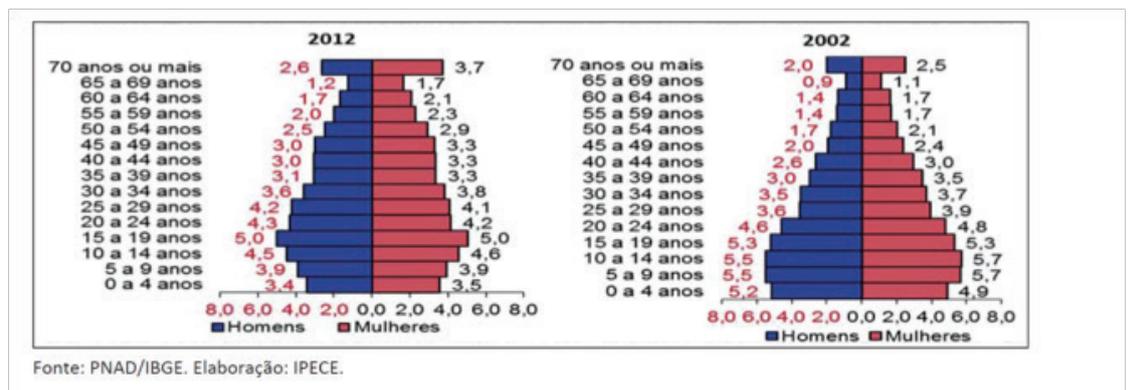
Segundo o IPECE (2014), a questão demográfica é um dos aspectos fundamentais para a compreensão da atual estrutura socioeconômica estadual, uma vez que os processos migratórios são condicionados pela dinâmica da renda, a qual vai moldando o território em áreas de atração e expulsão da população, posicionando-as em termos de hierarquia e funcionalidade.

Pode-se conjecturar que o padrão de mobilidade espacial da população cearense tem sido afetado pelo modelo de desenvolvimento econômico historicamente adotado no Estado, assentado, principalmente, na industrialização incentivada com urbanização, levando a processos de exclusão territorial que terminaram por estimular a criação de subespaços privilegiados de crescimento econômico, propícios à absorção do contingente de migrantes no mercado de trabalho, notadamente na Região Metropolitana de Fortaleza.

## Dinâmica demográfica recente no Ceará

Um resultado interessante da dinâmica demográfica recente no Estado pode ser observado no Gráfico 01, que mostra a distribuição populacional nas diversas faixas etárias, configurando as pirâmides etárias para o Ceará nos anos 2012 e 2002.

Gráfico 01: Pirâmides etárias – Ceará – 2012 e 2002.



Comparando as pirâmides etárias dos anos de 2002 e 2012, observa-se um gradual processo de estreitamento da base da pirâmide, produto da queda da taxa de fecundidade, contribuindo, desta forma para a diminuição da proporção de crianças e jovens na população. Já a redução da taxa de mortalidade tem como consequência a elevação da expectativa de vida, provocando o alargamento do topo da pirâmide em decorrência de um significativo aumento da participação da população de 65 anos ou mais.

Especificamente, percebe-se uma tendência de incremento da participação das faixas com 20 anos ou mais, com destaque para o grupo de pessoas com idade superior a 60 anos, configurando um processo de envelhecimento da população brasileira, e cearense, o qual vem ocorrendo também em outros países em desenvolvimento.

Esses dois fenômenos, redução da proporção de jovens e o envelhecimento da população, que atingem não apenas a população cearense, mas também todo o país, deverão ensejar mudanças significativas nas políticas públicas, especialmente as voltadas para as áreas de Educação e Saúde.

## Territorialidade e os Territórios Cearenses

É corrente o entendimento do território como a dimensão política do espaço – quando este é referido, reconhecido e identificado – enquanto unidade da gestão política que o distingue e lhe atribui existência, de certa forma ins-

titucionalizada, mas nem sempre formalizada. Esta institucionalidade pode expressar a bacia de um rio, a união de organizações territoriais, um espaço com nítidas características étnicas ou um espaço definido por redes econômicas bem caracterizadas.

Neste documento, adotamos o conceito de território que embasa a estratégia de desenvolvimento territorial implementada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) e consolidada nas duas Conferências Nacionais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS).

Para esta política federal, território é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente, por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (Ministério da Agricultura).

Partindo deste conceito, os territórios cearenses vêm sendo constituídos, desde 2003, a partir de iniciativas do Governo Federal. O governador eleito, Camilo Santana, quando Secretário de Desenvolvimento Agrário, assinou o “Pacto pela Territorialização do Ceará”. Hoje, nosso Estado é destaque na implantação da estratégia de desenvolvimento territorial.

### ***Perfil demográfico dos territórios Cearenses***

Procurou-se comparar os dados do Censo de 2000 e 2010, conforme se pode observar na Tabela 01, que trata da evolução populacional nos Territórios de Identidade.

Inicialmente, vale destacar a redução da variação anual para o conjunto da população do Estado, que passou dos 1,72%, nas duas décadas anteriores (1980-2000), para 1,30% do período 2000-2010. Outro dado relevante é a forte redução da variação anual do crescimento populacional, observada na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Esta redução saiu do patamar de 3,23% para 1,70%, embora a RMF ainda continue sendo o território de crescimento mais acentuado no Estado, ressaltando-se ainda que, em Fortaleza, a taxa de crescimento, em 2010, foi reduzida para 1,36%.

Nesta última década, além da RME, encontram-se acima da média estadual de 1,30% os territórios do Vale do Curu/Aracatiáçu (1,64%), Litoral Leste (1,45%), Sobral (1,36%) e Serra da Ibiapaba (1,32%).

Tabela 01 - Evolução populacional nos Territórios de Identidade 2000 - 2010

| Ceará – Territórios de Identidade e Fortaleza | População em 2000 | População em 2010 | Área (km <sup>2</sup> ) | Densidade em 2010 (hab/km <sup>2</sup> ) | Taxa de crescimento 2010/2000 |
|---|-------------------|-------------------|-------------------------|--|-------------------------------|
| <b>Ceará</b>                                  | 7.430.661         | 8.452.381         | 148.920,47              | 56,76                                    | 1,30                          |
| <b>Cariri</b>                                 | 839.828           | 930.928           | 16442,32                | 56,62                                    | 1,04                          |
| <b>Serra da Ibiapaba</b>                      | 258.973           | 295.210           | 5.067,99                | 58,25                                    | 1,32                          |
| <b>Litoral Leste</b>                          | 332.031           | 383.470           | 7.812,44                | 49,08                                    | 1,45                          |
| <b>Litoral Extremo Oeste</b>                  | 297.646           | 336.304           | 8.649,37                | 38,88                                    | 1,23                          |
| <b>Vales do Curu e Aracatiáçu</b>             | 454.391           | 534.563           | 11.523,94               | 46,39                                    | 1,64                          |
| <b>Maciço de Baturité</b>                     | 193.293           | 210.950           | 3.461,45                | 60,94                                    | 0,88                          |
| <b>Vale do Jaguaribe</b>                      | 242836            | 248922            | 12.665,49               | 19,65                                    | 0,25                          |
| <b>Região Metropolitana / José de Alencar</b> | 3.016.664         | 3.569.198         | 5.199,18                | 686,49                                   | 1,70                          |
| <b>Fortaleza</b>                              | 2.141.402         | 2.452.185         | 314,93                  | 7.786,44                                 | 1,36                          |
| <b>Sertão Central</b>                         | 339.687           | 373.278           | 16.014,77               | 23,31                                    | 0,95                          |
| <b>Centro Sul Vale do Salgado</b>             | 378.269           | 400.023           | 12.265,76               | 32,61                                    | 0,56                          |
| <b>Sertões de Inhamuns / Crateús</b>          | 506.818           | 524.007           | 29.039,13               | 18,04                                    | 0,33                          |
| <b>Sertões de Canindé</b>                     | 176.886           | 195.281           | 9.202,52                | 21,22                                    | 0,99                          |
| <b>Sobral</b>                                 | 393.339           | 450.247           | 8.284,97                | 54,35                                    | 1,36                          |

Os territórios do Litoral Extremo Oeste (1,23%), do Cariri (1,04%), Sertões de Canindé (0,99%), Sertão Central (0,95%), Maciço de Baturité (0,88%), Centro Sul / Vale do Salgado (0,56%), Sertão dos Inhamuns Crateús (0,33%) e Vale do Jaguaribe (0,25%) ficaram abaixo da taxa de crescimento médio populacional do Ceará.

Conclui-se que, em nenhum território, ocorreu redução absoluta da população, mas verifica-se que toda faixa litorânea e a Zona Norte vêm tendo maior crescimento populacional, ou seja, acima da média estadual. O Cariri, o Maciço de Baturité e alguns territórios sertanejos vêm crescendo pouco abaixo da média. Os demais territórios da área do sertão crescem menos em relação aos demais territórios.

### ***Dinâmica demográfica dos Territórios***

Considerando o perfil traçado anteriormente e a importância do tema para a definição das estratégias do Plano de Governo, procuramos avançar nesta linha de análise desdobrando o estudo até o nível dos municípios.

Para traçar o perfil demográfico dos municípios, cabe inicialmente trazer o debate sobre os critérios definidores das noções de urbano e rural, tais como são utilizadas até hoje pelo IBGE. O questionamento sobre a definição de rural e urbano se faz inicialmente sobre o anacronismo da legislação em vigor no Brasil: o Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938. Este decreto determina uma regra peculiar e única no mundo, a que considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características (VEIGA, 2002).

Estudos populacionais realizados sob esta ótica crítica procuram combinar o tamanho populacional do município com duas regras complementares: sua densidade demográfica e sua localização. O mesmo enfoque foi utilizado na organização das duas CNDRSS (Conferências Nacionais de Desenvolvimento Nacionais de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário), realizadas em 2008 e 2013.

Para o presente estudo, consideramos municípios de pequeno porte aqueles que têm menos de 50 mil habitantes, e de grande porte aqueles acima deste patamar. Quanto ao critério de densidade, consideramos de baixa densidade os municípios com menos de 80 hab/km<sup>2</sup> e alta densidade os acima deste valor. Combinando estes critérios, temos 04(quatro) categorias ou tipos de municípios: Grande Porte e Alta Densidade (GP-AD), Grande Porte e Baixa Densidade (GP-BD), Pequeno Porte e Alta Densidade (PP-AD) e Pequeno Porte e Baixa Densidade (PP-BD). A partir desta categorização, analisamos a dinâmica populacional de cada um por meio da taxa de crescimento anual calculada pelo IBGE, identificando os que apresentaram crescimento acima da taxa média estadual (1,30%) e os que cresceram abaixo deste patamar.

Por fim, identificamos os municípios que apresentaram taxa negativa, indicando decréscimo populacional real. O resultado numérico deste estudo encontra-se na Tabela 02. Na tabela seguinte, estão relacionados todos os municípios cearenses, agrupados por território, segundo a sua dinâmica populacional no período 2000 – 2010.

Tabela 02 – Nº de Municípios segundo categoria quanto ao porte e densidade populacional e dinâmica populacional 2000 – 2010 – Ceará e Territórios.

| Estado e Territórios de Identidade            | Categoria do Município        |                          |                |                                |                          |                |                         |                                |                          |                |                                 |       |                          |    |                         | Total Geral |
|---|-------------------------------|--------------------------|----------------|--------------------------------|--------------------------|----------------|-------------------------|--------------------------------|--------------------------|----------------|---------------------------------|-------|--------------------------|----|-------------------------|-------------|
|   | Grande Porte e Alta Densidade |                          |                | Grande Porte e Baixa Densidade |                          |                |                         | Pequeno Porte e Alta Densidade |                          |                | Pequeno Porte e Baixa Densidade |       |                          |    |                         |             |
|   | > 50 hab. > 80 Hab/km²        |                          |                | > 50 hab. < 80 Hab/km²         |                          |                |                         | < 50 hab. > 80 Hab/km²         |                          |                | < 50 hab. < 80 Hab/km²          |       |                          |    |                         |             |
|   | Total                         | Crescimento Populacional |                | Total                          | Crescimento Populacional |                | Decréscimo Populacional | Total                          | Crescimento Populacional |                | Decréscimo Populacional         | Total | Crescimento Populacional |    | Decréscimo Populacional |             |
| Acima da média                                |                               | Abaixo da média          | Acima da média |                                | Abaixo da média          | Acima da média |                         |                                | Abaixo da média          | Acima da média |                                 |       | Abaixo da média          |    |                         |             |
| <b>Ceará</b>                                  | 13                            | 12                       | 1              | 20                             | 9                        | 10             | 1                       | 21                             | 14                       | 6              | 1                               | 130   | 35                       | 76 | 19                      | <b>184</b>  |
| <b>Cariri</b>                                 | 3                             | 3                        | -              | -                              | -                        | -              | -                       | 1                              | 1                        | -              | -                               | 24    | 4                        | 15 | 5                       | <b>28</b>   |
| <b>Serra da Ibiapaba</b>                      | -                             | -                        | -              | 2                              | 2                        | -              | -                       | 1                              | -                        | 1              | -                               | 5     | 1                        | 4  | -                       | <b>8</b>    |
| <b>Litoral Leste</b>                          | -                             | -                        | -              | 4                              | 2                        | 2              | -                       | -                              | -                        | -              | -                               | 5     | 3                        | 2  | -                       | <b>9</b>    |
| <b>Litoral Extremo Oeste</b>                  | -                             | -                        | -              | 3                              | 1                        | 2              | -                       | 1                              | 1                        | -              | -                               | 8     | 3                        | 5  | -                       | <b>12</b>   |
| <b>Vales do Curu e Aracatiáçu</b>             | -                             | -                        | -              | 2                              | 2                        | -              | -                       | 5                              | 4                        | 1              | -                               | 11    | 6                        | 5  | -                       | <b>18</b>   |
| <b>Maciço de Baturité</b>                     | -                             | -                        | -              | -                              | -                        | -              | -                       | 7                              | 3                        | 3              | 1                               | 5     | 1                        | 3  | 1                       | <b>12</b>   |
| <b>Vale do Jaguaribe</b>                      | -                             | -                        | -              | 1                              | -                        | -              | 1                       | -                              | -                        | -              | -                               | 12    | 2                        | 7  | 3                       | <b>13</b>   |
| <b>Região Metropolitana / José de Alencar</b> | 8                             | 8                        | -              | -                              | -                        | -              | -                       | 4                              | 4                        | -              | -                               | 3     | 2                        | 1  | -                       | <b>15</b>   |
| <b>Sertão Central</b>                         | -                             | -                        | -              | 2                              | 2                        | -              | -                       | -                              | -                        | -              | -                               | 11    | 2                        | 8  | 1                       | <b>13</b>   |
| <b>Centro Sul Vale do Salgado</b>             | 1                             | -                        | 1              | 2                              | -                        | 2              | -                       | -                              | -                        | -              | -                               | 10    | 1                        | 5  | 4                       | <b>13</b>   |
| <b>Sertões de Inhamuns / Crateús</b>          | -                             | -                        | -              | 2                              | -                        | 2              | -                       | -                              | -                        | -              | -                               | 18    | 1                        | 14 | 3                       | <b>20</b>   |
| <b>Sertões de Canindé</b>                     | -                             | -                        | -              | 2                              | -                        | 2              | -                       | -                              | -                        | -              | -                               | 4     | 3                        | 1  | -                       | <b>6</b>    |
| <b>Sobral</b>                                 | 1                             | 1                        | -              | -                              | -                        | -              | -                       | 2                              | 1                        | 1              | -                               | 14    | 6                        | 6  | 2                       | <b>17</b>   |

## **3.2. O SEMIÁRIDO E O BIOMA CAATINGA**

Vários são os critérios que poderiam caracterizar a região semiárida em termos eminentemente científicos. No entanto, a noção pragmática de semiárido tem sido a de região onde incidem as secas prolongadas. A ideia de seca, por sua vez, vai desde a falta de precipitação, deficiência de umidade no solo agrícola, quebra de produção agropecuária até impactos sociais e econômicos negativos, tais como o empobrecimento e a dependência dos agricultores de base familiar e o consequente êxodo rural que atinge, principalmente, a juventude.

O Semiárido é definido como representação social, construída, reproduzida e reconstruída ao longo dos anos. Essa construção, durante muitos anos, foi ditada por aqueles que queriam explorar economicamente as terras e demais recursos naturais e, ao mesmo tempo, carimbá-los com o logotipo do “Semiárido Brasileiro” o que consideravam atrasado, desvalorizado e sem solução, para se beneficiar com o “esquecimento” e continuar com os planos de exploração irracional dos recursos naturais e dos seres humanos moradores desses territórios.

Isso gerou uma crise dos agroecossistemas tradicionais devido a uma significativa incompatibilidade entre a intensidade de exploração dos recursos naturais e a capacidade de reprodução do meio ambiente. A artificialização e padronização exagerada destes agroecossistemas causaram graves danos ao nosso meio ambiente: poluições das águas e dos solos, ocasionadas pela utilização descontrolada de agrotóxicos e pelo destino final inadequado dos esgotos urbanos; redução da biodiversidade do bioma Caatinga, decorrente do processo de desmatamento, queimadas e desertificação. Estamos pagando muito caro por estas agressões ao meio ambiente: intoxicações químicas, ressurgimento de certos tipos de câncer, custos financeiros com medidas de despoluição, etc.

Em um Semiárido com inúmeras desigualdades, são também múltiplas as alternativas e estratégias possíveis para a garantia do acesso aos recursos naturais e bens básicos por suas populações, muitas construídas por elas próprias. Na luta diária pela sobrevivência, mulheres e homens, portadores de um vasto saber adquirido pela observação da natureza ao longo dos tempos, aprenderam a conviver com o meio ambiente olhando os ciclos das chuvas, o comportamento das plantas, dos animais e as características do clima e do solo. Associado a isso, e sendo elemento de sua reprodução, as populações se desenvolveram culturalmente, sendo os saberes os fundamentos de suas estratégias de resistência em momentos de crise, como a que ocorre na presente quadra de seca, que se expressam em múltiplas e ricas territorialidades dos Povos do Campo.

O conceito de Semiárido deve, então, ser entendido como um espaço social complexo, portador de três atributos interligados, complementares e indissociáveis: (1) é espaço de produção e de atividades econômicas diversificadas e interseoriais; (2) é espaço de vida, de organização social e de produção cultural para

as pessoas; e (3) é espaço de relação com a natureza, o que, ao mesmo tempo, estrutura as características assumidas pelos dois atributos anteriores e determina as condições e as possibilidades de sustentabilidade ambiental e de preservação dos recursos naturais existentes.

Inovações em tecnologias sociais, técnicas e estratégias de convivência com o Semiárido devem ser qualificadas e universalizadas para se tornarem um instrumento efetivo de melhoria da renda e da qualidade de vida de milhões de pessoas que atualmente sofrem com os desafios da seca. Somente com o fortalecimento de políticas públicas de convivência com o Semiárido, o Estado do Ceará conseguirá adaptar-se e utilizar-se dos consideráveis potenciais do Bioma Caatinga e da sua ampla e única biodiversidade funcional, seja ela forrageira, medicinal ou ainda madeireira.

Além das inúmeras justificativas para a conservação da Caatinga, baseadas na preservação da diversidade genética e na importância para outros recursos naturais como solo, água e fauna, o valor extrativista deste ecossistema é particularmente crucial. Portanto, a preocupação com a conservação e preservação dos recursos naturais será condição indispensável para o uso regular da terra.

### **3.3. A ECONOMIA CEARENSE: OS GRANDES DESAFIOS**

Para acelerar o processo de desenvolvimento do Estado, a economia cearense deve enfrentar grandes desafios. Eles são inerentes à própria formação histórica do Ceará e, por isso mesmo, só serão vencidos por vários e, sobretudo, bons governos. De qualquer modo, já são visíveis resultados bastante promissores, que darão suporte a novos e consistentes avanços.

#### ***Tamanho***

De início, a economia precisa continuar, a um só tempo, crescendo, aumentando e diversificando a sua capacidade produtiva. Esse é o primeiro grande desafio que precisa ser vencido para que o Estado possa atender, desde às demandas sociais mais básicas e prementes, como educação, saúde e habitação, até às indispensáveis infraestruturas e demais condições que propiciam o investimento.

De acordo com a série histórica elaborada pelo IPECE, que abrange o período 1939-2013, a economia cearense raras vezes rompeu os 2% de participação relativa do PIB do Estado no PIB nacional. Quando o fez, concentrou-se em dois períodos: a) 1962-1968, que coincide com o dos investimentos do I PLAMEG, em conjugação com a política de incentivos fiscais da SUDENE; b) 2009-2013, que compreende o governo Cid Gomes.

De todo modo, a economia cearense, com cerca de 2% do PIB brasileiro<sup>1</sup>, é ainda pequena (13º PIB do país) diante, por exemplo, dos 32,6% da economia paulista.

Mas, certamente, possui muitas potencialidades pouco aproveitadas, além do que, os investimentos de grande monta em infraestrutura em áreas como a de recursos hídricos, energia, transportes e logística, turismo e cultura (muitos em andamento) são recentes, de modo que o seu impacto sobre a economia se fará sentir somente ao longo dos próximos anos.

### ***Distribuição funcional e pessoal da renda***

O Ceará é o 13º PIB do país, mas, em termos *per capita*, apenas o 23º. E mais: o rendimento e o grau de formalização do trabalho estão entre os mais baixos entre os estados brasileiros. Com isso, é impossível haver desenvolvimento.

Diante desse quadro, fazer crescer e, mais que isso, expandir e diversificar a economia é tarefa árdua e difícil para qualquer governo. Para que isso aconteça, neste mundo de acirrada competição econômica, é imprescindível o incremento da produtividade e, por consequência, da qualificação profissional.

Nesse sentido, é reconhecida a contribuição do chamado Sistema “S”. Do mesmo modo, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que, nos últimos anos, espalhou-se por todas as regiões do Estado. No âmbito estadual, existem o Instituto Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC, as Escolas Estaduais de Educação Profissional e o Centro de Treinamento Técnico do Ceará – CTTC.

Como se vê, há uma densa rede que deve ser acionada (combinada com a de ensino formal) para atacar esta que é o principal óbice ao desenvolvimento do Estado: a formação profissional.

### ***Distribuição espacial***

Não devemos esquecer que esse aumento e diversificação da capacidade produtiva têm de ser mais bem distribuídos sobre o território. Há uma fortíssima e persistente concentração do produto e da renda na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, fenômeno conhecido como macrocefalia de Fortaleza.

Apesar dos investimentos públicos e da orientação da política de incentivos fiscais voltados para a interiorização, a Região Metropolitana de Fortaleza – RMF detém 66%, ou seja, 2/3 do PIB estadual. Considerando que o Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, o principal projeto estruturante do Estado, está situado na RMF, há inevitável tendência a concentrar mais ainda.

---

1 As informações sobre PIB são relativas a 2011, últimos dados divulgados oficialmente pelo IBGE.

Que fazer? O planejamento regional (outra prática recente; até então, havia a eterna promessa de “interiorização do desenvolvimento”) deve ser não apenas institucionalizado, mas, isto sim, realizado. De que maneira? Cada região terá um plano, que deve alicerçar-se na principal potencialidade local, e será harmonizado com o plano para o Estado como um todo. Projetos como a Transnordestina e Integração do São Francisco/Cinturão das Águas, por exemplo, como atravessam as regiões, poderão contribuir muito para esse intento.

### **Composição setorial**

Em termos setoriais, a agropecuária (4,7% do PIB), pela natureza da atividade, é o setor mais vulnerável à variabilidade climática que caracteriza o Semiárido. Isso se dá em razão, principalmente, de, até hoje, não se haver encontrado a forma adequada de convivência da atividade produtiva com o meio ambiente. Mas, atualmente, com o respaldo da pesquisa, abriram-se novas possibilidades para o setor, em áreas como: agricultura irrigada, com a exploração da fruticultura e outras culturas de alto valor agregado; piscicultura; avicultura; caprinovinocultura; apicultura; turismo rural, entre outras.

O Pacto pela Convivência com o Semiárido (“Bases para uma política de convivência com o semiárido cearense”), trabalho metódico, que foi conduzido pelo Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa do Ceará, aponta caminhos para o desenvolvimento dessa área, que envolve 150 municípios do Estado.

A indústria cearense (22,2% do PIB), em especial a de transformação, que significa menos da metade (10,4% do PIB), forma um parque de média dimensão, composto, em maior medida, por ramos tradicionais, como calçados, têxteis, alimentos e bebidas. No entanto, com o CIPP e a Zona de Processamento de Exportação - ZPE, já se acha em curso, a partir da siderurgia (polo metal-mecânico) e do petróleo e gás (polo petroquímico), um processo de ampliação e diversificação.

Sobre o setor de serviços (73,1% do PIB; somente o Governo soma 22,2%); o Comércio<sup>2</sup>, que representa 13,5% do PIB, e o Turismo, cuja matriz de insumo produto revela forte potencial criador de emprego e renda, constituem atividades, particularmente, a segunda, haja vista o formidável equipamento, que é o Centro de Eventos), que têm merecido bem estruturado apoio governamental. Mas há também oportunidades para o investimento privado em segmentos como Educação e Saúde.

A cultura e a economia criativa são outros nichos muito importantes em que o Ceará detém riqueza latente ainda pouco utilizada.

Sobre o comércio exterior, tendo em vista a posição geográfica privilegiada do Estado, trata-se de uma das grandes oportunidades que se oferecem e que será mais bem aproveitada com a expansão/diversificação econômica em andamento.

<sup>2</sup> Vale lembrar que a região de influência de Fortaleza é a 3ª do país, o que revela apreciável potencial econômico a ser explorado.

Já o comércio entre os estados (posição geográfica do Ceará, no Nordeste, é também privilegiada), convém ser melhor explorado, visto que o intercâmbio maior se dá, certamente, com os estados circunvizinhos.

### **Fontes de expansão e diversificação**

A principal fonte de expansão e diversificação da economia reside nos investimentos que ingressam no Estado graças à política de atração baseada nos incentivos do ICMS e à reserva de mão de obra barata e, por isso mesmo, de pouca qualificação. Não é à toa, pois, que a estrutura industrial é dominada pelos ramos tradicionais.

Ocorre que, de um lado, a concorrência no mercado globalizado leva cada vez mais à busca da produtividade. De outro lado, o crescimento do mercado de bens de consumo do Nordeste, dada à sua performance, nestes últimos anos, quando superou o da região Sul, passou a constituir mais um atrativo para a vinda de investimentos para a região.

Com isso, os fatores de atração de investimentos tendem a mudar no médio prazo, de modo que o ambiente de negócios, a qualificação da mão de obra e a infraestrutura (com destaque para transportes e logística) passarão a ser diferenciais estratégicos.

Nos dois últimos decênios, registraram-se formidáveis progressos em recursos hídricos e energia. No primeiro caso, a conclusão do projeto de Integração do São Francisco, conjugado com o “Cinturão das Águas – CAC”, proporcionará segurança hídrica tanto ao consumo humano quanto para o setor produtivo<sup>3</sup>; já no segundo caso, as usinas termelétricas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e a implantação de projetos de energia eólica deixaram o Estado autossuficiente nesse insumo.

Há investimentos importantes a realizar em transportes e logística. As redes rodoviária, ferroviária, aeroportuária (inclusive aeroportos regionais) são vitais para o desenvolvimento do Estado. A Transnordetina, cuja ligação com a Norte-Sul é crucial, anda a passos lentos.

A localização geográfica do Ceará e do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP – a proximidade dos grandes mercados da Europa e dos Estados Unidos e as vantagens que advirão com o alargamento do Canal do Panamá para o comércio com o mundo asiático – propiciam à economia cearense uma invejável plataforma de desenvolvimento.

Mas para que o CIPP se consolide, deve superar desafios nos campos ambiental, social, urbano, econômico, político e administrativo, conforme demonstram os estudos elaborados, sob a égide do Pacto pelo Pecém, pelo Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa do Ceará.

<sup>3</sup> Vale destacar, a propósito, o “Pacto das Águas”, trabalho desenvolvido pelo Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa do Ceará, em parceria com a Agência Nacional de Águas – ANA e o governo do Estado do Ceará.

### **3.4. ESTADO, GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL**

Sabemos que tão relevante quanto as decisões que serão tomadas, são os caminhos institucionais, as escolhas e a forma como se debatem os temas e como se organiza a agenda do governo. É nessa perspectiva, que o Plano de Governo de Camilo Santana e Izolda Cela foi pensado para ser um lugar onde os indivíduos podem se fazer presentes no debate público democrático, explicitando seus pontos de vista, interesses, divergências e opiniões, em busca da construção dos consensos fundamentais e explicitação de contradições. Entendemos o Plano de Governo como um lugar de diálogo, de participação e pactuação, em torno do que deve ser priorizado na agenda de governo e de geração de capital social em bases alargadas.

A forma como o Plano de Governo vem sendo construído põe em pauta o conceito do valor público, onde podemos perseguir e propor ideias sobre como melhorar o funcionamento do máquina governamental, seja na oferta de serviços, na questão social e na infraestrutura. É também um resgate de confiança nos governos, na política democrática e na administração pública. Um processo de refundação da crença nas instituições!

Entende-se que o Ceará precisa de uma gestão estratégica - com adequada administração dos recursos financeiros e operacionais-, assim como do desenvolvimento de novos perfis profissionais e trabalho em equipe. Estes são ingredientes que ajudam a qualificar a prestação de serviços públicos.

Destacamos a necessidade de um planejamento de longo prazo, onde os marcos relevantes para o bem comum sejam colocados além de qualquer governo, sempre com o olhar no futuro. Sendo assim, o Governo passa a ser entendido como um instrumento de liderança momentânea, capaz de organizar as demandas da sociedade, estudar e buscar o equilíbrio na análise de dados como informações demográficas, econômicas e sociais, projetando melhorias para o futuro; o Estado, como o conjunto de instituições capazes de garantir e expandir a liberdade, aumentar a igualdade e realizar a justiça; e a sociedade civil como espaço de competição e colaboração que estimula o desenvolvimento individual e o enriquecimento social.

A aposta se dá em uma gestão democrática capaz de equilibrar e estruturar os desafios do presente e entender os cenários de futuro, em um processo articulado e pactuado com a sociedade civil organizada.

Uma gestão democrática implica construir uma estratégia que equilibre Estado, Governo e Sociedade Civil. Isso somente pode ser realizado se os canais de participação e engajamento cívico estiverem abertos para os indivíduos e grupos.

### **3.5. CULTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**

O campo da Economia da Cultura se confunde em diversas definições terminológicas. Os especialistas têm falado em economia cultural, economia criativa, mas também de economia do conhecimento.

Claro que a definição parte do conceito de cultura. Pensando cultura do ponto de vista antropológico, temos uma definição larga que abarca desde as linguagens artísticas até tudo aquilo que os povos fazem, falam, brincam, sonham etc.

A UNESCO tem uma definição bastante útil para o planejamento de políticas culturais: “o campo cultural é composto de atividades humanas e produtivas, cuja razão consiste na criação, interpretação, expressão, transmissão, preservação, investigação e gestão de conteúdos simbólicos”.

A partir desta definição é possível pensar um plano de cultura em três dimensões:

- A dimensão simbólica. Sob este ponto de vista é preciso pensar políticas públicas atentas ao incentivo das expressões artísticas, à criação, às práticas, protegendo os saberes tradicionais e apoiando a experimentação e a vanguarda.
- A dimensão cidadã. Sob este ponto de vista é preciso pensar políticas culturais que permitam aos cearenses participar ativamente da vida cultural como criadores, como agentes de fruição artística e como produtores.

A circulação de produtos culturais deve ser melhor distribuída territorialmente e, nos municípios, deve investir na infraestrutura cultural.

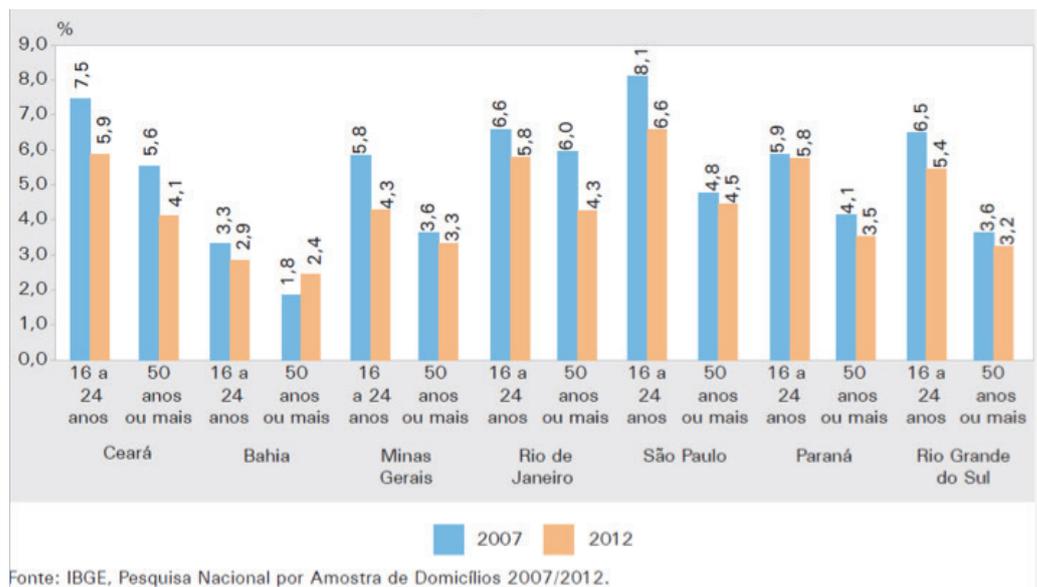
- A dimensão econômica. Sob este ponto de vista, devemos pensar as políticas culturais como motor do setor mais dinâmico hoje, na economia das cidades. O reconhecimento do campo da economia cultural coincide com a crise do modelo industrial fordista e com o dinamismo das chamadas indústrias culturais, que se impõem, cada vez mais, como uma realidade indiscutível. Cinema, música, teatro, edições, games, vídeos, além dos também setores conexos como design, moda e publicidade são hoje, nas principais economias do mundo, as áreas de maior empregabilidade.

Um dos principais indicadores do valor agregado do setor é o que mede o impacto da despesa cultural no bolso dos brasileiros.

Na sua pesquisa pioneira, “Sistema de Informações e Indicadores Culturais”, o IBGE mostrou que, depois da habitação, alimentação e transporte, a cultura constitui a quarta despesa de consumo, monetário e não monetário, dentro da média mensal familiar. O item Despesa com Bens Culturais é, em média 19,6%, ficando acima de Assistência à Saúde, Vestuário, Educação, Higiene etc.

Esta importância se reflete na população, atualmente, com ocupação no setor cultural. O sistema de informações do IBGE demonstra que, dentre as Unidades da Federação analisadas em 2012 (último ano pesquisado), São Paulo foi a cidade que apresentou a maior participação de trabalhadores em atividades culturais na população ocupada (5,1%), o Rio de Janeiro apresentou a segunda maior participação (4,6%), seguido do Ceará (4,0%), Rio Grande do Sul (4,0%), Paraná (3,9%), Minas Gerais (3,4%) e Bahia (2,6%).

Gráfico 02: Percentual de pessoas de 16 a 24 e de 50 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência do setor cultural, segundo as Unidades da Federação selecionadas – 2007/2012.



Os números sobre o impacto da crise que acontece, a partir de 2008, em todo o Brasil mostram também que o Ceará foi um dos Estados mais impactados. Segundo o IBGE, de um total de 3 milhões 842 mil pessoas ocupadas no Ceará em 2007, 246 mil estavam no setor cultural.

Em 2008, tínhamos quatro milhões e 039 mil pessoas ocupadas em todos os setores, com 252 mil no setor cultural. Em 2009 tínhamos 4 milhões e 77 mil no total e 230 mil no setor cultural. Em 2010, tínhamos 3 milhões novecentos e doze no total e 230 no setor cultural. Em 2011, tínhamos 3 milhões 912 no total e caímos para 174 mil no setor cultural. Em 2012, tínhamos 3 milhões 956 pessoas no total e somente 160 mil no setor cultural.

Por entendermos a importância do Conhecimento e da Cultura, propomos uma política que reconheça o potencial destas áreas na economia cultural e seu impacto no emprego, visando torná-lo um setor ainda mais competitivo e mais dinâmico.

Para atingir este objetivo, temos que introduzir 03 (três) noções estratégicas fundamentais:

- a) Cultura como fator de desenvolvimento durável e sustentável;
- b) Cultura como vetor qualitativo, em termos de emprego e indicadores econômicos. Importante ressaltar a importância da formação dos responsáveis pela transmissão dos saberes (Escolas de arte, universidades etc.), atores-chave do processo.
- c) Cultura como vetor importante de coesão territorial, que possibilita a integração e a redução das desigualdades.

Finalmente, a cultura é um catalisador de performances para outros setores. Ninguém cresce sem cultura, sem ciência e sem tecnologia. Em síntese: sem conhecimento. É ainda fator essencial de atratividade das cidades e dos territórios.

Assim, é prioritário para o novo governo colocar a cultura na sua dimensão estratégica, de desenvolvimento durável, integrador e inclusivo.

### **3.6. CIÊNCIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ**

É papel do Governo, além da prestação de serviços básicos aos cidadãos, assegurar as condições para a produção da riqueza e sua distribuição na sociedade. A esse fato, tido como consensual, se alia a convicção de que, nas sociedades modernas, o conhecimento é o fator mais importante na construção do desenvolvimento econômico, sendo fator eficaz e imprescindível, tanto na criação da riqueza quanto na inclusão social que sua disseminação proporciona.

Esta constatação a respeito do papel do conhecimento, Stiglitz<sup>4</sup> expõe ao longo do seu livro em passagens como:

*“A criação de uma sociedade do conhecimento é mais apta a produzir aumento no padrão de vida do que incrementos pontuais na eficiência da economia ou a adoção de medidas como o sacrifício do consumo no presente como meio de aumentar o aporte de capital. E isto é ainda mais verdadeiro para países em desenvolvimento. Grande parte da diferença entre esses países e países desenvolvidos é causada por diferenças no conhecimento.”*

4 STIGLITZ,

Ou ainda:

*“A compreensão do processo de conhecimento e inovação e de que forma as políticas públicas podem afetar o seu ritmo deveria ocupar o centro da análise econômica”.*

Para o testemunho de mais uma autoridade em favor dessa ideia, tome-se Thomas Piketty, que em seu livro *Capital no Século Vinte e Um* afirma:

*“As principais forças a promover a convergência são a difusão do conhecimento e o investimento em treinamento e habilitação profissional.”* (“Convergência” é o termo utilizado por Piketty para redução da desigualdade).

Mais adiante, acrescenta:

*“Difusão do conhecimento e da habilidade profissional é a chave para o crescimento da produtividade assim como para a redução da desigualdade tanto no âmbito interno da sociedade quanto entre países.”*

O primeiro passo para a construção, entre nós, de uma sociedade do conhecimento está na Educação Básica de qualidade. Isso por si só já constitui uma revolução, tal o desafio. Um desafio que não podemos deixar de enfrentar. Um desafio que juntos enfrentaremos. Os primeiros passos nesta direção já foram dados. No Governo Cid Gomes foram dados passos importantes, melhorando de forma significativa a qualidade da educação pública, aquela que atinge a maioria. Entretanto, há muito a fazer. As outras tarefas, igualmente decisivas e desafiadoras, todas abordadas neste documento, estão relacionadas à Ciência, Tecnologia e Inovação, ao Ensino Superior, à Educação Técnica e Profissional e à Cultura. É importante desde já ressaltar que todas as áreas acima elencadas serão convocadas a contribuir no desempenho da tarefa fundamental relativa à Educação Básica.

Todavia, é mister um maior aprofundamento quanto à natureza e dimensão do compromisso decorrentes da adoção dessa diretriz. Em primeiro lugar, é preciso entender que a construção de uma sociedade do conhecimento é tarefa que envolve grande parcela da sociedade e cujos efeitos e resultados a atingem como um todo. As ações que envolvem a construção do conhecimento na sociedade abrangem um amplo espectro que vai do ensino básico à pesquisa científica, e desta à inovação, passando pela cultura e a economia da cultura e pela educação profissional e a qualificação do trabalhador. Por outro lado, os efeitos da produção do conhecimento e de sua ampla difusão atingem praticamente todas as áreas da vida social, indo do aumento da produtividade nas atividades econômicas à melhoria de prestação de serviços pelo Estado e do aprimoramento do exercício da cidadania a uma apropriação mais equânime e generalizada dos bens culturais e da riqueza material.

Em segundo lugar, dada a dimensão da tarefa e seu extraordinário alcance, é fácil compreender que sua realização não se pode encerrar nos limites de um mandato

de governo. O que se propõe é sua adoção como política de estado, que transcenda disposições individuais e políticas partidárias. Assim, o compromisso aqui assumido é o de lançar bases firmes, políticas, institucionais e operacionais para a construção dessa sociedade. É o de implantar as primeiras medidas para inaugurá-la e de organizar as ações de governo tendo por nexos e por meta o projeto de construção da sociedade do conhecimento entre nós.

Este segundo aspecto nem sempre é perfeitamente percebido e levado em conta, quer pelos gestores públicos quer pela sociedade. Todavia, essa dimensão do conhecimento como vetor essencial do desenvolvimento e da produção de riqueza nas sociedades modernas, frequentemente negligenciado em países em desenvolvimento, é o fundamento mesmo da proposta que aqui se apresenta.

Naturalmente, na empresa de construção da sociedade do conhecimento, o Governo Camilo Santana não partirá da estaca zero. Pelo contrário, uma parte considerável das instituições, programas, pessoal qualificado, marcos regulatórios e outros elementos encontram-se em pleno funcionamento e disponíveis, como fruto de realizações da sociedade cearense e de governos anteriores. Nesse sentido, um progresso notável ocorreu nos últimos anos no Estado do Ceará, decorrentes de iniciativas positivas tanto do Governo do Estado quanto do Governo Federal e, sobretudo, da boa sinergia entre essas duas esferas. Como exemplos dessa afirmativa, podemos citar os avanços na Educação Básica, o aprimoramento do sistema de fomento à pesquisa científica e à inovação, e a expansão e interiorização de universidades e campi universitários no Estado. Esta última foi particularmente notável, vindo a modificar de forma radical a rede universitária em ação em todo o Estado, que agora dispõe de três universidades federais, onde antes só havia uma, além de quatro campi avançados da UFC, cobrindo todas as macro-regiões do Estado. Além disso, tem-se registrado notável expansão na rede de instituições técnicas universitárias do Instituto Federal do Ceará (IFCE), ainda em curso. Assim, em termos de instituições universitárias e de sua capilaridade no interior do Estado, ao compará-lo com o panorama de oito anos atrás, é de um outro Ceará que se está tratando.

Esses avanços nos fornecem a base e nos põem na posição de formular a proposta que aqui se apresenta, introduzindo um elemento essencialmente novo no cenário. Esse elemento é a determinação clara de um projeto para o Ceará baseado na educação e capacitação do seu povo, em todos os níveis do conhecimento e da utilização decisiva do conhecimento no processo de geração de riquezas. O que há de novo é a colocação do homem e da capacitação humana no centro e na base do processo de desenvolvimento do Estado.

Para concluir, não é de nada menos do que uma estratégia para a construção de um Ceará mais rico e mais justo que aqui se trata. Trata-se de trilhar o caminho da nova economia. Trata-se, para além da retórica e das resoluções efêmeras, da construção de um novo Ceará. Do Ceará onde queremos que nossos filhos cresçam. Do Ceará onde nossos filhos crescerão.

---

***O CEARÁ***

---

***QUE***

---

***QUEREMOS***

---

# **OS 7 CEARÁS**

O Ceará que queremos é a visão de futuro que o Governo Camilo Santana está construindo de forma participativa. A complexidade da missão de fazer avançar o processo de desenvolvimento do Ceará nos fez desdobrar esta visão em 7 (sete) perspectivas: Ceará da Gestão Democrática por Resultado, Ceará Acolhedor, Ceará de Oportunidades, Ceará Sustentável, Ceará do Conhecimento, Ceará Saudável, Ceará Pacífico. Estas visões de futuro constituem os eixos ou vetores estratégicos na elaboração do Plano de Governo. Temos consciência de que pensar o desenvolvimento de forma integrada e intersetorial nos remete a desafios que demandam esforços, conhecimentos e recursos da sociedade e do Estado.

## **1. DESAFIOS DO ESTADO E DA SOCIEDADE**

***- RECUPERAR E USAR COM SABEDORIA O NOSSO  
MEIO AMBIENTE, PRESERVANDO-O PARA  
AS FUTURAS GERAÇÕES.***

***- GARANTIR MAIOR EQUIDADE SOCIAL  
E REGIONAL.***

***- CONSTRUIR UMA CULTURA DE PAZ  
E DE QUALIDADE DE VIDA.***

**Descrição:**

### ***1.1. RECUPERAR E USAR COM SABEDORIA O NOSSO MEIO AMBIENTE, PRESERVANDO-O PARA AS FUTURAS GERAÇÕES***

Trata-se de promover uma nova cultura ambiental, refletindo sobre a aventura humana de construir uma civilização dentro de um espaço geográfico diversificado, complexo, com belezas e potencialidades, mas também com uma forte característica condicionante e desafiadora: o clima semiárido tropical, único do mundo, com um bioma peculiar: a Caatinga, mesclada a fragmentos da Mata Atlântica e com uma extensa e estreita faixa de vegetação litorânea. Viabilizar um forte investimento em conhecimento e inovação para a utilização sustentável dos recursos ambientais, estabelecendo a convivência saudável com o meio ambiente como alicerce do desenvolvimento.

### ***1.2. GARANTIR MAIOR EQUIDADE SOCIAL E REGIONAL***

Trata-se de buscar a diminuição das desigualdades entre as classes sociais, bem como entre as localidades estaduais de maior e menor riqueza, através da implementação de políticas não apenas compensatórias, mas políticas sustentáveis e emancipadoras, traduzidas em ofertas iguais de oportunidades de ascensão social e econômica para os cearenses, independente de sua origem.

### ***1.3. CONSTRUIR UMA CULTURA DE PAZ E DE QUALIDADE DE VIDA***

Trata-se de construir um melhor lugar para se viver, com melhor qualidade de vida acessível à toda população do Estado, por meio de políticas e instrumentos de mediação de conflitos, desenvolvimento de uma cultura de paz, respeito à cidadania e em processos educativos formal e político, capazes de garantir uma boa convivência social.

## **2. DESAFIOS**

# **DA SUSTENTAÇÃO**

# **ECONÔMICA DO**

# **DESENVOLVIMENTO**

***- GERAR MAIS EMPREGO, TRABALHO EMANCIPADO, RENDA E RIQUEZA.***

***- PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÔMICO COM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.***

Descrição:

### ***2.1. GERAR MAIS EMPREGO, TRABALHO EMANCIPADO, RENDA E RIQUEZA***

Maximizar a geração de emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza, com criação de mais oportunidades, principalmente para jovens, idosos, pessoas com necessidades especiais e em situação de risco pessoal e social, a partir do sistema público de trabalho, emprego e renda, com ações integradas de atendimento aos trabalhadores, focando na capacitação, formação e qualificação, no empreendedorismo, no solidarismo e na educação profissional.

### ***2.2. PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÔMICO COM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL***

Buscar o desenvolvimento local e territorial através da desconcentração, descentralização e interiorização de investimentos a partir de demandas pactuadas territorialmente. Identificar projetos prioritários para os municípios e territórios, como possibilidade de desenvolvimento local sustentável, considerando a convivência com o semiárido, a racionalização dos recursos públicos e privados e políticas de incentivos territorializadas.

## **3. DESAFIOS SETORIAIS**

### ***3.1 VIABILIZAR A INSERÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL DO ESTADO ATRAVÉS DE PRODUTOS DE ALTO VALOR AGREGADO***

Potencializar a localização geográfica, a capacidade de comercializar do Estado e a ZPEs, posicionando o Ceará no comércio nacional e internacional como exportador de bens e serviços inovadores e de elevado valor agregado, como alternativa de competitividade no processo de globalização da economia. Como candidatos potenciais a produtos de alto valor agregado cearenses, foram identificados inicialmente energias alternativas, frutas, flores e as tecnologias de energias alternativas, de irrigação, e de informação e comunicação. A capacidade de geração de valor agregado de cada produto será confirmada através de mensuração econômica.

### ***3.2 ASSEGURAR TURISMO DE QUALIDADE***

Tornar o Ceará uma marca de destino turístico de qualidade geradora de riquezas, com preservação do Meio Ambiente, tendo como foco o turismo familiar, e de negócios e eventos, mantendo políticas públicas de enfrentamento do turismo sexual capazes de garantir e promover os direitos de crianças e adolescentes. Aproveitar todas as localidades potenciais do Estado, integrando atrativos como riqueza natural, segurança, bons equipamentos e serviços, reservas ecológicas, cultura, arte, gastronomia e religião.

### ***3.3 DINAMIZAR A IMPLANTAÇÃO DE POTENCIAIS POLOS INDUSTRIAIS***

Dinamizar a implantação de polos industriais potenciais, aproveitando diferenciais competitivos locais, como matéria prima, domínio do processo produtivo e infraestrutura logística, apoiando de forma expressiva o crescimento socioeconômico.

### **3.4 VIABILIZAR POTENCIAIS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL)**

Identificar, fortalecer, promover e integrar Arranjos Produtivos Locais – APLs, aproveitando as potencialidades de cada localidade, como forma de acelerar o desenvolvimento sustentável do Estado.

### **3.5 INCENTIVAR O ASSOCIATIVISMO, O COOPERATIVISMO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Estimular a economia solidária, o cooperativismo, o associativismo e outras formas de organização econômica, apoiando a viabilização da agricultura familiar e camponesa, das comunidades originárias e tradicionais, da economia individual e familiar urbana, das micro, pequenas e médias empresas rurais e urbanas, e contribuindo para alavancar a geração de emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza em todo o Estado.

### **3.6 FOMENTAR A NOVA ECONOMIA**

Identificar, promover e apoiar os empreendimentos e as iniciativas da economia criativa, da tecnologia da informação, dos novos materiais e novas tecnologias, dentre outros, criando um ambiente inovador amigável, em especial à juventude empreendedora, contribuindo para ampliar as oportunidades de geração de emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza em todo o Ceará.

### **3.7 UTILIZAR PLENAMENTE AS ÁREAS IRRIGÁVEIS E AGRICULTÁVEIS**

Maximizar a utilização das áreas irrigáveis e agricultáveis através de esforços para organização da produção, beneficiamento, financiamento, assistência técnica, aporte tecnológico, certificação/padronização e comercialização dos produtos agrícolas, buscando o pleno desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa, das comunidades originárias e tradicionais e da agricultura de pequeno porte não familiar, buscando compatibilizar e integrar de forma não subordinada estes segmentos sociais com a atuação das médias e grandes empresas da área agrícola.

### ***3.8 FORTALECER O SISTEMA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO***

Tornar o conhecimento científico um vetor de aceleração do desenvolvimento, integrando os governos, os empreendimentos familiares e solidários, as empresas, as universidades, os institutos de educação e os institutos de pesquisa, buscando novos processos tecnológicos e customização de pesquisas para o uso produtivo.

### ***3.9 OTIMIZAR A LOGÍSTICA DE TRANSPORTES***

Otimizar a logística de transportes, através da elaboração do plano de logística que viabilize a integração dos diversos sistemas modais de transporte (cicloviação, rodoviário, ferroviário, metroviário, aeroviário e navegação de cabotagem) para pessoas e cargas, minimizando tempo de deslocamento, facilitando conexões e racionalizando o consumo de combustíveis.

### ***3.10 SER AUTOSSUFICIENTE EM ENERGIA ORIUNDA DE FONTES RENOVÁVEIS***

Garantir a auto-suficiência de energia, com custo competitivo, definindo uma nova matriz energética para o Estado a partir de fontes renováveis: aproveitamento da energia eólica, solar, biomassa, biodiesel gerando energia limpa para diminuir a poluição ambiental, através da elaboração de planos de desenvolvimento dos parques de geração. Articular a criação de um programa permanente de pesquisa e desenvolvimento para se obter o domínio sobre as tecnologias de geração de energias de fontes renováveis.

### ***3.11 GARANTIR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA DE COMUNICAÇÕES***

Ampliar o nível de cobertura e a capacidade de atendimento à demanda dos sistemas de telecomunicações e transmissão de dados, suportando adequadamente as necessidades decorrentes do crescimento econômico do Estado e da universalização da inclusão digital.

### **3.12 UNIVERSALIZAR FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO**

Disponibilizar para todos os adensamentos populacionais água para todos os usos e esgotamento sanitário, além de suprir adequadamente as demandas dos setores produtivos por água, através da gestão de qualidade dos recursos hídricos e de um adequado tratamento de resíduos líquidos industriais e proveniente de rede de saneamento básico para o reuso diversificado.

### **3.13 AUMENTAR POUPANÇA PÚBLICA E PRIVADA**

Motivar a ampliação dos níveis de poupança privada e pública como base de recursos para alavancar o desenvolvimento sustentável e solidário, através da criação de fundos setoriais estatais e fundos privados, empresariais e comunitários para financiar ações nas áreas de educação, saúde, cultura, tecnologia, agricultura, economia solidária, entre outros.

### **3.14 BUSCAR NOVAS FONTES E FORMAS DE FINANCIAMENTO**

O setor público, a iniciativa privada e ONGs do Estado devem buscar fontes e formas de financiamento não utilizadas atualmente, intensificando as parcerias público-privadas (PPP), aproveitando oportunidades da legislação vigente a nível federal, como também buscando alternativas internacionais como fundações e outras instituições de financiamento.

### **3.15 PROMOVER A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DO ESTADO**

Planejar e implementar ações efetivas para recuperar o que foi degradado, instituir uma ampla campanha de educação ambiental para favorecer uma mudança de atitude nos governos e na sociedade e viabilizar um forte investimento em conhecimento e inovação para a utilização sustentável dos recursos ambientais, compreendendo que a convivência com o meio ambiente saudável é um capital importantíssimo para o desenvolvimento do Estado. Como desdobramento

em práticas coerentes com o conceito, espera-se uma política pública de atração de “empresas limpas”, o incentivo à pesquisa e utilização de novas alternativas de energias e o aprimoramento da gestão das águas e dos resíduos.

### ***3.16 GARANTIR EXCELÊNCIA E ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA***

Assegurar a constante modernização, profissionalização e descentralização da gestão pública e privada, tendo como resultado: aumento de utilização de instrumentos de planejamento, orçamento e monitoramento; transparência no uso dos recursos; esforços na formação de gestores e oportunidades de ascensão pela competência.

### ***3.17 GARANTIR A CONTINUIDADE DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO DO ESTADO***

Garantir a continuidade da política estratégica através de mecanismos transparentes de controle e avaliação das estratégias públicas formuladas, com o acompanhamento do desempenho na execução destas estratégias.

### ***3.18 ALINHAR OS PROCESSOS POLÍTICOS COM OS REAIS INTERESSES COLETIVOS***

Compatibilizar harmonicamente os interesses do processo político com a efetiva e real demanda da sociedade, que representa o interesse coletivo representativo dos vários grupos e regiões.

### ***3.19 ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO ATIVA NA FORMULAÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS***

Garantir a ampla participação, com representatividade dos vários grupos de interesse e regiões do Estado, para o engajamento ativo no processo de planejamento e acompanhamento das políticas públicas, através da motivação e estímulo da sociedade civil organizada.

### **3.20 UNIVERSALIZAR E DEMOCRATIZAR A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**

Dar acessibilidade de uso a todos cidadãos, estendendo a utilização dos serviços judiciários em todos os níveis sem privilegiar qualquer uma das partes, por qualquer razão. Estabelecer um novo perfil do processo que dê efetividade às decisões judiciais tornando a justiça mais célere e eficaz, através da democratização e transparência no aparelho judiciário, bem como da sua virtualização como ferramenta para uma prestação jurisdicional efetiva e expedita, com efetivos mecanismos de controle.

### **3.21 GARANTIR A EFICÁCIA DA POLÍTICA DE SEGURANÇA**

Assegurar a integração das políticas de segurança pública entre si e com as demais políticas públicas, criando uma rede de cidadania que reduza a violência e os índices de criminalidade, possibilitando uma sociedade mais segura.

### **3.22 DEFINIR E GARANTIR A ESTABILIDADE DE MARCOS REGULATÓRIOS**

Formalizar marcos legais regulatórios que disciplinem com objetividade as regras de funcionamento e retorno para a efetivação de investimentos de longo prazo, como a implantação de parcerias público-privadas e consórcios com o objetivo de ampliar a infraestrutura.

### **3.23 GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO**

Fomentar a produção de alimentos saudáveis no Ceará na perspectiva de garantir o direito de todos ao acesso regular e permanente à alimentação de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis, efetivando-se assim dois princípios fundamentais: o direito humano à alimentação adequada e à soberania alimentar.

### ***3.24 UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO QUALIFICADO E INTEGRADO À SAÚDE***

Universalizar, desconcentrar e regionalizar o atendimento inclusivo, integral e de qualidade, interdisciplinar em saúde, com ênfase na saúde preventiva, cumprindo um pacto pela qualidade e humanismo no atendimento, com maior participação da população na definição da política de saúde pública, fortalecendo o controle social.

### ***3.25 PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL***

Promover a inclusão social, erradicando a pobreza, gerando oportunidades iguais a todos os residentes no Estado, independente de sua posição em quaisquer das dimensões de classificação social, valorizando as diversidades e garantindo a todos o acesso a bens e serviços essenciais e de qualidade, tais como: alimentação, moradia, educação, cultura, saúde, esporte, lazer, justiça e conhecimento.

### ***3.26 INVERTER O SENTIDO DA MIGRAÇÃO***

Inverter o fluxo de migração, tanto o interno quanto em relação às pessoas que deixam o Estado em busca de mais e melhores oportunidades, trazendo cearenses que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

### ***3.27 FORTALECER NOSSA CULTURA***

Estabelecer políticas e ações integradas que garantam a criação, difusão, circulação e o uso dos produtos da cultura, fortalecendo o sistema estadual de cultura, democratizando o acesso aos equipamentos e bens culturais, garantindo a diversidade, valorizando as tradições, a memória e a inovação.

### ***3.28 UNIVERSALIZAR O ACESSO À TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO***

Garantir que todo cidadão tenha direito efetivo ao conhecimento necessário e acesso para o uso dos recursos da Tecnologia da Informação como uma ferramenta de aprendizado para o trabalho, de comunicação interpessoal e de convivência social.

### **3.29 ASSEGURAR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DE QUALIDADE PARA TODOS**

Assegurar a todo cidadão uma sólida formação educacional básica e fundamental inclusiva e de qualidade, institucionalizando a escola em tempo integral e modernizando a gestão educacional, com transparência das atividades e monitoramento no uso dos recursos públicos pela sociedade. Orientar esforços para garantir aprendizagem, a formação para cidadania e para o mundo do trabalho, através de escolas profissionalizantes, gerando oportunidades, e sendo fundamentada em valores humanos e consciência ecológica. Criar um ambiente educacional em toda a sociedade cearense, desenvolvendo uma estratégia de comunicação social direcionada a todos os atores capazes de contribuir com a melhoria da educação.

## **4. INSTRUMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO**

### ***Competitividade e Cooperação***

- Viabilizar a inserção nacional e internacional do Estado através de produtos de alto valor agregado;
- Assegurar turismo de qualidade;
- Dinamizar a implantação de potenciais polos industriais;
- Viabilizar potenciais arranjos produtivos locais (APL);
- Incentivar o Associativismo, o Cooperativismo e a Economia Solidária;
- Utilizar plenamente as áreas irrigáveis e agricultáveis;
- Fortalecer o sistema de ciência, tecnologia e inovação do Estado;

### ***Infraestrutura***

- Otimizar logística de transportes;
- Ser autossuficiente em energia oriunda de fontes renováveis;
- Garantir e ampliar a infraestrutura de comunicações;

- Universalizar o fornecimento de água e saneamento básico.

### ***Disponibilidade de Recursos***

- Aumentar as poupanças pública e privada;
- Buscar novas fontes e formas de financiamento.

### ***Responsabilidade Ambiental***

- Promover a responsabilidade ambiental do Estado;

### ***Gestão e Produtividade***

- Garantir excelência e ética na gestão pública e privada.

## **5. FUNDAMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO**

### ***Sustentação Política***

- Garantir a continuidade do pensamento estratégico de Estado;
- Alinhar os processos políticos com os reais interesses coletivos;
- Estimular a participação ativa na formulação e monitoramento de políticas públicas.

### ***Ambiente Institucional***

- Universalizar e democratizar a prestação jurisdicional;
- Garantir a eficácia da política de segurança;
- Definir e garantir a estabilidade de marcos regulatórios.

### ***Sustentação Social e Cultural***

- Garantir a segurança alimentar e nutricional da população;
- Universalizar o atendimento qualificado e integrado à saúde;
- Promover a inclusão social;
- Inverter o sentido da migração;
- Promover os direitos humanos de forma ampla;
- Fortalecer nossa cultura;
- Universalizar o acesso à Tecnologia da Informação;
- Assegurar uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

**01**

---

**CEARÁ**

---

**DA GESTÃO**

---

**DEMOCRÁTICA**

---

**POR**

---

**RESULTADOS**

---

# INTRODUÇÃO

O “Ceará da Gestão Democrática por Resultados” tem por finalidade garantir: crescimento constante, equilíbrio financeiro fiscal e orçamentário e redução persistente das desigualdades. Cabe ao Governo se organizar e mobilizar a sociedade para construir o consenso em torno do melhor modelo que alcance os objetivos estratégicos e as metas que tornarão possível o desenvolvimento sustentável. Estado e Sociedade não devem ser considerados fins em si mesmos, porém organizações sociais postas em prol do desenvolvimento humano, do aumento da liberdade com igualdade e da justiça social. O ponto de partida de um programa político que tem tal sentido está assentado na necessidade do (I) planejamento estratégico e na (II) contratualização dos resultados. O primeiro, deve ser democrático, inclusivo e participativo; o segundo, claro, objetivo, preciso, mensurável e transparente. Isso implica que a administração pública responderá às múltiplas e diferentes demandas dos cidadãos (sem discriminações), criando as condições para que as oportunidades econômicas e de realização pessoal sejam distribuídas de forma universal. Isso posto, na agenda do Governo que se inicia em 2015 estão o (a) aperfeiçoamento institucional, (b) a intersectorialidade e o (c) desenvolvimento regional sustentável. O bom funcionamento das instituições estimulam a prosperidade e a inovação em todo o sistema social, além de bloquearem as tendências extrativistas e clientelistas produtoras de concentração de renda e exclusão social. A passagem das iniciativas setoriais para arranjos multisetoriais e transversais garante mais *enforcement* aos atores públicos e autonomia para a alocação técnica e meritória de recursos. Finalmente, o planejamento regionalizado e descentralizado cria as condições para a construção de matrizes econômicas interdependentes, corredores dinâmicos de atividades e fortalecimento das vocações regionais, aumento a eficiência sistêmica e, portanto, rompendo o ciclo gerador de pobreza e desigualdade. O Novo Governo tem duas tarefas fundamentais dentro do modelo de Gestão por Resultados: definir os objetivos e, em seguida, traduzi-los em indicadores de resultados públicos e disseminados em toda a administração pública. Para alcançar a primeira tarefa, está em curso um processo público de discussão e debate de diretrizes, objetivos e propostas que findará (em parte) em um Seminário no próximo mês de dezembro. Além deste esforço, há a continuidade do planejamento atual com seus objetivos, metas e indicadores a serem considerados. Já a segunda, tomará corpo com as tarefas de formulação da nova estratégia de planejamento, implementação e contratualização de resultados, que estarão presentes no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. O que se busca neste percurso é unir eficiência administrativa – através da coordenação intragovernamental – e participação democrática na tomada de decisão, maximizando, assim, os resultados e os benefícios públicos.

# **1. AVANÇOS**

1. Implantação do Sistema de Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários – MAPP;
2. Criação do Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (COGERF);
3. Implantação da Lei de Acesso à Informação do Estado do Ceará;
4. Desenvolvimento e implantação do Sistema de Prestação de Contas Eletrônica (e-contas);
5. Criação do Portal da Transparência;
6. Fortalecimento das Cooperações Técnicas Internacionais (JICA, GTZ, AECI, Ministério da Economia da Espanha, CIDA e GEF);
7. Desenvolvimento da Operação SWAp para um enfoque multissetorial;
8. Desenho da operação de crédito MLW Intermed, voltada para o reaparelhamento das Universidades, do Ensino e da Pesquisa;
9. Criação da operação P4R - Programa Por Resultado -, cujo foco é o fortalecimento da Gestão por Resultados;
10. Implementação do modelo de Parceria Público-Privada com grandes ganhos para o Estado do Ceará (Arena Castelão, Vapt Vupt, Ponte Estaiada (homologado), Hospital Regional Metropolitano (homologado) e UTE/Centro de Eventos);
11. Experiências de sucesso em descentralização da gestão pública estadual: Criação do Centro Regional Integrado de Administração - CRIA em Baturité; de Assessores Territoriais na DAS; de 14 Unidades de Gestão Territorial (multissetorial); instalação de escritório avançado da Secretaria das Cidades no Cariri; ampliação dos escritórios da EMATERCE, passando de 71 em início de 2007, para 156 escritórios até o momento;
12. Avanços no processo de Regionalização: Criação da Coordenadoria de Desenvolvimento Territorial; dos Colegiados Territoriais (13); dos Planos de Desenvolvimento Territorial; da abordagem territorial do novo Projeto São José III, focado nas Cadeias Produtivas/Índices Municipais de Alerta; Fóruns Regionais;

13. Elaboração e monitoramento do PPA participativo regionalizado;
14. Elaboração de projeto-piloto de integração de políticas públicas no território do Cariri;
15. Os Planos de Desenvolvimento Territoriais estão sendo desenvolvidos de forma regionalizada e participativa, desde 2007;
16. O Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável foi elaborado e atualizado com ampla participação dos colegiados territoriais e instituições governamentais afins.

## **2. DESAFIOS**

1. Reduzir as desigualdades territoriais no Estado do Ceará (micro, macro regiões, campo/cidade etc.)
2. Desenvolver arcabouço institucional que propicie a descentralização da gestão pública estadual e a integração das políticas públicas em prol do fortalecimento territorial.
3. Desenvolver planos de desenvolvimento regional que garantam a qualidade de vida nos diversos territórios do Estado, reduzindo a migração do campo para a cidade.
4. Ampliar a geração de conhecimento aplicável ao desenvolvimento territorial, facilitando o encontro de soluções criativas, otimizando recursos e ampliando resultados.
5. Criar um modelo de gestão capaz de articular política, economia e meio-ambiente que mobilize e combine todos os recursos, meios e instrumentos necessários para a agenda do desenvolvimento sustentável.
6. Aumentar os investimentos na áreas de relacionadas com a formação de capital humano.
7. Implantar um observatório de monitoramento e avaliação de resultados sobre indicadores de todas as políticas públicas.

## **3. DIRETRIZES**

1. Desenvolver a cultura de planejamento participativo de forma descentralizada, que fortaleça as identidades regionais e promova a integração das diversas políticas públicas nestes territórios;
2. Fortalecer a coesão/unidade social e territorial em todo o Estado do Ceará;
3. Promover o potencial de desenvolvimento dos territórios, fortalecendo as identidades regionais e promover a integração das diversas políticas públicas nestes territórios;
4. Promover a descentralização da gestão estadual (interiorização);
5. Fortalecer a Gestão Participativa Regionalizada do Governo do Estado do Ceará;
6. Ampliar a geração de conhecimento, inclusive regionalizado;
7. Fortalecer a articulação intra e interregional;
8. Instituir a participação cidadã e o controle social do desenvolvimento como método de gestão;
9. Melhorar as condições de vida e trabalho da população contemplando valores como autonomia, democracia, dignidade, solidariedade, equidade e respeito ao patrimônio ambiental;
10. Fortalecer relacionamentos governo-sociedade com base no critério de interesse público e por meio de canais efetivos de participação, representação, negociação e articulação político-institucionais;
11. Fomentar a constituição de novas institucionalidades por meio de conselhos, fóruns, consórcios, oficinas de desenvolvimento, redes de cooperação, acordos de parceria, planos, pactos, agendas de desenvolvimento;
12. Estimular iniciativas, ações e projetos econômicos, sociais, ambientais e culturais comprometidos com a gestão social do desenvolvimento com eficiência e participação cidadãs;
13. Impulsionar a construção de novas formas de alianças e parcerias visando a articulação e integração das organizações do governo, da sociedade civil e dos agentes produtivos;

14. Criar um programa de iniciativas de desenvolvimento e integração regional sustentável que contemple nova institucionalidade para o desenvolvimento regional, fomento a empresas locais e capacitação de recursos humanos, ações de fomento, estratégias territoriais de desenvolvimento, cooperação público-privada, fortalecimento de lideranças regionais, mobilização e participação dos sujeitos políticos e sociais locais;
15. Democratizar os processos de gestão pública, visando aproximar o Governo dos cidadãos, a partir de pactos de funcionamento e de participação na esfera pública;
16. Fortalecer e criar mecanismos de participação cidadã e controle social, tais como: ouvidorias, conferências, seminários, mesas de diálogo e negociação, fóruns, audiências, consultas públicas, orçamento participativo, conselhos de políticas públicas, organizações da sociedade civil, leis de iniciativa popular, novas formas e linguagens de participação, fórum de interconselhos;
17. Criar o sistema estadual de cidadania participativa que integre articule os instrumentos de participação e controle social do desenvolvimento, possibilitando a gestão intersetorial e a articulação das políticas de participação social;
18. Monitorar os custos previdenciários e estabelecer modelo sustentável, adequado ao aumento da esperança de vida ao nascer e ao índice de envelhecimento projetado;
19. Fortalecer o volume de investimentos realizados no Governo Cid Gomes, pois além de oferecer novos e melhores serviços para a sociedade, contribui para o crescimento do PIB estadual acima da média nacional;
20. Articular políticas integradas com a União e com os municípios, visando a descentralização econômica do Estado, de forma que possibilite um maior equilíbrio na participação do PIB estadual.
21. Valorizar o turismo no interior do Estado com o objetivo de desconcentrar os impactos da receita gerada pelos visitantes e aumentar a permanência dos turistas no Estado;
22. Formular políticas de apoio e indução ao desenvolvimento industrial e à construção da competitividade sistêmica da economia cearense, implementando políticas que garantam maior competitividade dos produtos cearenses destinados ao mercado externo;

23. Fortalecer o sistema de formulação, implantação e de acompanhamento e avaliação das políticas produtivas do Estado, formado pela ADECE, CEDE, Câmaras Setoriais e IPECE;
24. Valorizar as parcerias das empresas com as prefeituras locais nos campos da Saúde, Educação e Cultura;
25. Promover a inclusão produtiva da parcela mais pobre da população cearense, buscando a inserção desse público no mercado de trabalho e o aumento da participação da renda salarial na composição da renda familiar;
26. Apoiar os Arranjos Produtivos Locais (APL), compatíveis com as potencialidades e características produtivas dos territórios;
27. Avançar na realização de ações integradas e compartilhadas, com foco na alocação otimizada dos recursos e no fortalecimento institucional em busca dos grandes resultados do Governo;
28. Melhorar a prestação dos serviços públicos, através do acolhimento das demandas da população e da implementação de consulta de satisfação ao cidadão;
29. Promover a formação continuada de gestores municipais;
30. Desenvolver as potencialidades do capital humano, promovendo equidade e desenvolvimento sustentável, a fim de fixar os talentos cearenses;
31. Continuar promovendo o equilíbrio das contas públicas para suprir a manutenção dos novos equipamentos públicos, especialmente nas áreas da Saúde e Educação, através do(a):
  - a. Monitoramento do fluxo de caixa do Estado;
  - b. Adoção de medidas de controle dos gastos;
  - c. Monitoramento dos indicadores fiscais, com fins de manter o nível de endividamento do Estado;
  - d. Ampliação dos programas de educação fiscal e de combate à sonegação tributária;
  - e. Redução da dependência do Estado em relação às transferências da União.

## **4. PROPOSTAS**

### **4.1. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL SUSTENTÁVEL**

1. Ampliar o investimento em infraestrutura, logística, recursos hídricos, mobilidade urbana e telecomunicações para que o Estado do Ceará amplie os avanços conquistados na área de comércio exterior;
2. Dar continuidade à consolidação do parque industrial cearense, no sentido de viabilizar a implantação de novos complexos industriais e de suas cadeias produtivas, a exemplo do Complexo Industrial Eletrometal Mecânico, que tem como indústria motriz a Usina Siderúrgica da CSP;
3. Desenvolver um modelo de desenvolvimento com base nas macrorregiões de planejamento;
4. Apoiar a atuação da ZPE para ampliar o valor das exportações, bem como gerar emprego e renda, promovendo o crescimento econômico e social do Estado;
5. Alterar a legislação estadual para viabilizar o incentivo e a indução à interação entre o sistema de competência das empresas atraídas e o sistema de competências do território;
6. Manter o critério de “descentralização radial” para a oferta de incentivos fiscais e financeiros. Este critério busca desconcentrar as atividades industriais, e, assim, quanto mais distante de Fortaleza a indústria se localizar, melhor para a economia cearense, uma vez que mais harmônica será a distribuição de riqueza no Estado. O desvio do PIB *per capita* do município em relação ao PIB *per capita* do Estado também é considerado, reforçando o princípio de premiar aqueles municípios mais distantes e mais pobres;
7. Utilizar como segundo critério para concessão de incentivos à “descentralização concentrada” que descentraliza em relação à PMF, mas centraliza em municípios que apresentam aglomerações industriais relevantes, ou seja os municípios caracterizados como polos econômicos regionais, que já vem exercendo forte influência econômica nos demais municípios cearenses;

8. Aumentar a capacidade de investimento do Estado, através do aperfeiçoamento do sistema tributário estadual, da contratação de empréstimos (nacionais e internacionais), do uso racional dos recursos públicos e do combate à corrupção;
9. Cumprir as metas fiscais e garantir o equilíbrio fiscal sustentável;
10. Aperfeiçoar o nível de resposta do Governo às necessidades socioeconômicas e ambientais, por meio de modelos e métodos que evidenciam a eficiência alocativa dos recursos públicos;
11. Redefinir a Região Semiárida no Estado do Ceará para incluir 32 municípios que atualmente estão impedidos de acessar benefícios sociais e financeiros específicos.
12. Promover a integração e articulação estratégica do Estado com demais entes da Região Nordeste, visando:
  - a. A ampliação da inserção do Nordeste nas políticas públicas nacionais;
  - b. Inserção do Nordeste no processo de integração Sul-Americana;
  - c. Valorização do empreendedorismo regional e da diversidade cultural nordestina, fortalecendo as vocações locais;
  - d. Buscar maior articulação entre os investimentos estaduais e federais com leitura regional;
  - e. Organizar um Sistema de Assessoria Técnica Rural contemporâneo em articulação com os demais estados nordestinos;
13. Elaborar um Plano Integrado de Desenvolvimento do Estado do Ceará (de curto, médio e longo prazo);
14. Criação de programas de governo aptos a receberem propostas e projetos para atenderem demandas espontâneas do setor privado;
15. Efetivar a estratégia territorial como política de Estado - com recurso próprio garantido -, definindo o recorte territorial como unidade de planejamento padrão das políticas públicas, desse modo fortalecendo o pacto com entes federativos nas suas diferentes atribuições;
16. Construir planos de desenvolvimento econômicos setoriais, baseados no estímulo ao investimento privado, com enfoque na competitividade, na geração de empregos qualificados e na rentabilidade econômica das atividades empreendidas;
17. Incentivo ao planejamento urbano, como forma de melhor zonear às cidades e definir e facilitar o ambiente econômico;

18. Realizar os Planos de Desenvolvimento Metropolitano para as Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Cariri e Sobral;
19. Aprofundar as práticas de interoperabilidade de sistemas de gestão pública buscando um ambiente de integração global de dados para subsidiar decisões e políticas públicas do Governo.

## **4.2. INTERSETORIALIDADE E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

1. Investir em sistemas de monitoramento e avaliação de políticas públicas que possam ser livremente acessados pelas instâncias de controle social;
2. Redefinição de recorte territorial que fortaleça as identidades regionais e que seja utilizado para o planejamento e integração das diversas políticas públicas, a partir dos 13 Territórios de Identidade trabalhados pela SDA;
3. Redefinir estrutura organizacional para o planejamento territorial, no âmbito do poder público estadual, incorporando rede de coordenadorias territoriais de planejamento integrados;
4. Estruturar uma rede de serviços ao cidadão, criando unidade de atendimento integrado em todos os Territórios de Identidade;
5. Criar o Sistema de Planejamento e Gestão Participativa, envolvendo a organização e institucionalização de Conselhos de Desenvolvimento Territorial, Fóruns Territoriais, Planos de Desenvolvimento Territoriais e Fundos de Desenvolvimento Territoriais - um fundo para cada Territórios de Identidade.
6. Desenvolver os processos de monitoramento, avaliação e difusão de resultados que estimulem a participação e o controle social nos Territórios de Identidade;
7. Definir resultados e indicadores de Governo que representem compromissos com a população e realizar avaliação da gestão segundo estes indicadores;
8. Fomentar a criação de observatórios nos núcleos de estudos e pesquisas das instituições acadêmicas existentes nos diversos territórios do Estado, com a finalidade de gerar conhecimento que subsidie o planejamento, facilite a identificação de competências regionais, identificação de oportunidades e contribua na avaliação de resultados.

### **4.3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL PUBLICO E PRIVADO EM PROL DO DESENVOLVIMENTO**

1. Efetivar a REDESIM no Estado do Ceará, com vistas à redução da burocracia e fortalecimento do ambiente de negócios;
2. Investir na modernização da Junta Comercial do Estado do Ceará - inclusive dos Núcleos Regionais e Postos de Atendimento -, através da qualificação e renovação de seus quadros, aquisição de equipamentos e sistemas de Tecnologia da Informação, racionalização de procedimentos e processos e ampliação das Delegacias da JUCEC e Núcleos de Atendimento da SEFAZ no interior;
3. Criar um Comitê Consultivo para assuntos fiscais e tributários;
4. Ampliar a oferta de serviços pela internet da Secretaria da Fazenda, com o uso de senha/login ou certificação digital, para agilizar os processos, gerar economia de recursos e evitar deslocamentos físicos desnecessários;
5. Diminuir o custo de operação das empresas pela simplificação do atendimento e das práticas operacionais;
6. Planejar e implementar, numa parceria entre a Escola de Gestão Pública e a Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará, programas de capacitação dos gestores e técnicos municipais em gestão pública, baseada no modelo de Gestão por Resultados;
7. Ampliar a ação do Programa PRODEG - Programa de Desenvolvimento da Gestão Pública para capacitação dos servidores municipais;
8. Capacitar as equipes técnicas para trabalhar com o desenvolvimento sustentável (Agroilvilpastoril, biodiversidade planejada);
9. Criar um programa intersetorial de capacitação para todos os servidores estaduais, fortalecendo a cultura de uso e planejamento racional de todos os recursos e insumos posto, qualificando os gastos no custeio da máquina pública.
10. Continuar o Aperfeiçoamento dos mecanismos de cobrança de impostos, com o objetivo de aumentar a formalização e diminuir a evasão fiscal;

11. Realizar concursos públicos e criar planos de cargos, carreiras e salários para os servidores públicos, prioritariamente, para as áreas mais críticas da gestão pública;
12. Implementar um programa que estabeleça prazos máximos para a contratação e implementação de projetos e ações governamentais;
13. Disponibilizar um banco de dados de experiências bem sucedidas em políticas públicas e de parcerias com o setor privado;
14. Adotar medidas simples e concretas que facilitem o ambiente empreendedor: redução de burocracia, oferta de serviços pela internet e simplificação da relação com as empresas;
15. Adquirir ferramentas gerenciais usadas pelo setor privado para: redesenho de processo, gestão eletrônica de documentos, mapeamento de rotinas e elaboração de manuais de procedimentos;
16. Usar ativamente o Governo Eletrônico para facilitar a participação e o aumento da transparência, com a implantação: sistema de licitação eletrônica para todo o Estado e Prefeituras; Sistema de editais para convênios com entidades do terceiro setor; oferta de serviços, desde agendamento de consultas médicas até pagamento de tributos; gestão do conhecimento, com banco de dados de melhores práticas que possam ser replicadas, acervo de informações técnicas de programas e projetos e informações para investidores; e portal do cidadão, com informação sobre planos, execução orçamentária; legislação municipal, estrutura organizacional do governo e informações sobre o Estado e os Municípios;
17. Desenvolver uma política de valorização do servidor público, baseada em medidas de racionalização de pessoal, adoção de planos cargos e carreira e formação continuada;
18. Criação de um cadastro de qualificações profissionais e de um banco de talentos do servidor público;
19. Avançar nas operações estruturadas com o setor privado, acessando a poupança, com usos de mecanismos de mercado de capitais: lançamentos público de ações; FIDC (securitização e monetização de recebíveis); representados por créditos tributários; programas de concessão comum; parcerias público-privada (modalidades patrocinada e administrativa) e cooperações técnicas internacional;

20. Estruturar o Sistema Estadual de TIC, composto pela Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECITECE, Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará – ETICE, Coordenação Estratégica de Tecnologia da Informação – COETI/SEPLAG, CENTEC e órgãos setoriais de TIC da informação que pertencem às Secretarias de Estado e entidades da administração indireta de forma a assegurar ao sistema a capacidade de planejamento, integração, articulação e execução da política de desenvolvimento de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ceará;
21. Fomentar o uso intensivo de TIC para a produtividade da nossa economia em todos os setores econômicos com o objetivo de dinamizar e aumentar a competitividade. Ampliar o desenvolvimento de sistemas estaduais de informação com foco na eficiência logística, na desburocratização e na interação com a sociedade, sobretudo com dispositivos móveis;
22. Incentivar a informatização das gestões públicas municipais;

#### **4.4. PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E TRANSPARÊNCIA.**

1. Apoiar ações e fortalecer diálogo com associações regionais dos municípios cearenses e Fortalecer os Conselhos Municipais, integrando-os aos Colegiados Territoriais;
2. Aperfeiçoar os mecanismos de socialização das informações de fácil acesso da população aos atos e contratos governamentais;
3. Aperfeiçoar e instrumentalizar a rede de controle social com ferramentas informatizadas de monitoramento do portal de governo, orçamento, PPA, LDO e LOA;
4. Apresentar, através de encontros regionais, os resultados das iniciativas que estão sendo executadas nas macroregiões;
5. Desenvolver um modelo de acesso público para o gerenciamento das despesas com o custeio;
6. Descentralizar o sistema de ouvidoria, criando canais de atendimento territorial;

7. Fortalecer as instâncias de controle interno para diminuir os prejuízos e evitar a corrupção na administração pública;
8. Apresentar projetos públicos para discussão, acompanhamento e avaliação em fóruns estaduais, regionais e locais;
9. Socializar, através de fóruns regionais e territoriais, as atividades executadas pelo Estado;
10. Divulgar informações, estudos, análises e pesquisas anuais sobre desenvolvimento econômico, políticas públicas e gestão de recursos hídricos e do clima;
11. Apoiar a revisão e atualização dos Planos Diretores Municipais, com base no empoderamento e capacitação dos Conselhos Municipais e participantes do orçamento participativo;
12. Garantir a participação cidadã nos rumos do Estado, através do planejamento e orçamento participativo, dos conselhos comunitários e da admissão de representantes da sociedade civil nas deliberações de políticas públicas;
13. Ampliar o Governo Eletrônico de forma a obter a excelência na entrega de serviços ao cidadão, com maior agilidade, transparência, acesso à informação e interação sociedade-governo (bidirecional);

**02**

---

**CEARÁ**

---

**ACOLHEDOR**

---

# **INTRODUÇÃO**

O eixo Ceará Acolhedor abrange as Políticas Públicas da Assistência Social, Habitação, Inclusão, Direitos Humanos e Segurança Alimentar. Nos últimos anos, em ritmos diferenciados, estas políticas têm passado por importantes processos de consolidação, visibilidade, normatização e estruturação de seus mecanismos de ação. O lastro deixado pelo processo de redemocratização do país, “instituído os direitos sociais como a educação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (Constituição Federal de 1988, em seu Art. 6º) trouxe, para a cena pública brasileira, importantes atores, lutas e reivindicações sociais.

O nosso governo, em parceria com os governos municipais e a esfera federal, com as entidades, categorias profissionais, organizações e segmentos quer avançar no reconhecimento dessas lutas, fortalecer as estruturas de participação existentes na sociedade, tais como Conselhos Tutelares, Conselhos Municipais, fóruns de participação e outros, e ampliar os mecanismos de acesso aos direitos constitucionais.

O Eixo Ceará Acolhedor fundamenta-se num conjunto de políticas públicas pautadas na inclusão social dos segmentos vulneráveis, no respeito à pluralidade e à liberdade de escolhas dos indivíduos e na garantia dos direitos humanos. Ao adotar a noção de Acolhimento na concepção e fortalecimento de uma ação pública, assumimos o compromisso de proporcionar ao cidadão uma vivência e uma convivência pessoal, familiar e comunitária: segura, inclusiva e garantidora de direitos sociais. Junte-se a isso, a preocupação em ampliar o acesso aos bens e serviços, ao conhecimento, ao lazer, à renda e ao trabalho. É nessa perspectiva que se afirma o acolhimento como uma das principais diretrizes do nosso governo, para que sigamos juntos, avançando no desenvolvimento econômico, político, sócioambiental e sustentável do Estado do Ceará. Portanto, no nosso governo, acolher é potencialmente um ato de respeito, diálogo e compartilhamento que se transforma no compromisso de dar respostas às necessidades e garantir os direitos dos cearenses.

# **1. ASSISTÊNCIA SOCIAL**

## **1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA**

O Eixo 2, O Ceará Acolhedor, tem como objetivo apresentar as propostas das políticas públicas da Assistência Social para o Governo Camilo Santana no período 2015-2018, especificando os princípios, diretrizes, iniciativas, com vistas a superar o cenário de vulnerabilidade e risco pessoal, familiar, comunitário e social.

A Política Nacional de Assistência Social, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2004, instituiu o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) como modelo de gestão para esta política pública. O SUAS determina as funções das três esferas de Governo na execução da Política Pública.

Como política pública, a assistência social deve aprofundar e garantir as seguintes seguranças:

1. De acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a permanência de indivíduos e famílias, em períodos de curta, média e longa permanência;
2. De renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, em situações de vulnerabilidade decorrente do ciclo de vida e/ou incapacitados para a vida independente e para o trabalho;
3. De convívio ou vivência familiar, comunitária e social: através da oferta pública de rede continuada de serviços garantidores de oportunidades que favoreçam a criação e retomada de vínculos familiares e sociais, bem como as condições para o exercício de atividades profissionais;
4. De desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social: pela superação das causas das vulnerabilidades e riscos sociais;
5. Apoio e auxílio: pela garantia de sobrevivência das famílias e indivíduos em situações de riscos circunstanciais, emergenciais e temporários;

As ações da proteção social são organizadas em dois níveis: a proteção social básica e a proteção social especial (LOAS, Art. 6º). A proteção social básica atende às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, prevenindo situações de risco e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. A unidade de referência para oferta de seus serviços, programas, projetos e benefícios é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Os serviços de proteção social bási-

ca são executados no âmbito municipal, cabendo ao Estado o cofinanciamento e o apoio técnico aos municípios.

A proteção social especial, de média ou alta complexidade, objetiva proteger famílias e indivíduos em situações de risco pessoal e social, cujos direitos tenham sido violados, com ou sem rompimento dos laços familiares e comunitários. Essas situações decorrem de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso e exploração sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras. Esse nível de proteção tem como unidade de referência para oferta de seus serviços, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

## **1.2 AVANÇOS**

- Instituição da Política Estadual de Assistência Social e da Lei Estadual nº 14.279 08, que autoriza o cofinanciamento de serviços e benefícios;
- Definição dos pisos e critérios de financiamento da proteção social básica para o Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF), em 159 municípios; Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), em 181 municípios; Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para pessoas idosas em 70 municípios, e para pessoas com deficiência, em 42 municípios;
- Definição dos pisos e critérios de cofinanciamento da proteção social especial com atendimento nos CREAS de 39 municípios;
- Estruturação da Comissão Intergestores Bipartite - CIB e do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS;
- Elaboração e execução do Plano Estadual de Capacitação dos Trabalhadores dos SUAS de âmbito municipal e estadual;
- Realização de 04 cursos de especialização, em parceria com a Universidade Estadual do Ceará – UECE e a Faculdade Metropolitana de Fortaleza - FAMETRO;
- Implantação do sistema “on line” de plano de ação e prestação de contas dos recursos do cofinanciamento (repasso fundo a fundo);
- Elaboração do Plano de Regionalização dos Serviços da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade;
- Realização de Pacto com a União para o Aprimoramento da Gestão do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), para o período 2011/2015.

### **1.3. DESAFIOS**

- Instituição da Política Estadual da Assistência Social em lei;
- Universalização do cofinanciamento dos serviços e benefícios eventuais da proteção social básica aos 184 municípios cearenses;
- Regionalização dos serviços de proteção social especial de média e alta complexidade, conforme plano de regionalização e cofinanciamento dos serviços;
- Reordenamento dos serviços de proteção sociais especiais executados pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) conforme a tipificação dos Serviços Socioassistenciais e Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE);
- Elaboração e execução de política de recursos humanos, com a implantação de carreira específica para os servidores públicos que atuem na área de Assistência Social.

### **1.4. DIRETRIZES**

- Consolidar a Política Estadual de Assistência Social;
- Regionalização dos serviços de proteção social especial nas 08 Macrorregiões do Estado do Ceará;
- Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

- Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

## **1.5. PROPOSTAS**

### ***1. Consolidação da Política Estadual de Assistência Social.***

- 1.1. Transformar a Política Estadual de Assistência Social em lei;
- 1.2. Ampliar o apoio técnico e financeiro aos 184 municípios, qualificando-os na gestão e oferta dos serviços à população em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, notadamente à população em situação de rua, idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, populações tradicionais (indígenas e quilombolas);
- 1.3. Criar carreira específica para servidores públicos com atuação na área;

### ***2. Regionalização dos serviços de proteção social especial nas 08 Macrorregiões do Estado do Ceará.***

- 2.1. Desenvolvimento dos serviços, em articulação com as demais políticas públicas, com o atendimento à população em situação de vulnerabilidade e riscos pessoal e social, sobretudo àquela em extrema pobreza;
- 2.2. Ampliação dos programas de atendimento ao idoso, ao deficiente e às pessoas em vulnerabilidade social, buscando aprofundar as parcerias com o Governo Federal e com organizações não governamentais;
- 2.3. Implantação de um Complexo para Idosos, com estruturação de Abrigo Residencial, Casa, Lar e República;
- 2.4. Regionalização dos serviços de Proteção Social Especial com a implantação de 08 abrigos para acolhimento de crianças e adolescentes e 03 serviços de Família Acolhedora;
- 2.5. Implantação de 08 CREAS para atendimento às famílias e indivíduos com direitos violados;

## **2. POLÍTICA HABITACIONAL**

### **2.1. APRESENTAÇÃO**

A política habitacional também se insere no Eixo Acolhedor, uma vez que a descentralização fiscal, político-administrativa dos entes federados concorreu para o deslocamento para estados e municípios, em parceria com o Governo Federal, da execução de programas e projetos de habitação. Aqui, apresentamos a Política de Habitação para o Governo Camilo Santana, no período 2015-2018, especificando seus princípios, diretrizes e iniciativas, com vistas ao enfrentamento do déficit habitacional e da inadequação domiciliar no Estado do Ceará.

Nesta perspectiva, a questão habitacional considera dois aspectos:

- A necessidade de incremento e de reposição de unidades habitacionais;
- A necessidade de adequação de unidades habitacionais existentes.

A mensuração do primeiro aspecto constitui o que metodologicamente se define como DÉFICIT HABITACIONAL, enquanto que as ocorrências no segundo aspecto são tratadas como INADEQUAÇÃO DE DOMICÍLIOS.

Desta forma, os componentes do déficit habitacional estão classificados da seguinte forma:

- Domicílios precários - são domicílios improvisados e rústicos, inservíveis ou inadequados para a moradia ou localizados em áreas de risco;
- Coabitação familiar - quando famílias convivem em um mesmo domicílio, embora tendo intenção de constituir domicílio exclusivo;
- Ônus excessivo - quando famílias com renda de até 3 salários mínimos dispõem de valor igual ou superior da renda familiar com aluguel;
- Adensamento excessivo de domicílios alugados - quando o adensamento por dormitório é maior que 3 moradores.

Por outro lado os componentes da inadequação domiciliar se constituem em:

- Domicílios carentes de serviço de infraestrutura;
- Domicílios sem unidade sanitária domiciliar exclusiva;
- Adensamento excessivo em domicílios próprios.

A ausência de regularidade documental dos imóveis residenciais é uma situação recorrente, principalmente em imóveis ocupados por famílias de menor renda, devendo, portanto, ser tratada como mais uma inadequação domiciliar.

## **2.2. AVANÇOS**

Ao assumir o primeiro mandato em 2007, o Governador Cid Gomes reestruturou o quadro de secretarias, instituindo a Secretária das Cidades do Estado do Ceará, para encampar, em âmbito estadual, o rebatimento das ações desenvolvidas pelo Ministério das Cidades.

A Secretaria das Cidades encampou vários projetos de intervenção urbana, entre eles o Projeto Maranguapinho, que possibilitou a extinção de áreas localizadas no percurso do Rio Maranguapinho, que atravessa os municípios de Maranguape, Maracanaú, Fortaleza e Caucaia. No Cariri e nos Vales do Acaraú e Jaguaribe, outros importantes projetos de intervenção urbana foram implantados ou estão em fase de implantação.

A partir de 2011, a Secretaria das Cidades implementou mecanismos que possibilitaram a retomada de obras paralisadas do Programa Minha Casa Minha Vida, PMCMV 1 e a superação das cotas estabelecidas pelo Ministério das Cidades para o PMCMV 2. Essa ação resultou num total de 61.550 unidades habitacionais contratadas pelas instituições financeiras operadoras do programa, das quais 16.593 já haviam sido entregues aos beneficiários até agosto de 2014.

### ***Destacam-se os seguintes avanços:***

- Instituição do Comitê Interinstitucional PMCMV, congregando os agentes envolvidos na Cadeia Produtiva do Programa;
- Cofinanciamento do PMCMV com a aprovação da Lei nº 15.143/2012 que autoriza aporte de recursos pelo Estado, complementares aos recursos federais;
- Realização de Campanhas para incentivar a adesão dos municípios ao PMCMV, em suas várias modalidades;
- Orientação aos municípios com até 50 mil habitantes sobre sua inserção na modalidade do PMCMV;

- Orientação aos municípios e entidades organizadoras para operacionalização do PMCMV na modalidade PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural;
- Acompanhamento sistemático do desempenho do PMCMV junto às instituições financeiras encarregadas da operação do programa.

### **2.3. DESAFIOS**

1. Produção de 50 mil novas moradias no âmbito do PMCMV 3;
2. Realização de 100 mil melhorias habitacionais;
3. Regularização fundiária em 50 áreas irregulares na capital e região metropolitana;
4. Eliminação de todas as casas de taipa no Estado do Ceará;
5. Promover o fortalecimento dos municípios na gestão eficiente de infraestrutura habitacional urbana e rural.

### **2.4. DIRETRIZES**

- Atuação primordial no provimento da habitação de interesse social para enfrentamento do déficit habitacional e da inadequação domiciliar;
- Instituição do conceito de moradia digna como o conjunto de meios que viabilizem o abrigo, a convivência familiar, a relação comunitária e a inserção urbanística sustentável;
- A produção de unidades habitacionais de interesse social de qualidade, classificadas no conceito de moradia digna;
- O cofinanciamento para produção, melhoria e regularização de habitação de interesse social;
- Promoção da intersetorialidade na aplicação da política habitacional de interesse social, envolvendo as demais políticas públicas;
- Incentivo ao desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias construtivas nos projetos de habitação de interesse social;

- Continuidade dos grandes projetos iniciados em gestões anteriores;
- Aprimorar a produção habitacional de interesse social;
- Criar mecanismos de apoio aos municípios na instituição e execução de programas de melhorias habitacionais;
- Promover ações de regularização fundiárias do estoque de imóveis produzidos pelo Governo do Estado;

## **PROPOSTAS VALIDADAS PELO CANDIDATO NA CAMPANHA**

- ***Expandir o programa Minha Casa Minha Vida, em parceria com o Governo Dilma, contratando a construção de mais de 50 mil casas.***
- ***Expandir o programa Minha Casa Minha Vida Rural, garantindo moradia digna e confortável para quem vive no campo.***
- ***Lançar programa especial de reforma de casas de taipa e melhorias habitacionais.***
- ***Garantir moradia para as famílias que hoje ocupam áreas de risco no Ceará.***
- ***Criar programa de regularização fundiária nas cidades em parceria com as prefeituras, inclusive realizando mutirões, para garantir o papel da casa a milhares de famílias que até hoje não têm a escritura do terreno, nem da casa onde vivem.***
- ***Entregar o papel da terra para mais de 100 mil pequenos agricultores que ainda não têm este documento, prosseguindo o programa de regularização fundiária na zona rural, que já entregou o papel da terra para mais de 67 mil agricultores cearenses.***

## **2.5. PROPOSTAS**

### ***1. Aprimorar a produção habitacional de interesse social.***

1.1. Manutenção e aperfeiçoamento dos mecanismos do Programa Minha Casa Minha Vida:

1.1.1. Reorganização do comitê interinstitucional PMCMV criando câmaras específicas para tratar das várias modalidades do programa;

1.1.2. Inclusão da representação de entidades sociais de ação urbana e rural entre os componentes do comitê interinstitucional PMCMV;

1.2. Reforço do cofinanciamento para ações de produção de habitação de interesse social (Lei nº 15.143 2012) com recursos do FECOP e de outras fontes;

1.3. Fomento à requalificação de imóveis desocupados ou subutilizados para fins de habitação de interesse social;

1.4. Incremento do processo de assistência técnica aos municípios e entidades sociais na produção de habitações de interesse social e regularização fundiária urbana;

1.5. Envolvimento de várias secretarias estaduais no atendimento do PMCMV e demais programas habitacionais;

1.6. Integração dos dados cadastrais dos beneficiários dos programas de habitação, aprimorando outras ferramentas de acompanhamento do seu desempenho;

1.7. Implementação de ações para solução de questões habitacionais de interesse social na região do entorno do Complexo Industrial e Portuário do Pecém;

1.8. Fomento à requalificação de Imóveis desocupados ou subutilizados para fins de habitação de interesse social.

### ***2. Criar mecanismos de apoio aos municípios na instituição e execução de programas de melhorias habitacionais.***

2.1. Reforço do cofinanciamento das ações de melhorias habitacionais;

2.2. Incremento do processo de assistência técnica aos municípios e entidades sociais;

- 2.3. Articulação com o meio acadêmico para realização de estudos e iniciativas voltadas para aperfeiçoamento das ações de melhoria habitacional;
- 2.4. Apoio aos municípios para o enfrentamento das questões que envolvem o deslocamento involuntário de famílias residentes em áreas inadequadas;
- 2.5. Apoio aos municípios e entidades sociais para o desenvolvimento de programas e ações voltadas para a produção, melhoria e regularização da habitação de interesse social.

### ***3. Promover ações de regularização fundiária do estoque de imóveis produzidos pelo Governo do Estado.***

- 3.1. Instituição de lei específica de criação de programas de regularização fundiária nos municípios;
- 3.2. Incremento do processo de assistência técnica aos municípios e entidades sociais para o desenvolvimento de programas e ações de regularização fundiária urbana;
- 3.3. Estabelecimento de cofinanciamento das ações voltadas para regularização fundiária urbana;
- 3.4. Mobilização das instituições competentes, envolvidas nos procedimentos de regularização fundiária para simplificação e barateamento dos registros imobiliários e demais atos congêneres.

## **3. POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**

### **3.1. APRESENTAÇÃO**

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, acolheu a dignidade humana como um dos fundamentos da República, orientando toda a legislação complementar do país para o atendimento desta normativa.

Dentro desta perspectiva, o Estado do Ceará, assim como o Brasil, buscou sua organização político-administrativa para garantir o atendimento constitucional das diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos.

Neste esforço o Governo do Estado fortaleceu e reorganizou sua Secretaria de Justiça e Cidadania, e criou as Coordenadorias Especiais resultando no avanço da política de direitos como instrumento transversal das demais políticas públicas.

## **3.2. AVANÇOS**

Nos últimos oito anos, o Governo do Estado procurou alinhar seus esforços às estratégias nacionais, imprimindo aos direitos humanos um status de políticas especiais em conformidade com as necessidades e demandas de diversos segmentos populacionais do Estado. Destacamos os principais avanços:

- Criação da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas e das coordenadorias especiais voltadas à tutela de temáticas específicas, como mulheres, idosos e pessoas com deficiência, igualdade racial, LGBT, juventude e políticas sobre drogas, todas vinculadas ao Gabinete do Governador;
- Resgate da cidadania da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT;
- Alteração do Artigo 14 da Constituição do Estado do Ceará, onde fora incluído o termo “orientação sexual”; proibindo à discriminação em razão da orientação sexual;
- LEI Nº 14.820, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010 (Semana Luiz Palhano Loiola);
- Lei que estabelece a Semana da Diversidade Sexual do Estado do Ceará,
- LEI Nº 14.687, DE 30 DE ABRIL DE 2010;
- Lei que garante o direito a companheiros(as) de servidores(as) estaduais inclusive os do mesmo sexo a terem os direitos previdenciários garantidos;
- Portaria Nº 544/2010 da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social que assegura aos(às) servidores(as) públicos e colaboradores da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS o uso do nome social adotado por travestis e transexuais nos registros internos desta Secretaria;

- Implantação do Instrumental de estatísticas de violações da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, Mapa de Riscos, e de vulnerabilidade com a classificação de violências em razão de HOMOFOBIA, LESBOFOBIA e TRANSFOBIA;
- Resolução nº 437/12 da Secretaria de Educação/Conselho Estadual de Educação, que dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros internos do Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências;
- Decreto nº 31.347/2013 que vinculou a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas LGBT ao Gabinete do Governador.;
- Criação de Legislações específicas e implantação de serviços para fortalecimento das Políticas Públicas de Mulheres;
- Cria a Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, por meio da Lei nº 14.639, de 9.3.2010;
- Faz parte da articulação política para a criação em outubro de 2010, do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, por meio da Lei nº 6920 de 19.10.2006;
- Inaugura quatro das nove delegacias especializadas que existem no Estado;
- Cria a Câmara Técnica Estadual de Gestão do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, por meio do Decreto nº 30.549, de 24.05.2011;
- É instituído o Dia Estadual de Combate à Violência contra a Mulher, pela Lei nº 13.987/2007;
- É instituído o Dia Estadual de Comemoração da Lei Maria da Penha, por meio do Decreto nº 448/2007;
- Faz adesão ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em dezembro de 2008;
- É criado o Núcleo de Enfrentamento à violência contra a Mulher, por meio da Resolução nº 44/2010, do Conselho Superior da Defensoria Pública Geral do Estado;

- É criada a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça, por meio do Projeto de Resolução nº 08/2011, de 6.10.11;
- É criada a Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por meio do Projeto de Resolução nº 01/2012, de 29.02.2012;
- É criado o Observatório da Violência contra a Mulher na UECE, o OBSERVEM;
- É feito o mapeamento dos equipamentos da rede estadual de atendimento à mulher em situação de violência e publicado;
- Fortalecimento da rede estadual de enfrentamento à violência contra as mulheres, passando de 30 para 87 conselhos municipais de direitos das mulheres no Estado;
- Criação de Secretarias Municipais de Políticas para as Mulheres, em Limoeiro do Norte e Novo Oriente;
- Execução de campanhas e eventos complementares para implementação da Política de Mulheres;
- Lançamento da campanha, junto com a sociedade civil, para multiplicação dos conselhos municipais no Estado;
- Coordenou e realizou a 3ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres;
- Censo penitenciário de mulheres em situação de prisão; em parceria com a Defensoria Pública Geral do Estado e a Secretaria de Justiça e Cidadania;
- Mapeamento de mulheres produtoras rurais, indígenas e quilombolas em 43 municípios do Estado, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Fetraece e Ematerce;
- Criação de Grupo de Estudos e Pesquisa sobre gênero e prisão, em parceria com a Secretaria de Justiça e o Centro Universitário Unichristus;
- Criação e execução do Projeto Mulher de Lei, em parceria com a Secretaria de Cultura e o Instituto Maria da Penha;
- Adesão ao Programa Nacional: Mulher viver sem Violência;
- Realização de Campanhas de Sensibilização em parcerias com organizações e Secretarias Estaduais: Outubro Rosa e Laço Branco;

- Criação de GT para a elaboração dos protocolos dos fluxos de atendimento às mulheres em situação de violência no Estado;
- Criação, em parceria com a Secretaria de Justiça, do Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
- Execução de convênio com o Governo Federal para capacitação de gestoras, parlamentares e conselheiras das oito regiões-polo do Estado;
- Adesão, em parceria com a STDS, da Campanha do Laço Branco – homens contra a violência contra as Mulheres;
- Qualificação do serviço de atendimento à população no que se refere aos Direitos Humanos;
- Criação de 05 serviços VAPT-VUPT em substituição às Casas do Cidadão;
- Ampliação dos serviços dos Caminhões do Cidadão, com 05 unidades em ação, levando serviços à população residente em bairros e municípios distantes dos Postos Fixos;
- Funcionamento do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) para prevenção e enfrentamento ao tráfico de pessoas;
- Atendimento ao Migrante através do posto Avançado localizado no Aeroporto Internacional Pinto Martins, tratando de casos de pessoas deportadas e inadmitidas, bem como de situações de tráfico de pessoas e afins;
- Atendimento às vítimas e familiares de vítimas de crimes violentos, através do Centro de Referência e Apoio às Vítimas de Violência Urbana (CRAV);
- Assistência aos defensores (pessoas físicas ou jurídicas) dos Direitos Humanos que, em função de sua atuação, encontram-se em situação de risco e/ou vulnerabilidade, através do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH):
- Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM):
- Por meio de medidas protetivas, atua na garantia dos direitos assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Instituição da Comissão de Anistia Wanda Sidou;

- Funcionamento dos Conselhos de Direitos;
- Desenvolvimento das políticas públicas para a Promoção da Igualdade Racial em transversalidade com programas, projetos e ações da gestão pública estadual e municipal, através da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial (CEPPIR-CE);
- Execução do projeto “Desenvolvimento de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial no Estado do Ceará”, em parceria com o Governo Federal;
- Realização de 08 encontros macrorregionais, seminários e conferências, para reelaborar o Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial – PEPIER;
- Capacitação da sociedade civil organizada e representantes do poder público interessados em participar do Conselho Estadual de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial COEPIR.

### **3.3. DESAFIOS**

- Promover a transversalidade das políticas de direitos humanos nas ações de Governo;
- Situar as políticas relacionadas à tutela e proteção da dignidade humana como metas fundamentais do governo popular no próximo quadriênio;
- Aprofundar as ações relativas às áreas dos direitos humanos, proteção da criança e do adolescente, enfrentamento ao trabalho escravo, ao tráfico de pessoas, violência contra a mulher, a homofobia, a luta pela acessibilidade, atenção ao idoso, à juventude, à dignificação do sistema prisional e à cultura de paz;
- Fortalecer mecanismos institucionais de combate e punição à violação dos direitos humanos;
- Buscar cumprir os avanços já definidos na Legislação de defesa dos direitos humanos.

### **3.4. DIRETRIZES**

1. Educação, promoção e defesa dos direitos humanos para fomentar a difusão, a conscientização, o aprendizado e a prática habitual dos direitos humanos na estrutura social, além de buscar superar obstáculos socio-culturais e político-ideológicos que impedem a vivência pessoal, familiar e comunitária.
2. Proteção as Crianças e Adolescentes, garantindo seus direitos, buscando o cumprimento da legislação existente e utilizando ferramentas adequadas para elidir qualquer forma de exploração, abandono, maus-tratos, violência sexual.
3. Fomentar a garantia dos direitos da Mulher, não apenas através de campanhas e estratégias culturais e educativas, como, também, através da eliminação da discriminação sexista em todas as suas variáveis, seja ela no lar, no trabalho, na vida político-social, no sistema prisional, banindo, sobretudo, a violência de gênero.
4. Fomento a uma cultura inclusiva, sem discriminação por razão de etnia, cor e origem, fortalecendo mecanismos de geração de igualdade de oportunidades, de modo a que todas as pessoas possam se beneficiar, simultânea e equitativamente, do produto das riquezas estatais e das oportunidades na vida privada.
5. Acolhimento às minorias populacionais como quilombolas, além de outras, promovendo o sincretismo e a diversidade a religiosa, como forma de patrocinar o respeito ao multiculturalismo e à tolerância entre os mais diversos credos e culturas.
6. Assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais às pessoas com deficiência, sem quaisquer tipos de discriminação, garantindo, assim, uma política pública transversal na defesa de direitos, abolindo o preconceito e a discriminação em razão da deficiência.
7. Implementar políticas públicas transversais de garantia e promoção de direitos das pessoas idosas com base no Estatuto do Idoso.
8. Focar-se na eliminação do preconceito e da violência à população LGBT por razões de orientação sexual, contribuindo com a tolerância e o respeito à diversidade. Visa tutelar as mais diferentes orientações sexuais, tanto no âmbito da vida privada, como na seara estatal, proporcionando-lhes saúde, assistência e tratamento especializado.

## **3.5. PROPOSTAS**

### ***EDUCAÇÃO, PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS***

#### ***1. Fortalecer as ações de prevenção e enfrentamento à violência urbana***

1.1 Fortalecimento e ampliação do controle social em direitos humanos: Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conselho da Mulher, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho do Idoso.

#### ***2. Prevenir e enfrentar a exploração sexual, o turismo predatório e o tráfico de seres humanos***

2.1 Fortalecimento das ações do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;

2.2 Fortalecimento e interiorização do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) para articulação, planejamento e execução de ações preventivas ao tráfico de pessoas, de conformidade com a Política Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;

2.3 Prestação de atendimento psicossocial e jurídico às vítimas e familiares recebendo, encaminhando e monitorando denúncias;

2.4 Promoção da criação de redes de enfrentamento ao turismo predatório, exploração sexual e tráfico de seres humanos de maneira integrada, procurando identificar e responsabilizar os que financiam e promovem essa prática.

#### ***3. Contribuir para o esclarecimento das violações de direitos humanos praticados no período da ditadura militar***

3.1 Instituição da Comissão da Memória, Verdade e Justiça do Ceará para recuperar a memória dos fatos e apurar as violações de Direitos Humanos ocorridos durante o período do último Regime Militar no território estadual;

3.2 Estabelecimento de intercâmbio de compartilhamento de informações com Comissões de Verdade Federais, Estaduais e Municipais, sobretudo registrando-se na Rede Social da Comissão Nacional da Verdade;

3.3 Realização de um inventário centralizado dos arquivos e documentos encontrados.

#### **4. Fortalecer o Sistema Estadual de Direitos Humanos**

4.1 Criação da Secretaria Estadual de Direitos Humanos, com competente infraestrutura física, humana e orçamentária;

4.2 Criação de Centros de Referência de Direitos Humanos;

4.3 Zelar pelo permanente aperfeiçoamento dos servidores públicos estaduais em práticas e ações de atenção aos direitos humanos, com enfoque nas peculiaridades de todas as políticas transversais.

#### **5. Assegurar a proteção às Pessoas ameaçadas de morte**

5.1 Criação da Política e do Plano Estadual de Proteção à Pessoa Ameaçada de Morte, com fortalecimento e ampliação dos programas de proteção existentes:

a) PROVITA: Programa de Proteção à Vítimas e Testemunhas ameaçadas em razão de sua colaboração com a justiça;

b) PPCAAM: Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte, tendo como objetivo a preservação da vida por meio de ações protetivas e garantia de direitos fundamentais garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

c) PPDDH - Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, objetivando proporcionar proteção e assistência à pessoa física ou jurídica, grupo, instituição, organização ou movimento social que defenda os Direitos humanos, e em função de sua atuação, encontra-se em situação de risco e/ou vulnerabilidade.

#### **6. Fomentar a produção de conhecimento na área dos Direitos Humanos**

6.1 Instituição de um observatório de mapeamento das violações de Direitos Humanos no Estado do Ceará;

- 6.2 Produção de material informativo sobre direitos humanos para escolas, universidades, cursos de formação de profissionais do serviço público, incluindo os do sistema de segurança pública e sistema de justiça;
- 6.3 Criação de Centros Socioeducativos, nas cinco regiões mais populosas do Estado, para acolher jovens em conflito com a lei;
- 6.4 Incentivar, através de renúncia fiscal, as empresas que contratarem jovens negros em conflito com a lei e que estejam cumprindo medidas socioeducativas;
- 6.5 Estabelecer programa de incentivo às empresas que empregarem pessoas LGBT.

### ***7. Promover a Educação em Direitos Humanos***

- 7.1 Fortalecimento do Projeto Balcão da Cidadania, levando à população, de forma itinerante, na capital e no interior, a educação e direitos humanos, oferecendo todos os serviços e informações da política de direitos humanos do Estado;
- 7.2 Instituição do Selo Estadual de Direitos Humanos para empresas privadas que fomentarem a educação e os direitos humanos entre os funcionários e que admitirem em seus quadros pessoas em situação de vulnerabilidade social.

TRANSVERSALIDADE X CEARÁ DO CONHECIMENTO

### ***8. Garantir acesso aos sistemas de saúde de forma humanizada***

- 8.1 Desenvolvimento de estratégias para garantia do acesso dos segmentos vulneráveis ao sistema público de saúde, garantindo o atendimento humanizado e integral.

TRANSVERSALIDADE X CEARÁ SAUDÁVEL

### ***9. Fortalecer o Direito do Consumidor***

- 9.1 Criação do Conselho dos Direitos do Consumidor.

TRANSVERSALIDADE X CEARÁ PACÍFICO

## **10. Fortalecer a atuação da Defensoria Pública na defesa das violações dos direitos humanos.**

10.1 Promoção do fortalecimento e interiorização da Defensoria Pública, garantindo o acesso da população hipossuficiente à justiça em todo estado.

TRANSVERSALIDADE X CEARÁ PACÍFICO

## **11. Promover o acesso rápido e fácil dos cidadãos ao Serviço Público**

11.1 Ampliação dos VAPT VUPT para as maiores cidades do Estado, reunindo em um único local a prestação dos vários serviços públicos de acesso à cidadania e do Caminhão da Cidadania.

TRANSVERSALIDADE X CEARÁ PACÍFICO

# **CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

## **1. Fortalecer as ações públicas de Defesa e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente**

1.1 Fortalecimento do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA-CE, assim como os demais conselhos afins em atuação no âmbito do Estado, incorporando, nas propostas de leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA), suas deliberações no tocante às políticas públicas destinadas ao atendimento da população infanto-adolescente, com a subsequente previsão de dotação orçamentária nos orçamentos dos órgãos públicos responsáveis pela execução de citadas;

1.2 Desenvolvimento de estratégias para implementar e efetivar o Plano Estadual da Primeira Infância;

1.3 Desenvolvimento de estratégias para implementar e fortalecer o Plano Decenal e a Política Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ações voltadas para a erradicação do trabalho infantil, do enfrentamento da vio-

lência sexual contra crianças e adolescentes, além de outras políticas impreteríveis como a voltada às crianças em situação de rua etc.;

1.4 Desenvolvimento de estratégias com foco na implementação do Plano Estadual de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, tendo por base o Plano Nacional, contemplando ações destinadas ao fortalecimento dos vínculos familiares e políticas destinadas a evitar ou abreviar o máximo o tempo de permanência de crianças e adolescentes em abrigos, inclusive mediante implementação de programas de acolhimento familiar;

1.5 Apoiar técnica e operativamente os municípios no suporte aos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes;

1.6 Fomento à Escola de Conselhos de Direitos e Tutelares do Ceará enquanto política pública, garantindo a formação continuada dos atores do sistema de garantia dos direitos nos seus três eixos (defesa, promoção e controle).

## ***2. Implementar a Política Estadual socioeducativa para atendimento dos adolescentes em conflito com a lei e egressos das internações***

2.1. Plano de Atendimento Socioeducativo, conforme previsto nas Leis nº 8.069/90 e 12.594/2012, destinado ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas famílias, compreendendo ações, serviços e programas de prevenção ao uso de substâncias psicoativas e à evasão escolar, programas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, a serem executados pela administração direta ou em parceria com entidades não governamentais, por meio de ações intersetoriais das mais variadas;

2.2. Construir retaguarda de atendimento dos adolescentes em conflito com a lei e egressos da internação, visando envolver a comunidade e oferecendo-lhes alternativas concretas para a construção de um novo projeto de vida, baseado em valores como a cidadania, a ética, o respeito, a honestidade e a solidariedade;

2.3. Criação de Centros Socioeducativos nas cinco cidades mais populosas do Estado para acolhimento e ressocialização de adolescentes em conflito com a lei;

2.4. Disseminação da cultura da justiça restaurativa no sistema estadual de ensino e no sistema socioeducativo, visando à resolução extrajudicial de conflitos, através da mediação com participação direta dos atores envolvidos no conflito, famílias e comunidades afins.

### ***3. Promover o enfrentamento à violência letal contra crianças e adolescentes***

- 3.1. Desenvolvimento de estratégias coordenadas com as polícias de inteligência e repressivas, para inibir crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como crimes de pedofilia, dentre outros, mediante meios digitais;
- 3.2. Fortalecimento da política de Combate à Violência Sexual contra crianças e Adolescentes;
- 3.3. Fortalecimento do Programa Estadual de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte –PPCAAM no Ceará;
- 3.4. Aprimoramento dos Serviços de identificação e localização de pais e responsáveis de crianças e adolescentes desaparecidos.

## **MULHERES**

### ***1. Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde integral das mulheres, e dos direitos sexuais e reprodutivos***

- 1.1. Promoção dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos das mulheres em todas as fases do seu ciclo de vida e nos diversos grupos populacionais, sem discriminações;
- 1.2. Garantia do efetivo funcionamento da Rede de Atenção à Saúde da Mulher e, em específico, ao enfrentamento do câncer de mama/colo do útero;
- 1.3. Contribuição para a redução da gravidez na adolescência;
- 1.4. Enfrentamento à morbidade materna.

### ***2. Garantir a efetivação do Pacto Nacional de Enfretamento à Violência Contra As Mulheres***

- 2.1. Garantia da efetividade da Lei Maria da Penha e fortalecer e ampliar a rede de atendimento à mulher vítima de violência, com especial atenção para as Delegacias de Mulheres;

- 2.2. Implantação da Casa da Mulher Brasileira para acolhimento de todos os equipamentos da rede de atendimento da mulher vítima de violência;
- 2.3. Garantia da efetividade dos serviços da Unidade Móvel de Atendimento para enfrentamento à violência às mulheres do campo e da floresta;
- 2.4. Garantia da capacitação continuada para os(as) servidores(as) da rede garantindo atendimento humanizado;
- 2.5. Monitoramento e acompanhamento das políticas públicas voltadas para a mulher;
- 2.6. Incentivo aos Municípios para criação, fortalecimento e ampliação da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

### ***3. Promover a igualdade no mundo do trabalho com autonomia econômica***

- 3.1. Fomento à participação e permanência das mulheres no mundo do trabalho, com a garantia de qualidade nas condições e igualdade de rendimentos;
- 3.2. Promoção da organização produtiva e o acesso a renda para as mulheres, especialmente daquelas em vulnerabilidade social;
- 3.3. Garantia da capacitação para as mulheres atendidas pela Rede Estadual, objetivando sua inclusão no mercado de trabalho;
- 3.4. Dar visibilidade ao trabalho da mulher do campo e da floresta, dos indígenas e das comunidades tradicionais, incentivando seus saberes e orientando-as para a participação no mercado de trabalho;
- 3.5. Estímulo dos municípios à implantar creches em tempo integral, cozinhas comunitárias e lavanderias públicas;
- 3.6. Garantia de linhas de créditos para mulheres empreendedoras;
- 3.7. Ampliação de programas de inclusão produtiva para as mulheres em situação de vulnerabilidade.

### ***4. Fortalecer a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão***

- 4.1. Estímulo à ampliação da participação das mulheres em cargos de poder e decisão;

- 4.2. Fomento à criação de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher;
- 4.3. Estímulo à participação de mulheres nos partidos políticos e nos cargos de liderança e decisão no âmbito das entidades representativas dos movimentos sociais, sindicatos, conselhos etc.

## **5. Fomentar a cultura, esporte, comunicação, mídia e educação**

- 5.1. Promoção da construção de uma cultura igualitária, democrática e não reprodutora de estereótipos de gênero, raça, etnia, orientação sexual e geração;
- 5.2. Garantia da escola em tempo integral;
- 5.3. Promoção do acesso das mulheres aos bens culturais e Tecnologias da Informação;
- 5.4. Estímulo às práticas esportivas, ampliando a participação das mulheres nos programas e projetos públicos voltados para o esporte e lazer;
- 5.5. Estímulo à participação profissional das mulheres nos esportes.

## **6. Criar mecanismos para o enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia**

- 6.1. Contribuição para a superação das desigualdades baseadas no racismo, sexismo, na orientação sexual e identidade de gênero;
- 6.2. Contribuição para a superação da violência contra as mulheres, decorrente do racismo, do sexismo e da lesbofobia.

## **7. Garantir direitos iguais para mulheres, jovens e idosas com deficiência**

- 7.1. Garantia do acesso das mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência a programas, equipamentos e políticas públicas.

## **IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL**

### ***1. Implantar uma nova Política Indigenista no Estado com a Participação dos Povos Indígenas***

1.1 Criar condições para que os Índios proponham e executem projetos socioeconômicos, educacionais, sociais e culturais voltados para a proteção e desenvolvimento das comunidades com base no modo próprio do povo indígena se organizar;

1.2 Fortalecimento e ampliação das ações de educação específica, e diferenciada já implantadas, a exemplo das Escolas que já funcionam em alguns territórios indígenas;

1.3 Demarcação dos territórios indígenas, pelo menos daqueles em que não haja litígio;

Instalação de unidades de saúde específicas nos territórios indígenas do Estado.

### ***2. Viabilizar a transversalidade nas diversas políticas setoriais para promover ações afirmativas geradoras de igualdade étnicoracial***

2.1 Criação de condições para que os quilombolas e comunidades afro-religiosas proponham e executem projetos econômicos, sociais, culturais de proteção e desenvolvimento de comunidades, com base no modo próprio de organização do povo negro;

2.2 Implantação de ações de autossustentabilidade e superação da situação de insegurança alimentar dessas comunidades;

2.3 Incentivo através de renúncia fiscal as empresas que contratarem jovens negros em conflito com a lei e que estejam cumprindo medidas socioeducativas;

2.4 Criação de reserva de vagas (cotas) de 20% (Vinte) para negros e indígenas no serviço público estadual, alinhada com a Lei Federal nº 12990/2014;

2.5 Adoção de sistema de cotas nas Universidades Estaduais nos moldes da Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012;

- 2.6 Efetivação no Estado da Lei nº 11.645/08, que determina a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;
- 2.7 Construção de escolas quilombolas conforme especificação MEC/SEPP/IR;
- 2.8 Instituição de uma coordenadoria de saúde integral da população negra no âmbito da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará;
- 2.9 Incentivo da produção audiovisual com temas que fortaleçam a autoestima da população afrodescendente como as atribuições civilizatórias e culturais de origem africana, dando relevo aos heróis e feitos de personalidades como Francisco José do Nascimento (Dragão do Mar), Cosme Bento das Chagas (Negro Cosme), José Napoleão, Menezes Pimentel etc.

## **PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

### ***1. Acolher a saúde***

- 1.1. Capacitação de profissionais de saúde para atender com qualidade as especificidades das pessoas com deficiências em todos os hospitais, UPAs, clínicas, consultórios etc., de responsabilidade do Estado. Inclusão de, pelo menos, um intérprete de libras em cada equipamento de saúde;
- 1.2. Tornar efetiva a dispensação de órteses, próteses e insumos, prevista na política de atenção à saúde da pessoa com deficiência;
- 1.3. Instituição de Centros Especializados em Reabilitação nos hospitais regionais do Estado, para efetivar a habilitação e reabilitação com o objetivo de melhorar as funcionalidades das pessoas com diversas deficiências, para promover sua autonomia e independência.

### ***2. Proteger pessoas com deficiência contra o abandono***

- 2.1. Adoção de medidas de proteção contra o abandono de pessoas com deficiência;

- 2.2. Adoção de medidas protetivas contra abusos e exploração sexual de pessoas com deficiência;
- 2.3. Construção de casas de passagem para pessoas com deficiência em todas as cidades em que funcionem centros de reabilitação;
- 2.4. Investimento na construção e implementação de residências inclusivas, que venham a atender de forma adequada as pessoas com deficiência que se encontram em situação de rua.

### ***3. Garantir a moradia***

- 3.1. Fortalecimento das ações sobre habitação para as pessoas com deficiência, garantindo moradia digna, com desenho universal e prevendo acessibilidade nos projetos, priorizando os programas de habitação de interesse social - Programa Minha Casa Minha Vida;
- 3.2. Cuidado para que todas as moradias construídas nos programas habitacionais do Governo Estadual adotem o padrão do Programa Minha Casa Minha Vida II;
- 3.3. Investir na construção e implementação de residências inclusivas que venham a atender de forma adequada pessoas com deficiência que se encontram em situação de rua;
- 3.4. Criar casas de passagem para as pessoas com deficiência em todas as cidades onde funcionem centros de reabilitação.

### ***4. Garantir o acesso à Comunicação***

- 4.1. Adotar medidas para a garantia do acesso à comunicação em todas as peças produzidas pelo executivo, legislativo e judiciário estaduais, adotando tecnologia de audiodescrição, legendagem e tradução em libras e braille;
- 4.2. Providência da inclusão de intérpretes de libras, bem como de tecnologias de auxílio à comunicação com surdos (celular, tablet e afins), sucessivamente, em delegacias e cabines e viaturas policiais;
- 4.3. Instituição de centrais de intérpretes de libras nas regiões-polo do Estado.

## **5. Promover a Mobilidade Urbana**

- 5.1. Passe livre intermunicipal e criação de linhas especiais de transporte de pessoas com deficiências para os locais de profissionalização e inclusão;
- 5.2. Apoio às responsabilidades municipais para a garantia do transporte adaptado;
- 5.3. Estímulo aos municípios para adoção de Academias em parques públicos contemplando equipamentos acessíveis.

## **6. Garantir a Assistência Jurídica**

- 6.1 Fortalecimento da base estadual em seu sistema de assistência jurídica, garantindo o acesso de pessoas com deficiência aos Fóruns, Defensorias, Cartórios e Promotorias.

## **7. Fomentar a Educação e Qualificação Profissional Inclusiva**

- 7.1. A garantia de um sistema educacional inclusivo, aparelhando escolas da rede pública com recursos multifuncionais, qualificação de profissionais, adaptação de espaços físicos, incentivo às famílias para a matrícula, a permanência e sucesso de pessoas com deficiência em todos os níveis da educação, desde a pré-escola ao ensino superior;
- 7.2. Construção de Centros de Profissionalização inclusiva para pessoas com deficiência, nos cinco centros mais populosos do Estado;
- 7.3. Promoção da acessibilidade nas universidades estaduais;

Disponibilização de material em braile e de inclusão digital acessível nas bibliotecas públicas, bem como de áudio descrição em cinemas, teatros, estádios e casas de espetáculo do Estado;

- 7.4. Instituição de escolas bilíngues (disciplinas ministradas em libras) nas regiões-polo do Ceará;
- 7.5. Construção de Centros Vocacionais Tecnológicos – CVTS's voltados ao público específico nas duas regiões metropolitanas do Estado;

7.6. Formação de equipes especializadas em libras, em todos os órgãos estaduais que prestem atendimento ao público, como por exemplo; na polícia civil e militar, bombeiros, na saúde (SAMU), (ISSEC) para preparar todos os profissionais de atendimento de urgências nas mais diversas formas de conhecimento básico em (primeiros-socorros) de libras;

7.7. Adoção do critério da lei de cotas, Lei nº 8.213/1991, para contratação de empresas.

## ***8. Estimular os Esportes Inclusivos***

8.1 Apoio e promoção da prática esportiva de pessoas com deficiência e comprometer-se com a garantia da participação dos atletas com deficiência em para-olimpíadas.

## **IDOSOS**

### ***1. Preparar o Estado para acolher melhor a pessoa idosa em razão do aumento da expectativa de vida***

1.1 Regulamentação da função de Cuidador Comunitário de Idosos, providenciando competente formação;

1.2 Instituição de ambulatórios especializados em saúde da pessoa idosa nos hospitais regionais do Estado;

1.3 Implantação das academias ao ar livre para a pessoa idosa;

1.4 Construção de Instituições de Longa Permanência para a Pessoa Idosa (ILPIs) e de Centros de Convivência para acolher essas pessoas;

1.5 Criação da Delegacia Especializada na repressão à violência contra a pessoa idosa;

1.6 Criação do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa para a captação de recursos necessários a implementação das políticas públicas voltadas para a pessoa idosa;

1.7 Criação da Casa do Idoso Empreendedor e as Feiras do Idoso Empreendedor.

## **2. Implementar atividades de acompanhamento aos idosos.**

2.1 Desenvolvimento do programa “Feliz Idade – Acompanhamento e Prevenção”, que fará um trabalho de visita, orientação e acompanhamento de idosos do Projeto Saúde Bombeiros e Sociedade da capital, Região Metropolitana e Interior, bem como implementar a ampliação de atividades de baixo impacto com as academias para a terceira idade, dicas nutricionais e melhoria da qualidade de vida dos idosos, otimizando os recursos humanos do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, através do Centro de Treinamento e Desenvolvimento Humano.

## **LGBT**

### **1. Promoção de ações combinadas das políticas públicas setoriais, visando incidir mais diretamente na qualidade de vida da população LGBT**

- 1.1. Implantação do primeiro ambulatório de saúde integral para a população LGBT com núcleos regionalizados em todo o Ceará;
- 1.2. Instituição de um centro de transgenitalização na rede de saúde pública estadual;
- 1.3. Estabelecimento do programa de incentivo que beneficie empresas que empreguem pessoas LGBT;
- 1.4. Capacitação dos integrantes da Saúde e da Assistência Social do Estado em atendimento às pessoas LGBT;
- 1.5. Providenciar editais de apoio cultural para projetos que promovam a arte e a cultura LGBT.

### **2. Aprofundamento das ações de combate à discriminação e de promoção da cidadania LGBT nos marcos do Programa Brasil sem Homofobia**

- 2.1. Ampliação das Ações da Campanha “Ceará sem Homofobia”;

- 2.2. Criação da I Casa de Passagem para LGBT's que são vitimizados pela expulsão de suas casas em razão da orientação sexual, dentre outras violações;
- 2.3. Criação da Delegacia Especializada em Crimes Raciais e de Intolerância DECRADI;
- 2.4. Capacitação e Sensibilização de Diretores, Professores e Núcleo Escolar das Escolas Estaduais sobre a temática da Diversidade Sexual, contribuindo para a erradicação da Homofobia na Escola;
- 2.5. Implantação de um observatório para mapear as violações de Direitos Humanos em razão da Orientação Sexual no âmbito do Estado do Ceará;
- 2.6. Emitir a Carteira de Identidade social (com o nome social), com reconhecimento em todo Estado e se possível, em todo o país.

## **MINORIAS E POLÍTICAS ESPECIAIS**

### ***1. Atender as minorias sociais, os contingentes populacionais vulneráveis***

- 1.1. Instalação de um Centro Pop em cidades das regiões metropolitanas do Estado;
- 1.2. Fortalecer as estratégias de massificação do registro civil, sobretudo aos segmentos mais vulneráveis da população;
- 1.3. Intensificar o combate ao trabalho escravo, no campo e nas cidades, através da integração de órgãos institucionais e de segurança de todos os âmbitos federativos;
- 1.4. Oferecer capacitação para o trabalho votada às pessoas em situação de rua nas grandes metrópoles;
- 1.5. Efetivar as ações presentes no segundo Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo e nos Planos Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo (onde ele existir, além de apoiar a implantação e manutenção de comissões municipais de erradicação do trabalho escravo);
- 1.6. Reconhecer e defender a definição de trabalho análogo ao de trabalho escravo, presente no artigo 149 do Código Penal, caracterizando por trabalho escravo: servidão por dívida, condições degradantes ou jornada exaustiva;

- 1.7. Não promover empreendimentos e empresas, dentro ou fora do país, que tenham utilizado mão de obra escrava ou infantil. Por outro lado, apoiar iniciativas de empresas que combatam a incidência deste crime em seus setores produtivos;
- 1.8. Buscar a proteção dos defensores dos direitos humanos e dos líderes sociais que atuam no combate à escravidão e na defesa dos direitos dos trabalhadores;
- 1.9. Destinar recursos e garantir apoio político para a manutenção das ações de fiscalização e denúncia que resultam na libertação dos trabalhadores;
- 1.10. Fortalecer a prevenção ao trabalho escravo, ampliando os programas de geração de emprego e renda nos municípios fornecedores de mão de obra escrava;
- 1.11. Apoiar a criação de estruturas de atendimento jurídico e social aos trabalhadores migrantes, brasileiros e estrangeiros, em território nacional;
- 1.12. Apoiar a atualização do cadastro de empregadores flagrados com mão de obra escrava, conhecido como “lista suja”, instrumento mantido por intermédio da Portaria Institucional nº 02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

## **4. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

### **4.1. APRESENTAÇÃO**

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste no direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambientais, culturais, econômicas e socialmente sustentáveis (LOSAN - Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional, Lei nº 11.346/2006, Art.3º).

O avanço no debate e na institucionalização da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, foi um dos mais expressivos ganhos observados nas Políticas Sociais Brasileiras dos últimos anos. Foi em torno da temática da fome, da sua urgência e da necessidade de superá-la, que o Brasil começou a desenhar os seus mais im-

portantes programas de combate à pobreza, como os Programas Fome Zero e o Bolsa-Família.

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sustentáveis do ponto de vista: ambiental, econômico e social.

Como conjunto de ações planejadas, garantidoras da oferta e do acesso aos alimentos para toda a população, a SAN requer o envolvimento tanto do governo quanto da sociedade civil organizada, em seus diferentes setores ou áreas de ação – saúde, educação, trabalho, agricultura, desenvolvimento social, meio ambiente, dentre outros – e em diferentes esferas – produção, comercialização, controle de qualidade, acesso e consumo. Portanto, a intersetorialidade é uma das premissas básicas de uma política de SAN.

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) reforça essa intersetorialidade quando estimula estados e municípios a criarem os instrumentos necessários para sua adesão ao sistema: os Conselhos e as Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional.

O Estado do Ceará, através de sua Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará (CONSEA-Ceará), cumpre esse papel como uma forma de fortalecer o debate da Segurança Alimentar e Nutricional, e por entender que o município e o espaço onde surgem as urgências alimentares se manifestam de forma direta e imediata.

Os compromissos assumidos pelo Governo do Estado desde 2007, direcionados ao combate à fome e à miséria, juntamente com o Governo Federal, vêm construindo uma agenda na área da Segurança Alimentar e Nutricional, como política pública de Estado.

## **4.2. AVANÇOS**

1. Redução da extrema pobreza por meio do continuado aumento da renda (valorização do salário mínimo, aumento dos empregos e transferência de renda), com ampliação do acesso aos alimentos;

2. Ampliação das tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção (programas de convivência com o semiárido, construção de cisternas rurais e legislação específica);
3. Diminuição significativa da insegurança alimentar, moderada e grave, da mortalidade infantil e da desnutrição como parte da redução da desigualdade social, fruto da transferência de renda e dos programas de saúde, alimentação e nutrição;
4. Aumento do financiamento dos Programas de atenção básica em saúde preventivos e ampliação da cobertura da vigilância alimentar e nutricional;
5. Ampliação dos programas voltados para o fortalecimento da agricultura familiar por meio de crédito, seguro, assistência técnica, ações de cooperativismo e extensão rural, além de maior participação nas compras públicas;
6. Expansão das compras públicas de alimento da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assegurando maior oferta diversificada de alimentos saudáveis;
7. Implementação no Estado do Ceará dos marcos regulatórios para impulsionar o processo do SISAN, tais como: a Criação da LOSAN-CE, a Instituição da Câmara Intersetorial de SAN (CAISAN Ceará) e Elaboração do Plano Estadual de SAN.

### **4.3. DESAFIOS**

1. Implementar o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, promovendo capacitações sistemáticas que estimulem a criação dos marcos regulatórios municipais, mecanismos de gestão, financiamento e controle social;
2. Incorporar o “Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA”, e à dimensão intersetorial na Política, nos programas e nas ações de SAN em todo território cearense;
3. Impulsionar a Política de SAN pautada nos princípios da Sustentabilidade e Soberania, numa perspectiva emancipatória que propicie a superação da extrema pobreza e da insegurança alimentar e nutricional;
4. Executar Programas e Ações de SAN envolvendo a dimensão ambiental e territorial, integrando ações estruturantes e emergenciais com enfoque no acesso à terra, à água e à produção familiar agroecológica, priorizando os indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais;
5. Ampliar as ações de vigilância sanitária, de combate ao uso de agrotóxicos e fazer gestões para que sejam estabelecidos indicadores progressivos para uso a

fim de que, num futuro próximo, seja retirada a isenção fiscal estabelecida pelo Governo Estadual a tais produtos;

6. Definir estratégias de enfrentamento aos transgênicos e condições de fiscalização sanitária garantindo agrobiodiversidade e controle de quaisquer produtos que envolvam a possibilidade de risco à saúde, em todas as fases de seus processos de produção dos bens e produtos;

7. Estruturar um programa sistemático de educação alimentar e nutricional integrando ações pontuais existentes e ampliando-as, tendo como foco principal crianças e adolescentes;

8. Criar e implementar um sistema de monitoramento de indicadores consubstanciados nas dimensões de SAN, com periodicidade anual, definidos no PLAN-SAN/CE, como também no acompanhamento e avaliação das ações empreendidas no Estado.

#### **4.4. DIRETRIZES**

- a) Universalidade e equidade no acesso à alimentação adequada, garantindo equivalência às populações, tanto urbanas quanto rurais;
- b) Respeito à dignidade e autonomia das pessoas, sem nenhum tipo de discriminação, assegurando ainda o respeito aos hábitos alimentares e à preservação cultural;
- c) Participação social na elaboração, execução e controle social da política, plano, programas e projetos, no âmbito de SAN;
- d) Transparência e divulgação ampla dos programas, projetos, ações de SAN e dos recursos disponibilizados, quer públicos ou privados, e dos critérios para sua concepção e atendimento dos usuários.

#### **4.5. PROPOSTAS**

***1. Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.***

1.1. Aprofundar as ações de programas como Bolsa-Família e FECOP no Estado, visando o aumento de renda das famílias de mais baixa renda e redução da insegurança alimentar;

- 1.2. Apoio à implementação da rede de equipamentos públicos de SAN (Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias);
- 1.3. Fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, possibilitando o acesso e aprimoramento da oferta de alimentação nas escolas;
- 1.4. Implementação das compras públicas (compras institucionais) de alimentos da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), destacando-se a parceria com o Programa de Alimentação Escolar (PNAE), assegurando uma oferta diversificada de alimentos saudáveis. Vale mencionar a importância de ampliar parcerias com outras setoriais (justiça: presídios; saúde: hospitais; assistência social: unidades de internação, etc).

## ***2. Promover o abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.***

- 2.1 Fortalecimento da Agricultura Familiar, da pesca e aquicultura;
- 2.2 Fortalecimento e ampliação das ações de garantia de preços mínimos de alimentos;
- 2.3 Promoção, valorização e conservação das sementes crioulas e tradicionais;
- 2.4 Intensificação dos processos de transição agroecológica e produção orgânica;
- 2.5 Adoção de plano de redução do uso de agrotóxicos e controle de transgênicos;
- 2.6 Fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), como principal instrumento para aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, inclusive o PAA leite;
- 2.7 Ampliação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), de forma qualificada e continuada;
- 2.8 Desenvolvimento de ações de capacitação junto a trabalhadores rurais e áreas de assentamento;
- 2.9 Estímulo à compra de alimentos provenientes de núcleos produtivos regionais e locais.

### ***3. Instituir processos permanentes de educação, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar***

3.1 Estabelecimento de ações de formação e atualização continuada em SAN e Direito Humano à Alimentação, junto a gestores, conselheiros, profissionais diversos e sociedade civil;

3.2 Estabelecimento do Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para políticas públicas, conferindo ao alimento a centralidade como promotor da saúde e expressão de identidade cultural na perspectiva do Direito;

3.3 Assessoramento aos municípios para estabelecimento de Programas de Orientação Nutricional para as Escolas da Rede Pública Municipal nos moldes do PNAE, que busca contribuir na construção da SAN nas escolas da rede pública estadual promovendo a adoção de práticas alimentares saudáveis no ambiente escolar;

3.4 Desenvolvimento de estudos, pesquisas, ciência, tecnologia e inovação para SAN.

### ***4. Promover a universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional para populações quilombolas, povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o Decreto nº 6.040/2007.***

4.1 Ampliação do acesso das mulheres, da população negra, dos povos indígenas, dos povos e comunidades tradicionais a programas e políticas de SAN.

### ***5. Fortalecer as ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, articulando-as às demais ações de segurança alimentar e nutricional.***

5.1 Controle e prevenção dos agravos e doenças consequentes da Insegurança Alimentar e Nutricional;

5.2 Controle e Prevenção do Excesso de Peso e Obesidade;

5.3 Controle e Regulação de Alimentos (publicidade e Rotulagem de Alimentos);

5.4 Fortalecimento da vigilância alimentar e Nutricional.

## **6. Promover o acesso universal à água de qualidade, priorizando famílias em situação de insegurança hídrica.**

- 6.1 Fortalecimento do Programa de Cisternas, possibilitando o acesso à água e à produção de alimentos;
- 6.2 Ampliação do Programa Água para Todos, universalizando o acesso à água para consumo da população rural.

## **7. Monitorar a realização do direito humano à alimentação adequada.**

- 7.1 Assessoramento aos 184 municípios no seu processo de adesão ao SISAN; contribuindo na criação dos Conselhos Municipais de SAN, das Leis, Câmaras Intersetoriais e Planos Municipais de SAN;
- 7.2 Fortalecimento do SISAN no Estado, fomentando o funcionamento das partes que o integram, com destaque para a Câmara Intersetorial de SAN – CAISAN-Ceará; responsável pela articulação dos programas entre as diversas setoriais e esferas de Governo;
- 7.3 Estímulo a um maior controle das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional;
- 7.4 Promoção de articulações entre ações de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado com o Plano Brasil sem Miséria.

**03**

---

***CEARÁ DE***

---

***OPORTUNIDADES***

---

# INTRODUÇÃO

O Ceará de Oportunidades é o eixo estratégico que trata da base econômica de sustentação do desenvolvimento do Ceará. Este eixo estratégico pretende contribuir com a superação dos três macro-desafios por meio de duas estratégias gerais, a saber: Estratégia 1 – Promover o crescimento econômico com desenvolvimento territorial e Estratégia 2 – Gerar mais emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza.

Desdobrando-se a discussão de cada elemento que compõe as estratégias, temos os seguintes temas para reflexão:

Promover o crescimento econômico: Na DPG-1 é apresentada a seguinte análise sobre a necessidade de crescimento da economia do Ceará acima da média de crescimento da economia nacional. “De forma mais específica, é possível considerar que o cerne da problemática existente reside no fato de o Estado possuir aproximadamente 4,5% da população brasileira, enquanto a sua economia representa apenas 2,21% do total do país.”

A questão que se coloca é que o atual modelo de promoção de crescimento econômico baseado na atração de empresas e alocação de grandes projetos na Região Metropolitana tende a ampliar a desigualdade regional, não sendo uma resposta positiva ao segundo Desafio da Sociedade que é garantir maior equidade social e regional.

É neste sentido que a promoção do crescimento econômico foi vinculada ao desenvolvimento territorial.

Desenvolvimento territorial – Duas fortes iniciativas foram empreendidas durante a campanha eleitoral com o objetivo de dialogar com as lideranças do interior do Estado e captar os anseios e propostas capazes de responder ao grande desafio de garantir maior equidade regional ao desenvolvimento do Ceará. A Caravana Plano de Governo tomou como referência espacial os 13 Territórios de Identidade e as bacias hidrográficas correspondentes e a Caravana do Desenvolvimento, liderada por Nicolle Barbosa, percorreu 07 das 08 Macroregiões.

Estratégia 2 – Gerar mais emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza.

Esta segunda estratégia procura ampliar a ação de Governo para todo o conjunto das formas econômicas que conformam a economia cearense.

Um primeiro foco é a geração de emprego. Trata-se aqui da geração de emprego formal, com carteira assinada, por meio da ampliação do número e porte das empresas capitalistas, onde as relações sociais de produção são do tipo capital – trabalho.

O segundo foco é a geração de trabalho emancipado. O termo reflete a concepção de trabalho preconizada e praticada pelo movimento de economia solidária e representa um diferencial em termos das relações sociais de produção. O trabalho emancipado apresenta dois aspectos importantes na estratégia de sustentação econômica do desenvolvimento. Ele representa o que podemos conceituar como um circuito curto e direto de geração e distribuição de renda e um mecanismo de geração desconcentrada de riqueza.

O terceiro foco é a geração de renda. Sem sombra de dúvida, houve crescimento nesse campo. O Ceará teve a elevação de seus indicadores nestes últimos oito anos e, ao se considerar que o PIB ainda é o principal indicador econômico de âmbito mundial, a análise recente em termos do crescimento econômico do Ceará mostra o significativo avanço deste indicador no que diz respeito a relação PIB Ceará e PIB Brasil.

Analisando o PIB *per Capita*, verifica-se novamente uma forte tendência de crescimento no ganho de participação da economia do Ceará em relação ao Brasil, principalmente a partir de 2007.

Quanto aos Investimentos que são uma variável-chave no processo de crescimento econômico, através dele o Governo do Ceará conseguiu impulsionar a geração de riqueza pela sociedade, contribuindo para a expansão da renda e a criação de novos empregos.

No período de 2007 a 2013, em valores reais a preços de 2013, o Ceará apresentou o quarto maior volume de investimentos acumulados, totalizando R\$ 16.133 milhões, ficando atrás apenas dos três maiores estados da federação – São Paulo, Minas e Rio de Janeiro – tanto em termos de PIB quanto de população.

Neste contexto, o Governo do Ceará vem fazendo um grande investimento em infraestrutura destacando-se em termos de valores os Metrô de Fortaleza (Linhas Sul, Leste, Oeste e Parangaba - Mucuripe) Cariri e Sobral, as rodovias, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, o Luz para Todos, Projeto Maranguapinho, o Programa Sanear III, Construção de Habitações, Projeto Rio Cocó, Cidades do Ceará e Saneamento Local Litorâneo, perfazendo R\$ 6 bilhões de reais para este conjunto, totalizando com os demais investimentos o valor de R\$ 8,3 bilhões no período 2007 a 2013.

Portanto, em termos temáticos, o Ceará de Oportunidades desdobra-se nos seguintes itens: agricultura familiar, agronegócio, indústria, economia mineral, comércio, turismo, artesanato, empreendedorismo, trabalho e renda, economia solidária, infraestrutura e nova economia.

# **1. AGRICULTURA FAMILIAR**

## **1.1. APRESENTAÇÃO**

Desde o início de 2007, quando a Secretaria de Agricultura Irrigada - SEAGRI do Estado do Ceará deu lugar à Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará - SDA, com finalidade de planejar, coordenar e executar, diretamente ou através de suas vinculadas, as ações do Governo do Estado para o desenvolvimento da agropecuária, mediante apoio exclusivo à agricultura familiar, o Ceará intensificou suas ações de ATER com foco no combate à pobreza rural, na garantia da segurança alimentar e nutricional e no apoio à transição agroecológica e convivência com o Semiárido.

Esta relação de parceria entre o Governo do Estado (através da SDA) e a sociedade rural cearense ficou mais estreita e evidente a partir da elaboração de um importante instrumento de construção coletiva, o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PDRSS, que por sua vez, carrega em seu bojo as bases estratégicas para as políticas de fortalecimento da Agricultura Familiar no âmbito do Estado do Ceará.

O PDRSS clareia o rumo para incorporação das políticas públicas, de valores e concepções do desenvolvimento humano, da agroecologia, da socioeconomia solidária, da ética, da sustentabilidade ambiental e da convivência criativa com o Semiárido.

Outro instrumento norteador e rico em diretrizes estratégicas para o Ceará Rural são os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), que por sua vez apóiam a gestão social sustentável, baseados na experiência de um planejamento participativo, que, igualmente ao PDRSS, preconiza a agroecologia como uma opção sustentável para a Agricultura Familiar no Semiárido.

## **1.2. AVANÇOS**

- Criação da SDA, estrutura de estado organizada com foco na agricultura familiar;
- Implementação de um conjunto de políticas públicas, em forte parceria com o Governo Federal, voltado para o fortalecimento da Agricultura Familiar Cearense, totalizando o aporte de mais de 2,5 bilhões de reais no período 2007/2014

e investimento médio anual de mais de 3 milhões, distribuídos conforme detalhamento a seguir:

- Minimização do impacto financeiro da estiagem sobre a renda das famílias, por meio da efetivação do Programa Garantia Safra, beneficiando uma média de 160 mil famílias/ano entre 2007/2014 com o aporte de 1,0 bilhão e 233 milhões de reais no período, com média anual de 154 milhões, praticamente universalizando a garantia para as 350 mil famílias agricultoras cearenses;
- Incremento da capacidade de convivência das famílias com o clima Semiárido e o aumento da capacidade de armazenamento e distribuição de água, por meio da construção de mais 178 mil infraestruturas (cisternas de placa, de polietileno, cisternas de enxurrada, barragens subterrâneas e poços), com investimentos da ordem de 836 milhões de reais no período 2007/2014 e média de 209 milhões anuais;
- Desenvolvimento de ações de regularização fundiária e de crédito fundiário, beneficiando 137 mil famílias e 2,0 mil famílias, respectivamente, com aporte direto de 55 milhões de reais;
- Apoio à produção por meio de sementes e mudas, mecanização, implantação e melhoria de sistemas produtivos, agroindústrias, compra da produção e outras ações, beneficiando cerca de 172 mil famílias, totalizando um aporte de aproximadamente 386 milhões de reais no período 2007/2014, perfazendo pouco mais de 48 milhões anuais.

### **1.3. DESAFIOS**

- Fortalecimento de uma cultura de convivência que considere o fenômeno da seca, os recursos naturais disponíveis e os costumes dos seres humanos que povoam estas áreas, a fim de reflorestar, criar técnicas de produção, de armazenamento da água e garantir o acesso das famílias à participação e ao controle de políticas públicas nos direitos já constituídos.
- Efetivar os direitos expressos nos artigos da Constituição Federal que tratam das comunidades tradicionais (quilombolas e pescadores artesanais) e originárias (indígenas), garantindo que estas populações permaneçam em seus territórios e possam usufruir das suas potencialidades.

### **1.4. DIRETRIZES**

- Universalizar o serviço de Assistência Técnica e de Extensão Rural – ATER, de forma gratuita e continuada, tendo como referência a Agên-

cia Nacional de ATER – ANATER e a Política Nacional de Assistência Técnica e de Extensão Rural – PNATER;

- Universalizar o acesso aos serviços de sanidade agropecuária;
- Universalizar a política de regularização fundiária e o fortalecimento do reordenamento agrário, que inclua os povos e comunidades tradicionais;
- Instituir, em parceria com o Governo Federal, Governos Estaduais do Nordeste, e Governos Municipais, uma política para a Convivência com o Semiárido, consonante a realidade, saberes e cultura local, apropriados ao bioma Caatinga;
- Instituir em Lei a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural – Lei da ATER, com a elaboração do Programa Estadual de ATER – Proater e constituir na Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA, uma instância de coordenação que promova a centralidade e a governança da política de ATER para o meio rural;
- Reestruturar o Sistema Estadual de Agricultura – Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ematerce, Agência de Defesa Agropecuária – ADAGRI, Instituto de Desenvolvimento Agrário – IDACE e Centrais de Abastecimento – CEASA, de forma a assegurar ao Sistema a capacidade de planejamento, integração, articulação e execução da política de desenvolvimento agrário do Ceará;
- Ampliar e consolidar a política de erradicação da pobreza rural com inclusão produtiva, promovendo a segurança alimentar e nutricional e a geração de renda;
- Desenvolver ações para a estruturação de um sistema sustentável, justo e equitativo de produção, tendo como referência a agroecologia como matriz tecnológica;
- Instituir o Programa Estadual da Agroindústria Familiar, promovendo a regularização sanitária e ambiental, inspeção e certificação com fins de qualificação e sustentação da produção e a organização da produção para o mercado;
- Desenvolver, ampliar e efetivar ações de apoio ao cooperativismo e demais empreendimentos da economia solidaria, assegurando sua implementação como estratégia de promoção do desenvolvimento sustentável;
- Ampliar a participação dos produtos da agricultura familiar e não familiar de pequeno porte, no abastecimento dos mercados, especialmente nas compras governamentais;
- Desenvolver e fortalecer, com o apoio da pesquisa agropecuária e da extensão rural, uma Política de irrigação na Agricultura Familiar e não Familiar

de Pequeno Porte e que promova a oferta de energia trifásica e ou alternativa, adequada à demanda da produção de alimentos e recursos forrageiros;

- Incentivar e assegurar investimentos e tecnologias para a produção, uso e reuso de água, nas unidades familiares e dos pequenos produtores;
- Promover a infraestrutura social, produtiva e ambiental necessária para o desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária e do Crédito Fundiário, contribuindo para uma vida digna no campo e garantindo a reprodução social e a soberania alimentar;
- Expansão e aperfeiçoamento do Programa de Habitação e Saneamento Básico Rural;
- Fortalecer a economia não agrícola, pelo reconhecimento da pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura familiar;
- Promover políticas de inclusão digital para a população do campo, voltadas à realidade local;
- Desenvolvimento agroecológico em convivência com o Semiárido, consonante a realidade, saberes e cultura local, apropriado ao bioma Caatinga;
- Democratização do Acesso à Terra e ao Etnodesenvolvimento;
- Fortalecimento das Bases de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável.

### **PROPOSTAS VALIDADAS PELO CANDIDATO NA CAMPANHA**

- ***Contratar 1400 técnicos agrícolas para que, somados aos já existentes, o Ceará possa dispor de um técnico agrícola para cada grupo de 100 pequenos agricultores.***
- ***Construir o Parque de Exposições do Sertão Central.***
- ***Fazer concurso para a EMATERCE.***

## **1.5. PROPOSTAS**

### ***Desenvolvimento Agroecológico e de Convivência com o Semiárido***

- Instituir uma Política Estadual para a Convivência com o Semiárido, consonante a realidade, saberes e cultura local, apropriada ao bioma Caatinga;
- Integrar o Programa Nacional de Conservação, Uso e Manejo da Agrobiodiversidade;
- Apoiar a proposta de redimensionamento da Região Semiárida para o Estado do Ceará, junto ao Ministério da Integração Nacional;
- Implantar o Centro Integrado de Referência Tecnológica para a Convivência com o Semiárido, na Fazenda Normal da Ematerce, em Quixeramobim;
- Fortalecimento das cadeias produtivas e dos APL das atividades: galinha caipira, suínos, ovinocaprino, bovinocultura, apicultura, piscicultura, cajucultura, horticultura e fruticultura, mandiocultura e cotonicultura, extrativismo da carnaubeira, entre outros;
- Fortalecimento da produção de produtos orgânicos;
- Fortalecimento dos pequenos sistemas produtivos no âmbito da agricultura familiar com ênfase na agroecologia e juventude rural;
- Ampliação do projeto “Quintais Produtivos”;
- Fomentar e fortalecer as agroindústrias oriundas dos produtos: apícolas, ovinos, caprinos, aves caipiras e laticínios;
- Fomentar o aproveitamento e beneficiamento de frutas;
- Fortalecer e ampliar o programa de distribuição de sementes (Hora de Plantar) integrando com as casas de sementes nas comunidades rurais;
- Implementação de um programa de criação e fortalecimento das casas de sementes crioulas;
- Incentivar a formação de reserva estratégica alimentar para os rebanhos do Semiárido;

- Implementação de áreas irrigadas na Agricultura Familiar com perfuração de poços profundos;
- Implantar a Política Estadual para atingidos por barragens, transposições e infraestruturas (PEABATI);
- Recuperar os perímetros e projetos públicos de irrigação, dando destaque aos projetos Alagamar, Curupati e Mandacaru e revitalizar os reassentamentos do Castanhão;
- Implantar Planos de Reassentamento das famílias atingidas por barragens, transposições e infraestruturas;
- Fortalecimento das Organizações da Agricultura Familiar e Camponesa;
- Fortalecimento do cooperativismo na comercialização dos produtos da Agricultura Familiar;
- Executar ações nos Assentamentos, com recursos específicos, tendo como base os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos – PDA;
- Implementação de políticas públicas para a juventude rural;
- Implantar Projeto de Fortalecimento das Mulheres do Campo;
- Implantar um Programa para o Futuro Justo e Seguro da Juventude Camponesa;

### ***Fortalecimento das Bases de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável***

- Fortalecimento da comercialização dos produtos agrícolas e não agrícolas (preço mínimo);
- Fortalecer os programas institucionais de comercialização dos produtos da Agricultura Familiar;
- Fortalecimento do crédito rural ,de forma que os mesmos sejam oportunos e suficientes;
- Fortalecimento do trabalho de ATER, instituindo uma lei de ATER estadual e reestruturando a EMATERCE;

- Fazer levantamentos detalhados dos solos de todos os municípios do Vale do Curu e Aracatiaçu numa escala de 1:100.000;
- Apoiar a construção de infraestrutura nos municípios de agroindústria com SIE e SIM para fortalecer a Agricultura Familiar;
- Implantar programa de mecanização de pequeno porte.

### ***Fortalecimento da Infraestrutura Básica***

- Ampliar e fortalecer o programa de medidores horosazonais;
- Desenvolvimento de um Plano Diretor de Mobilidade Rural;
- Ampliar a descentralização e distribuição de água para as famílias da Agricultura Familiar;

### ***Democratização do Acesso à Terra e Etnodesenvolvimento***

- Regularizar todas as terras indígenas, titular as terras quilombolas, regularizar os territórios de comunidades tradicionais pesqueiras;
- Implantar a Lei Estadual de Reassentamento Rural, dando atenção aos atingidos por barragens;
- Universalizar o Projeto Zumbi nas Comunidades Quilombolas;
- Implantar o Projeto Ybi Jurema;
- Implementação de ações afirmativas de caráter produtivo com ênfase nas comunidades tradicionais, com assessoria técnica, financiamento e escoamento da produção;
- Ampliar o uso e difusão da Tecnologia Social, o Resgate da Ancestralidade e a Constituição Inicial de Territórios Tradicionais;
- Desenvolvimento Institucional e Gestão dos Territórios Rurais;
- Fortalecimento da Política de Desenvolvimento Territorial;
- Implantar Projeto de Fortalecimento dos Territórios de Pescadores e Pescadoras Artesanais;

- Realizar o Mapeamento das Comunidades Quilombolas no Ceará;
- Realizar o Mapeamento dos Territórios Pesqueiros Artesanais no Ceará;
- Criar o Conselho Estadual de Pesca e Aquicultura;
- Rastreamento dos produtos para organizar a cadeia e aderir ao SISBI.

## **2. AGRONEGÓCIO**

### **2.1. APRESENTAÇÃO**

O agronegócio cearense está organizado nas câmaras setoriais do Caju, Camarão, Carnaúba, Flores, Fruticultura, Leite, Mel, Ovinocaprinocultura e Tilápia.

Em vinte anos, saímos de menos de um milhão de dólares em exportação de frutas para 117 milhões em 2013, acrescidos ainda de 42,9 milhões em sucos e água de coco, 3,9 milhões em plantas ornamentais, 7,2 milhões em mel, 4 milhões em peixe e 1,8 milhões em camarão. Pela primeira vez na história do Ceará o valor bruto da produção de agricultura irrigada superou 1,2 bilhões de reais. Sem incluir o leite. Formamos, hoje, um polo de alta tecnologia e produção de culturas de alto valor agregado.

A importância socioeconômica da cajucultura para o Ceará é traduzida nos expressivos números representados por uma área plantada de 386.757 hectares, com uma produção de castanha de 121.045 toneladas, a participação de 57.557 produtores distribuídos em cinco polos e valor bruto da produção que alcança mais de R\$ 148 milhões.

No Ceará, 180 fazendas atuam no segmento de produção de camarão, gerando aproximadamente 10 mil empregos diretos nos polos de produção de Acaraú, Coreaú, Mundaú-Curu, Baixo e Médio Jaguaribe.

Do ponto de vista econômico, a cera de carnaúba é considerada uma das principais atividades extrativas do Estado. Está entre os 10 produtos mais exportados do Ceará. A cera de carnaúba está presente em vários componentes e produtos industriais, tais como cosméticos, remédios e eletroeletrônicos. O mercado externo é o mercado prioritário da carnaúba – aproximadamente 90% da sua produção é destinada ao mercado internacional, tendo como principais destinos a Europa, o Japão e os Estados Unidos.

O setor da floricultura no Ceará tinha um viés basicamente exportador. A Câmara Setorial de Flores vem trabalhando para fomentar também o aumento do consumo de flores e plantas ornamentais no mercado cearense. Com a crise internacional, de 2008 e 2009, atividades voltadas exclusivamente para exportação tiveram graves problemas. Dos 174 produtores conhecidos no Ceará, menos de 10 exportam. O crescimento do mercado local é fundamental para o desenvolvimento do setor.

Os municípios cearenses que mais se destacam na produção de frutas estão nas regiões do Baixo e Médio Jaguaribe, como Icapuí, Aracati, Russas, Quixeré e Limoeiro do Norte.

Em 2006, o leite gerou de renda R\$ 255 milhões, constituindo-se na sexta maior renda entre os 15 principais agronegócios do Ceará.

O mel cearense, oriundo quase que exclusivamente da produção de abelhas africanizadas (*Apis mellifera* L.), é um produto de boa qualidade e de bastante procura no mercado internacional, principalmente pelos países da Comunidade Europeia e Estados Unidos, principais importadores. O Estado, no ano de 2010, exportou US\$ 9,721 milhões depois de haver exportado US\$ 14,317 milhões em 2009, em função da redução das chuvas neste período.

A produção de tilápia no Ceará é favorecida pelo clima quente ao longo do ano e pelo grande volume de água de excelente qualidade nos principais açudes produtores. O açude Sítios Novos é o maior produtor, com aproximadamente 350 t/mês e o Olhos d'Água e o Rosário também estão ganhando destaque pelo volume produzido. Os reservatórios Castanhão e Orós, com 6,7 bilhões e 2,1 bilhões de m<sup>3</sup>, respectivamente, são os maiores com grande potencial de produção, mas ainda estão sub explorados. A produção já é significativa e pode crescer ainda mais, com a regularização de novos parques aquícolas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura.

## **2.2. AVANÇOS**

- Em 2010, o Ceará esteve em segundo lugar do Brasil na exportação de flores e plantas ornamentais. No ano de 2006, o Estado assume o primeiro lugar no *ranking* brasileiro de exportação de rosas, com o Prêmio Apex, na categoria Impacto Social.
- De acordo com pesquisa realizada por um parceiro da CSFlores, o Instituto Agropolos, existiam, em 2006, 91 produtores de flores e plantas ornamentais. Agora, são 174, gerando empregos diretos e qualificados no campo;

- A fruticultura cearense vem crescendo expressivamente nos últimos anos e alcançando lugar de destaque no cenário nacional. As exportações de frutas frescas do Ceará saltaram de menos de dois milhões de dólares para mais de cento de dez milhões em menos de 15 anos;
- Hoje, o Ceará é o terceiro maior exportador de frutas do Brasil, o que faz do Porto do Pecém o terminal que mais exporta frutas no Brasil, concentrando quase a metade de toda fruta exportada no País. Neste cenário, o grande destaque é o melão, que é, inclusive, a fruta mais exportada do Brasil;
- O Ceará volta a ter um bom desempenho nas exportações de produtos da castanha de caju em 2010, com relação a 2009, conseguindo manter quase os mesmos níveis (redução de apenas 2,68%) da castanha de caju e 128,29% de crescimento do líquido da castanha de caju (LCC);
- O Ceará continua a ser o maior exportador nacional de produtos da castanha de caju, que é o segundo produto em participação nas exportações cearenses;
- Construção de mais um terminal de cargas para a fruticultura(TEMUT) no píer do Porto do Pecém;
- O Ceara produz em torno de 1.600 t/mês de tilápia, sendo o maior produtor e também o maior consumidor do Brasil.

## **2.4. DESAFIOS**

- Ampliar a capacidade de crescimento da agricultura irrigada, pecuária de leite e aquicultura e, sobretudo, de culturas de alto valor agregado como forma de geração de uma nova oportunidade de desenvolvimento na área rural e pequenas cidades interioranas;
- Promover a garantia hídrica para os atuais empreendimentos e para novos investimentos no setor;
- Atrair novas empresas, promovendo a interiorização do desenvolvimento;
- Incorporar áreas de grande aptidão para o agronegócio, abrindo novas fronteiras de terra fértil;
- Ampliar a integração da agricultura, da produção local, para abastecer escolas e a população;

## **2.5. DIRETRIZES**

- Incrementar a produção dos grandes e médios produtores patronais dos agricultores não familiares de pequeno porte com atenção especial para as cadeias produtivas de grande importância econômica e social no Estado do Ceará, nomeadamente: agricultura irrigada, floricultura, fruticultura, forrageira e leite, agricultura de sequeiro, cajucultura, mandiocultura e recuperação das áreas degradadas com reflorestamento e pecuária: apicultura, aquicultura, bovino de leite e ovinocaprinocultura;
- Manter o crescimento sustentável da fruticultura cearense, com baixo impacto ambiental, na perspectiva do segmento ser um importante veículo de desenvolvimento econômico e social para a região semiárida, conseguindo ter custos competitivos e frutos de melhor qualidade para conquistar cada vez mais consumidores dentro e fora do Brasil;
- Fortalecer a infraestrutura hídrica do Estado, para dar segurança ao setor de que os investimentos e a geração de emprego e renda podem continuar;
- Crescimento sustentável do agronegócio cearense, com baixo impacto ambiental;
- Agronegócio como veículo de desenvolvimento econômico e social para a região semiárida.

## **2.6. PROPOSTAS**

- Criar a Secretaria de Desenvolvimento do Agronegócio ou a Secretaria de Agricultura e Pesca com estrutura para fomentar a agropecuária do Estado;
- Implantar o Conselho Estadual de Desenvolvimento do Agronegócio;
- Identificar mercados externos e internos para os nossos produtos;
- Incentivar novos investimentos no Estado voltados ao Agronegócio;
- Criar uma unidade estadual de pesquisa com participação da iniciativa privada;
- Modernizar a Lei Estadual de Registro de Agroquímicos;
- Apoiar a vocação do Estado na produção irrigada de alto rendimento e geração de emprego com frutas, flores, grãos e forragens;

- Interagir com o Governo Federal para o melhor desenvolvimento dos 16 polos de irrigação existentes, na sua grande maioria administrados pelo DNOCS, na perspectiva de superar as deficiências na estrutura hídrica, no apoio à produção, na legalização de lotes e na disponibilização de áreas aptas a irrigar, aproveitando o grande poder destes polos de alavancar a economia do Estado;
- Incentivar a irrigação em regiões com rios perenizados, mas sem tradição de irrigação em regiões semiáridas de extrema importância para garantir forragem para o gado nas grandes estiagens e produção de alimento para abastecimento local, a exemplo do trecho perenizado do Rio Jaguaribe, desde a barragem Arneiroz até o médio Jaguaribe, com intenso trabalho de capacitação e estímulos aos pequenos produtores para o uso correto da irrigação e técnicas avançadas de produção de leite e hortaliças;
- Fortalecer a infraestrutura hídrica do Estado, para dar segurança ao setor de que os investimentos e a geração de emprego e renda podem continuar. Para isso, está sendo elaborado com os demais órgãos estaduais, estudos que tratam da inclusão, no Plano Federal de Aceleração do Crescimento (PAC 3), de várias obras como canais de distribuição de água, açudes e estradas, que garantirão recursos hídricos para suportar o crescimento do setor nos próximos 20 anos;
- Criar um programa específico para o agronegócio de sequeiro;
- Desenvolver programa de reflorestamento para biomassa, cercas e abastecimento da indústria moveleira, ampliando para grande escala de produção as árvores e variedades que deram certo no experimento da Embrapa como polo moveleiro de Marco;
- Criar um sistema de assistência técnica e extensão rural para médios e pequenos produtores;
- Implementar um intenso programa de capacitação em empreendedorismo e gestão para médios e pequenos produtores;
- Investir na captação de água de forma permanente;
- Fomentar o turismo rural, esportes e atividades no campo;
- Criar um programa de segurança alimentar animal, com reservas de silos, produção em irrigação e palma forrageira e outros;
- Incentivar bancos de produção de forragens nos rios perenizados e polos de irrigação;
- Incentivo ao plantio de culturas alternativas resistentes à seca;
- Fortalecer as Políticas de incentivo ao melhoramento genético ovinocaprino;

- Organizar a produção de carne ovinocaprino, com abate em ambiente legalizado com inspeção;
- Articular com o Governo Federal o Seguro Seca, tanto para as culturas temporárias quanto para investimentos em cultura permanente;
- Fomentar a educação voltada para a realidade da agricultura e do campo;
- Melhorar a infraestrutura da educação rural;
- Criar um programa de formação profissional rural;
- Fomentar trabalhos não agrícolas no meio rural;
- Liberar as importações de frutas da cobrança de 17% de ICMS + Substituição tributária quando a importação for direta pelo Ceará;
- Formatar modelos de produção de leite intensivos e viáveis economicamente;
- Articular junto ao Ministério da Integração Nacional e o DNOCS a utilização das áreas dos Perímetros Públicos Irrigados em projetos de produção de leite;
- Negociar junto às instituições financeiras as alterações nos índices técnicos a serem utilizados nos projetos de pecuária de leite desenvolvidos em sistemas intensivos de produção;
- Divulgar junto aos produtores cearenses e de outros estados brasileiros, a possibilidade e exploração da pecuária leiteira nos perímetros públicos irrigados, bem com divulgação dos editais de licitação dos lotes;
- Implantar projetos produtivos, pela iniciativa privada, nas áreas irrigáveis do Estado, especialmente no Baixo Acaraú, Tabuleiro de Russas e áreas no entorno do Canal da Integração;
- Executar o plano de atração de investimentos de novas indústrias de laticínios a se instalarem no Estado do Ceará;
- Difundir e estimular modelos de integração entre produtores e indústria de laticínios;
- Implantar com urgência o laboratório de qualidade do leite para garantir o processo de expansão da bovinocultura de leite tecnificada e a instalação de novas indústrias de leite no Ceará;

## **3. INDÚSTRIA**

### **3.1- APRESENTAÇÃO**

Segundo o IPECE, a indústria geral cearense apresentou um crescimento médio de 4,0% ao ano, entre 2003 e 2012. Tal desempenho foi, especialmente, influenciado pelos desempenhos da Construção Civil e das atividades de eletricidade, gás e água. A indústria de transformação, mais importante segmento da indústria geral, apresentou um crescimento relativamente menor, o que reduziu sua contribuição para o desempenho total.

Ainda segundo o IPECE, a construção civil cearense foi positivamente afetada pelos investimentos conduzidos pelo Governo do Estado, voltados a requalificar e ampliar a infraestrutura econômica e urbana no Ceará. Os investimentos públicos foram distribuídos entre construção de escolas, hospitais, equipamentos turísticos e em infraestrutura rodoviária, portuária, hídrica e aeroportuária. A Construção Civil foi, assim, diretamente afetada pelo aumento da demanda, consequência direta do volume expressivo de recursos destinados aos investimentos públicos. A atividade preservou taxas anuais de crescimento positivas ao longo do período, registrando um crescimento médio anual de 6,2%.

A taxa média de crescimento anual da construção civil foi superada apenas pelo ritmo dos serviços industriais de utilidade pública (eletricidade, gás e água). Entre 2003 e 2012, o crescimento médio anual deste segmento foi de 7,6%. Este desempenho pode ser associado ao maior dinamismo da economia cearense e aos ganhos de bem-estar experimentados pela população cearense, seja pela expansão das áreas urbanizadas, seja pelo maior acesso a bens de consumo duráveis permitidos pela melhoria da renda observada no período.

Em conjunto, o maior dinamismo econômico e os avanços em termos de bem-estar ampliam a demanda para este tipo de atividade, como maior consumo de energia elétrica e serviços de água e esgoto, por exemplo.

A indústria extrativa mineral é a que possui menor participação na composição da indústria geral cearense. Apesar desta menor participação relativa, a atividade possui sua importância para a economia estadual. De fato, a indústria extrativa guarda relações importantes tanto com a Construção Civil como com a Indústria de Transformação no fornecimento de insumos para os seus respectivos processos produtivos.

Apesar das interrelações existentes, a atividade gerou um valor adicionado inferior ao registrado pelas demais atividades industriais. Com um comportamento

bastante volátil ao longo do período, a extração mineral do Ceará mostrou um crescimento médio anual negativo entre os anos de 2003 e 2012. Uma das explicações para este comportamento pode ser a redução na produção de petróleo observada no período, que passou de 5,0 milhões em 2002 para 2,4 milhões de barris em 2012.

Por fim, tem-se a Indústria de Transformação, que é o mais importante segmento da indústria cearense, cujo comportamento exerce forte influência no crescimento e no poder de competição de toda a economia. Como salientado, a atividade apresentou um crescimento médio anual de apenas 1,9% no período considerado, taxa inferior à observada na Construção Civil e nos serviços industriais de utilidade pública. Diante da importância da atividade, a próxima seção faz uma avaliação mais detalhada deste segmento, permitindo compreender com maior clareza seu comportamento. (dados do IPECE )

## **3.2. AVANÇOS**

- Nas últimas décadas, a economia cearense conheceu uma forte expansão da capacidade instalada industrial bem como do próprio produto industrial, fruto das reformas estruturais, implantação de projetos estruturantes e aplicação de uma política de incentivo e atração de investimentos externos.
- Um avanço importante foi a operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) no período de 2007 a 2014, com a implantação do Sistema de Monitoramento e Acompanhamento dos Investimentos.

## **3.3. DESAFIOS**

- Incrementar a produtividade da indústria cearense a partir da superação da baixa diversificação, da concentração industrial em segmentos tradicionais, intensivos em mão de obra e de baixo conteúdo tecnológico;
- Elevar o nível de qualificação da mão de obra industrial na perspectiva do incremento da inovação e da produtividade do setor;
- Em termos do ambiente de inovação, superar as seguintes fragilidades identificadas:
  - a) ausência de foco em áreas selecionadas de tecnologia e atividades econômicas que tenham maior potencial de impacto no desenvolvimento;

- b) ausência de uma visão clara e conjunta sobre a contribuição que se necessita de vários atores independentes na academia, governo e setor privado;
- c) relacionamento entre os atores do Sistema Estadual de Inovação (SEI) torna pouco provável a transferência de tecnologia entre eles;
- d) atividades de P&D concentrada em instituições públicas, com a alocação baseada na demanda dos pesquisadores e sem preocupação com o impacto ou relevância para a atividade produtiva;
- e) esforços individuais desconectados e com dificuldades para se desenvolverem;
- f) transferência de tecnologia movida pela oferta com pouca coerência com o setor produtivo.

### **3.5. DIRETRIZES**

- Potencialização dos investimentos a partir da efetivação de políticas públicas de infraestrutura;
- Qualificação da população em áreas de baixo dinamismo industrial;
- Atividades econômicas dinâmicas com maior potencial de agregação de valor;
- Expandir, de forma descentralizada, a base industrial do Estado;
- Geração de emprego e renda em todas as regiões, com o apoio na pesquisa e inovação para a sustentabilidade do desenvolvimento do Ceará.

### **3.6. PROPOSTAS**

- Interagir de modo permanente e ágil com o setor Industrial através de um canal integrado permanentemente pelo setor industrial e pelas Secretarias do Desenvolvimento, da Fazenda, do Planejamento, do Meio Ambiente, da Infraestrutura e da Ciência e Tecnologia, racionalizando a discussão e encaminhamento de soluções para superação de entraves ao fortalecimento da Indústria e da Economia cearenses;

- Transformar o CEDE – Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico, em SEDE – Secretaria do Desenvolvimento Econômico, destinada a ser a principal ponte de interlocução com as corporações empresariais, vinculando a esta entidades com atribuições afins: ADECE, ZPE, Ceará Portos e Junta Comercial;
- Promover estudos objetivando desoneração tributária dos Setores Produtivos, de modo a assegurar a competitividade dos produtos cearenses, interna e externamente;
- Promover a articulação das entidades públicas e privadas voltadas para a capacitação da mão de obra, sistematizando contínuo processo de interlocução com o seguimento industrial;
- Redefinir as competências do CONPAM – Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente e da SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente, de modo a tornar mais nítida a fronteira entre formulação de políticas e sua execução;

Constituir grupo de trabalho composto por empresários e representantes do Governo com vistas a rever e implementar o Plano Diretor de Logística e Transporte do Estado do Ceará;

- Implementar ações que permitam: i) ampliação e compatibilização funcional da infraestrutura, equipamentos operacionais e retroárea portuária; ii) redução das tarifas e de tempo nas operações de carga, descarga, armazenagem e inspeção; iii) desburocratização e racionalização de procedimentos dos serviços portuários, de próprios e de terceiros, utilizando o suporte da tecnologia da Informação e iv) priorizar as operações de exportações.
- Ampliar a curto prazo a área alfandegada da ZPE, a fim de abrigar maior número de empreendimentos;
- Criar Programa de Inovação Tecnológica do Ceará com o objetivo de promover a inovação e a tecnologia por via da investigação científica, passando pela geoeconomia especificamente estadual, e passando, ainda pela articulação de instituições públicas cuja atribuições guardem afinidade com o objetivo mencionado, corporações patronais interessadas, empresas, organismos internacionais e pessoas consideradas individualmente;
- Criar o Sistema Cearense de Parques Tecnológicos, convocando, segundo esforço de cooperação, Governos Federal e Municipais, bem como a iniciativa privada;
- Utilizar o Cinturão Digital como ferramenta para a implantação de parques de tecnologia em regiões do Estado onde possam ser criados “ecossistemas”

formados principalmente pelo Governo, setor produtivo e infraestrutura científico-tecnológica. Estes ecossistemas serão embriões de tecnopolos, promovendo industrialização com empresas de alta tecnologia nas principais regiões do Ceará, ou onde seja cabível. Como passo inicial, os próprios Governos Estadual e Municipais poderiam utilizar empresas localizadas nestes parques tecnológicos, a fim de desenvolver soluções para problemas, por exemplo, de melhoria na Saúde e na Educação;

- Incentivar a criação de incubadoras de empresas em centros de ensino e pesquisa na Região Metropolitana de Fortaleza e no interior. As incubadoras devem aliar as “Tecnologias da Informação e Comunicação” e a “Internet das Coisas” (\*) com as principais atividades econômicas dos municípios;
- Simplificar normas e procedimentos fiscais franqueando na sua elaboração a participação de entidades de classe representativas dos setores produtivos;
- Desburocratizar os postos fiscais de fronteiras do Estado, de modo a agilizar os procedimentos e soluções dos problemas que surgem na entrada de insumos e na saída de produtos;
- Ampliar as situações em que os produtos fabricados no Ceará tenham preferência na aquisição pelos órgãos estaduais e empresas incentivadas quando competindo com similares produzidos em outros estados ou no exterior;
- Desonerar integralmente os investimentos e as exportações;
- Investir em pólo de confecção de Aquiraz;
- Fortalecer os mais de 2.000 microempreendedores da região de Aquiraz;
- Atrair indústria de móveis populares;
- Criar um polo industrial, a partir de um distrito industrial, que favoreça a atração de novas indústrias para Crateús;
- Atrair indústrias, emprego e renda;
- Atrair novos negócios no campo da Indústria e do Turismo;
- Apoiar o projeto da cooperativa do Setor de Confecções;
- Refazer a Usina de Açúcar e Alcool do Cariri;
- Atrair mais indústrias para o município;

- Revitalizar o distrito industrial de Barbalha, retomando os terrenos de empresas que faliram ou se realocalizaram em outra Região;
- Implantar o distrito industrial de Iguatu, inclusive para desenvolver o setor metal-mecânico.

## **PROPOSTAS VALIDADAS PELO CANDIDATO NA CAMPANHA**

- *Criar, a partir de 2015, o Polo Metal-Mecânico do Ceará, com uma linha especial de incentivos para atrair dezenas de novas empresas e indústrias para o Estado, sobretudo para o interior e para a Região Metropolitana.*
- *Criar o programa Primeiro Negócio, que vai oferecer crédito, capacitação e isenção de impostos estaduais e municipais no primeiro ano para os jovens empreendedores.*

## **4. INFRAESTRUTURA E COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIP**

### **4.1. APRESENTAÇÃO**

O Estado do Ceará tem se preparado para liderar um processo de desenvolvimento de grande envergadura no Nordeste. O núcleo central deste projeto tem sido os investimentos em infraestrutura, sobretudo em logística de transportes, energia, água, mobilidade urbana e social. Isso tem garantido uma posição de

destaque entre os sub-estados nacionais e garantido um crescimento acima da média nacional. A estratégia tem sido garantir que o binômio Água e Energia - propulsores do crescimento sustentável – estejam disponibilizados em quantidade suficiente para permitir a atração de investimentos. São exemplos, o Cinturão das Águas, a Transposição do São Francisco, o Eixão das águas, a Termoelétrica MPX, o Terminal de Regasificação, a Usina Solar de Tauá e os diversos parques eólicos. Com um ambiente de negócios favorável aos investimentos privados e públicos, o Estado do Ceará conseguiu viabilizar a Zona de Processamento de Exportações, a Siderúrgica e, pouco a pouco, a Refinaria. Isto em virtude da expansão do Porto do Pecém e da Transnordestina. Quando acrescentamos o conjunto de obras na área de estradas e transportes, vê-se que as possibilidades de dinamização da economia cearense são concretas em direção a um novo ciclo de industrialização e de renovação do Setor Primário - via agricultura irrigada. A finalidade desta política de investimentos duradoura é a integração com as economias mais dinâmicas dos mercados interno e externo, assim como reverter o ciclo de reprodução das iniquidades pela incorporação da tecnologia e inovação no processo produtivo, com conseqüente exigência de maior qualificação profissional. É neste ambiente que o Complexo Industrial e Portuário do Pecém destaca-se no cenário brasileiro e internacional com grande oportunidade para ganhos decorrentes da disponibilidade de infraestrutura efetiva e da posição estratégica. Em que pese os volumes consistentes de recursos investidos, ainda existem grandes desafios e riscos ao desenvolvimento sustentável. É importante reconhecer os avanços e analisar os impactos proporcionados pelos investimentos públicos e privados na área de infraestrutura e no CIPP. Mas, neste momento, fundamental faz-se planejar as próximas décadas com foco na inclusão social e no equilíbrio econômico-ambiental.

## **4.2. AVANÇOS**

- Investimento na função estrutura – transporte, energia, gestão ambiental, habitação, saneamento e urbanismo – entre 2007 a 2013;
- Viabilização e Implantação da Companhia Siderúrgica do Pecém;
- Mais de 8 bilhões investidos em projetos de infraestrutura;
- Ampliação e modernização do Porto do Pecém;
- Construção da Nova Estação de Passageiros do Porto de Fortaleza;
- Expansão do Metrô de Fortaleza, com a Linha Leste;

- Operação das linhas Sul e Oeste do Metrô de Fortaleza;
- Início da obra linha Parangaba-Mucuripe do VLT;
- Construção dos metrôs do Cariri e Sobral;
- Aumento de 20,3% da malha viária no período de 2007 a 2013;
- Construção do Aeroporto de Aracati e Jericoacoara;
- Aumento da oferta de energia eólica e solar;
- Implantação do Terminal de Regasificação da Petrobras;
- Entrega à Petrobras do terreno para a construção da Refinaria Premium;
- Implantação da Primeira Zona de Processamento de Exportação – ZEP – do Brasil;

### **4.3. DESAFIOS**

- Aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento dos resultados pós-investimento e dos indicadores de monitoramento;
- Superar, de modo efetivo, a desintegração dos projetos de infraestrutura com as potencialidades econômicas locais;
- Enfrentar a predominância da visão de curto prazo, através de um planejamento de infraestrutura de longo prazo que possa ser acompanhando gerencialmente por sistemas informacionais;
- Encontrar um modelo de equilíbrio econômico, social, ambiental e urbano para a política de atração de investimentos, principalmente em relação ao CIPP e ao corredor da Transnordestina;
- Evitar os riscos relacionados à expansão sem programação e planejamento das oportunidades criadas pelas obras de infraestrutura, sobretudo pelo CIPP;
- Ajustar o descompasso entre oferta e demanda de mão de obra, bens e serviços;

#### **4.4. DIRETRIZES**

- Ampliar e fortalecer as ações e projetos de melhorias e expansão da infraestrutura estadual hídrica, energética, transporte, comunicação e logística de modo a permitir o maior crescimento e o desenvolvimento da economia cearense e de suas regiões;
- Integrar os diferentes modais de transporte;
- Ampliar a presença do Estado no Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP;
- Estruturação da rede de empreendedores e fornecedores para fortalecer a articulação com as empresas do CIPP;
- Desenvolvimento de intervenções que garantam o ordenamento urbano da área de influência do CIPP;
- Estímulo à organização dos pequenos produtores e da Agricultura Familiar, visando a agregação de valor à produção para o atendimento das demandas por produtos agrícolas no CIPP;
- Estimular as oportunidades de negócios a serem gerados com a instalação do complexo siderúrgico;
- Criar uma política de atração de investimentos para a área da ZPE;
- Implantar a infraestrutura de suporte ao Complexo Industrial e às áreas urbanas e rurais dos municípios do entorno, a partir do planejamento de curto, médio e longo prazo, buscando atender as principais demandas;
- Implementar o plano de mobilidade urbana para a região do CIPP, incluindo a acessibilidade e a criação de ciclovias;

#### **4.4. PROPOSTAS**

- Duplicar a BR-222;
- Construir o Arco Metropolitano;
- Elaboração de Plano Diretor de Transporte e Mobilidade da RMF;

- Ativação do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF.
- Construir a linha leste do Metrô de Fortaleza;
- Expandir a cobertura de saneamento básico;
- Concluir o VLT Paraganba-Mucuripe e os metrôs de Sobral e do Cariri;
- Finalizar as obras das CEs 085, 060, 251 e o Anel Viário;
- Acelerar os investimentos no programa de pavimentação e restauração Ceará VI, como forma de dar velocidade à integração dos eixos viários com os polos de desenvolvimento;
- Executar a obra da Ponte Estaiada;
- Garantir os investimentos – públicos e privados – na geração de energia limpa e renovável;
- Elaborar a agenda 21 local (Municípios e CIPP);
- Implementação das políticas de prevenção, tratamento e enfrentamento ao consumo e tráfico de drogas, à exploração de crianças e adolescentes e ao tráfico de pessoas;
- Desenvolvimento de um plano de preservação da cultura local e promoção de atividades de esporte e lazer;
- Elaboração de um plano de desmobilização dos trabalhadores flutuantes;
- Garantir a conclusão da implantação do Eixão das Águas, através da instalação dos sifões e do conjunto de bombas na Estação Elevatória do Açude Castanhão. SRH - Cogeh;
- Completar a integração do Canal do Trabalhador com o Açude Pacajus e o Eixão das Águas;
- Implantar o projeto de reuso de águas da Cagece;
- Realizar estudo de aproveitamento da água do aquífero nas dunas;

- Elaborar estudo de ampliação da oferta hídrica, através da dessalinização de água do mar;
- Elaboração e implementação de um programa de Educação Ambiental voltado para o CIPP;
- Criação e implantação de novas unidades de proteção integral, e regulamentar a gestão das existentes;
- Reestruturar a Secretaria das Cidades para que possa exercer as funções de desenvolvimento institucional dos municípios (consórcios, fóruns, seminários) e o apoio ao sistema produtivo local/regional nos municípios;
- Fortalecimento do empreendedorismo local e do adensamento de cadeias produtivas em torno do CIPP;
- Apoio à pesquisa, a inovação e ao desenvolvimento tecnológico sobre problemas e oportunidades relacionadas com a expansão do CIPP;
- Constituir um grupo multi-institucional regular para realizar um diagnóstico das demandas do CIPP;
- Implementar o plano de capacitação com foco nas demandas atuais e futuras do CIPP;
- Elaboração e execução do plano de qualificação de fornecedores;
- Definição dos limites do Território Estratégico do CIPP, a partir de um novo Território Estratégico, de um macrozoneamento territorial, indicando um novo limite territorial, com a inclusão de municípios que irão compor o referido território, para fins de planejamento e implantação de políticas de interesse comum;
- Levantamento de indicadores dos planos diretores dos municípios envolvidos no Território Estratégico do CIPP;
- Criação de um modelo de governança à realidade do CIPP, com garantia de participação da sociedade.

## **5. ECONOMIA MINERAL**

### **5.1. APRESENTAÇÃO**

O Setor Mineral e a Geologia do Estado do Ceará é diversificada e oferece condições para a existência de jazidas com vistas a suprir os setores de Construção Civil, Agricultura, Indústria Tradicional e Indústria de Ponta.

Como a legislação do gerenciamento dos recursos minerais é basicamente federal, cabe ao governo estadual somente legislar concorrentemente, desobstruindo empecilhos, seja no viés do Código de Mineração seja no que concerne às Leis de Meio Ambiente.

Sem infraestrutura, água, energia, ferrovias, rodovias, portos, é inconcebível o aproveitamento econômico dos recursos do subsolo e sua transformação em mercadorias diversas para dinamizar as economias locais, nacional e global.

A unidade da federação, sem nenhuma representação institucional no organograma da sua máquina pública que esteja em comunicação direta com os organismos de gestão do Ministério de Minas e Energia, está fadada ao esquecimento na formulação e execução das políticas públicas do setor e deixa de receber verbas específicas do mesmo.

### **5.2. AVANÇOS**

A logística da infraestrutura, de água, energia, ferrovias, rodovias, portos que vem sendo implantada no Ceará cria condições para o incremento do aproveitamento econômico dos recursos do subsolo e sua transformação em mercadorias diversas para dinamizar as economias locais, nacional e global.

### **5.3. DESAFIOS**

- Investir em pesquisa mineral e inovação tecnológica para transformar os recursos minerais em riquezas circulantes;
- Encontrar minerais, tais como calcário e agregados, para abastecer a Indústria da Construção Civil, cimenteiras e siderúrgicas, principalmente as localizadas no Complexo Industrial do Porto do Pecém.

## **5.4. DIRETRIZES**

- Valorização dos minérios cearenses não metálicos, fertilizantes, metálicos e de alta tecnologia;
- Inovação tecnológica no setor mineral;
- Aproveitamento econômico sustentável dos minérios;
- Priorizar o desenvolvimento de um programa de aproveitamento econômico sustentável dos minérios da área de influência do entorno do Complexo Industrial do Porto do Pecém – CIPP;
- Incentivar os investimentos públicos e privados em inovação tecnológica no setor mineral, enfatizando a utilização de minérios industriais ocorrentes no Estado;

## **5.5. PROPOSTAS**

- Criar na ADECE uma Diretoria de Geologia, Mineração e Economia Mineral para interagir com organismos federais financiadores, formuladores e executores das políticas públicas do setor;
- Direcionar os recursos da quota-parte estadual (23%) da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais – CFEM, recolhida no Estado para a nova diretoria da ADECE fomentar a produção mineral;

## **NA INTERFACE COM O SETOR DE RECURSOS HÍDRICOS**

- Implantar a metodologia de definição de mananciais para pequenas comunidades e produtores individuais;
- A metodologia de locação de poços tubulares utilizando geofísica deve ser complementada por estudos de geologia estrutural, hidrologia, estratigrafia e outros;

- Elaborar o mapa hidrogeológico e diagnóstico das águas subterrâneas do Estado do Ceará;
- Realizar estudos dos sistemas aquíferos Serra Grande, Costeiro e Aluvionar do Estado do Ceará;
- Dar continuidade com ampliação aos programas de água subterrânea dos sistemas aquíferos Apodi e Cariri;
- Integrar com mais intensidade as políticas de recursos hídricos do sistema de recursos hídricos do Estado (SRH, SOHIDRA e COGER);
- Conhecer, analisar e opinar sobre as ações de recursos hídricos do DNOCS no Estado do Ceará;
- Implantar um programa de recursos hídricos específico para a área de influência do CIPP – Porto Pecém.

### ***NA INTERFACE COM O SETOR DE MEIO AMBIENTE***

- Reimplantar e ampliar o PRODAM – Programa de Desenvolvimento Ambiental;
- Municipalizar as políticas de meio ambiente com apoio dos governos estadual e federal;
- Introduzir junto ao COPAM/COEMA a política pública de debates nas plenárias do COEMA, que não acontece há doze anos;
- Participar e apoiar junto às entidades do setor tecnológico (SENGE-CE, APGCE, CREA-CE, APROGEO e demais) o curso de Especialização em Arqueologia, já estruturado pelo CREA-CE/APGECE;
- Elaborar e implantar um Plano de Gestão Ambiental integrado e participativo que assegure a sustentabilidade, o combate à vulnerabilidade e o conhecimento do risco geológico/ambiental, e seguir as ações inseridas na Agenda Estratégica do CIPP durante Encontro do Pacto pelo Pecém.( Setembro 2014).

## **6. COMÉRCIO**

### **6.1. APRESENTAÇÃO**

Nas últimas décadas, mudanças profundas foram operadas na sociedade brasileira. O processo democrático se consolidou, a inflação foi debelada e a economia retomou uma trajetória de crescimento, graças ao aumento da demanda por produtos brasileiros no mercado nacional e internacional. Neste ambiente favorável, a rede de proteção social trouxe resultados significativos, com redução substancial da incidência da miséria e da pobreza. Um novo estrato social vem protagonizando um importante papel no que diz respeito ao consumo de bens: “a nova classe média brasileira”.

O novo contingente de consumidores foi responsável pelo crescimento sem precedentes das atividades comerciais e de serviços, firmando o Setor Terciário como o mais importante para a economia, tanto em termos de produto, quanto em termos de emprego e contribuição fiscal.

Desta forma, a área do Comércio requer transformações nas condições de vida da cidade, de seus moradores e das suas condições de vida, consumo, deslocamento e convivência comunitária. Trata-se, sobretudo, de agir na melhoria e reformulação das condições de vida das cidades e do ambiente urbano.

No Ceará, a construção de uma agenda positiva para a área reveste-se de grande complexidade, tendo em vista, principalmente, demandas históricas da sociedade e o *déficit* existente na qualidade de algumas políticas públicas. Com o objetivo de simplificar a discussão, foram propostas ações em 04 direções: promoção do desenvolvimento humano, melhoria do ambiente empreendedor, políticas de coesão, qualificação revitalização e expansão urbana, além da modernização da gestão pública.

### **6.2. AVANÇOS**

- Investimentos na ampliação do Porto do Pecém;
- Programa de investimentos na construção, duplicação e manutenção de estradas;
- Construção do terminal de passageiros do Porto do Mucuripe e do Centro de Eventos do Ceará;

- Modernização dos processos de fiscalização da Sefaz, tornando-a mais ágil;
- Criação das escolas de Ensino Técnico Profissionalizante;
- Investimentos na ampliação e construção de novos aeroportos;
- Investimentos em mobilidade urbana na Região Metropolitana de Fortaleza, Cariri e Sobral;
- Ampliação da oferta de programas de capacitação e qualificação profissional;
- Aproximação do setor público e privado;
- Programa de desoneração tributária, que elevou à arrecadação.

### **6.3. DESAFIOS**

- Criar um Programa de Qualificação de áreas centrais de Fortaleza;
- Melhorar a qualidade dos espaços públicos de lazer nas grandes cidades;
- Garantir provimento da infraestrutura básica de saneamento ambiental;
- Melhorar as condições de mobilidade de pessoas e cargas.

### **6.5- DIRETRIZES**

- Ampliar a escolaridade da população e prepará-la para o mundo do trabalho;
- Fomentar o investimento privado na perspectiva da competitividade, da geração de empregos qualificados, e da rentabilidade econômica;
- Trabalhar na criação de uma nova racionalidade na administração pública, dando ao Estado a autonomia necessária para atuar de forma proativa, como agente de desenvolvimento local;
- Gestão ética, democrática e responsável;
- Compromisso com o desenvolvimento social e econômico;

- Foco na melhoria dos serviços públicos essenciais, como Saúde, Segurança, Educação e Assistência Social;
- Transparência e Participação Social.

## **6.6. PROPOSTAS**

### ***NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO***

- Ampliar o número de creches e pré-escolas, permitindo às mães tempo livre para o trabalho;
- Melhorar a qualidade da educação rural, oferecendo igualdade de condições com as populações urbanas;
- Ofertar escolas em tempo integral, integrando a educação formal com práticas desportivas e culturais;
- Desenvolver uma maior articulação com o Sistema S, principalmente SESC e SENAC, para a oferta do ensino profissionalizante;
- Introduzir sistemas de avaliação de qualidade de estabelecimentos e professores, premiando o mérito e a replicação das experiências bem-sucedidas de gestão escolar;

### ***NAS POLÍTICAS DE MELHORIA DO AMBIENTE EMPREENDEDOR***

- Combater a permissividade das atividades e atitudes lenientes que trazem prejuízos para as atividades formalmente estabelecidas;
- Orientar adequadamente os processos de expansão urbana das cidades, fortalecendo zonas industriais, criando centro de atacado, com a especialização de ruas e bairros;
- Reduzir processos da burocracia e simplificar as relações com as empresas;
- Fortalecer as centralidades existentes como forma de guiar a expansão urbana e contribuir para o adensamento econômico e a ampliação da oferta de serviços;

- Detalhar planos de desenvolvimento para cada um dos setores econômicos;
- Apoiar o comércio atacadista através da criação de centros de distribuição nos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza e do Cariri;
- Oferecer pela internet os mecanismos para facilitar os procedimentos burocráticos;
- Criação de unidades regionais de atendimento, facilitando a informação, o acompanhamento de processos e a emissão de certidões;
- Disponibilizar zonas de wi-fi de forma gratuita;
- Criar centrais de serviços públicos em áreas estratégicas;
- Implantar transporte rotativo nos corredores comerciais;
- Políticas de Coesão, Qualificação, Revitalização e Expansão Urbana;
- Estruturar corredores comerciais estimulando o desenvolvimento de centros de conveniência de vizinhança;
- Rever e atualizar os Planos Diretores Municipais - PDM;
- Elaborar Planos de Desenvolvimento Metropolitano para as Regiões do Cariri e Fortaleza;
- Prover infraestrutura básica de saneamento ambiental.

## ***NA POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA***

- Identificar vocações econômicas locais e regionais, desenvolvendo suas vantagens comparativas para atrair investimentos e gerar ocupação para a população;
- Garantir a participação cidadã na discussão das políticas;
- Construir planos de desenvolvimento de médio e longo prazo, a partir de uma base técnica, conduzidos de forma participativa e articulada;
- Publicização e transparência nas ações de Governo, através da utilização de mecanismos disponíveis pela Internet (sites, portal e outros);

- Valorizar o Servidor Público reduzindo o número de pessoas não concursadas em cargos públicos;
- Elaborar planos estratégicos por região, abordando o desenvolvimento em termos locais, na perspectiva de integração e sustentabilidade;
- Construir um sistema de indicadores e mensuração de impactos, que acompanhe resultados, os desvios e as necessidades de correção;
- Fortalecer os conselhos comunitários e a admissão de representantes da sociedade civil nas deliberações das diferentes políticas públicas;
- Utilizar mais ativamente os mecanismos de uma gestão “eletrônica”, facilitando a participação e ampliando a transparência nas ações do governo;
- Ampliar o acesso aos serviços pela internet, tais como: marcação de consultas, bancos de informações, acompanhamento de trâmites burocráticos e outros;
- Criar um cadastro de qualificações profissionais e um banco de talentos do servidor público;
- Prestar serviços e implementar ações através de consórcios<sup>5</sup> intermunicipais;

## **7. TURISMO**

### **7.1. APRESENTAÇÃO**

O produto turístico cearense tem como componentes predominantes os segmentos sol e praia, eventos e negócios, visitas a parentes e amigos e religioso. Os componentes científico e cultural e compras são considerados de cunho transversal ou complementar. Entretanto, todas essas características físicas e geográficas não teriam nenhuma serventia, caso a imagem do Estado não fosse modificada.

O governo tem consciência de que transformar uma região seca, agrícola, em moderna e industrializada, sobretudo turística, se dá a longo prazo. A missão

---

<sup>5</sup> Os consórcios intermunicipais; consórcio significa do ponto de vista jurídico e etimológico, a união ou associação de dois ou mais entes da mesma natureza. O consórcio constitui um instrumento para resolução de problemas ou para alcançar objetivos comuns. A relação de igualdade entre os municípios constitui a base do consórcio, preservando assim, a decisão e a autonomia dos governos locais. A prestação de serviços e a implementação de ações de forma consorciada configuram condições altamente favoráveis para o exercício da função administrativa dos municípios de forma autônoma e proativa.

governamental passou a ser transformar o Ceará em destino turístico consolidado, mediante reestruturação econômica, marketing promocional, implantação de infraestrutura urbana e turística – especialmente - qualificação de mão de obra e captação de negócios e de investimentos turísticos para o Estado, sendo a SETUR órgão coordenador e executor do PRODETUR no Ceará.

A importância do turismo é traduzida pela dinamização que exerce através de diversos setores da economia. Pode-se enumerar várias atividades integrantes da cadeia produtiva do turismo que absorvem diretamente os efeitos multiplicadores do turismo, como por exemplo: alojamento, alimentação, transporte, entretenimento, agenciamento, locação de veículos, câmbio de moedas, aquisição de produtos de conveniência e souvenirs, recepção, organização de eventos, intérprete e tradução simultânea, serviço de guia, informações turísticas, planejamento e consultoria turística, entre outros. Observa-se, assim, que é imensa a malha multissetorial que o setor turístico envolve, contando, inclusive, com a movimentação de um grande número de pequenas e médias empresas formais e informais.

O Turismo no Ceará cresceu significativamente nos últimos anos, contribuindo para a geração de emprego e do nível de renda da população. No período 2006/2013 o fluxo turístico via Fortaleza saltou de 2.062.493 para 3.141.406 visitantes, cuja variação foi de 52,3%, ou seja, cresceu na base de 6,2% ao ano. O fluxo internacional no período caiu de 268.124 para 245.760 turistas, apresentando uma variação de -8,3%, sendo a taxa anual de crescimento na ordem de -1,2%. O nível de empregos nos setores produtores de bens e serviços de consumo turístico (alojamento e alimentação) no Estado cresceu de 2,5% ao ano. A participação da renda gerada pelo turismo no Produto Interno Bruto da economia (PIB) passou de 9,4% para 10,9%.

## **7.2. AVANÇOS**

- O Governo Estadual, em parcerias com os Governos Federal e Municipais investiu cerca de R\$ 4,1 bilhões em infraestrutura direcionada para o turismo, contemplando principalmente construção e ampliação de aeroportos e rodovias, melhoria da infraestrutura urbana e construção de equipamentos turísticos.
- No sentido de ampliar o produto turístico do Ceará foi estabelecida a política de interiorização do turismo, iniciando-se com a identificação de potencialidades nas várias regiões cearenses e a configuração de polos e roteiros turísticos, com o intuito de ampliar o emprego e a renda nas cidades do interior, ao mesmo tempo em que se procura resgatar e preservar o patrimônio histórico, cultural e ambiental.

- Em termos econômicos observa-se que o impacto econômico no PIB do Ceará elevou-se de 4,0% em 1995 para 11,1% em 2013, refletindo o aumento da demanda turística em Fortaleza, no mesmo período de 773 mil para 3.141 mil turistas;
- O Turismo impacta em 52 setores da economia. Além das atividades características do setor, como hospedagem, alimentação, agências de viagens, locadoras de veículos, organizadoras e promotoras de eventos, taxistas etc, impacta também na indústria têxtil, construção civil, serviços gráficos, área de saúde, instituições de fomento, academias etc);
- O impacto do Turismo sobre o PIB do Ceará saltou de 9,4% para 10,9% representando 16,3% de crescimento no período;
- A renda gerada pelo Turismo na economia saltou de 4,5 para 9,6 bilhões com crescimento de 120,2% no período de 2006/2013;
- Somente em 2013, foram realizados 128 eventos no novo Centro de Eventos do Ceará;
- O novo Centro de Eventos do Ceará vai impactar em 1% do PIB estadual, gerar 87,6 mil empregos diretos na cadeia produtiva do Turismo e um aumento de 318,3 milhões na massa salarial do Ceará;
- Foram capacitados 10,9 mil profissionais e empresários do setor turístico;
- Em 2013, o Ceará bateu recorde no saldo de empregos no Setor de Serviços no Nordeste, onde a atividade do Turismo está inserida, com 20.144 postos gerados respectivamente (CAGED);
- A movimentação no Aeroporto Internacional Pinto Martins saltou de 2.950 para 5.953 mil passageiros com crescimento de 101,8%;
- Construção do Centro de Eventos do Ceará que é hoje, o mais moderno espaço para realização de feiras e eventos do Brasil, podendo abrigar até 30 mil pessoas em um único evento;
- Construção do Centro de Convenções do Cariri, localizado às margens da CE-292, na ligação entre Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, beneficia as cidades vizinhas por contemplar diversas atividades culturais e sociais, atraindo para a região seminários, cursos profissionalizantes, exposições, feiras, teatro, entre outros eventos;

- Acquário Ceará como um dos maiores projetos estruturantes em curso no Estado;
- Além das duplicações das CE 040 e 085, o Governo do Estado do Ceará investiu na construção de dois novos aeroportos: o de Aracati, no Litoral Leste, e o de Jericoacoara, à Leste. Em fase de finalização, no Município de Cruz, à cerca de 10 quilômetros do Parque Nacional das Dunas de Jericoacoara; e o de Aracati, vizinho à Praia de Canoa Quebrada, e abriga também um centro de manutenção de aeronaves executivas da TAM.

### **7.3. DESAFIOS**

- Fortalecer o Turismo como política setorial voltada à consolidação do Ceará como um destino turístico de referência por meio da qualificação de espaços e de pessoas;
- Incentivar o empreendedorismo e a responsabilidade social nas regiões turísticas a partir da mobilização da sociedade e da participação da comunidade.

### **7.4. DIRETRIZES**

- Potencializar o uso dos equipamentos turísticos;
- Interiorização do Turismo como produto de qualidade;
- Política de Turismo a serviço do desenvolvimento sustentável regional e local;
- Desenvolvimento turístico sustentável com inclusão social e a promoção da gestão territorial participativa, como modelo de gestão pública;
- Turismo, como atividade associada à diversão, ao esporte, acesso à cultura e a natureza, deve ser planejado e praticado como um meio privilegiado de desenvolvimento individual e coletivo;
- Turismo realizado com a necessária abertura de espírito é um fator insubstituível de autoeducação, tolerância mútua e de aprendizagem de diferenças legítimas entre povos e culturas e sua diversidade;
- As atividades turísticas devem respeitar a igualdade entre homens e mulheres.

## **7.5. PROPOSTAS**

- Término do Acquário Ceará no prazo previsto, ou seja, dezembro/2015;
- Término da CE-040, no trecho que compreende Beberibe até Icapuí;
- Construção do Centro de Convenções do Litoral Leste em Beberibe (terreno já colocado à disposição do Governo pela Prefeitura de Beberibe). A escolha deste município se deve pela equidistância entre os aeroportos de Fortaleza e Aracati. Obra que já estava no Plano de Governo e autorizada pelo Gov. Cid Gomes (projeto já se encontra na SETUR);
- Construção do Centro de Eventos do Litoral Oeste (município a ser escolhido);
- Finalizar o saneamento, drenagem, pavimentação e urbanização do Porto das Dunas e Cumbuco. Sanear as praias de Águas Belas, Morro Branco, Praia das Fontes, Lagoinha;
- Término da Escola de Hotelaria e Gastronomia do Ceará;
- Transformar a Delegacia do Turista em Delegacia do Turismo, onde a mesma possa atuar e receber todas as demandas do trade turístico;
- Criação de 02 (duas) delegacias do Turismo, sendo uma no Litoral Leste (Beberibe) e outra no Litoral Oeste (Lagoinha);
- Aumentar o número de Trollers para os municípios turísticos (Litoral Leste e Oeste), pelo menos mais 02 (dois) veículos para os municípios com maior fluxo;
- Pleitear junto ao BNB financiamento para bugueiros para compra de novos veículos (com padronização de cores);
- Solicitar junto à SEMACE levantamento de todas as obras paralisadas (embargadas) para dentro da razoabilidade e responsabilidade ambiental, através de TAC, medidas compensatórias, etc. junto com o Ministério Público, num mutirão a favor do desenvolvimento para que estes empreendimentos sejam liberados, e possam cumprir seu papel econômico e social, gerando emprego e renda para o povo cearense. E assim, restaurando a credibilidade dos investidores no nosso Estado;
- Para melhor funcionamento e agilidade das renovações e licenciamentos da SEMACE, dar a validade máxima prescrita pela Legislação Federal às Licenças e anualmente seria pago a Taxa de Renovação da Licença, a exemplo do que

acontece no IBAMA. Deixaria de ser exigido o RAMA para atividades menos poluentes, como hotéis, restaurantes e pousadas;

- Reavaliar o projeto da Praia Mansa, pois o mesmo seria mais uma âncora para consolidação do Turismo em nosso Estado;
- Fazer um estudo de viabilidade para terceirização da administração e gestão de alguns equipamentos públicos como o Centro de Eventos, EMCETUR, Escola de Hotelaria e Gastronomia, Acquário, dentre outros. Tais medidas seriam necessárias para que seus objetivos sejam cumpridos com maior celeridade, e com capitalização de recursos para serem reinvestidos no turismo;
- Implementar e prospectar novos vôos nacionais e internacionais através de incentivos as companhias aéreas (mídia nos destinos emissores);
- Promoção a nível nacional e internacional nos principais polos emissores, mostrando as belezas naturais, gastronomia, cultura, etc. do Ceará;
- Programa de treinamento para colaboradores nas empresas (PRONATEC IN COMPANY), dentre outros, nos hotéis, pousadas, organizadores de eventos, bares, restaurantes, associação de taxistas, associação de bugueiros, guias de turismo, associações comerciais, aliás, de toda a cadeia produtiva do Turismo;
- Cronograma de Participação nas feiras nacionais e internacionais, dando ênfase ao mercado nacional por representar 95% da demanda que chega ao nosso Estado;
- Estreitar o relacionamento com as principais operadoras de Turismo do Brasil, a exemplo da CVC, TAM Viagens, Visual, dentre outras, para que as mesmas priorizem o Ceará em seus catálogos de venda;
- Criar na Secretaria do Turismo um departamento de recepção, orientação e acompanhamento aos empresários que desejam investir no turismo cearense, para que os mesmos sintam-se acolhidos pelo poder público;
- Publicidade nos sites, a exemplo do uol e via redes sociais mostrando quão belo é o Ceará e sua infraestrutura turística;
- Criar um portal O Ceará é pra Você! mostrando os principais municípios turísticos e equipamentos, onde a Secretaria do Turismo fosse a patrocinadora institucional e outros parceiros bancassem suas publicidades;
- Apoiar festivais, feiras, eventos em geral nos municípios turísticos e escolas, para fomentar o turismo interno;

- Motivar os donos de postos de gasolina, restaurantes e estruturas de apoio nas rodovias a terem uma estrutura de WC, cozinha, lojas de conveniência em condições de bem receber a todos os visitantes;
- Criar campanhas junto aos municípios turísticos, entidades do trade e Imprensa do tipo: No Ceará a estrela é Você! Beberibe é nossa casa, vamos mantê-la limpa! Quem vem ao Ceará não esquece jamais! Ceará, terra de Fagner!
- No portão de chegada dos vôos um trio de forró (pé-de-serra), com jovens dançando quadrilha e mostrando toda nossa hospitalidade e alegria, com distribuição de souvenirs (chapéu de palha, dentre outros);
- Incentivar nas escolas públicas a criação de grupos folclóricos, musicais, culturais (maracatu, quadrilha, etc.), e esportivos (vôlei, futebol, basquete, etc.), e com isso, estar incentivando as artes populares, o esporte e mantendo os jovens longe das drogas e das ruas. Incentivar, ainda, a competição entre as escolas/cidades, pois além de impulsionar o turismo interno, descobrindo novos talentos que poderiam ser absorvidos no mercado de trabalho através de apresentações em restaurantes, hotéis, eventos, etc., cria-se assim, uma onda cultural e esportiva em nosso Estado;
- Criar campanha educacional para o povo cearense (nas escolas, instituições, entidades, bares, restaurantes, etc.) com o apoio das emissoras de rádio e TV locais, sobre a importância do Turismo, de bem receber o turista, de manter nossas cidades e praias limpas, pois quando mostramos que o Estado é bom pra se viver, é bom também para os que nos visitam;
- Criação pela Secretaria de Turismo de um aplicativo: Ceará Turístico, com nossa a infraestrutura do Estado;
- Utilizar a TV CEARÁ (TVC) através de pauta para cobertura de eventos de promoção do Turismo no Ceará, a exemplo: Noite do Ceará em São Paulo, dos grandes eventos ocorridos no Centro de Eventos, dos eventos do trade cearense, dos eventos de capacitação de mão de obra (treinamentos), das nossas belezas naturais, da nossa infraestrutura turística, dos nossos municípios turísticos, dentre outros, pois assim, a estatal estaria incentivando o turismo interno, gerando, assim, mais emprego e renda para nosso povo;
- Colocar um pelotão especial da PMTUR para cobrir nossa orla, da Praia de Iracema à Praia do Futuro, dando total tranquilidade aos que trabalham, moram e visitam nossa Beira-Mar, mostrando que é seguro fazer Turismo no Ceará, enterrando de uma vez por todas a mídia negativa de que Fortaleza é a 7ª cidade mais violenta do Mundo;
- Determinar que a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS e a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS, encontrem

conjuntamente uma solução para a “cracolândia” da Av. Beira-Mar (localizada na lateral do Hotel Oásis Atlântico e ruas adjacentes);

- Colocação de câmeras de vigilância em toda a Av. Beira-Mar;
- Criação de um posto policial móvel na Av. Beira-Mar;
- Policiamento ostensivo nos principais pontos turísticos cearenses (PMTUR);
- Resgatar, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, as crianças e adolescentes que vivem em situação de risco na orla (vendedores ambulantes, apresentações circenses, etc.) para promover treinamentos culturais para futuras apresentações à comunidade, mas agora já com uma nova performance e inclusão social;
- Coibir rigorosamente a comercialização de drogas na orla e seu entorno (Delegacia de Narcóticos - DENARC e PMTUR);
- Fazer mutirão entre CAGECE e a Prefeitura de Fortaleza com o objetivo de tornar nossa orla totalmente balneável;
- Iniciar uma campanha de mídia nos destinos que já tiveram grandes demandas para o Ceará, tais como: Leste Europeu, Argentina, Portugal, Espanha, Itália, dentre outros;
- Estreitar o relacionamento com as principais operadoras de Turismo do Brasil, a exemplo da CVC, TAM Viagens, Visual, dentre outras, para que as mesmas priorizem o Ceará em seus catálogos de venda;

## **8. ARTESANATO**

### **8.1. APRESENTAÇÃO**

O Ceará desponta no cenário nacional como um estado que entende o artesanato como uma das grandes vocações produtivas possuindo um elevado potencial de geração de trabalho e renda, além de promover a inserção da mulher e do jovem no setor produtivo e comercial, estimulando práticas do Associativismo e fixando o artesão em seu lugar de origem.

Muitas pessoas se iniciam na atividade de produção artesanal aproveitando ideias e conhecimentos herdados de seus antepassados ou técnicas repassadas por instituições de fomento, cujas peças artesanais desenvolvidas, são facilmente absorvidas pelo mercado consumidor local, nacional e internacional.

Ao fomentar o artesanato como uma atividade econômica sustentável e de inclusão social, o Governo se integra à cadeia produtiva local, valorizando a identidade cultural cearense e contribuindo para inserção de significativo contingente populacional.

Num cenário de busca crescente, por parte dos consumidores, de produtos diferenciados e originais, o Artesanato – cujas estimativas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior apontam uma movimentação anual de recursos da ordem de R\$ 28 bilhões e 8,5 milhões de pessoas – emerge como uma contrapartida à massificação e uniformização de produtos globalizados provendo o resgate sociocultural e a identidade regional. Essa iniciativa vem ao encontro do reconhecimento e fortalecimento da Política do Desenvolvimento do Artesanato Cearense. A Política Pública de fomento ao artesanato cearense se propõe a desenvolver ações que possibilitem a melhoria do nível organizacional das unidades produtivas, bem como o incentivo à comercialização do artesanato, como fatores condicionantes para a melhoria da renda dos artesãos. Para tanto, propõe-se um conjunto de ações que promovam transformações estruturantes no segmento com o incentivo e apoio ao trabalho, comercialização dos produtos artesanais e fortalecimento das entidades e grupos artesanais, ampliando sua capacidade de gestão e sua autonomia, contribuindo para a autossustentabilidade do setor artesanal e consequente melhoria no nível de renda e qualidade de vida do artesão.

## **8.2. AVANÇOS**

- Melhoria da qualidade de vida do artesão cearense, por meio do aumento da renda;
- Reestruturação do Banco de Dados Estadual com a implantação da nova Identidade Artesanal;
- Realização de editais públicos para habilitação de artesãos e entidades artesanais para comercializarem através das lojas do Ceart;

- Credenciamento de artesãos e entidades artesanais no Portal da Transparência;
- Registro da marca Ceart junto ao INPI;
- Reconhecimento em nível local, regional, estadual e nacional da CEART, como marca com credibilidade e qualidade na comercialização;
- Implantação do Show Room do artesanato cearense em Berlim;

Renovação da Produção Artesanal Cearense com a qualificação do artesão e melhoria dos processos produtivos;

- Criação do Núcleo de Capacitação para o Artesão Cearense;
- Lançamento de fan page da Ceart;
- Lançamento do site para divulgação e Promoção do Artesanato Cearense.

### **8.3. DESAFIOS**

- Ampliar a geração de trabalho e renda dos artesãos cearenses com foco no desenvolvimento sustentável, buscando a inclusão social e produtiva destes profissionais;
- Incentivar a profissionalização dos artesãos com ações permanentes de qualificação e renovação da produção artesanal;
- Assegurar a continuidade na interiorização da Política Pública de fomento ao setor, como estratégia de fortalecimento e organização das bases de produção artesanal do Estado;
- Fortalecer o segmento artesanal cearense apoiando a organização das entidades artesanais e núcleos produtivos, a partir das vocações locais;

## **8.4. DIRETRIZES**

- Promover a intersetorialidade com as demais políticas públicas na ampliação das ações de qualificação do artesão cearense, com vistas à estruturação dos processos produtivos e a renovação da produção artesanal;
- Estruturar bases de apoio à comercialização dos produtos artesanais cearenses com a ampliação dos canais de comercialização, assegurando o acesso a diferentes mercados consumidores no Brasil e no Exterior;
- Valorização da identidade cultural cearense;
- Artesanato como uma das grandes vocações produtivas do Estado, possuindo um elevado potencial de geração de trabalho e renda e de desenvolvimento sustentável;
- Artesanato como uma atividade econômica sustentável de inclusão social, e combate à pobreza.

## **8.5. PROPOSTAS**

- Criar uma política de fomento à exportação para o setor artesanal;
- Ampliar o acesso ao benefício da isenção fiscal no Estado do Ceará por artesãos cadastrados no Programa de Desenvolvimento do Artesanato;
- Promover a aquisição do produto artesanal cearense pela administração pública por intermédio das compras governamentais;
- Criar projetos de feiras artesanais itinerantes no Estado;
- Certificar a produção artesanal cearense com o selo do mercado justo (fairtrade);
- Fortalecer o Conselho Estadual do Artesanato;
- Realizar concurso de projetos, com foco no desenvolvimento local para entidades artesanais

# **9. EMPREENDEDORISMO**

## **9.1. APRESENTAÇÃO**

O Banco Central (BC) do Brasil divulgou em seu Boletim Regional que o PIB do Ceará deverá dar um salto de quase 50% em 10 anos, de 2010 a 2020. O crescimento econômico estadual está sendo fortemente impulsionado pela construção e operação de empreendimentos estruturantes que serão responsáveis por incrementar as riquezas locais em US\$ 21,4 bilhões. A economia cearense cresceu 3,04% no segundo trimestre de 2014, em comparação ao mesmo período do ano passado, bem acima do resultado nacional, de -0,9%. No ano, o acumulado no Ceará ficou em 3,49%. As taxas do PIB dos últimos quatro trimestres mostram um crescimento de 3,32% para o Ceará e de 1,4% para o Brasil. Com o resultado do PIB cearense no segundo trimestre deste ano, o Estado obteve um total de 17 trimestres consecutivos acima da média nacional (IPECE/14).

A expectativa é que as Microempresas – MEs e Empresas de Pequeno Porte - EPPs poderão, nos próximos dez anos, gerar o triplo dos empregos atuais. Essa estimativa considera tanto os projetos a seguir como o crescimento do percentual dos empregados nas MEs e EPPs no Ceará em relação ao total na média nacional, que é de 70%.

Conclui-se, portanto, que o Estado poderá ter no início da próxima década cerca de 1,2 milhões de empregos gerados pelas MEs e EPPs. Diante dessa perspectiva, urge adotar políticas públicas e planos que deem suporte aos empreendedores, especialmente as microempresas, assegurando-as oportunidades, competitividade e sustentabilidade.

## **9.2. AVANÇOS**

- Criação de uma estrutura de apoio e fomento ao empreendedorismo e implementação dos benefícios do Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte a partir do advento da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas em 2006;
- Oportunizou o crescimento dos pequenos negócios a partir dos significativos avanços das políticas públicas voltadas para incentivar os micro e pequenos empreendimentos.

### **9.3. DESAFIOS**

- Assegurar a sustentabilidade dos empreendimentos e proporcionar condições para que os novos empreendimentos se estabeleçam e prosperem com o atendimento de suas necessidades, por meio da simplificação do marco legal, desoneração tributária, formalização simplificada e desburocratizada, orientação técnica e gerencial, formação empreendedora, acesso ao crédito, incorporação de tecnologias atuais e comercialização da produção.
- Criar uma política pública moderna, realista, socialmente inclusiva, criativa, inovadora, sustentável e integrada para dar suporte aos empreendedores, especialmente aos microempreendedores individuais e às microempresas e elaborar um plano estadual de apoio ao empreendedorismo, abrangendo todas as fases do ciclo de criação e consolidação dos empreendimentos.

### **9.4. DIRETRIZES**

- Ampliar a geração de emprego e renda para a população, com olhar para a interiorização das oportunidades;
- Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres, bem como a equidade de gênero, raça e etnia nas relações de trabalho;
- Criar oportunidades de inclusão produtiva e geração de renda, notadamente para os segmentos em situação de maior vulnerabilidade, buscando a garantia da autonomia econômica e social dessas pessoas;
- Aperfeiçoar a política de desenvolvimento do empreendedorismo rural, por meio de apoio às iniciativas individuais e coletivas focadas na criação de ovinos e caprinos, produção de mel de abelha, piscicultura intensiva, indústria de calçados, móveis, floricultura, fruticultura, etc;
- Ampliar e fortalecer as ações voltadas ao aprimoramento do ambiente de negócios e os marcos regulatórios, desoneração tributária, redução da burocracia e da ineficiência, estimulando o investimento privado, a criação de novos negócios e a sustentabilidade dos existentes;
- Estimular e fortalecer as políticas de incentivos para atrair e desenvolver novos negócios, diversificando a estrutura econômica cearense ampliando

a quantidade de empresas, em especial as de base tecnológica e mais voltadas à inovação;

- Criar mecanismos para o desenvolvimento das exportações estaduais, estimulando uma cultura de exportação nas atividades produtivas, inclusive nas pequenas e médias empresas;
- Ampliar e fortalecer as políticas públicas voltadas às micro, pequenas e médias empresas cearenses e empreendedores individuais e empreendimentos solidários, sejam agrícolas, industriais ou de serviços, estimulando e favorecendo seu surgimento, desenvolvimento e competitividade;
- Promover o adensamento dos arranjos produtivos locais (APLs) mais competitivos;
- Estruturar a rede de empreendedores e fornecedores para fortalecer a articulação com as empresas do CIPP;
- Ampliar os recursos públicos destinados à inovação e ao empreendedorismo, reconhecendo o papel do Estado como agente incentivador;
- Apoiar os microempreendedores individuais, garantindo a expansão desta modalidade e instituição de espaços plurais para a sua formação;
- Simplificação do marco legal;
- Desoneração tributária;
- Acesso ao processo de Formalização de forma simplificada e desburocratizada;
- Orientação técnica e gerencial;
- Formação empreendedora;
- Acesso ao crédito;
- Incorporação de tecnologias atuais;
- escoamento da produção.
- Não basta apenas formalizar, é preciso completar o ciclo, apoiando e atendendo o Empreendedor e o Empreendimento em todas as suas fases e necessidades.

## **9.5. PROPOSTAS**

- Estruturar uma política de microcrédito orientado;
- Reestruturar a política de incentivos fiscais, assegurando a ampliação de novos negócios;
- Criar o Distrito Empreendedor Popular para a sustentabilidade dos empreendimentos de acordo com as vocações locais e regionais;
- Estruturar a política de Economia Solidária e do empreendedor individual;
- Promover aquisições de bens e serviços pela administração pública por intermédio das compras governamentais (ECOSOL, Agricultura Familiar, Artesanato, Agronegócio);
- Criar o Programa Estadual de Feiras populares/agroecológicas;
- Reestruturar a política de fomento aos APLs produtivos com foco no desenvolvimento local;
- Disponibilizar para os municípios o apoio para estabelecer parcerias internacionais entre cidades nos diversos países para a implantação do projeto cidades-irmãs;
- Introduzir conteúdos de empreendedorismo dentro da educação básica, profissional e superior;
- Desburocratizar e simplificar o processo de criação, alteração e baixa de empreendimentos, por meio da implementação da REDESIM;
- Apoiar as ações do Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Ceará;
- Construir Centros Públicos de Economia Solidária, no interior do Estado e na Região Metropolitana de Fortaleza;
- Criar a Agência de Fomento da Economia Solidária e Inclusão Financeira;
- Promover o desenvolvimento tecnológico por meio de incentivos ao movimento das Startups, através da promoção de feiras temáticas para captação de investidores e disseminação das tecnologias desenvolvidas;

- Criar incentivos para o desenvolvimento de jovens programadores;
- Criar política e legislação específicas de apoio e incentivo à criação e desenvolvimento de empresas virtuais;
- Elaborar e implementar programa de desenvolvimento jovens empreendedores de forma contínua, contemplando-se o Ensino Fundamental, em parceria com as prefeituras, o Ensino Médio, nas ETECs, e nas universidades e empresas privadas, sobretudo indústrias;
- Elaborar e implementar um programa de desenvolvimento econômico nos bairros, através do incentivo à comercialização interna e da capacitação e consultorias aos microempreendedores locais;
- Criar o prêmio de inovação empreendedora e sustentável.

## **10. TRABALHO E RENDA**

### **10.1. APRESENTAÇÃO**

A globalização da economia e a revolução tecnológica, aliados à defasagem educacional têm provocado, por muitas vezes, a exclusão dos trabalhadores do mercado de trabalho, cada vez mais exigente e em busca permanente de competitividade. O desemprego é um problema que atinge as pessoas, independente de raça, cor, religião ou opção partidária.

Para se opor a esta realidade, que engloba diversos países, este Governo tem um importante e indelegável papel de formular e executar políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico e social de todos os cearenses.

Os investimentos estatais na ampliação do setor produtivo, tornando o Estado competitivo e com forte potencial industrial são, de fato, importantes, mas não devem ser os únicos meios para combater as desigualdades sociais e a pobreza.

As transformações no quadro de pobreza existente no Estado passam também pelo forte investimento em educação, qualificação profissional, programas de incentivo à permanência na escola e à inserção de jovens no mercado de trabalho,

à inserção produtiva de famílias de baixa renda por meio de incentivos e fortalecimento da Agricultura Familiar e dos Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Entre as estratégias, destacam-se o desenvolvimento integrado das políticas públicas de Desenvolvimento Social, Segurança Alimentar e Nutricional e Trabalho e Renda, por serem instrumentos que possibilitam a inserção social e produtiva da população em situação de vulnerabilidade social em nosso Estado, possibilitando, assim, a entrada, economicamente produtiva, do maior número de pessoas no mercado de trabalho, contribuindo para a superação da pobreza e elevação da qualidade de vida da população cearense.

Ainda procurando fortalecer as estratégias de Geração de Emprego e Renda em nosso Estado, devidamente articulada com os programas de superação da miséria, nas 08 macrorregiões administrativas do estado, o Governo seguiu investindo em diversos outros projetos de qualificação profissional oportunizando a interiorização das ações e o atendimento as demandas por profissionais qualificados apresentadas pelos setores produtivos do estado.

## **10.2. AVANÇOS**

Nesses quase oito anos de mandato do Governador Cid Gomes, podemos destacar muitos avanços na área do Trabalho, Emprego e Renda, tais como:

- Integração das políticas públicas de Desenvolvimento Social, Segurança Alimentar e Nutricional e Trabalho e Renda no Ceará, como estratégia de diminuição das desigualdades sociais existentes no Estado;
- Melhoria nos indicadores da promoção do trabalho com aumento da geração de empregos e diminuição da taxa de desemprego de 9,5% em 2005, para 6,8% em 2014;
- Geração de 351.477 empregos diretos no Estado, conforme dados oficiais do CAGED;
- Ampliação da Rede de Atendimento do Sistema Público de Emprego, com implantação de Unidades com diferentes postos de atendimento e com a garantia de um padrão de qualidade na oferta de serviços ao trabalhador cearense, contando com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, por meio do PROARES III, inovando a inclusão do componente da área do trabalho, com a implantação de unidades SINE (modelos);

- Investimento na inclusão de Pessoas com Deficiência, através da criação e implantação do Centro de Profissionalização Inclusiva para Pessoas com Deficiência (CEPID);
- Criação e implantação dos Centros de Inclusão Tecnológica e Social (CITS) que são 07 unidades de atendimento à população, localizadas em bairros periféricos de Fortaleza, tendo como estratégia a integração entre desenvolvimento social e trabalho, os CITS nos últimos quatro anos ofereceu 65.080 atendimentos com qualificação profissional, atividades esportivas e culturais, formação de empreendedores individuais aos moradores dos bairros Conjunto Ceará, José Walter, Messejana, Jangurussu, Parque São José, Lagamar e Mucuripe;
- Desenvolvimento de uma política ativa de qualificação profissional com foco na inserção de jovens no mercado de trabalho, através do desenvolvimento do Projeto Primeiro Passo que tem em suas linhas de ação Estagiário, Aprendiz e Bolsista prestando atendimento a 40.395 jovens que, além da formação profissional, contaram com a oportunidade de passarem pela experiência do primeiro emprego;
- Estímulo à inserção laboral de jovens alunos do Ensino Médio, através do Projeto CE-JOVEM – Aprendizagem em Serviço, com pagamento de 48.000 bolsas-estágios, assegurando experiência profissional para jovens de 16 a 24 anos, estudantes do Ensino Médio em empresas parceiras do projeto, estimulando a contratação dos jovens após conclusão do estágio remunerado;
- Estímulo ao empreendedorismo juvenil; para tanto investiu-se no desenvolvimento de Projetos como: Juventude Empreendedora, que atendeu 3.236 jovens em diversos municípios do Estado e criação da Escola de Vida, Sabor e Arte em Fortaleza, tornando-se uma referência na qualificação de jovens empreendedores na área de alimentação; estas iniciativas, além da qualificação profissional e inserção dos jovens no mercado de trabalho formal, estimula os participantes na formação empreendedora e orienta para criação de pequenos negócios geradores de renda;
- O Projeto Criando Oportunidades (42.920 pessoas beneficiadas), oferece oportunidade de qualificação profissional, encaminhamento para o mercado de trabalho formal através da rede de atendimento SINE/IDT, e estímulo à criação de pequenos negócios através da concessão de kits instrumentais de trabalho para os egressos;
- Fortalecimento da Agricultura Familiar através do Projeto de Inclusão Social e Produtiva de Famílias Cearenses Cadastradas no CadÚnico, presente em 20 municípios, projeto articulado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e entidades parceiras; o projeto está presente em 20 municípios e fortalece as cadeias produtivas, da caprinocultura

leiteira, da cajucultura, reciclagem de resíduos sólidos e de óleos e gorduras residuais;

- Garantia de acessibilidade que tem como objetivo a qualificação e inserção de Pessoas com Deficiência e seus familiares no mercado de trabalho, que atendeu 3.293 pessoas nessa condição;
- Centro de Inclusão Digital para o Trabalho – É uma rede de Telecentros instalada com apoio do Governo do Estado e distribuída no território cearense inicialmente em 20 municípios; é uma vantagem competitiva que disponibiliza qualificação profissional por meio do ensino à distância e ensino presencial mediado pela tecnologia, permitindo que jovens, adultos e idosos, nos mais distantes municípios, possam ser beneficiados e tenham mais possibilidades de inserção no mercado de trabalho;
- Plano Setorial de Qualificação (PLANSEQ) e Plano Territorial de Qualificação (PLANTEQ) iniciativas de Qualificação Social e Profissional do Trabalhador cearense em parceria com o Governo Federal e que tem como objetivo o atendimento das demandas por mão de obra qualificada para os investimentos estratégicos do Estado, a exemplo do Complexo Industrial e Portuário do Pecém;
- PRONATEC – O Governo do Estado tem se tornado um importante interlocutor junto aos municípios cearenses no momento da adesão ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

### **10.3. DESAFIOS**

Face aos avanços ocorridos nos últimos anos, tem-se o reconhecimento de que ainda existe importantes desafios que precisam ser enfrentados para o Ceará alcançar patamares ainda mais elevados de desenvolvimento econômico e social, de forma a proporcionar uma condição de vida mais digna para o trabalhador e empreendedor cearense.

A criação de oportunidades é o grande desafio que se estabelece neste novo milênio.

Faz-se necessário diferentes formas de pensar o hoje e buscar estratégias que proporcionem um amanhã melhor.

Para tanto, uma das grandes dificuldades a serem superadas neste cenário socioeconômico reside na ampliação da capacidade de geração de trabalho e renda para o desenvolvimento regional.

Todos precisam de oportunidades para construir, com seu próprio esforço, os alicerces para uma vida futura. Entretanto, para oferecer este bem-estar para a comunidade é necessário desenvolver alternativas socialmente responsáveis :

- A geração de renda, como fonte de desenvolvimento do município;
- A criação de novos modelos economicamente viáveis, frente à realidade local, que possibilitem soluções empreendedoras de uma nova realidade.

## **10.4. DIRETRIZES**

- Ampliar a geração de emprego e renda para os cearenses, com olhar para a interiorização das oportunidades;
- Aprofundar as políticas e ações estaduais voltadas a expandir a oferta de mão de obra qualificada com formação inicial, técnica e superior, viabilizando e estimulando o maior estoque de profissionais de maior qualificação empregados no setor privado;
- Fortalecer e ampliar ações de fomento e estímulo para permitir ao jovem o seu primeiro emprego formal;
- Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres, bem como a equidade de gênero, raça e etnia nas relações de trabalho
- Fortalecer a gestão e reestruturar a rede de atendimento ao trabalhador, no âmbito das políticas públicas de trabalho, emprego e renda, como forma de contribuir com a estruturação e o aprimoramento de ações voltadas ao mercado de trabalho, à qualificação social e profissional e à inclusão econômica e produtiva do trabalhador cearense;
- Criar oportunidades de inclusão produtiva e geração de renda, notadamente para os segmentos em situação de maior vulnerabilidade, buscando a garantia da autonomia econômica e social dessas pessoas;
- Criar e efetivar, em interface com a assistência social, políticas de enfrentamento ao trabalho infantil e ao trabalho análogo ao escravo e degradante;
- Ampliar e fortalecer as ações voltadas ao aprimoramento do ambiente de negócios e os marcos regulatórios, reduzindo a burocracia e a ineficiência, estimulando o investimento privado e a criação de novos negócios;
- Estimular e fortalecer as políticas de incentivos para atrair e desenvolver novos negócios, diversificando a estrutura econômica cearense ampliando

a quantidade de empresas, em especial as de base tecnológica e mais voltadas à inovação;

- Criar mecanismos para o desenvolvimento das exportações estaduais, estimulando uma cultura de exportação nas atividades produtivas, inclusive nas pequenas e médias empresas;
- Integração das políticas públicas de Desenvolvimento Social, Segurança Alimentar e Nutricional e Trabalho e Renda no Ceará como estratégia de diminuição das desigualdades sociais existentes no Estado;
- Trabalho Decente e as Novas (Re) Configurações do Mercado de Trabalho
- Políticas de Qualificação Profissional e o Mercado de Trabalho: construindo uma nova agenda para o desenvolvimento
- Dinâmica espacial do emprego – limites e oportunidades
- Estrutura etária e a PEA – desafios para os próximos anos
- Trabalho e estrutura social
- Políticas públicas do trabalho e o do Sistema Público de Emprego – fortalecendo o desenvolvimento e reduzindo as desigualdades sociais

## **10.5. PROPOSTAS**

- Dar continuidade e fortalecer a integração das políticas públicas de Desenvolvimento Social, Segurança Alimentar e Nutricional e Trabalho e Renda no Ceará como estratégia de combate à fome e criação de novas oportunidades para todos os cearenses, com vistas à diminuição das desigualdades sociais existente no estado;
- Estruturar o observatório do trabalho;
- Estruturar um Centro do Trabalhador Autônomo em Fortaleza (bairro Papicu), construindo um equipamento moderno de formação de mão de obra especializada, ampliando o investimento em capacitação dos profissionais beneficiados, com inovações tecnológicas, ampliação da equipe de atendentes e técnicos especializados;
- Implantar Centrais de Serviços autônomos regionalizadas;
- Estruturar a rede SINE de atendimento ao trabalhador, no âmbito do Estado;

- Reestruturar a política de incentivos fiscais, assegurando a geração de trabalho e renda;
- Qualificar o artesão Cearense com a estruturação dos processos produtivos;
- Reestruturar a política de fomento aos APLs com foco no desenvolvimento local;
- Criar uma Rede Estadual de Educação Profissional, que possa articular uma Gestão Integrada das Instituições de Educação Profissional no Estado, com o fito de evitar sobreamento e garantir uma cobertura geográfica completa;
- Implantar o Plano de Melhoria e Consolidação das EEEPs;
- Consolidar e estruturar laboratórios e oficinas / investimentos das empresas privadas;
- Alinhar cursos e currículos com as necessidades locais e regionais;
- Otimizar o custeio;
- Efetivar o ingresso, permanência e terminalidade dos alunos - Programa de Assistência Estudantil;
- Introduzir componentes curriculares de empreendedorismo e inovação dentro da educação básica, profissional e superior;
- Assegurar que cada gestor estadual ministre pelo menos uma palestra por semestre nas EEEPs;
- Estruturar um programa de formação e qualificação docente para as EEEPs que privilegie a formação e *expertise*;
- Criar a Central de Estágios e Empregos;
- Criar prêmios e incentivo, por setor, às empresas que mantiverem os contratos de trabalho por períodos superiores às médias do seu setor, para empresas que reduzirem os acidentes de trabalho, que atendam às cotas de pessoas com deficiência, oportunizem o primeiro emprego a jovens, atendam a todos os direitos trabalhistas assegurados ao trabalhador e que tenham egressos do Sistema Penitenciário no seu quadro de profissionais;
- Estruturar programas de estímulo ao aumento da escolaridade do trabalhador cearense.

**04**

---

**CEARÁ**

---

**SUSTENTÁVEL**

---

# **INTRODUÇÃO**

O Ceará possui 86,8% de sua área inserida na região do Semiárido Brasileiro - o que significa um risco de seca maior que 60%, com solos rasos, com rocha matriz que dificulta a infiltração, rios intermitentes, altas temperaturas, insolação e evaporação intensas.

No Ceará, 75% de seus terrenos estão sobre o cristalino, que limita a acumulação de água no subsolo e a formação dos aquíferos, as águas subterrâneas acumulam-se em fraturas das rochas, têm baixa produtividade e grande teor de sal.

Vários são os critérios que poderiam caracterizar a região semiárida em termos eminentemente científicos. No entanto, a noção pragmática de Semiárido tem sido a de região onde incidem as secas prolongadas.

Em um Semiárido com inúmeras desigualdades, são também múltiplas as alternativas e estratégias possíveis para a garantia do acesso aos recursos naturais e bens básicos por suas populações, muitas construídas por elas próprias.

O conceito de Semiárido deve então ser entendido como um espaço social complexo, portador de três atributos interligados, complementares e indissociáveis: (1) é espaço de produção e de atividades econômicas diversificadas e interseoriais; (2) é espaço de vida, de organização social e de produção cultural para as pessoas; e (3) é espaço de relação com a natureza, o que, ao mesmo tempo, estrutura as características assumidas pelos dois atributos anteriores e determina as condições e as possibilidades de sustentabilidade ambiental e de preservação dos recursos naturais existentes.

Inovações em tecnologias sociais, técnicas e estratégias de convivência com o Semiárido devem ser qualificadas e universalizadas para se tornar em um instrumento efetivo de melhoria da renda e da qualidade de vida de milhões de pessoas que atualmente sofrem com os desafios da seca. Somente com o fortalecimento de políticas públicas de convivência com o Semiárido, o Estado do Ceará conseguirá adaptar-se e utilizar-se dos consideráveis potenciais do Bioma Caatinga e da sua ampla e única biodiversidade funcional, seja ela forrageira, medicinal ou ainda madeireira.

# **1. RECURSOS HÍDRICOS**

## **1.1. APRESENTAÇÃO**

A ação de Governo no âmbito dos Recursos Hídricos reflete a continuidade de uma Política que, por mais de duas décadas, está sendo implementada no Estado do Ceará.

Estas ações vem se constituindo num ponto fundamental e relevante para a vida da população cearense e para a normalidade das atividades produtivas do Estado.

No primeiro momento, foi dado um tratamento no setor com o objetivo de atender às demandas do povo do Ceará, como a melhor distribuição de água no território e a maior gestão democrática dos Recursos hídricos disponíveis.

O desafio agora a ser enfrentado nos próximos anos é a busca da qualidade da água consumida pelas pessoas e a inclusão de todas as camadas da população no processo de abastecimento hídrico.

Isto implica em novos programas de saneamento para o maior número de comunidades urbanas e rurais do Ceará; a integração de bacias, o sistema de adutoras, o tratamento de água e esgoto que são as palavras chaves deste processo.

## **1.2. AVANÇOS**

- Participação social da água:
  - criação de 12 comitês de bacia hidrográfica;
  - criação de 64 comissões gestoras de sistemas hídricos.
  
- Alocação negociada de água:
  - alocação de 95 reservatórios monitorados, correspondendo 2500 km de leitos perenizados de 88 rios estaduais;
  
- Ampliação da oferta hídrica.

Construção de 42 açudes, ampliando a capacidade de acumulação em mais de 8 bilhões de metros cúbicos.

- Interligação de Bacias hidrográficas:
  - construção e operação do Canal do Trabalhador;
  - construção de adutoras - 122 convencionais e 25 adutoras de montagem Rápida (AMR);
  - concepção e construção da primeira etapa do Cinturão das Águas;
  - sistemas: Orós - Feiticeiro, Fogareiro Quixeramobim.
  
- Eixão das Águas:
  - construção e operação do Eixão das Águas, garantindo o abastecimento da RMF e do CIPP (Porto do Pecém).
  
- Implementação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos:
  - Outorga;
  - Cobrança;
  - Planos de bacia - Estadual e de 10 bacias hidrográficas;
  - Sistema de Informação;
  - Fiscalização.
  
- Monitoramento da quantidade e qualidade da água do Estado do Ceará:
  - Monitoramento da quantidade e qualidade das águas superficiais e subterrâneas (149 açudes e 3 aquíferos: Apodi, Araripe, dunas - São Gonçalo e Paracuru);
  - Monitoramento de cheias dos 2 vales perenizados: Jaguaribe e Acaraú;
  - Desenvolvimento e realização de 30 inventários ambientais dos açudes monitorados.
  
- Sistema integrado de gestão dos recursos hídricos - SIGERH:
  - implantação e funcionamento do SIGERH.
  
- Comunicação da informação sobre recursos hídricos :
  - criação do portal hidrológico;
  - instalação da Sala de Situação de recursos hídricos;
  - sites de 10 comitês de bacia.

- Descentralização da gestão dos recursos hídricos:
  - Criação de 8 gerências regionais da Cogerh, que atuam como Secretarias dos 12 comitês de bacia hidrográficas criados.

### **1.3. DESAFIOS**

- Definir política estadual para convivência com o Semiárido, buscando obter uma real clareza sobre a delimitação desta região, efetuando a revisão dos critérios utilizados na atual demarcação.(Pacto das Águas);
- Efetivar um programa de gestão e controle da qualidade dos recursos hídricos, das águas superficiais ou subterrâneas, voltado para o reuso e reutilização de águas nas atividades agropecuárias e industriais;
- Garantir nessa política a explicitação de princípios e conceitos sobre a convivência com o Semiárido e a perenidade de programas e ações, de forma a não sofrerem descontinuidade diante das mudanças políticas.(Pacto das Águas);
- Garantir a presença do Estado no meio rural e dar continuidade às políticas públicas voltadas para convivência com o Semiárido, adequar o sistema de gestão de recursos hídricos, assegurar a universalização do acesso aos múltiplos usos da água para a população difusa e manter atualizadas as informações sobre a situação destas populações. (Pacto das Águas);
- Adotar as microbacias hidrográficas como unidades de planejamento no meio rural e adequar os instrumentos de gestão dos recursos hídricos à realidade do Estado, em particular o prazo para outorga de direito de uso, a definição de uma metodologia de padrões adequados para o enquadramento dos corpos d' água e o uso das vazantes dos reservatórios. (Pacto das Águas).

### **1.4. DIRETRIZES**

- Ampliação do Programa Estadual de Segurança Hídrica para o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida da população cearense, garantindo o crescimento econômico do Estado, nos próximos 20 anos;
- Estímulo ao desenvolvimento de uma política de Gestão da Demanda, fundamentada no conhecimento detalhado dos múltiplos usos, no uso mais eficiente da água, na redução das perdas de água nos sistemas, e na sensibilização dos usuários de água;

- Ampliação das Ações para Convivência e Adaptação com o Semiárido, resultando numa Política Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense, com enfoque na Gestão de Eventos Críticos, considerando as mudanças climáticas;
- Implementação de estudos e ações que incentivem o uso de Novas Fontes de Água (Reuso de água, Dessalinização de água do mar), em função da crescente demanda por água nas diversas regiões do Ceará;
- Promoção do Fortalecimento Institucional do Sistema de Recursos Hídricos, reforçando o planejamento, a valorização e capacitação de pessoal, a realização de concursos públicos, a integração entre os diversos setores e a sustentabilidade na gestão da água;
- Fortalecimento da Participação Social na Gestão dos Recursos Hídricos, através de ações que promovam o envolvimento efetivo dos diversos segmentos sociais na tomada de decisão em relação ao uso, controle e conservação da água.

## **PROPOSTAS VALIDADAS PELO CANDIDATO NA CAMPANHA**

- **Construir o Cinturão das Águas, que está em seu início, para garantir água à população do interior e aos produtores rurais.**
- **Triplicar a produção irrigada em parceria com o Governo Dilma e a iniciativa privada, ocupando 100% dos perímetros irrigados, que hoje utilizam apenas 30% de suas áreas.**
- **Ampliar a oferta de água para as comunidades rurais através do fortalecimento e ampliação do SISAR – Sistema de Abastecimento Rural.**
- **Apoiar os 11 comitês de bacias já implantados no Ceará, melhorando o sistema de gestão de águas no Estado.**

## **1.5. PROPOSTAS**

### **1.5.1 NA AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE SEGURANÇA HÍDRICA**

• **AUMENTO DA OFERTA HÍDRICA:**

Obras de reservação:

Açude Lontras (Ipueiras), Inhuçu (Croatá), Paula Pessoa (Granja), Fronteiras (Crateús), Pedregulho (Santa Quitéria), Poço Comprido (Santa Quitéria), Frecheirinha (Coreaú), Riacho do Paulo (Apuiarés).

Obras de transferência:

- Dar continuidade ao Cinturão das Águas – CAC: Conclusão do Trecho I Jati/Nova Olinda (Municípios Beneficiados: Jati, Porteiras, Brejo Santo, Abaíara, Missão Velha, Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte, Nova Olinda, Milagres, Farias Brito, Lavras da Mangabeira, Iguatu, Icó, Orós, Mauriti, Aurora, Cariri e Quixelô). E Construção do Trecho II Nova Olinda/Açude Arneiroz (Municípios Beneficiados: Altaneira, Assaré, Tarrafas, Antonina do Norte, Aiuaba, Arneiroz, Tauá, Jucás e Saboeiro).
- Execução da 2ª Fase do Eixão das Águas, duplicando a vazão dos atuais 11 m<sup>3</sup>/s para 22 m<sup>3</sup>/s;
- Propor a antecipação da operação da Transposição do São Francisco para transferência de 10 m<sup>3</sup>/s no segundo semestre de 2015 para o Estado do Ceará;
- Ampliar a capacidade do Canal do Trabalhador de 5 m<sup>3</sup>/s para 10 m<sup>3</sup>/s;
- Implementar o programa Malha D'água, com a construção de 2.000km de adutoras.

Obras de captação de água subterrânea:

- Construção e instalação de 500 poços para abastecimento de Sedes Municipais;
- Construção e instalação de 1.000 poços com dessalinizadores para atendimento comunitário;
- Construção e instalação de 1.000 poços para produtores rurais;
- Levantamento e reativação de 1.000 poços já existentes;

Obras de captação de água de chuva:

- Construção de 130.000 cisternas para consumo familiar;
- Construção de 50.000 cisternas calçadão para produção agrícola familiar.

#### Estudos e Programas:

- Estabelecer programas de fornecimento de água para consumo humano nos municípios situados no entorno dos canais da Integração do Rio São Francisco e do Cinturão de Águas do Ceará - CAC;
- Realizar levantamento hidrogeológico, através de estudos geológicos/geofísicos, com indicação de áreas com potencial para aproveitamento hídrico subterrâneo;
- Realizar estudos de alternativas de fonte de água para consumo humano nas localidades a partir de 1000 habitantes;
- Estudar a potencialidade dos principais aluviões com o objetivo de ofertar suporte hídrico para projetos de irrigação de pequeno porte, utilizando métodos eficientes de aplicação;
- Estudar alternativas para o Projeto de Transposição do Tocantins para o Nordeste Setentrional.

#### • **FORTALECIMENTO DAS AÇÕES PARA O ABASTECIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL DIFUSA:**

- Levantamento e mapeamento das comunidades rurais e pequenos núcleos populacionais dispersos e avaliação do nível de carência hídrica;
- Programa de ações necessárias para garantia de abastecimento dessas comunidades rurais, com metas e prazos de atendimento em 100% das demandas;
- Implantar Modelo de Gestão dos pequenos sistemas de abastecimento de água para as comunidades rurais, compartilhado com os municípios e as comunidades responsáveis, sob a liderança do SISAR.

#### • **QUALIDADE DE ÁGUA:**

- Ampliar o Monitoramento da Qualidade de Água Superficial e Subterrânea;
- Realizar diagnósticos de fontes poluidoras;
- Ampliar o programa de Inventários Ambientais nos Açudes Monitorados;
- Desenvolver programas de recuperação de mata ciliar nos Açudes Monitorados;

- Fortalecer e desenvolver políticas educacionais e de incentivo que visam ao uso racional da água, promovendo a redução do desperdício e da incidência de doenças de veiculação hídrica;
- Apoiar os programas de saneamento dos grandes centros urbanos, como forma de reduzir o impacto na qualidade e quantidade de água disponível;
- Sanear plenamente (esgotamento e tratamento) as cidades do Cariri Ocidental para proteção do aquífero desta região;
- Apoiar a elaboração dos planos municipais de saneamento, articulando com a Política de Gestão dos Recursos Hídricos.

### **1.5.2. NO ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DE UMA POLÍTICA DE GESTÃO DA DEMANDA**

- Estimular a elaboração do Plano Diretor de Irrigação do Ceará para equacionar o uso da água e o potencial de expansão dessa atividade, levando-se em consideração a disponibilidade hídrica alocada e os ganhos oriundos de sua eficiência, com metas pactuadas com os usuários e órgãos governamentais;
- Apoiar a implantação de um programa de expansão da irrigação nas regiões: Icapuí/Baixo Jaguaribe; Lontras/Ibiapaba; Quixeré/Baixo Jaguaribe e São Braz-Castanhão/Médio Jaguaribe;
- Apoiar as ações necessárias à promoção da pequena irrigação ao longo dos vales perenizados com linhas de crédito, assistência técnica e infraestrutura energética para possibilitar o incremento de 5.000ha irrigados, com forragens e culturas de ciclo curto;
- Articular com o Governo Federal, por intermediário do DNOCS e da ANA (Agência Nacional de Águas), a implementação da modernização da gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação, com a regulação e fiscalização dos usos devidamente outorgados e com controles de micro e macromedição, de forma sustentável;
- Estimular as empresas de saneamento para diminuir ao máximo as perdas ou fugas das redes de distribuição de água tratada;
- Avançar na recuperação, preservação, monitoramento e gestão das maiores fontes do Cariri;
- Atualizar o cadastro multifinalitário dos usuários dos recursos hídricos e disponibilizá-lo para a sociedade;

- Promover a sistematização dos dados existentes sobre água subterrânea, padronizando e otimizando as técnicas de prospecção, visando obter êxito no índice de poços produtivos, principalmente em ambiente cristalino;
- Realizar campanhas de sensibilização da sociedade para a conservação e o uso racional e sustentado da água.

### **1.5.3. NA AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES PARA CONVIVÊNCIA E ADAPTAÇÃO COM O SEMIÁRIDO**

- Estruturar uma política de Gestão de Secas, que reduza a vulnerabilidade das populações diante das situações de escassez hídrica, promovendo a redução dos impactos socioeconômicos das secas;
- Elaborar Plano de Contingência para situação de cheias, aprimorando o sistema de alerta e as ações de mitigação dos efeitos sobre as populações rurais e urbanas;
- Garantir que os Planos de Bacias incorporem a questão da seca, definindo gatilhos e ações a serem implementados;
- Reforçar no Ensino Básico a importância da água e da prevenção da degradação ambiental, investir na capacitação da população e na integração com o saber científico para desenvolver novas tecnologias, equipamentos e metodologias voltados para a convivência com o Semiárido;
- Articular o conhecimento científico existente nas Universidades com a experiência popular dos que habitam no Semiárido para estabelecimento de planos e programas nessa área;
- Implementar o Programa “Monitor das Secas”, enquanto instrumento articulado com o Governo Federal, de modo a garantir uma ação pactuada entre as diferentes esferas administrativas;
- Promover o aproveitamento hídrico das microbacias (barragens subterrâneas, terraços verdes, cortinas de pedra, cordões de pedra);
- Manter grupos de trabalho para acompanhamento da situação de abastecimento dos centros urbanos e propor soluções dos problemas de abastecimento;
- Manter em atividade o Comitê Integrado de Combate à Seca, com ações de curto, médio e longo prazo;
- Manter o programa de Aduoras de Montagem Rápida (AMR) para situações de escassez hídrica acentuada;

- Implementar programa de Estações de Tratamento de Água Móveis (ETA Móvel) para abastecimento de carros-pipa em 150 localidades, possibilitando uso de água com qualidade a partir de açudes, onde não haja ETA convencionais.

#### **1.5.4. NA IMPLEMENTAÇÃO DE ESTUDOS E AÇÕES QUE INCENTIVEM O USO DE NOVAS FONTES DE ÁGUA**

- Implantar um programa que trate imediatamente do reuso de água de Fortaleza para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, ampliando a oferta de água em cerca de 2m<sup>3</sup>/s para determinados processos industriais;
- Implantar um programa de dessalinização de água do mar com produção diária de 125.000m<sup>3</sup> para uso humano e industrial, e desenvolver parceria com a indústria mais adequada ao uso dessas águas nas áreas litorâneas;
- Desenvolver uma Política de Incentivo ao reuso da água para a indústria, agricultura irrigada e saneamento.

#### **1.5.5. NO FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS**

- Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - CBH, a partir da formulação de meios e instrumentos capazes de melhorar a representatividade das instituições nos colegiados, garantindo as suas atribuições consultivas e deliberativas e respeito às suas decisões;
- Promover encontro de todos os Prefeitos para discutir a interface da gestão municipal com a política de gestão de recursos hídricos;
- Fortalecer e valorizar as Comissões Gestoras de Sistemas Hídricos;
- Realizar, a cada 02 (dois) anos, a Conferência Estadual da Água, precedida de Conferências Municipais, a ser definida oficialmente como parte da Política de Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Ceará.

#### **1.5.6. NA PROMOÇÃO DO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO SISTEMA DE RECURSOS HÍDRICOS**

- Incorporar a FUNCEME ao sistema da Secretaria de Recursos Hídricos - SRH, de forma a compor as atribuições tecnológicas nas áreas de meteorologia e de recursos hídricos;

- Reestruturar e fortalecer o Sistema SRH (SRH, FUNCEME, COGERH e SOHIDRA) adequando as funções de cada ente do sistema às disposições da Lei nº 14.844/2010 (Lei de Política Estadual de Recursos Hídricos);
- Realizar concurso para recompôr equipes técnicas da SRH, COGERH, SOHIDRA e FUNCEME, reduzindo o quadro de terceirizados existente;
- Elaborar Planos de Cargos e Carreiras para a SRH, FUNCEME, SOHIDRA e Revisar o da COGERH;
- Fortalecer o Conselho de Recursos Hídricos do Ceará – CONERH, reformulando a sua composição a fim de garantir as representações de secretários de estado, dirigentes superiores de órgãos públicos, Comitês de Bacias Hidrográficas - CBH e da sociedade civil;
- Regulamentar a participação dos municípios na gestão dos recursos hídricos, nos termos da Lei nº 14.844/2010;
- Estimular e apoiar a elaboração de Planos Municipais de Segurança Hídrica;
- Redesenhar o modelo organizacional e operacional do Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos - SIGERH, em especial para as deliberações dos Órgãos Colegiados da Política de Recursos Hídricos (CONERH e CBH) e suas formalizações;
- Estabelecer novas bases conceituais e de conteúdo para elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos e dos Planos de Bacias Hidrográficas;
- Incorporar as contribuições do “Pacto das Águas”, “Pacto pelo Semiárido”, e o “Relatório Final de Atividades da Comissão Especial da Assembleia Legislativa para acompanhar a problemática da Estiagem e as perspectivas de chuvas no Estado do Ceará”, na Política Estadual de Recursos Hídricos;
- Atualizar o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PLANERH, com foco plurianual de 04 (quatro) anos, incorporando-o ao Plano Plurianual - PPA e à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;
- Incorporar capítulos específicos sobre águas subterrâneas nos Planos de Bacias e Plano Estadual de Recursos Hídricos;
- Implementar o Sistema Integrado de Informações de Recursos Hídricos Estadual.

## **2. MEIO AMBIENTE**

### **2.1. APRESENTAÇÃO**

A implementação de uma Política Ambiental no Estado inclui o compromisso de garantias efetivas na produção, desenvolvimento e controle social destas políticas.

O reconhecimento de uma política ambiental afirmativa requer a percepção de que o meio ambiente sustentável sobrepõe-se à manutenção de requisitos intrínsecos do ambiente natural, visando garantir alternativas socioeconômicas de seu uso para toda sociedade. Empreende-se, assim, a necessária superação de desafios na reconstrução da cultura e no aprimoramento do saber segundo a lógica de uma sociedade igualitária, socialmente justa, ambientalmente saudável e sustentável, fundada num espectro permanente de uma cultura de paz.

Entende-se que a política ambiental estadual deve estar também articulada aos territórios, espaços de discussão já existentes, condição que se sobressai de forma exemplar nos Comitês de Bacias Hidrográficas, que passariam a ser também instrumentos de gestão e desenvolvimento do meio ambiente regional e local, garantindo uma maior aproximação da sociedade nos diversos problemas ambientais a enfrentar.

A opção em manter a lógica produtiva e exploratória dos recursos ambientais, provoca o agravamento do clima planetário, a deterioração dos recursos ainda disponíveis nos oceanos, nas florestas, nos solos, nos recursos hídricos e nos aglomerados humanos, envolvendo tudo o que resta de valor para a manutenção, continuidade, existência e equilíbrio do planeta.

Por outro lado, é fundamental reconhecer a necessidade de desenvolvimento econômico do Estado do Ceará, também como propulsor destas políticas, propondo a participação e controle da sociedade de forma permanente, no estabelecimento e consecução das mesmas.

No que se refere ao Fortalecimento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, busca-se ir ao encontro das diretrizes internacionais de proteção. O Estado do Ceará precisa avançar em suas políticas de conservação. Neste tocante, sobressaem-se duas grandes unidades enraizadas em berçários naturais

produtivos e com grande vocação ao Ecoturismo: Zona do Mundaú (Municípios de Trairi e Itapipoca) e Zona de Icapuí. Registre-se ainda, a necessidade de efetivação do Parque Estadual da Risca do Meio, principalmente no que se refere à implantação do plano de manejo e ao fortalecimento da gestão do parque.

Ressalta-se, ainda, a urgência de ações que respondam à necessidade de recomposição do meio físico natural, melhorando o solo, protegendo as nascentes e encostas, minimizando o assoreamento dos cursos e mananciais hídricos e promovendo melhoras substanciais no microclima local e regional.

## **2.2 AVANÇOS**

Investimento em ações integradas em prol da execução das Políticas Públicas de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos, envolvendo a Secretaria das Cidades, a CAGECE, o CONPAM e a ARCE, focando suas ações na prestação de assistência técnica aos municípios no processo de elaboração dos seus respectivos planos municipais de Resíduos Sólidos.

## **2.3 DESAFIOS**

- Desenvolver e executar políticas, programas e projetos referenciais e estratégicos que contribuam para o desenvolvimento sustentável da sociedade rural, fomentando e qualificando políticas públicas através da capacitação, da assessoria técnica e educativa, empenhando-se para apoiar e estimular a construção de uma transição agroecológica nas formas de produção, incentivando práticas sociais de convivência com semiárido;
- Implantar uma política ambiental afirmativa com a percepção de que o meio ambiente sustentável sobrepõe-se a manutenção de requisitos intrínsecos do ambiente natural, e busca garantir alternativas socioeconômicas de seu uso para toda sociedade;

## **2.4 DIRETRIZES**

### **• REFORMULAR E FORTALECER O SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE**

Procurando a adequação às recentes diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente após a edição da Lei Complementar Federal nº 140/2011, faz-se necessária uma reformulação e fortalecimento do órgão executor da Política Estadual de Meio Ambiente, tendo como principal objetivo a proteção, conservação e desenvolvimento das potencialidades do bioma Caatinga.

Neste sentido, a política ambiental estadual dever ser permeada com articulação dos municípios, dos territórios de identidade e dos comitês de bacias hidrográficas, que passariam a ser também instrumentos descentralizados de gestão e desenvolvimento do meio ambiental regional e local, garantindo uma maior aproximação da sociedade e uma maior integração das entidades governamentais (Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Agricultura principalmente).

### **• EFETIVAR OS PLANOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO E RESÍDUOS SÓLIDOS**

Com a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, baseada no conceito de responsabilidade compartilhada, a sociedade como um todo – cidadãos, governos, setor privado e sociedade civil organizada – passou a ser responsável pela gestão ambientalmente adequada dos resíduos. Agora o cidadão é responsável não só pela disposição correta dos resíduos que gera, mas também é importante que repense e reveja o seu papel como consumidor; o setor privado, por sua vez, fica responsável pelo gerenciamento ambientalmente correto dos resíduos sólidos, pela sua reincorporação na cadeia produtiva e pelas inovações nos produtos que tragam benefícios socioambientais, sempre que possível; os governos federal, estaduais e municipais são responsáveis pela elaboração e implementação dos planos de gestão de resíduos sólidos, assim como dos demais instrumentos previstos na PNRS.

A busca por soluções na área de resíduos reflete a demanda da sociedade que pressiona por mudanças motivadas pelos elevados custos socioeconômicos e ambientais. Se manejados adequadamente, os resíduos sólidos adquirem valor comercial e podem ser utilizados em forma de novas matérias-primas ou novos insumos. A implantação de um Plano de Gestão, tanto Estadual como Municipal, trará

reflexos positivos no âmbito social, ambiental e econômico, pois não só tende a diminuir o consumo dos recursos naturais, como proporciona a abertura de novos mercados, gera trabalho, emprego e renda, conduz à inclusão social e diminui os impactos ambientais provocados pela disposição inadequada dos resíduos.

- ***FORTALECER AS POTENCIALIDADES DO SEMIÁRIDO E DA CAATINGA COMO ESPAÇOS DE CULTURA, TRABALHO, RENDA E VIDA***

Procurando promover o uso sustentável dos recursos naturais, focando principalmente no aumento da recuperação, preservação e conservação de água e solo, tendo como unidade espacial de planejamento a microbacia hidrográfica.

Dentre os grandes desafios na concepção dos novos modelos de desenvolvimento sustentável que estão sendo propostos, se destaca também a necessidade de fortalecer a agricultura familiar mediante mecanismos capazes de atender a demanda por alternativas tecnológicas ambientalmente apropriadas, compatíveis com os distintos sistemas culturais e que levem em consideração a dimensão econômica e social do desenvolvimento agrícola e rural. Ademais, devem ser alternativas geradoras de renda e ocupações e que, ao mesmo tempo, assegurem melhores condições de saúde e de qualidade de vida para a população rural.

Como é sabido, os sistemas produtivos de base ecológica podem atender tais requisitos, oferecer ganhos econômicos para os agricultores familiares e, ao mesmo tempo, contribuir para a segurança alimentar e nutricional sustentável de toda a população, mediante a oferta de alimentos saudáveis, sem contaminação por agrotóxicos e de melhor qualidade biológica.

- Garantir maior equidade social e regional;
- Promover uma cultura de convivência que considere: o fenômeno da seca, os recursos naturais disponíveis e os costumes dos seres humanos que povoam estas áreas, a fim de reflorestar, criar técnicas de produção, de armazenamento da água e garantir o acesso das famílias à participação e ao controle de políticas públicas nos direitos já constituídos.;
- Recuperar e usar com sabedoria o meio ambiente, preservando-o para as futuras gerações;
- Assegurar a sustentabilidade e segurança hídrica nas sociedades humanas do Semiárido;

## **2.5 PROPOSTAS**

- Fortalecer aparatos institucionais que garantam a proteção, conservação e desenvolvimento da Caatinga;
- Rediscutir o Sistema Estadual de Meio Ambiente, objetivando uma reformulação e o fortalecimento do Órgão Executor da Política Estadual de Meio Ambiente, com adequação às Diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente ( Lei Complementar Federal nº 140/2011).
- Enfrentar a crescente destruição das matas ciliares e a degradação do solo, com a implementação e desenvolvimento de programas de recomposição de matas ciliares, de áreas degradadas, em processo de desertificação e já desertificadas.
- Criar o Instituto de Proteção, Conservação e Desenvolvimento do Bioma Caatinga;
- Fortalecer os comitês de bacias hidrográficas e de unidades de conservação integrando-os ao controle das políticas públicas ambientais regionais;
- Aplicar os recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente também em apoio aos programas municipais e em agendas da sociedade civil com foco no meio ambiente;
- Capacitar gestores/técnicos municipais e estaduais para eficiência no cumprimento do que preconiza a Lei Complementar nº 140/2011;
- Criar Centro de Triagem e reabilitação regionais de animais silvestres;
- Modernizar do processo de licenciamento ambiental atendendo a previsão da LC nº 140/2011;
- Instituir a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, visando ações indutoras para o estabelecimento de práticas agroecológicas e de produção orgânica, nos níveis rural e urbano;
- Redefinir o regimento e democratizar o COEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente);
- Reestruturar e fortalecer o órgão executor da Política Estadual do Meio Ambiente;

- Prover o Sistema Estadual de Meio Ambiente por meio de concurso público de servidores especialistas, criando uma carreira única em políticas ambientais de gestão, planejamento e fiscalização;
- Fortalecer e garantir apoio técnico-financeiro aos municípios para a criação e manutenção de unidades de conservação municipais. (ex. Sabiaguaba, e outras);
- Criar Unidades de Conservação no Bioma Costeiro – vocacionadas ao Turismo e à proteção e exploração sustentável de recursos pesqueiros (Mundaú e Icapuí);
- Desenvolver e fortalecer ações o parque marinho da Risca do Meio, implantando seu plano de manejo e demais instrumentos de gestão da Unidade;
- Delimitar e criar o mosaico de unidades de conservação do Rio Cocó;
- Criar Unidades de Conservação Estaduais de Proteção Integral na Caatinga e Mata Atlântica;
- Incentivar e apoiar a criação de Unidades Particulares de Conservação, denominadas de Reservas Particulares de Proteção Natural;
- Incentivar e apoiar iniciativas de particulares em Unidades de Produção de Florestas Plantadas;
- Implementar e Desenvolver programa de recomposição de matas ciliares (em articulação com os demais entes federados);
- Instituir um programa de gestão e controle da qualidade e uso racional dos mananciais superficiais e águas subterrâneas, incluindo os olhos de águas;
- Apoiar programas de recomposição de áreas degradadas, em processo de desertificação e desertificadas;
- Desenvolver programa de gestão de aquíferos subterrâneos afetados pelo sistema produtivo agrícola e aglomerados urbanos;
- Criar e implantar política estadual de reuso e reutilização de águas no uso das unidades habitacionais, comerciais, agrícolas e industriais;
- Incentivar o desenvolvimento de projetos de engenharia e arquitetônicos no ambiente urbano e rural voltados par o reuso de água no contexto domiciliar;

- Desenvolver programa de gestão, educação e desenvolvimento socioambiental e econômico, voltados aos entes municipais;
  - Instituir programa de incentivo à formação de uma cadeia de empreendedores voltados à reutilização, reciclagem e à coleta seletiva, incluindo a isenção e redistribuição de tributos;
  - Apoiar os planos municipais de resíduos sólidos no âmbito da competência estadual e em consonância com a Lei federal nº 12.305/2010;
  - Promover políticas de habitação de interesse socioambiental, efetivando a regularização fundiária e combatendo a especulação imobiliária;
  - Desenvolver programas habitacionais assegurando melhoria na qualidade de vida da população e protegendo-a dos riscos de incidentes ambientais (deslizamentos, cheias, inundações, doenças, etc.);
6. Ampliar e intensificar o programa de controle e monitoramento das águas litorâneas e praias, subsidiando os municípios de instrumentos de controle das fontes geradoras de poluição;
- Incentivar e implementar programas de energias renováveis, em especial a fotovoltaica (solar) e eólica, em espaços que não causem danos ao patrimônio ambiental, histórico e cultural, em especial as comunidades tradicionais;
  - Desenvolver programa de energia alternativa (ex. gás natural, aproveitamento de calor) em conjunto com programas de florestas plantadas voltados para sustentação do parque ceramista estadual;
  - Desenvolver programas de mapeamento de localização de parques eólicos visando maior proteção aos biomas regionais e às populações locais;
  - Implementação do Fundo de Investimento para Energia Solar e ampliação para as energias renováveis de uma maneira geral;
  - Desenvolver programas de adequação de planos diretores visando ajustá-los aos compromissos assumidos pelo Brasil em Tratados Internacionais, com ênfase nos biomas existentes no Estado do Ceará;
  - Fortalecer programas de pesquisa em universidades, instituições governamentais e não governamentais, buscando a introdução de novos manejos;

- Apoiar proposição e a revisão de planos diretores para qualificação de tratamento da variável ambiental de forma transversal nas políticas públicas estaduais e municipais.
- Promover política pública para capacitação e participação social na gestão pública;
- Instituir política de educação ambiental em todo sistema escolar voltada para construção de uma cidadania participativa, transformadora, visando a construção de acordos sociais e o desenvolvimento de uma cultura de paz na construção de novos acordos sociais buscando um Ceará Saudável e Sustentável;
- Desenvolver programa de gestão – trocas – intercâmbio de tecnologias e experiências comunitárias com práticas sustentáveis (incluindo sistemas agro-florestais), viabilizando alternativas para as unidades de produção em fortalecimento a agricultura familiar;
- Implantar no calendário oficial do Estado, as conferências de meio ambiente infantojuvenis como instrumento de fortalecimento do exercício da cidadania a partir do ambiente escolar e familiar;
- Fortalecer e otimizar a Rede Cearense de Educação Ambiental do Ceará, utilizando as Tecnologias da Informação e Conhecimento.

**05**

---

**CEARÁ DO**

---

**CONHECIMENTO**

---

# **INTRODUÇÃO**

O conhecimento dominado por uma sociedade tem sido reconhecido por muitos economistas e cientistas sociais, como o fator mais importante a determinar o desenvolvimento econômico dessa sociedade. E, por desenvolvimento econômico, entende-se não apenas o puro e simples crescimento econômico, medido no aumento do PIB, como também na distribuição da riqueza oriunda deste crescimento em todas as camadas da sociedade.

Isto leva à conclusão que por desenvolvimento econômico designa-se o crescimento da riqueza combinado com a diminuição da desigualdade. Porém, se torna consensual que o papel do governo - além da prestação de serviços básicos aos cidadãos - está em assegurar as condições para a produção da riqueza e sua distribuição na sociedade. Isto se alia a convicção de que, nas sociedades modernas, o conhecimento é o fator mais importante na construção do desenvolvimento econômico, sendo fator eficaz e imprescindível tanto na criação da riqueza quanto na inclusão social que sua disseminação proporciona.

Diante disto, o compromisso central do Programa do Governo Camilo Santana e Izolda Cela - no eixo Ceará do Conhecimento - está em lançar bases sólidas para a construção de uma sociedade do conhecimento no Ceará. E, tal medida, introduz de forma efetiva no Estado os pilares de uma economia moderna, de uma economia do Século XXI, de uma nova economia, com a certeza de que é esta a única forma de dar um salto de qualidade no perfil econômico do Ceará, aumentando a participação do Estado no PIB do país, estagnado na casa dos 2% há várias décadas.

Sem dúvida, esta proposta constitui uma verdadeira revolução na política de desenvolvimento econômico e social. Uma política que põe o conhecimento e a educação do cidadão em seu centro e que só poderá ser bem sucedida com a pactuação efetiva e a adesão decidida das forças empresariais produtivas do Ceará, do seu setor acadêmico, dos educadores e da sociedade em geral.

Observa-se ainda que, sendo o papel preconizado do Governo a dupla função de ser titular da prestação de serviços à sociedade e de ser agente propiciador das condições para a produção de riquezas e sua distribuição, ambos os aspectos estão presentes em cada uma das diversas áreas em que, para efeito de sistematização e divisão de trabalho se organizam os componentes do Ceará do Conhecimento.

Estas áreas são: Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, Ensino Superior, Educação Profissional e Cultura. Em cada uma destas áreas de Políticas Públicas, há um nítido papel que cabe ao Estado. E, por força da ação do Estado há a prestação de um serviço de natureza finalística que verte sob a forma de benefício à sociedade.

Por outro lado, há em cada uma destas áreas, a dimensão de insumo ao progresso social e ao desenvolvimento econômico. Nem sempre perfeitamente percebido e levado em conta, quer pelos gestores públicos quer pela sociedade. Todavia, essa dimensão do conhecimento como vetor essencial do desenvolvimento e da produção de riqueza nas sociedades modernas, frequentemente negligenciado em países em desenvolvimento, é o fundamento mesmo da proposta que aqui se apresenta.

Tudo isto fornece a base para se formular esta proposta, introduzindo um elemento essencialmente novo no cenário cearense. Esse elemento é a determinação clara de um projeto para o Ceará baseado na educação e capacitação do seu povo, em todos os níveis do conhecimento e da utilização decisiva do conhecimento no processo de geração de riquezas. O que há de novo é a colocação do homem e da capacitação humana no centro e na base do processo de desenvolvimento do estado.

E, para sumarizar, esta é uma estratégia para a construção de um Ceará mais rico e mais justo trilhando o caminho da nova economia, para além da retórica e das resoluções efêmeras, da construção de um novo Ceará. Do Ceará onde queremos que nossos filhos cresçam. Do Ceará onde nossos filhos crescerão.

# **1. EDUCAÇÃO**

## **1.1. APRESENTAÇÃO**

Segundo o IPECE, dentre todos os estados brasileiros, o Ceará foi o que mais reduziu a desigualdade entre o IDEB das escolas pública e particular nas séries iniciais entre 2005 - 2011. O IDEB é medido a cada dois anos e apresentado numa escala que vai de zero a dez. A meta é alcançar o índice 6, o mesmo resultado obtido pelos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), quando se aplica a metodologia do IDEB em seus resultados educacionais. A nota 6,0 foi a nota obtida pelos países que ficam entre os 20 mais bem colocados no mundo.

Traduzindo a evolução no Estado do Ceará comparam-se aqui as notas obtidas no IDEB das escolas privadas com as escolas públicas. Estas últimas tiveram uma evolução na nota de 68% ante uma evolução de 11% das escolas privadas. Com isso percebe-se uma diminuição expressiva na distância de performance entre essas escolas.

Em 2005, a nota da escola privada era superior 93% da escola pública no Ceará. Em 2011 essa diferença diminuiu para 27%. Daí se observa que a evolução da nota do IDEB no Estado do Ceará foi de 68% entre 2005 - 2011, superior, portanto, ao Nordeste (48%) e Brasil (30%).

Outro ponto é que comparando a média de despesa na função Educação e investimento do governo no período 2007 - 2014 como o período 2003 - 2006, verifica-se que o Governo atual gastou em média 21% a mais e investiu 244% a mais que o período anterior, tudo em termos reais, ou seja, acima da inflação. E, apesar dos bons resultados obtidos, há muitos desafios a serem vencidos.

## **1.2. AVANÇOS**

### **1.2.1. NA CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS**

Construção de Escolas de Ensino Médio - Escola Diferenciada - Escola Profissional:

- 100 Escolas inauguradas: com investimentos de R\$ 412,5 milhões;
- 71 Escolas em execução: com investimentos de R\$ 330,4 milhões;
- 24 Escolas em licitação: com investimentos de R\$ 93,2 milhões;
- TOTAL DE INVESTIMENTOS: R\$ 836,1 milhões.

### **1.2.2. NA CONSTRUÇÃO DE GINÁSIOS**

- 54 Ginásios inaugurados: com investimentos de R\$ 22,4 milhões;
- 23 Ginásios em execução: com investimentos de R\$ 12 milhões;
- 62 Ginásios em licitação: com investimentos de R\$ 27,5 milhões;
- TOTAL DE INVESTIMENTOS: R\$ 61,9 milhões.

### **1.2.3. EM EQUIPAMENTOS**

- 230 mil carteiras novas: com investimentos de R\$ 41,2 milhões;
- 100% das salas de aulas das escolas-sede (concluídas);

- 100% das salas de aulas das extensões (em fase de entrega);
- Demais equipamentos: com investimentos de R\$ 51,3 milhões (bebedouro, ventilador, conjunto professor, lousa digital);
- TOTAL DE INVESTIMENTOS: R\$ 92,7 milhões de 2007 a 2013;

#### **1.2.4. EM EQUIPAMENTOS DE TI**

- 25.591 Computadores: com investimentos de R\$ 32,2 milhões;
- 19.194 Tablets: com investimentos de R\$ 5,8 milhões;
- TOTAL DE INVESTIMENTOS: R\$ 38 milhões de 2007 a 2013;
- 2006 - Média: 1 computador para 464 alunos;
- 2013 - Média: 1 computador para 19 alunos.

#### **1.2.5. EQUIPAMENTOS DE TI PARA PREMIAÇÃO DO SPAECE**

- 8.054 Computadores: com investimentos de R\$ 11,9 milhões;
- 12.526 Notebooks: com investimento de R\$ 21,2 milhões;
- TOTAL DE INVESTIMENTOS: R\$ 33,1 milhões de 2008 a 2013.

#### **1.2.6. NO AMBIENTE PEDAGÓGICO**

- Ampliação do número de cargos de Coordenador Pedagógico;
- Ampliação da carga horária de “Professor Coordenador de Área”;
- Garantia de carga horária para professores de laboratórios de informática e laboratórios de ciências;
- Garantia de 1/3 da carga horária dos professores para outras atividades escolares (planejamento, reuniões pedagógicas, elaboração de projetos, estudos e avaliação dos alunos);
- Experiências piloto de Reorganização Curricular (Noturno e Diurno);

- Fortalecer o diálogo com lideranças das comunidades escolares que reivindicam projetos e processos contextualizados (indígenas, movimentos sociais do campo, comunidade surda);
- Garantia de condições para o afastamento de professores para Mestrado e Doutorado;
- Professor Aprendiz: a participação dos professores nos programas de formação em serviço;
- Professor Aprendiz: colóquios e publicações de produções acadêmicas dos professores;
- Ofertas de cursos de qualificação na modalidade de educação à distância;
- Concursos públicos para professores;
- Garantia de um cargo de assessor financeiro para as escolas.

### **1.2.7. NO PAIC - PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA**

Meta: Alfabetizar todas as crianças de 6 a 7 anos de idade.

- 2004: Origem - Comitê Cearense pela eliminação do analfabetismo escolar - Assembleia Legislativa;
- 2007: Política pública prioritária do Governo do Estado;
- 2008: Os 184 municípios passaram a contar com o apoio técnico e financeiro para gestão municipal, avaliação, formação de professores, aquisição de material didático e de apoio pedagógico;
- 2011: PAIC +5, expansão das ações do PAIC até o 5º ano do ensino fundamental, em Língua Portuguesa e Matemática;
- O PAIC contribuiu para estruturação do Pacto Nacional Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

### **Desempenho dos Alunos**

- Alunos Alfabetizados ao final do 2º ano do Ensino Fundamental

2007 - 39,8%

2013 - 81,6%

- Redução do percentual de alunos não alfabetizados ao final do 2º ano do Ensino Fundamental

2007 - 47,5%

2013 - 6,2%

- Alunos com Desempenho Adequado ao final do 5º ano do Ensino Fundamental

Língua Portuguesa

2008 - 6,9%

2013 - 31%

Matemática

2008 - 3,6%

2013 - 20,5%

### ***Desempenho dos Municípios***

- Número de Municípios no Padrão Desejável em alfabetização das crianças ao final do 2º ano do Ensino Fundamental.

2007 - 14

2013 - 166

- Número de Municípios no Padrão Adequado em Língua Portuguesa e em Matemática ao final do 5º ano do Ensino Fundamental.

2008 - 0

2013 - 19

### ***1.2.8. NA IMPLANTAÇÃO DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL***

- 2008 - 2014: 102 ESCOLAS
- EM 82 MUNICÍPIOS
- COM 40.789 MATRÍCULAS

### **1.2.9. NOS INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

- Construção de Escolas: com investimentos de R\$ 419,6 milhões;
- Equipamentos e Mobiliários: com investimentos de R\$ 47,3 milhões;
- Reforma e Ampliação: com investimentos de R\$ 30 milhões;
- Laboratórios Técnicos (equipamentos): com investimentos de R\$ 20 milhões;
- Construção de Laboratórios: com investimentos de R\$ 5 milhões;
- Acervo Bibliográfico: com investimentos de R\$ 4 milhões;
- TOTAL DE INVESTIMENTOS: R\$ 525,9 milhões de 2008 a 2014;
- Alimentação: com investimentos de R\$ 97,6 milhões;
- Fardamento: com investimentos de R\$ 1,9 milhões;
- Bolsa Estágio (2010 a 2014): com investimentos de R\$ 72 milhões.

### **1.2.10. NA POLÍTICA DE INCENTIVOS**

- Redistribuição do ICMS em função dos resultados educacionais;
- Prêmio Escola Nota 10;
- Premiação para Escolas do 2º e 5º ano do Ensino Fundamental;
- Rede Municipal precisa ter pelo menos 70% de alunos no nível alfabetização desejável;
- Estabelecimento de parcerias entre as escolas premiadas e apoiadas por dois anos.

### **1.2.11. NO ENEM**

- Em 2012, foi criado o Programa ENEM: Chego Junto, Chego Bem!;
- Em 2012, houve um aumento de 100% de alunos que ingressaram em universidade através do ENEM/SISU, em relação ao ano anterior.

### ***1.2.12. NO IDEB***

- Pela primeira vez um estado nordestino atinge a média brasileira do IDEB, este resultado se deve à parceria cearense entre o Governo do Estado e as prefeituras;
- Dentre as 30.343 escolas municipais brasileiras com IDEB calculado em 2011, apenas 3.395 alcançaram um resultado igual ou superior a 6. Dentre estas, apenas 195 localizam-se no Nordeste do Brasil entre as quais 143 são cearenses. Graças a resultados como estes, o Ceará é atualmente o único estado do Brasil que já superou, ou mesmo atingiu, sua meta do IDEB Geral (público e particular) prevista para 2017;
- E o principal dentre todos os estados brasileiros, o Ceará foi o que mais reduziu a desigualdade entre o IDEB das escolas públicas e particulares nas séries iniciais, entre 2005 e 2011.

## **1.3. DESAFIOS**

- Apoiar os municípios cearenses na expansão do atendimento das crianças de 0 a 3 anos e na universalização do atendimento das crianças de 4 e 5 anos;
- Ampliar programas de assistência técnica e financeira para a construção de Centros de Educação Infantil (CEI) nos municípios cearenses;
- Cooperar com os municípios na criação e expansão de escolas com oferta em tempo integral para o ensino fundamental, alinhado à meta do Plano Nacional de Educação;
- Apoiar os municípios a ampliarem a jornada escolar no ensino fundamental com atividades que desenvolvam habilidades cognitivas e não-cognitivas dos estudantes como aprendizagem cooperativa, tutoria e monitoria, dança, música, esportes e etc.;
- Estimular os municípios a organizarem progressivamente seus sistemas de ensino para o atendimento específico de cada faixa etária, através da construção ou adequação de escolas que ofertem do 1º ao 5º ano e outras do 6º ao 9º ano;
- Expandir o ensino médio em tempo integral com o desenvolvimento de atividades pedagógicas focadas no desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais, apoiando os alunos na elaboração do projeto de vida, na orien-

tação para o mundo do trabalho, visando o sucesso pessoal, acadêmico e inserção no ensino superior;

- Expandir o atendimento à demanda por educação profissional integrada, levando-se em consideração as necessidades, potencialidades e arranjos produtivos locais na escolha dos cursos técnicos, privilegiando áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado;
- Articular a educação profissional, ensino técnico, concomitante e subsequente, e tecnológico, otimizando laboratórios e promovendo intercâmbio de práticas e experiências;
- Aperfeiçoar a gestão do processo de inserção dos alunos e egressos das EEEP's no mercado de trabalho e no ensino superior;
- Ampliar e fortalecer parcerias com o setor produtivo na consolidação da educação profissional no Estado do Ceará, garantindo a manutenção das bolsas aos alunos que estão no período de estágio nas EEEP's;
- Favorecer a inclusão da educação em direitos humanos nas diretrizes curriculares da educação básica estadual e nos projetos político-pedagógicos das escolas;
- Viabilizar o atendimento Educacional Especializado integrando-o à proposta pedagógica da escola, envolvendo a participação da família, garantindo o pleno acesso e participação dos estudantes, e atendendo as necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e por fim ser realizado em articulação com as demais políticas pública;
- Fortalecer e qualificar os serviços desenvolvidos pelo Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará, que lida com pessoas com deficiência, para expansão para todo o Estado, especialmente, as ações de formação para professores e produção e transcrição de material didático para alunos com deficiência visual;
- Valorização dos profissionais de educação como eixo do direito.

## **1.4. DIRETRIZES**

- Consolidar o regime de colaboração e cooperação com os municípios, ampliando a assistência pedagógica, técnica e financeira de modo a fortalecer a educação básica pública, com equidade;

- Implementar políticas de incentivos às melhores práticas na educação no Estado do Ceará, possibilitando o intercâmbio de experiências e ideias;
- Criar uma política intersetorial (assistência social, educação, cultura, saúde e segurança) para dar atenção diferenciada às escolas situadas em zonas de vulnerabilidade social, com mecanismos de incentivo para atrair profissionais qualificados para atender essa demanda;
- Estruturar um programa educacional de assistência pedagógica às escolas com indicadores educacionais em situação crítica, com ênfase na melhoria da aprendizagem e promoção da equidade;
- Melhorar a estrutura de atendimento dos alunos da Zona Rural, de acordo com a demanda existente e construção de escolas em locais onde funcionam extensões de maior matrícula;
- Educação básica como estratégia para o desenvolvimento, para a inclusão e como instrumento de cidadania em regime de colaboração entre os entes federativos e na gestão do próprio sistema de ensino;
- Educação além da aprendizagem, de competências, de caráter geral, que forme pessoas mais aptas a assimilar mudanças, mais autônomas em suas escolhas, que respeitem as diferenças e superem a fragmentação social. Mais estudo, ambiente pedagógico fortalecido, mais protagonismo, mais solidariedade, mais possibilidade de superação de dificuldades e de sucesso, aprendizagem entre jovens.

## **PROPOSTAS VALIDADAS PELO CANDIDATO NA CAMPANHA**

***Durante a Campanha Eleitoral, Camilo Santana e Izolda Cela assumiram alguns compromissos, em determinadas áreas da política, que se transformaram em proposições para o seu governo. Neste documento, essas “promessas” de campanha não foram esquecidas e figuram como compromissos, responsabilidades assumidos diante da população, de segmentos, categorias profissionais:***

- ***Levar progressivamente a Escola de Tempo Integral e Profissionalizante para toda a rede estadual;***

- ***Criar o Programa Bolsa Universitário: Todos os estudantes de baixa renda da escola pública que conseguirem 560 pontos no ENEM e entrarem numa universidade, vão receber a bolsa durante 6 meses. A bolsa vai ser paga a partir do primeiro dia de aula;***
- ***Fortalecer o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) em todas as regiões do estado;***
- ***Criar cursos de formação profissional nos municípios;***
- ***Criar Centros de Línguas Estrangeiras em todo o estado, para que os estudantes da escola pública possam aprofundar seus conhecimentos em outros idiomas, como inglês e espanhol;***
- ***Realizar parcerias com a iniciativa privada para oferecer estágio profissional remunerado aos alunos do último semestre das faculdades estaduais;***
- ***Estabelecer parceria com o Governo Federal para criar a Universidade Federal da Região Norte;***
- ***Ampliar o E-Jovem, passando de 6 mil para 30 mil vagas/ano, e oferecer novos cursos, como turismo, comércio e serviços;***
- ***Garantir a valorização e a qualificação permanente dos professores da rede estadual.***

## **1.5. PROPOSTAS**

### **1.5.1. NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

- Assessorar técnica e pedagogicamente os municípios na implementação da educação infantil voltada para o desenvolvimento das habilidades cognitivas e não-cognitivas da criança, de acordo com as Diretrizes Nacionais e Estaduais;

- Estimular políticas de apoio às famílias no desenvolvimento infantil, de 0 a 3 anos de idade, focando especialmente as famílias em situação de vulnerabilidade e monoparentais;
- Apoiar práticas de desenvolvimento infantil dentro e fora das escolas, em zonas de vulnerabilidade social, levando em consideração as especificidades rurais e urbanas do Estado do Ceará;
- Desenvolver ações intersetoriais com as áreas da saúde e assistência social para o melhor desenvolvimento da criança;
- Fortalecer políticas de formação continuada dos profissionais da educação infantil nos municípios;
- Colaborar com os municípios para elaboração e adequação dos Planos Municipais aos Planos Estadual e Nacional de Educação;
- Fortalecer o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) e o Programa de Aprendizagem na Idade Certa (PAIC+5) e criar Programa para apoiar as ações do ensino fundamental de 6º ao 9º ano;
- Melhorar e ampliar o serviço de transporte escolar, avançando no gerenciamento dos projetos e programas relacionados ao financiamento, renovação da frota e aquisição de ônibus adequados;
- Apoiar os municípios para alfabetizar todas as crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental, em 4 anos, superando a meta 5 do PNE que prevê alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano, em 10 anos;
- Fortalecer políticas educacionais com foco na aprendizagem das crianças em cada etapa da escolarização, tendo como referência as avaliações externas: Avaliação Nacional de Alfabetização, Prova Brasil, Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Ceará;
- Apoiar os municípios no desenvolvimento de programas que visem à redução da distorção idade-série, do abandono e da reprovação no ensino fundamental;
- Articular com os municípios políticas de incentivos aos estudantes do 9º ano do ensino fundamental, com o objetivo de elevar o desempenho acadêmico, fortalecer o itinerário formativo garantindo a matrícula no ensino médio;
- Ampliar o atendimento de jovens de 15 a 17 anos, promovendo busca ativa dos que estão fora da escola, criando serviços especializados que promovam

o diagnóstico, acolhimento e reinserção dos jovens nos níveis e modalidades de ensino mais adequadas. (Possibilidade de pagamento de bolsa);

- Criar Centros da Juventude (Escola Ponte) que disponibilize serviços de psicologia, de psicopedagogia e de assistência social, oferecendo também cursos de línguas estrangeiras modernas, oficinas relacionadas à empregabilidade, empreendedorismo, ao protagonismo estudantil, a componentes curriculares, cultura e esporte, articulado com a rede pública de ensino;
- Reorganizar as propostas curriculares dando ênfase ao protagonismo estudantil, empreendedorismo, habilidades sócioemocionais e promoção da cultura de paz, por meio do desenvolvimento de metodologias como aprendizagem cooperativa, projeto professor diretor de turma e reestruturação curricular;
- Desenvolver políticas de incentivos aos estudantes do ensino médio e profissional com foco na redução do abandono e evasão escolar, garantindo a conclusão do ciclo da educação básica;
- Implantar em 100% das escolas de ensino médio o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) e Jovem de Futuro (JF), em parceria com o Ministério da Educação e Instituto Unibanco, que visa a melhoria do desempenho acadêmico e a permanência do aluno, garantindo seu pleno funcionamento;
- Fortalecer o Programa ENEM: Chego junto, Chego Bem! com o objetivo de elevar o desempenho acadêmico e incentivar a participação dos estudantes do ensino médio no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), possibilitando o acesso ao ensino superior;
- Expansão e aperfeiçoamento da infraestrutura e rede de internet nas unidades escolares com o objetivo de implementar tecnologias educacionais voltadas para a ampliação do conhecimento, vinculado à formação continuada dos professores nas tecnologias digitais;
- Garantir premiação dos alunos do ensino médio da rede estadual, vinculada ao desempenho acadêmico, considerando os que tiverem maior evolução e os que alcançarem níveis adequados em suas proficiências, tendo como referência o SPAECE e ENEM;
- Criar incubadoras de Start Up nas Instituições de Ensino Superior específicas para o desenvolvimento de projetos de inovação elaborados por alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional;
- Institucionalizar o Programa de Popularização da Ciência, incentivando os alunos do ensino fundamental ao estudo das ciências básicas;

- Elaborar o Plano Estadual de Educação do Ceará com a comissão intersetorial e representativa da sociedade, tendo como referência o PNE, Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014;
- Consolidar a cultura de monitoramento e intervenção pedagógica baseada nos indicadores de aprendizagem, por meio do aprimoramento do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (SPAECE), e apropriação dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Prova Brasil, ANA e PISA;
- Aperfeiçoar o Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE) para permitir o monitoramento de todos os estudantes da educação básica, fazendo o acompanhamento escolar dos estudantes desde a educação infantil até a conclusão do ensino médio;
- Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior (IES) visando promover o acesso dos professores e gestores escolares a cursos de aperfeiçoamento, de extensão e de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), em serviço;
- Estruturar programa de formação permanente e sistemático em todas as regiões do estado para gestores escolares, em articulação com IES e outras instituições de referência em formação de profissionais da educação;
- Garantir e aprimorar a execução do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, potencializando a formação de professores no espaço escolar;
- Aperfeiçoar a Lei Prêmio Aprender pra Valer para os profissionais da escola, considerando o desempenho acadêmico dos alunos, tendo por referência o SPAECE e ENEM, e também, os professores que se destacarem nos projetos e programas, como: Professor Diretor de Turma e ProEMI/JF;
- Criar o Centro de Apoio ao Professor com serviços de ensino de língua estrangeira, esporte, lazer, arte e cultura, psicologia, assessoria jurídica e assistência social, em cada Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE);
- Articular com a Secretaria da Saúde e com o Instituto (ISSEC) o aperfeiçoamento da oferta do serviço de psicologia, fonoaudiologia, psiquiatria e outros para a melhor assistência à saúde física, mental e emocional do professor em todas as regiões do estado;

- Instituir serviço de acompanhamento e apoio pedagógico personalizado de formação ao professor ligado à gestão da sala de aula, às questões didático-metodológica, à relação professor e aluno.

### **1.6.2. NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

- Favorecer a inclusão da educação em direitos humanos nos projetos político-pedagógicos das escolas, adotando as práticas pedagógicas democráticas presentes no cotidiano; inserir a educação em direitos humanos nas diretrizes curriculares da educação básica estadual;
- Construir parcerias com os diversos membros da comunidade escolar na implementação da educação em direitos humanos;
- Fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero e orientação sexual como forma de combater todas as formas de discriminação e violações de direitos humanos, assegurando a formação continuada dos(as) trabalhadores(as) da educação para lidar criticamente com esses temas;
- Apoiar a implementação de projetos culturais e educativos de enfrentamento a todas as formas de discriminação e violações de direitos no ambiente escolar;
- Manter um permanente espaço de diálogo com instituições e ONG'S que desenvolvam ações voltadas para a população jovem LGBT;
- Desenvolver e fortalecer políticas públicas de educação, voltadas para o combate à discriminação de gênero e sexualidade e valorização das diferenças;
- Inibir, no âmbito do governo Estadual e nos governos municipais, a contratação de bandas, músicos, compositores e artistas em geral, que utilizem letras, expressões e temáticas que ferem a dignidade humana e os princípios basilares de direitos humanos.

### **1.6.3. NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

- Desenvolver políticas socioeducativas e assistenciais aos estudantes com deficiência em situação de vulnerabilidade social;
- Desenvolver estratégias intersetoriais com as áreas de saúde e assistência social de apoio às famílias de estudantes com deficiência;

- Apoiar à expansão do Atendimento Educacional Especializado ao aluno público-alvo da Educação Especial, focando principalmente no acesso à educação de qualidade, Escola Acessível, salas de recursos multifuncionais, Benefício de Prestação Continuada - BPC na escola e Transporte Escolar Acessível;
- Fortalecer política de formação continuada para professores das escolas da rede estadual com aluno público-alvo da educação especial, em suas salas de aula - Formação inicial de professores e tradutores de libras;
- Promover concurso para professores especializados no Atendimento Educacional Especializado para as Salas de Recursos Multifuncionais;
- Apoio financeiro às instituições especializadas, referente aos alunos não matriculados no ensino regular; destinando-se especialmente aos que estão fora da faixa etária de escolarização obrigatória;
- Viabilizar a formação profissional de pessoas com deficiência pelo PRONATEC;
- Promover a acessibilidade nas Universidades Estaduais;
- Construir Centros de Profissionalização inclusiva para pessoas com deficiência, nos cinco centros mais populosos do Estado;
- Disponibilizar Material em braile e de inclusão acessível nas bibliotecas públicas, bem como de áudio descrição em cinemas, teatros, estádios e casas de espetáculo do Estado;
- Capacitar todo pessoal de educação, da Saúde e Assistência social no atendimento ao segmento LGBT;
- Adotar sistema de Cotas nas Universidades Estaduais nos moldes da Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012;
- Construir Escolas Quilombolas conforme especificações do MEC-SEPPIR.

#### **1.6.4. NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

- Apoiar os programas de educação de jovens e adultos, articulando com os municípios para elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional, conforme estabelecido pelo PNE;

- Implementar políticas para a oferta de educação de jovens e adultos integrada à educação profissional e formação continuada;
- Reorganizar os Centros de Educação de Jovens e Adultos, para o formato semipresencial, incluindo recursos das TIC focados na ampliação das oportunidades de aprendizagens dos estudantes;
- Promover sistemática de exames de certificação de conclusão do ensino fundamental ou médio para jovens e adultos por meio dos CEJA, especialmente para os jovens com aprovação parcial no ENCCEJA e ENEM.

### ***1.6.5. NA EDUCAÇÃO PARA PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE***

- Qualificar a oferta de escolarização básica para as pessoas privadas de liberdade por meio de proposta pedagógica específica;
- Fortalecer o programa de formação continuada para professores e demais profissionais envolvidos com a educação em prisões;
- Desenvolver política intersetorial de elevação da escolaridade para pessoas privadas de liberdade associada a ações complementares de cultura, esporte, inclusão digital, educação profissional e fomento à leitura.

## **2. ENSINO SUPERIOR**

### **2.1. APRESENTAÇÃO**

O crescimento econômico contemporâneo depende substancialmente da capacidade de acumulação de capital humano do país ou região.

A competitividade, a agregação de valor, a criação de oportunidades com impactos positivos sobre a distribuição da renda, a inovação dos processos de produção e de seus produtos, dentre outros aspectos, passa essencialmente pela geração e difusão do conhecimento, seja pelas áreas de P&D das empresas, seja dentro das universidades ou institutos de pesquisa científica.

Nesse contexto, o setor público tem papel relevante como promotor, incentivador e indutor da geração de conhecimento através da oferta de Ensino Superior de qualidade e por meio de programas de apoio à ciência, tecnologia e inovação.

## **2.2. AVANÇOS**

Significativos avanços foram observados no âmbito da CT&I e Educação Superior no Estado do Ceará nos anos recentes, especialmente entre 2006 e 2014, a partir de iniciativas do governo estadual, conforme se pode constatar pela:

- Melhoria de diversos indicadores disponíveis, a exemplo do número de matrículas na graduação presencial, 108.364 em 2006, sendo 49.421 nas instituições públicas e 58.943 nas particulares, enquanto em 2014 o total de matrículas alcançou 196.396, representando um crescimento de 81,2%, sendo 119.990 nas instituições particulares e 76.396 nas públicas federais e estaduais. Do total de matriculados nas universidades públicas em 2014, 39.053 pertenciam às 03 universidades estaduais, UECE, URCA e UVA, enquanto em 2006 havia 25.114 alunos nelas matriculados, representando um crescimento de 55,5% no período. Na modalidade de Educação a Distância - EaD, que em 2006 tinha uma presença insignificante, em 2014 o número de alunos matriculados já alcança o total de aproximadamente 20 mil.

Na pós-graduação, houve um avanço bastante significativo na quantidade de cursos de mestrado e doutorado recomendados pela CAPES e no número de alunos matriculados:

- Em 2014, estão cadastrados na CAPES 101 cursos de mestrado e 51 cursos de doutorado compreendendo o total de 16,5 mil alunos na UFC, IFCE, INTA, UNIFOR, UECE, UVA e URCA. Em 2006, os cursos de mestrado e doutorado, além de bem reduzidos em número, eram concentrados na UFC.

Entre 2006 e 2014 também verificou-se uma expansão do financiamento público na Educação Superior, destacando-se aqui:

- Os investimentos do governo estadual nas 03 universidades mantidas pelo Estado do Ceará, que em 2013 apresentou um aporte de 323,8 milhões de reais, representando mais de três vezes o valor aplicado em 2006. Além disso, o governo estadual apoiou, por meios institucional e financeiro, a expansão da educação superior mantida pelo governo federal para várias regiões do Estado, em consonância com a estratégia de interiorização da educação de qualidade em todos os níveis, tendo realizado investimento de cerca de 40 milhões de reais.

No período de 2006 a 2012, um aspecto pouco destacado nas informações estatísticas referentes às 03 universidades estaduais, UECE, UVA e URCA - acentuado crescimento do gasto por aluno:

- Esse indicador é obtido a partir da razão entre a soma dos gastos com infraestrutura, custeio de manutenção e custeio finalístico e despesa de pessoal das referidas instituições em relação ao total de alunos matriculados, segundo

o Censo da Educação Superior. De acordo com esses dados, o gasto por aluno, em termos reais (valores constantes) era de R\$ 5,36 mil em 2006, alcançando R\$ 8,29 mil em 2012.

Vale destacar, por fim, o forte avanço do processo de interiorização da educação superior no Estado do Ceará:

- Em todas as 08 macrorregiões (RMF, Litoral Oeste, Maciço da Ibiapaba, Sertão dos Inhamuns, Sertão Central, Maciço de Baturité, Vale do Jaguaribe, Cariri/Centro-Sul) há unidades instaladas, compreendendo 24 instituições, funcionando em 52 municípios nas mencionadas macrorregiões.

O conjunto de IES existentes hoje no Ceará, conta com Universidades, Centros Universitários e Faculdades, contemplando mantenedores variados: públicos (federal e estadual) e privados:

- Todas essas IES contribuem para o desenvolvimento do nosso Estado. Algumas são centradas na formação de recursos humanos qualificados e outras, com uma gama de atuação mais ampla, compreendendo também a geração de conhecimento através das atividades de pesquisa e pós-graduação, já consolidadas ou em fase de consolidação. Esse conjunto de IES compõe um setor estratégico para o nosso Estado “continuar mudando e garantindo um crescimento econômico com justiça social e sustentabilidade ambiental”.

Ao lado das IES temos uma estrutura de Governo que contempla uma malha institucional diversa, voltada para Educação Superior, CT&I, como SECITECE, FUNCAP, NUTEC, FUNCEME entre outros.

Do outro lado temos a sociedade necessitando de maior inclusão, mais emprego, mais educação, mais saúde, mais segurança, enfim, mais qualidade de vida. O fortalecimento das IES como parceiras do desenvolvimento regional depende de sua capacidade de se converterem em aliadas estratégicas no processo de transformação em curso no Ceará. As IES, independentes de serem públicas ou privadas, universidades ou faculdades, a partir de um processo coletivo de integração, respeitadas as suas peculiaridades, terão um papel destacado nos desafios dessa aliança estratégica.

## **2.3. DESAFIOS**

- Formular uma Política de Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Definir estratégias para fortalecimento das relações entre as IES, setores governamental e empresarial e a sociedade como um todo;

- Ampliação da interiorização do Ensino Superior no Estado;
- Integração em uma rede única dos sistemas de Ensino Superior dos âmbitos federal, estadual e privado instalados no Estado;
- Maior aproximação das unidades de Ensino Superior com as sociedades onde estão inseridos.

## **2.5. DIRETRIZES**

- Maior integração das Instituições de Educação Superior;
- Expansão com Interiorização Orientada;
- Aproximar a Educação Superior das Necessidades do Estado;
- Política de educação superior articulada com as políticas de inclusão social e desenvolvimento regional, com vistas a garantir a sustentabilidade do novo modelo de desenvolvimento socioeconômico e político-cultural do Estado do Ceará;
- Sistema estadual de educação superior direcionado às vocações regionais e as tendências de futuro, promovendo ações específicas de indução do desenvolvimento;
- A ciência, a tecnologia e a inovação como política de Estado para a indução do desenvolvimento integrado e sustentado.

## **2.6. PROPOSTAS**

### **2.6.1. NA INTEGRAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

- Estruturar um “SISU” estadual;
- Estimular a reformulação das estruturas curriculares na direção das necessidades do Estado;
- Estimular a criação de redes de mestrado e de doutorado, tanto no âmbito do estado quanto no âmbito regional e nacional;

- Estimular o compartilhamento de bibliotecas, laboratórios especializados e infraestrutura laboratorial e de TI entre as IES no estado;
- Incentivar e prover os meios, através de instrumentos concebidos para este fim, a mobilidade acadêmica, tanto discente quanto docente, no âmbito do Estado.

### **2.6.2. NA EXPANSÃO DA INTERIORIZAÇÃO ORIENTADA**

- Expandir a oferta e a matrícula respeitando as necessidades locais e regionais, utilizando-se também da educação à distância;
- Capacitar as IES para utilização plena dos recursos federais oriundos do PROUNI, FIES e UAB;
- Fomentar polos de desenvolvimento tecnológico no interior do Estado.

### **2.6.3. PARA APROXIMAR A EDUCAÇÃO SUPERIOR AS NECESSIDADES DO ESTADO**

- Criar um Fórum de articulação entre o conjunto das IES e o Governo do Estado.

## **3. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

### **3.1. APRESENTAÇÃO**

No âmbito da Ciência e Tecnologia, enquanto elemento de Política Pública há que se considerar um sistema de inovação, concebido para ter impacto na economia do Ceará.

Esse sistema deve ser dotado de um amplo espectro, que vai da pesquisa científica básica, tipicamente financiada pelo governo e realizada nas universidades e laboratórios de pesquisa, até à pesquisa aplicada desenvolvida em associação com o setor produtivo, passando por mecanismos capazes de promover o empreen-

dedorismo e eficientes em estimular e financiar as diversas fases do processo de inovação. Estas fases classificam-se pela invenção, desenvolvimento, produção e comercialização.

Seu objetivo é transformar em riqueza, sob a forma de aumento da produtividade e da competitividade, o conhecimento teórico dos laboratórios.

O entendimento da inovação pode ser resumido na transformação do conhecimento em desenvolvimento econômico-social. Ou seja, é a efetiva apropriação dos benefícios do conhecimento pela sociedade. Nessa apropriação, o protagonismo pertence ao setor empresarial, a quem cabe a efetivação dos elos finais do processo.

Por outro lado é relevante para esta inovação e transformação do conhecimento em desenvolvimento econômico-social que exista um órgão da ciência e tecnologia que seja disciplinador dos mais diversos aspectos relacionados com esta política.

Isto porque deve fazer parte do espectro de atuação deste órgão a normatização da plataforma tecnológica do estado, as políticas de fomento, as compras governamentais e gestão da formação de obra (universidades, institutos), dentre outros. E este órgão é a SECITECE.

No entanto, atualmente a gestão estratégica, a definição de padrões e a integração entre os múltiplos atores que compõem o cenário de ciência e tecnologia no Estado do Ceará ocorrem de modo difuso, com perda de sinergias e de orientação estratégica. Daí a necessidade de reposicionamento da SECITECE.

Há aspectos que não são abordados e outros que estão dispersos entre a SECITECE, as Universidades, a FUNCAP, a SEPLAG, a ETICE e outras secretarias e estruturas do Governo do Ceará. Por este motivo é que através do órgão disciplinador de todas as políticas e práticas de ciência e tecnologia pode-se assegurar a melhor sinergia entre as necessidades de investimento do Estado, as necessidades de formação de mão de obra, as necessidades das empresas e as necessidades dos cidadãos – permitindo impactos positivos diretos sobre todo o ecossistema de C&T, com ecos diretos na sociedade.

O novo governo tomará com seriedade esta questão explorando-a de forma efetiva como instrumento indispensável à construção de uma sociedade mais rica e mais justa. Para tanto, dará passos decisivos para cumprir o que Stiglitz preconiza como o papel dos governos – lançar bases sólidas para a construção de uma sociedade do conhecimento no Ceará.

## **3.2. AVANÇOS**

- Significativo aumento da interiorização da pesquisa científica no Estado (ação a ser mantida e ampliada);
- Aumento expressivo do volume e da qualidade da pesquisa científica em nosso Estado, que dobrou a sua participação na Ciência Nacional nos últimos 8 anos;
- Implantação de programas de apoio à inovação de base tecnológica e início da operação do Fundo de Inovação;
- Tecnológica – FIT.

## **3.3. DESAFIOS**

- Reposicionamento da SECITECE como o órgão principal na gestão estratégica e na definição de diretrizes de ciência e tecnologia do Estado do Ceará, envolvendo todo o ecossistema e as múltiplas frentes em que a ciência e/ou tecnologia é necessária no Estado;
- Criação de um conselho participativo permanente na SECITECE, envolvendo diversos atores (academia, empresariado e governo) de forma a ser assegurada a sinergia entre estes atores em eixos estruturantes como a necessidade de formação de mão de obra do mercado, as necessidades de inovação, os cursos ofertados (do nível técnico às pós-graduações) e as ações de fomento. Também deverão ser debatidos de forma transparente neste conselho os principais projetos estruturantes do Governo do Ceará e os impactos deste nos diversos atores do ecossistema;
- Fortalecimento da Fundação de Amparo à Pesquisa – FUNCAP como parte do cotidiano do desenvolvimento empresarial, econômico, científico e social do Ceará. É necessário transformá-la para que faça o uso máximo dos recursos federais e estaduais que são disponibilizados para o fomento à ciência e tecnologia. Mais ainda, é necessário que existam formas para que a mesma promova não só a inovação de ruptura, mas também a inovação de alavancagem, de forma a que possa transformar a realidade de um conjunto maior de empresas e pessoas;
- A FUNCAP deve ser a entidade capaz de promover a inovação no âmbito empresarial e para tal precisa promover apoios de base, como permitir a fixação de doutores nas empresas;

- Criar o programa “CEARÁ CONECTADO” com o objetivo de universalizar o acesso à Internet, usando a banda larga de qualidade para os cearenses através do Cinturão Digital do Ceará de modo a promover oportunidades, des-concentrar renda e incorporar as regiões excluídas desse serviço no Estado;
- Aumentar a cobertura e a capacidade dos acessos, à Internet, reduzindo os preços finais aos cidadãos, contribuindo para redução da desigualdade social e regional, para o acesso ao conhecimento, geração de emprego, renda, qualificação profissional, promovendo a cidadania e valorizando as culturas locais, além dos serviços dos Governos Estadual e Municipal e aumento da competitividade das empresas cearenses.

### **3.4. DIRETRIZES**

- Revitalização dos institutos de pesquisa tecnológica do Estado, os quais serão os executores das ações necessárias para o seu desenvolvimento, atuando como conectores entre a academia e a indústria, desenvolvendo programas de extensão tecnológica, e no desenvolvimento de projetos de pesquisa tecnológica em parceria com a indústria;
- Fortalecimento de Institutos e Laboratórios de pesquisa existentes, assim como criação de novos institutos tecnológicos, destinados a estabelecer o elo de ligação entre a pesquisa científica e a empresa;
- Contribuir para a formação de uma comunidade científica de qualidade em padrões internacionais, com intenso intercâmbio, e bem financiada em seus projetos de pesquisa e programas de pós-graduação, através do fortalecimento da FUNCAP;
- Apoiar a pós-graduação, bem como a atração e fixação de cientistas no Estado, sobretudo nas universidades estaduais;
- Intensificar as ações de fixação de pesquisadores que atuam no interior do Estado.
- Compromisso com a obediência das determinações da Constituição do Estado relativas ao setor, em particular a destinação de 2% da receita tributária líquida ao setor, através da FUNCAP;
- A política de Ciência e Tecnologia será orientada por sua contribuição ao desenvolvimento econômico do Estado;
- Ênfase especial será dada à criação de um sistema de inovação no Estado;

- Lançamento de bases sólidas para a construção de uma sociedade do conhecimento no Ceará;
- Transformação do conhecimento em desenvolvimento econômico-social;
- Ciência e Tecnologia como instrumento indispensável à construção de uma sociedade mais rica e mais justa.

### **3.5. PROPOSTAS**

- Criação do Sistema Cearense de Parques Tecnológicos, que tem por objetivo a promoção de polos e parques tecnológicos que serão fomentados e geridos de forma integrada, com vocações específicas no Estado para promover o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda;
- Estímulo à criação, nas universidades localizadas no Estado, de ambientes e recursos propícios ao florescimento e ao abrigo de start ups de base tecnológica, de forma a canalizar o talento criativo e empreendedor;
- Constituição de “Aceleradoras de start ups”, como elemento fundamental ao desempenho desses ambientes;
- Criação, em associação com a iniciativa privada, de Parques Tecnológicos em áreas concernentes a vocações do Estado, localizados em diferentes regiões;
- Ações de subvenção econômica em apoio a projetos de inovação, mediante contrapartida da empresa, dando prioridade a projetos desenvolvidos pela pequena e microempresa;
- Associação com órgãos do sistema federal, como a FINEP, para o financiamento da inovação;
- Reestruturação e fortalecimento do fundo de inovação tecnológica, FIT, instrumento essencial para o sistema estadual de inovação, tornando-o apto a atuar em regime de fluxo contínuo no apoio a projetos de inovação;
- Estabelecimento de parcerias com órgãos de financiamento para a criação de fundos de aval e fundos de venture capital, com o objetivo de alavancar a inovação no Estado;
- Conceder incentivos fiscais para produtos inovadores de base tecnológica desenvolvidos no Estado;

- Utilizar o poder de compra do Estado, dando prioridade a produtos inovadores aqui desenvolvidos;
- Criação de um Programa Estadual de Extensão Tecnológica nos moldes do Programa SIBRATEC;
- Reestruturação da Fundação NUTEC, através de contratação de pessoal qualificado e redefinição de sua estrutura jurídica como Organização Social, de forma a torná-la uma instituição nos moldes do IPT do Estado de São Paulo;
- Consolidação da estrutura física e jurídica do Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação-IPDI, de forma a torná-lo apto a atuar como importante elemento de conexão entre a academia e o setor produtivo, para o qual foi concebido;
- Utilização do FIT – uma fonte estadual de recursos pela FUNCAP, através de edital para que as empresas cearenses o utilizem como fundo de aval para a obtenção de empréstimos em órgãos como o Banco do Nordeste;
- A FUNCAP deverá seguir as linhas definidas pela SECITECE e atuar de forma a operacionalizar todas as linhas de incentivo – fundo, fomento, capital, aval, bolsas – para as empresas, profissionais, institutos, universidades e pesquisadores relacionados com ciência e tecnologia no Estado do Ceará. A meta deverá ser utilização máxima dos recursos disponibilizados;
- Destinar à FUNCAP os 2% da receita tributária líquida do Estado, tal como estabelece a legislação;
- Honrar as contrapartidas assumidas com o sistema federal de C&T, em projetos executados em parceria, prática já adotada pelo atual Governo;
- Manutenção, atualização e ampliação do programa de bolsas de produtividade em pesquisa e interiorização;
- Elaborar um modelo básico, uniforme, técnico e desenvolvimentista para compras governamentais na aquisição de serviços e produtos de TI, de forma a buscar a promoção do ecossistema de TI do Estado – isto a ser feito pela SECITECE em conjunto com a SEPLAG e com a ETICE;
- Implantar um modelo de transparência/participação para a sociedade, dos projetos mais transformadores e das principais compras potenciais do Governo do Ceará;
- Criar “Centros de Referência Tecnológica – CRT” nos moldes do Polo de Formação Tecnológica da Região Nordeste de Recife, para a qualificação

de jovens em vulnerabilidade social e ter estes espaços como referência em inovação Tecnológica nas áreas de Software Livre, Robótica Livre, Metarreciclagem, Meta-arte e outros, articulados com um plano de destinação de lixo eletrônico e geração de oportunidades e renda;

- Reconhecer o papel fundamental do governo na criação de ambientes favoráveis à inovação, utilizando o poder de compra do Governo Estadual para promover a inovação em áreas estratégica; em especial quando se tratar da redução de desigualdades sociais ou regionais;
- Promover uma política de incentivos fiscais direcionados ao desenvolvimento social e sustentável, focado na inovação de TIC para a promoção da diminuição das desigualdades regionais;
- Fortalecer as bases da economia solidária e economia criativa, com ampliação dos incentivos fiscais e o aumento do número de editais públicos e adequações legais, nas áreas de Tecnologia Social, Tecnologia Assistiva, Extensão Tecnológica e Arranjos Produtivos Locais (APL);
- Fortalecer e diversificar os projetos de capacitação e qualificação da Universidade do Trabalho Digital (UDT), com ênfase no mercado de TIC;
- Implementar um Plano de Educação Profissional, em estreita articulação com a SEDUC, objetivando a integração e a otimização da rede de educação profissional e tecnológica de todos os atores que atuam nesse segmento, no Estado do Ceará, tais como CENTEC, IFCE e demais órgãos públicos e privados, bem como de suas ações, de modo a aglutinar esforços para a construção compartilhada de um sistema de qualificação profissional capaz de responder às demandas impostas pela implantação e instalação de projetos de grande porte em estruturação no Estado;
- Criar projetos que concedam reduções tributárias para empresas do setor de TIC com o intuito de fortalecer, atrair e criar sinergias de empresas no Estado;
- Fortalecer a Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará – ETICE por meio de investimentos contínuos para ampliar o CDC a fim de atingir cada vez mais municípios carentes viabilizando o Programa “Ceará Conectado”;
- Criar políticas de incentivo à cultura digital, que favoreçam a apropriação criativa dos meios digitais e a criação colaborativa;
- Priorizar a aquisição de produtos e serviços locais ou de tecnologia aberta e interoperável, no âmbito de uma política de desenvolvimento que induza atividades de P, D & I e a autonomia tecnológica do País, estimulando a consolidação de competências locais;

- Ampliar a criação de incubadoras e promover a aceleração de empresas de base tecnológica e social, associadas ao empreendedorismo local;
- Fomentar o uso e desenvolvimento de novas tecnologias baseadas em computação em nuvem, big data, internet das coisas, hardware e software livre, mobilidade, e incentivo ao investimento e operação de data centers no estado;
- Apoiar o ecossistema de inovação empresarial através da utilização das TICs, incentivando micro e pequenas empresas, startups e empreendimentos de economia solidária de base tecnológica, buscando sempre a interação entre empresas e centros de pesquisa;
- Implementar políticas descentralizadas de tecnologias assistidas, fortalecimento das Casas Digitais nos assentamentos e reassentamentos rurais, nas comunidades quilombolas, indígenas, pescadores e pescadoras artesanais, associações comunitárias rurais usando a formação e capacitação em tecnologia da informação e empreendedorismo através de EaD.

## **4. CULTURA**

### **4.1. APRESENTAÇÃO**

Entendemos que a política pública estadual para a Cultura é uma ação ancorada em princípios, operações, procedimentos administrativos e orçamentários, sendo a essência da Gestão Pública a capacidade de liderar processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. O Novo Governo se dispõe a dialogar de forma mais efetiva e permanente na construção de instrumentos de desenvolvimento da Cultura, respeitando toda a sua transversalidade e diversidade.

De forma pioneira, o candidato Camilo Santana assumiu, ainda durante a campanha eleitoral, o compromisso de destinar 1,5% do Orçamento Estadual para a Cultura. Além disso, lançou como propostas realizar concurso público para a Secretaria de Cultura, manter e criar novos equipamentos culturais em Fortaleza e no interior do estado, ampliar a rede dos Pontos de Cultura para todos os municípios do Ceará e dar continuidade aos avanços implementados na gestão estadual entre 2010 e 2014.

Neste documento, estão descritos os Princípios que nortearão a atuação da Secretaria de Cultura do Ceará e as 43 (quarenta e três) Propostas e Ações para a pasta no Novo Governo.

### **4.3. AVANÇOS**

- Reforma de equipamentos culturais em Fortaleza: Cine Theatro São Luiz, Theatro José de Alencar, Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Museu do Ceará e Arquivo Público;
- Implantação da Escola Porto Iracema das Artes;
- Atualização das Leis do Mecenato e do Conselho Estadual de Cultura;
- Implantação do Sistema Estadual de Cultura em 131 municípios;
- Garantia dos eventos estruturantes de Arte e Cultura, como o Festival Música na Ibiapaba, Encontro Mestres do Mundo, Bienal Internacional do Livro, entre outros;
- Criação do Escritório Incubadora Ceará Criativo em parceria com o Ministério da Cultura, para a formação e assessoria técnica na área da Economia Criativa;
- Implantação de 16 novas salas de cinema em 8 municípios cearenses;
- Manutenção do Projeto Agentes de Leitura;
- Qualificação na gestão dos Pontos de Cultura;
- Captação de recursos para criação da Pinacoteca do Estado do Ceará.

### **4.4. DESAFIOS**

- Integrar a Política Cultural do Estado ao processo de desenvolvimento local (econômico, social e político), aliando cultura, inclusão social através da cidadania cultural;
- Promover a cidadania cultural, garantindo ao povo cearense aos bens e serviços culturais;
- Avaliar a participação do setor privado e definir a participação do setor público na elaboração de políticas de formação para o campo da cultura, preparando as novas gerações para a realização do trabalho criativo;
- Descentralizar e garantir o acesso da população às obras da cultura, tanto como protagonistas, quanto como participantes da fruição;
- Criar, nos órgãos públicos do Estado, uma infraestrutura e uma organização de pessoal, de modo a facilitar a execução das políticas de cultura;

- Estabelecer um modelo de financiamento da cultura que combine a dinâmica do setor privado para as chamadas Indústrias Culturais com o incentivo do Setor público para a Cultura erudita, popular e para os setores de formação não privilegiados pelo setor privado.

#### **4.5. DIRETRIZES**

- Tratar da Cultura como patrimônio do Estado, visando promover a todos os cearenses o acesso efetivo aos direitos culturais;
- Integrar a Política Cultural do estado ao processo de desenvolvimento local – econômico, social e político, aliando cultura e inclusão social, promovendo a cultura como direito universal, desenvolvendo políticas para a inclusão por meio da cidadania cultural, ampliando as ações para além do campo das belas artes;

#### **PROPOSTAS VALIDADAS PELO CANDIDATO NA CAMPANHA**

- *Triplicar o investimento em cultura, garantindo 1,5% do orçamento do estado para o Setor;*
- *Construir 4 Centros Culturais no interior do Estado, contemplando as áreas de formação, criação e difusão;*
- *Ampliar a Redes de pontos de Cultura para todos os municípios;*
- *Estimular inovações em cultura e tecnologia coma implantação do Programa Jovens Criadores;*
- *Construir uma política que fortaleça os editais, festivais, festas populares e eventos culturais;*
- *Criar 13 escolas de tempo integral da cultura com currículo de artes inovador.*

## **4.6. PROPOSTAS**

### ***4.6.1. Institucional e Gestão***

- Consolidar o Sistema Estadual de Cultura;
- Garantir a aprovação do Plano Estadual de Cultura;
- Garantir a destinação de pelo menos 1,5% do Orçamento Estadual para a Cultura;
- Realizar Concurso Público para garantir melhor estrutura para a Secretaria de Cultura do Estado;
- Reformular o organograma da Secretaria da Cultura, criando novas coordenações;
- Fortalecer as instâncias de participação da sociedade civil e o controle social;
- Ativar e fortalecer o Conselho Estadual de Cultura, incluindo novas representações da Sociedade Civil a partir da nova lei;
- Reformular e ativar o Conselho de Patrimônio Histórico e Cultural;
- Criar uma plataforma digital livre, gratuita e colaborativa de mapeamento das identidades culturais e da produção cultural do Ceará;
- Estabelecer parcerias com as iniciativas pública e privada para o desenvolvimento de ações culturais;
- Elaborar e implantar os Planos Setoriais de Cultura no Ceará;
- Criar uma rede estadual integrada de equipamentos culturais públicos vinculados a Prefeituras, Estado e União;
- Revisar e regulamentar a Lei do Livro do Ceará (Lei Estadual nº 13.549/2004);
- Criar e institucionalizar o Plano Estadual do Livro, da Leitura e Literatura e deflagrar campanha para implementação dos planos municipais;
- Implementar o Plano Estadual da Cultura para a Infância;

- Criar o Fundo de Apoio ao Audiovisual, visando contemplar a diversidade e a dinâmica do Cinema realizado no Ceará;
- Criar editais específicos para realização de projetos que promovam a cultura LGBT, a cultura Negra, as artes tradicionais, a cultura Hip Hop e os direitos das pessoas com deficiência;
- Criar um programa de fomento ao Circo e aos artistas circenses;
- Assegurar a realização anual do Selo de Responsabilidade Cultural, ampliando suas ações para o reconhecimento por mérito de projetos e realizadores cearenses;
- Criar um programa estadual de promoção da Diversidade Étnica Cultural;
- Fortalecimento do Centro Dragão do Mar, com a implantação das Casas de Criação, para atender às diferentes linguagens das artes, no entorno do equipamento, nos moldes do que já acontece com o Centro de Narrativas Audiovisuais – CENA.
- Apoiar o Plano de Cultura e Infância do Ceará, com propostas específicas de cultura para este segmento;
- Ampliação do Programa de Formação em Cultura, já desenvolvido pela Escola Porto Iracema das Artes;
- Apoiar a Implantação da Escola de Hotelaria e Gastronomia do Ceará, cujo prédio já se encontra em construção;
- Implantação do Centro de Estudos e Pesquisas sobre a Vida no Mar, a ser incorporado ao Projeto do Acquário;
- Realização de concurso público para selecionar professores para o ensino das artes;
- Implantação do Programa de Formação em Arte-Educação para atualizar professores que já estão na rede pública, no ensino das artes.

#### **4.6.2. Territorialização da Cultura**

- Implantar 4 (quatro) Centros Culturais em cidades-polos do interior do Ceará, com teatro, sala de cinema, sala de dança e biblioteca, que funcionarão como espaços de formação, produção e fruição;

- Criar 13 (treze) escolas de tempo integral com currículo em artes inovador, sendo 03 (três) na capital e 10 (dez) no interior;
- Estadualizar o Programa Circo de Todas as Artes, potencializando os circos como equipamentos culturais itinerantes em todo Estado;
- Criar 8 (oito) Escritórios Regionais da Secretaria da Cultura no interior do Estado, com serviços de atendimento ao público, de consultoria e desenvolvimento de ações de formação;
- Assegurar a realização dos eventos de calendário no interior do Estado, tais como festivais de cultura e festas populares tradicionais, por meio de editais específicos;
- Ampliar a rede dos Pontos de Cultura para todos os municípios;
- Incentivar a produção audiovisual no Ceará na criação de produtos com temas que fortaleçam a autoestima da população afrodescendente, destacando seus heróis e os feitos de personalidades como José do Nascimento (Dragão do Mar), Cosme Bento das Chagas (Negro Cosme), José Napoleão, Menezes Pimentel etc.

#### **4.6.3. Cultura e Desenvolvimento**

- Criar um Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura no Ceará, como política intersetorial de estado com a sociedade, envolvendo diferentes secretarias e entidades civis;
- Consolidar a política de cultura desenvolvida pelo Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, transformando-o numa agência de desenvolvimento da Cultura, ampliando sua atuação como órgão gestor das ações de criação e difusão em todo Estado do Ceará;
- Reformular e ampliar o programa de financiamento da Cultura por meio dos Editais de Cultura do Estado do Ceará, aumentando os recursos para R\$ 40 milhões por ano, com linhas de financiamento que contemplem todos os setores artísticos e criativos em suas diferentes linguagens, em um processo de participação desburocratizado, respeitando a diversidade cultural do estado;
- Elaborar e implantar um programa estadual de formação, articulando parcerias públicas e privadas a fim de promover a atualização, a capacitação e o aprimoramento de agentes e grupos culturais, gestores e servidores públicos, pro-

dutores, conselheiros, professores, pesquisadores técnicos e artistas para atender a todo o processo de criação, produção, fruição, gestão de projetos, qualificação dos bens e serviços, garantindo a formação cultural nos níveis básico, médio, técnico, nas modalidades de ensino a distância e presencial;

- Ampliar as ações do Porto Iracema das Artes – Escola de Formação e Criação do Ceará na área de formação para todo o Estado do Ceará;
- Implantar o Porto Iracema Digital, em parceria com universidades públicas e privadas, que funcionará como espaço de formação e produção de conteúdos digitais;
- Implantar o Complexo Cultural Estação das Artes, que será um espaço de múltiplas ações na área cultural, no local onde funcionava a Estação Ferroviária Engenheiro João Felipe, no Centro de Fortaleza;
- Criar um edital para manutenção de espaços culturais da sociedade civil e iniciativa privada já existentes, nos moldes dos editais dos pontos de Cultura;
- Criar um Programa que garanta a sustentabilidade e continuidade dos eventos já consolidados no Calendário Cultural do Estado, como os festivais, feiras e mostras anuais e bienais;
- Criar um programa de circulação estadual, nacional e internacional de produções culturais do Estado do Ceará.

#### **4.6.4. Memória e Patrimônio Histórico Cultural**

- Reestruturar e fortalecer a Coordenação de Patrimônio da Secretaria de Cultura do Estado;
- Assegurar que os bens materiais reconhecidos como patrimônio sob guarda do Estado do Ceará sejam restaurados, preservados e com programa de utilização destes;
- Reformular a Lei dos Tesouros Vivos da Cultura, ampliando a política de Mestres da Cultura, a fim de contemplar um maior número de mestres, promover a troca de experiências com mais frequência e construir uma melhor interação entre os mestres diplomados e a difusão das suas artes e ofícios nas escolas e em espaços informais de educação;

- Criar programas de financiamento para o restauro e a conservação dos bens materiais móveis e imóveis tombados pelo Estado, tornando-os aptos à ocupação com programação regular;
- Criar o Sistema Estadual de Patrimônio, visando à articulação com todo o Estado e a discussão, formulação e execução de projetos e programas voltados para a preservação, o restauro e a promoção do patrimônio cultural;
- Mapear o patrimônio cultural e a diversidade das expressões artísticas realizadas em todo território cearense;
- Implementar projeto de preservação do patrimônio cultural das áreas rurais do Estado, por meio de pesquisa, registro e tombamento de propriedades rurais, engenhos, casas de farinha, casas de taipa, senzalas, entre outros.
- Promover o conhecimento da história cultural do Ceará, por meio do convívio com os Mestres da Cultura, mediante ações intermediadas por artistas educadores.

**06**

---

**CEARÁ**

---

**SAUDÁVEL**

---

## **INTRODUÇÃO**

Compreende-se estar saudável como um conceito dinâmico e abrangente modificado pela intervenção humana, resultante de um processo coletivo, a partir da interação entre os determinantes culturais, econômicos, sociais e ambientais. Dessa forma, a construção de um Ceará Saudável terá como pressupostos a garantia de direitos, a promoção da saúde, o fortalecimento das ações comunitárias, a criação de ambientes favoráveis, o desenvolvimento de habilidades pessoais e mudança de estilo de vida.

Para tanto, agregaremos diferentes abordagens e consensos, articulando-os com os diversos setores da sociedade, priorizando a participação social e garantindo o acesso da população ao conhecimento na direção da promoção da saúde e da produção de vida.

A interação entre essas políticas públicas somadas ao fortalecimento das ações comunitárias, da participação e inclusão social pressupõe a reorientação do modelo de atenção à saúde com vistas à melhoria da qualidade de vida da população.

Com isso, pretende-se lançar “um novo olhar” que favoreça um Estado Saudável promotor de uma cultura de paz que compreenda ações colaborativas entre as políticas públicas de saúde, esporte, saneamento, educação, habitação e ambiente saudável. É nessa perspectiva que se afirmar a vida saudável com cidadania como uma das diretrizes do Governo Camilo Santana, para o desenvolvimento humano, econômico, político, socioambiental e sustentável do Ceará.

Nesse cenário, apresentamos as iniciativas correspondentes ao eixo Ceará Saudável: Políticas de Saúde, Esporte e Saneamento.

# **1. SAÚDE**

## **1.1 APRESENTAÇÃO**

Em primeiro lugar, reconhecemos o Sistema Único de Saúde (SUS) como um projeto político em permanente construção e que demanda diálogos, articulações políticas e novos arranjos técnicos e institucionais. Nesse sentido, o Ceará Saudável prioriza o SUS pelo seu papel transformador na qualidade de vida social e na construção cotidiana de um Ceará cada vez “Mais Saudável!”.

O SUS constitui princípios e diretrizes que garantem o acesso universal e igualitário das ações e serviços de saúde para promoção, proteção e recuperação, com prioridade para os grupos sociais que mais precisam de forma a garantir um Modelo de Atenção Integral à Saúde centrada no usuário, a partir das necessidades de saúde da população. Sua base sócio-político-institucional formada por uma rede de conselhos de saúde garante a participação da população organizada, por meio de representação das instâncias formais do SUS – conselhos e conferências de saúde. Desta forma, a população contribui na formulação, fiscalização e deliberação sobre as políticas de saúde.

Este Plano de Governo defende, então, o fortalecimento do SUS por meio das Regiões de Saúde, a fim de integrar o planejamento, a organização e a prestação dos serviços, estimulando a adoção de metas avaliativas com o efetivo controle social, direcionando, prioritariamente, o financiamento para os serviços públicos de saúde. Compreendemos e avançaremos ainda mais na implantação de Redes de Atenção à Saúde como conjunto de ações e serviços articulados em níveis de complexidade crescente, com a valorização dos trabalhadores da saúde, garantindo assim, a integralidade da atenção humanizada.

## **1.2 AVANÇOS**

Nos últimos oito anos, o Ceará teve inegáveis avanços na área de saúde. Houve investimentos na construção de unidades como nunca anteriormente na sua história e que se traduziram no acesso mais fácil aos serviços e na consequente melhoria nos indicadores de saúde, conforme ilustram os seguintes investimentos:

1. Construção de três grandes hospitais regionais: Cariri, Norte (Sobral) e Sertão Central (Quixeramobim);
2. Disponibilização de 27 (vinte e sete) Unidades de Pronto Atendimento (UPA) – 25 (vinte e cinco) já em funcionamento – beneficiando os cearenses de 14 municípios;
3. Construção de 22 (vinte e duas) Policlínicas, sendo uma em cada região, beneficiando a toda a população do interior do Estado;
4. Construção de 22 (vinte e dois) Centros Especializados de Odontologia (CEO), um em cada região, beneficiando a toda a população do interior do Estado;
5. Disponibilização de 167 (cento e sessenta e sete) Unidades Básicas de Saúde em parceria com os municípios;
6. Criação de SAMU regional no Estado do Ceará, abrangendo 83 (oitenta e três) municípios;
7. Primeira gestão do estado a utilizar recursos do Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECOP);
8. Implantação das Redes de Atenção à Saúde (Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial; Rede de Urgência e Emergência; Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência).

## **1.4 DESAFIOS**

“Para o Ceará seguir mudando” reconhecemos a necessidade de melhoria no financiamento do SUS, a fim de garantir a universalidade e a integralidade da atenção. Devemos cumprir a Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde. Devemos garantir novos recursos para a saúde por meio da utilização dos

25% dos royalties do petróleo, bem como de 50% do Fundo Social do Pré-Sal para o setor.

Precisamos continuar com os investimentos para superar o déficit de unidades básicas, de leitos e de serviços especializados e ao mesmo tempo, investir em gestão para assegurar o funcionamento pleno destes serviços. Além de consolidar ações em áreas específicas como atenção integral à saúde da mulher, da criança, do adolescente, do adulto e do idoso, da saúde mental e bucal e da atenção à pessoa com deficiência.

É necessário coordenar junto aos municípios o planejamento, a organização, avaliação e a prestação dos serviços, estimulando a adoção de metas avaliativas com o efetivo controle social. Além de apoiar a implantação das Redes de Atenção à Saúde como conjunto de ações e serviços articulados em níveis de complexidade crescente, garantindo assim a integralidade da assistência humanizada.

## **1.2 DIRETRIZES**

- Promoção de direitos dos cidadãos e compromisso com as necessidades das pessoas;
- Compreensão de saúde, considerando o ser humano de forma integral;
- Promoção da integralidade da atenção à saúde, de forma transversal, intersetorial e interdisciplinar;
- Estímulo à organização social e política da população para o fortalecimento do controle social;
- Garantia de acesso universal aos pontos de atenção às Redes de Atenção à Saúde.

### **PROPOSTAS VALIDADAS PELO CANDIDATO NA CAMPANHA**

- ***Criar um programa em que os pacientes vão dar notas para o atendimento recebido, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento nas unidades de saúde do Estado, como UPAS, Policlínicas e Hospitais. Dependendo das notas, os profissionais***

**da saúde de cada Unidade vão receber uma gratificação especial/extra além do salário. Se a nota não for boa, não tem gratificação.**

- Apoiar a Prefeitura de Fortaleza na instalação de 6 Policlínicas na capital para consultas com médicos especialistas e exames.**
- Apoiar os municípios na contratação de mais médicos, principalmente especialistas, e na compra de remédios para os postos de saúde.**
- Abrir uma UPA 24 HORAS em todas as cidades de mais de 50 mil habitantes que ainda não têm UPA.**
- Construir o Hospital Geral da Região Metropolitana, em Maracanaú, e o Hospital Regional do Vale do Jaguaribe, que terão o mesmo porte dos hospitais do Cariri e da Região Norte.**
- Reforçar a rede de hospitais-polo no interior, aumentando a capacidade de atendimento.**
- Implantar o Prontuário Eletrônico em parceria com os municípios, para que todo paciente tenha sua ficha médica on line disponível em qualquer unidade pública de saúde do Estado.**
- Fazer concurso para contratar mais profissionais da saúde.**

## **1.5 PROPOSTAS**

### ***1. Aperfeiçoar a Atenção Primária ou Atenção Básica à Saúde, visando efetivar o seu papel de coordenação do cuidado nas Redes de Atenção à Saúde***

- 1.1. Universalizar a Atenção Básica à Saúde, criando o piso estadual da atenção básica;
- 1.2. Ampliar os investimentos na atenção primária à saúde em todos os municípios, de forma equitativa, respeitando as necessidades conforme localização geográfica, territorial e carências específicas;
- 1.3. Apoiar a ampliação da composição da equipe mínima da Estratégia de Saúde da Família, com a incorporação de novas categorias profissionais de acordo com as necessidades locais da população;
- 1.4. Apoiar os municípios na compra de remédios para os postos de saúde;
- 1.5. Apoiar a ampliação do horário de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde;
- 1.6. Fortalecer as estratégias e ações de monitoramento e avaliação do serviço;
- 1.7. Implantar redes de cuidados populares, terapias alternativas e complementares nas Unidades Básicas de Saúde;
- 1.8. Disponibilizar um sistema eletrônico de prontuários e protocolos nos postos de saúde, com informatização e acesso à banda larga, garantindo que todo paciente tenha sua ficha médica on line disponível em qualquer unidade pública de saúde do Estado;
- 1.9. Garantir capacitação sobre as normas legais do Sistema Único de Saúde e a Estratégia de Saúde da Família para as novas equipes do Programa de Saúde da Família;
- 1.10. Fortalecer o Programa Saúde na Escola;
- 1.11. Instituir e implantar um programa de atenção integral às pessoas com doenças crônicas;
- 1.12. Ampliar o acesso à Saúde ocular, universalizando a assistência às pessoas portadoras de glaucoma, catarata, e outras patologias oftalmológicas;

- 1.13. Ampliar o Brasil Sorridente para cobertura integral da população;
- 1.14. Fortalecer a saúde no campo nas áreas com mais vulnerabilidade ambientais pela seca.

## **2. Aperfeiçoar os serviços de Atenção Secundária em Saúde**

- 2.1. Reestruturar a política de apoio aos Hospitais de Pequeno Porte (HPP), com a ampliação de recursos financeiros para investimentos e custeio;
- 2.2. Reforçar a rede de hospitais-polo no interior, aumentando a capacidade de atendimento;
- 2.3. Ampliar a oferta de consultas e exames especializados nos municípios e regiões de saúde do Estado;
- 2.4. Aumentar a capacidade instalada das Policlínicas Regionais, com a inclusão de novas especialidades e exames de acordo com as necessidades da população residente nos municípios;
- 2.5. Criar protocolos de atendimento em atenção especializada para referência em todos os municípios, através de um comitê focado na sua implementação;
- 2.6. Integrar profissional cirurgião bucomaxilar nos hospitais polo das regiões de saúde do Estado;
- 2.7. Criar a central de laudo para atender todos estabelecimentos de saúde do Ceará.

## **3. Aperfeiçoar os serviços de Atenção Terciária em Saúde**

- 3.1. Construir Centros de Hemodiálise no interior do Estado;
- 3.2. Ampliar os leitos de UTI neonatal e adultos nas regiões de saúde do Estado;
- 3.3. Construir um Hospital Regional para atender a região de Crateús e adjacências;
- 3.4. Construir o Hospital Regional do Maciço de Baturité;
- 3.5. Implantar um Centro de Assistência Toxicológica (CEATOX) nos Hospitais Regionais do Estado;

3.6. Ampliar a especialidade traumatológica nos hospitais polos e hospitais de alta complexidade;

3.7. Buscar a suficiência de leitos e de profissionais da saúde que garantam o atendimento necessário aos cidadãos usuários no tempo preciso;

3.8. Implementar políticas para qualificação da gestão e humanização das unidades hospitalares, como a contratualização de metas e resultados, acreditação e investimento na profissionalização da gestão;

3.9. Ampliar alternativas de desospitalização, aprimorando Programa de Internação Domiciliar;

Construção de Unidades de Retaguarda para as macroregiões de saúde, objetivando proporcionar atendimento humanitário e especializado aos pacientes com tratamento de longa duração.

#### ***4. Consolidar a estrutura do Sistema de Saúde do Estado, ampliando a articulação com os Municípios e Instituições***

4.1. Complementar a tabela do SUS;

4.2. Fortalecer e desburocratizar o sistema de manutenção dos equipamentos e mobiliário;

4.3. Apoiar a criação de casas de apoio nos municípios para acolher os pacientes vindos da zona rural;

4.4. Aumentar a resolutividade dos serviços de saúde de municípios e regiões de saúde do Estado, diminuindo a dependência da estrutura de Fortaleza, Sobral e do Cariri;

4.5. Ampliar a estrutura e implantação da referência do Instituto Médico Legal (IML) em regiões do Estado;

4.6. Reestruturar, fortalecer e ampliar a capacidade das Coordenadorias Regionais de Saúde para efetivo apoio e acompanhamento dos municípios no fortalecimento das Redes de Atenção à Saúde;

4.7. Fortalecer o Programa de Qualidade dos hospitais;

- 4.8. Fortalecer e ampliar a política de consórcios públicos entre municípios e o estado, incluindo a questão dos aterros sanitários e dos centros de zoonoses nas 22 regiões de saúde do Estado;
- 4.9. Ampliação dos serviços de órteses e próteses no Estado;
- 4.10. Ampliação e melhoria da distribuição de serviços de saúde na zona rural com atendimento 24h;
- 4.11. Implantação de um hemocentro para macrorregião de Sobral;
- 4.12. Implantação do Serviço de Verificação de Óbito (SVO).

## **5. Incrementar a regionalização da atenção com implementação das redes, considerando os processos logísticos e apoio**

- 5.1. Apoiar a Prefeitura de Fortaleza na instalação de 6 Policlínicas na capital para consultas com médicos especialistas e exames;
- 5.2. Construir o Hospital Geral da Região Metropolitana, em Maracanaú, e o Hospital Regional do Vale do Jaguaribe, que terão o mesmo porte dos hospitais do Cariri e da Região Norte;
- 5.3. Implantar os Centros Integrados de Atenção ao Trauma;
- 5.4. Revisar a territorialização das regiões de saúde no Estado;
- 5.5. Implantar o transporte sanitário regionalizado em todo o Estado;
- 5.6. Prover as Unidades Básicas de Saúde e Policlínicas Regionais de transporte;
- 5.7. Avançar na Rede de Atenção às Pessoas com Deficiência, melhorando também o transporte para cadeirantes;
- 5.8. Construir Laboratórios Centrais (LACEN) no interior do Estado;
- 5.9. Ampliar as políticas de promoção à saúde, prevenção e atenção às DST/HIV/AIDS;
- 5.10. Implantar o acolhimento por classificação de risco em todas as unidades do Estado;

5.11. Desenvolver ações de promoção, prevenção e atenção ao câncer de pele, com foco para população/trabalhador do campo.

## **6. Urgência e Emergência**

6.1. Ampliar as UPAs para as cidades de mais de 50 mil habitantes;

6.2. Investir e aumentar a capacidade instalada de serviços de urgência e emergência pediátrica nas macrorregiões de saúde do Estado;

6.3. Criar Grupo de Manejo Clínico (GMC), para o transporte de pacientes portadores de transtornos mentais em crise, dentro do Grupo de Socorros de Urgência, do Corpo de Bombeiros;

6.4. Implantar o Sistema Integrado de Atendimento a Traumas e Emergências (SIATE), nas rodovias do estado, para prestar atendimento às vítimas de acidentes de trânsito nas estradas (CEs) em vários níveis, numa ação conjunto com o SAMU estadual;

6.5. Garantir aporte de recursos para UPA em municípios com grande fluxo de turismo religioso;

6.6. Ampliação do atendimento do SAMU no estado e simplificar as exigências de informações para solicitar o atendimento;

6.7. Descentralizar as coordenações do SAMU para as regionais de saúde do estado;

6.8. Garantir o tempo-resposta definido normativamente para o atendimento do SAMU.

## **7. Aperfeiçoar a Atenção integral à saúde da mulher e maternoinfantil**

7.1. Implantar o Programa Mãe Cearense, assegurando o acolhimento de todas as gestantes cearenses durante a gravidez, o parto e o puerpério, reduzindo em 40% o coeficiente de mortes maternas no Estado;

7.2. Vincular as gestantes aos Hospitais Regionais do Estado;

7.3. Ampliar a quantidade de mamógrafos nas regiões de saúde;

- 7.4. Garantir atenção especial à saúde das mulheres do campo, florestas e das águas;
- 7.5. Implantar uma maternidade pública/hospital da mulher de referência na Macrorregião do Cariri;
- 7.6. Criar centros de saúde reprodutiva;
- 7.7. Humanizar o atendimento na saúde e garantir o cumprimento da determinação que permite acompanhante para a gestante durante a internação;
- 7.8. Criar uma Policlínica da Mulher e da Criança em cada Bacia Hidrográfica do Estado.
- 7.9. Implantar o Projeto Criança Feliz, assegurando cuidado integral às crianças cearenses até os 02 anos de idade.

## **8. Fortalecer a Política de Atenção Integral à Saúde do Homem**

- 8.1. Implantar a política estadual de saúde do homem;
- 8.2. Promover campanhas de sensibilização visando estimular o homem para realização de exames de próstata;
- 8.3. Fortalecer as ações da saúde do homem do campo.

## **9. Gestão do Trabalho e Educação Permanente**

- 9.1. Instituir a política de valorização dos trabalhadores em saúde com gestão participativa e dialógica;
- 9.2. Promover concurso público para os órgãos do Estado, incluindo as Unidades Assistenciais, Escola de Saúde Pública, nível central e as regionais da Secretaria de Saúde do Estado;
- 9.3. Expandir o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para todas as categorias profissionais da saúde e apoio técnico à implantação nos municípios;
- 9.4. Melhorar a remuneração dos trabalhadores de saúde do Estado;
- 9.5. Ampliar o número de médicos nos equipamentos de saúde no interior do Estado;

- 9.6. Avançar na descentralização das ações de qualificação profissional e educação permanente em saúde no interior do Estado;
- 9.7. Implantar os polos regionalizados da Escola de Saúde Pública do Ceará; constituindo uma rede de saúde escola estadual
- 9.8. Fortalecer e ampliar a descentralização dos programas de Residências Médicas, Multiprofissionais, e cursos de especialização na área de saúde;
- 9.9. Desenvolver capacitações para os gestores públicos de saúde sobre como melhor investir e administrar os recursos públicos;
- 9.10. Desenvolver ações de educação permanente para os membros dos conselhos de saúde, com ênfase no tema da gestão administrativa, financeira e orçamentária;
- 9.11. Garantir apoio financeiro e técnico para a Escola Técnica do SUS;
- 9.12. Apoiar a iniciativa de fixação da carga horária de 30h para as categorias da área da saúde;
- 9.13. Implantar o piso nacional, plano de cargos, carreiras e salários do agente comunitário de saúde;
- 9.14. Apoiar a mudança do regime de trabalho dos atuais agentes comunitários de saúde para estatutário;
- 9.15. Apoiar as ações de provimento e fixação de equipes multiprofissionais para o SUS em todas as regiões do Estado do Ceará, incluindo o programa Mais Médicos;
- 9.16. Direcionar os médicos para áreas específicas através de programas de formação direcionados para as demandas maiores tais como medicina de urgência e emergência, pediatria, intensivistas, clínicos, dentre outros;
- 9.17. Promover a interiorização dos profissionais de saúde de forma a garantir o funcionamento integrado e contínuo das novas unidades de saúde;
- 9.18. Assegurar ambientes de trabalho saudáveis e promotores de bem-estar dos usuários e trabalhadores;
- 9.19. Assegurar o financiamento para as residências em saúde existente no Estado.

## **10. Assistência farmacêutica**

- 10.1. Agilizar a entrega e recebimento de medicamentos de alto custo;
- 10.2. Aumentar os investimentos na atenção farmacêutica;
- 10.3. Aumentar os recursos financeiros para oferta de medicamentos especializados;
- 10.4. Criar os polos regionais de Farmácia Viva em cidades polo do interior do Estado;
- 10.5. Desenvolver um programa de entrega do medicamento em casa no componente especializado de assistência farmacêutica;
- 10.6. Garantir fomento ao Polo farmoquímico do estado para melhorar a disponibilidade de medicamentos no mercado e melhor atender as necessidades do cidadão atendido pela rede pública de saúde;
- 10.7. Construir Farmácias para distribuição de medicamentos de alto custo na capital e no interior;
- 10.8. Implantar os Laboratórios Fitoterápicos Regionais;
- 10.9. Implantar o Banco de Troca de Medicamentos;
- 10.10. Implantar e reestruturar as Centrais de abastecimentos de Medicamentos nas regionais de saúde.

## **11. Regulação**

- 11.1. Agilizar os processos da saúde nas Centrais de Regulação;
- 11.2. Intensificar a utilização de ferramentas de gestão e de regulação do acesso para garantir atendimento especializado aos usuários do SUS;
- 11.3. Aperfeiçoar o Sistema Estadual de Regulação, reorganizando a regulação assistencial em saúde.

## **12. Vigilância**

- 12.1. Ampliar e otimizar os investimentos para o combate às doenças endêmicas, incluindo a disponibilização de equipamentos de proteção individual (EPI) com melhor qualidade para atender as doenças endêmicas nas regiões de riscos;

- 12.2. Construir os centros regionais de zoonoses no interior do Estado;
- 12.3. Realizar análises químicas de agrotóxicos e de hortifrutigranjeiro pelo LACEN;
- 12.4. Promover ação intersetorial para coleta de embalagens de agrotóxicos no Estado.

### **13. Gestão estratégica e participativa**

- 13.1. Efetivar o gerenciamento das UPAs através de consórcios públicos;
- 13.2. Aumentar a fiscalização da execução de projetos do estado operacionalizados nos municípios;
- 13.3. Fortalecer o Sistema Nacional de Auditoria do SUS nas três esferas de governo;
- 13.4. Fortalecer a Política de Comunicação Institucional com foco na promoção da cidadania;
- 13.5. Implantar programas de incentivos fiscais para geração de emprego e renda e para empreendimentos solidários e cooperativas sociais;
- 13.6. Fortalecer as estratégias de planejamento, avaliação e monitoramento nos municípios, através de apoiadores institucionais;
- 13.7. Fortalecer a implantação das políticas de equidade no SUS.

### **14. Saúde do trabalhador**

- 14.1. Desenvolver ações de cuidado ao cuidador com apoio psicossocial aos trabalhadores;
- 14.2. Desenvolver e ampliar as ações de fortalecimento da saúde do trabalhador;
- 14.3. Ampliar o número de Centros de Referência do Trabalhador (CEREST) nos municípios e regiões;
- 14.4. Desenvolver uma política estadual intersetorial voltada para a questão dos agrotóxicos e seus impactos ambientais e na saúde dos trabalhadores, incluindo a criação de espaços de discussão e proposição de estratégias para lidar com esta problemática;

14.5. Fortalecer a fiscalização relacionada ao uso indiscriminado de agrotóxicos no Estado.

## **15. Saúde do Idoso**

15.1. Fortalecer a política de atenção à Saúde do Idoso no estado;

15.2. Incentivar as parcerias institucionais para assistência ao Idoso;

15.3. Criar Centros de Convivência para o Idoso com equipe multiprofissional;

15.3. Criar o Projeto Boa Idade especial de preparação do Ceará para acolher o aumento do número de idosos;

15.3. Regulamentar a função de Cuidador Comunitário de Idosos, providenciando formação competente;

15.3. Instituir nos Hospitais Regionais do Estado ambulatórios especializados em saúde da Pessoa Idosa.

## **16. Atenção Psicossocial e Política sobre Drogas**

16.1. Fortalecer e apoiar a implantação dos pontos de atenção de todos os componentes da Rede de Atenção Psicossocial, considerando as características e as necessidades locorregionais e garantia de financiamento tripartite;

16.2. Destinar a arrecadação de impostos sobre a venda de bebidas alcoólicas e do cigarro para investimentos na área da saúde;

16.3. Implantar CAPS e Unidades de Acolhimento nas macrorregiões do Estado;

16.4. Ampliar o número de leitos nos hospitais para desintoxicação e tratamento dos dependentes químicos;

16.5. Garantir fomento à rede de tratamento para usuários de álcool e outras drogas e seus familiares, ampliando as parcerias com ONGs e Comunidades Terapêuticas;

16.6. Instituir a política estadual de redução de danos;

16.7. Implantar uma rede intersetorial de prevenção ao uso de drogas nos municípios;

16.7. Criar o Projeto Juventude Plena, em articulação com as Secretarias Municipais para desenvolver atividades culturais, educativas e desportivas;

16.7. Construir em 04 anos, em articulação com as Secretarias de Esporte e de Enfrentamento às Drogas, 7 Centros Poliesportivos e Culturais, 4 Centros de Acolhimento a Dependentes Químicos e 7 Escolas Agrotécnicas.

## **17. Participação e controle social**

17.1. Ampliar a divulgação para população sobre a importância, responsabilidade e o papel dos conselhos de saúde (juntamente aos demais conselhos de políticas públicas);

17.2. Fortalecer o controle social, como instrumento de participação social;

17.3. Implementar o orçamento participativo;

17.4. Instituir uma gestão mais participativa, considerando o protagonismo de usuários, trabalhadores e gestores na definição das políticas e saúde;

17.5. Respeitar a competência legal dos conselhos na formulação e fiscalização das políticas de saúde.

## **18. Pessoas com Deficiência**

Instituir Centros Especializados em Reabilitação, nos Hospitais do Estado, para efetivar a habilitação e a reabilitação, melhorando as funcionalidades das pessoas com diversas deficiências, e promovendo sua autonomia e independência.

Tornar efetiva em todos os hospitais a dispensação de órteses, próteses e insumos, prevista na política de atenção à saúde da pessoa com deficiência.

Capacitar profissionais da área da saúde para atender às especificidades das pessoas com deficiência, em todos os hospitais, UPAS, Clínicas, consultórios, etc. com a inclusão de, pelo menos, um intérprete de libras em cada equipamento de saúde.

## **2. ESPORTE**

### **2.1 APRESENTAÇÃO**

A melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população pressupõe uma visão integradora das políticas sociais, diálogos interdisciplinares e ações intersetoriais. Nessa perspectiva apontamos as políticas educacionais, de cultura, esporte e lazer, que considerem o fortalecimento da cidadania, como capazes de promover mudanças estruturais efetivas e sustentáveis no cotidiano da sociedade.

As ações direcionadas ao esporte e lazer, como demanda social, devem ser capazes de recriar a sociabilidade cotidiana, produzindo coletivamente um contexto favorável à valorização dos sujeitos, promoção da saúde e desenvolvimento local.

O Governo de Camilo Santana pretende ampliar o campo social das possibilidades, proporcionando uma agenda permanente no campo da cultura, esporte e lazer capaz de ampliar o capital social e favorecer o fortalecimento da cidadania e das redes de solidariedade para a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida. Destarte, reafirma um conjunto de valores que tem em sua essência o diálogo, a cooperação, a participação social, a disciplina, a autoridade, a conscientização para que haja uma apropriação crítica e reflexiva em relação ao contexto social em que se vive, reconstruindo identidades culturais.

### **2.2 AVANÇOS**

1. 487 Equipamentos Esportivos construídos ou reformados. Dentre estes destacam-se: 23 pistas de skate construídas, 254 quadras esportivas construídas, 18 quadras esportivas reformadas, 40 estádios construídos, 61 cobertas de quadras de escolas estaduais, 22 ginásios poliesportivos construídos, construção do Centro de Formação Olímpica do Nordeste (CFONE), reforma e modernização do Estádio Castelão, manutenção das Vilas Olímpicas e construção de piscinas semiolímpicas nas Vilas de Messejana e Conjunto Ceará;

2. 42 ações, entre programas, projetos e eventos. Dentre estes podemos citar: programa segundo tempo, programa esporte e lazer da cidade, bolsa esporte, bolsa atleta alto rendimento, jogos escolares do Ceará, esporte na minha cidade, esporte na escola, projeto viva mais, cursos de capacitação, lazer e ação no Cocó, jogos abertos no interior, jogos paralímpicos do Ceará, jogos da “feliz idade”, circuito das águas, jogos do servidor, aulas de aeróbica e ritmos, comemoração

do dia do profissional de educação física, projeto para pessoas idosas, projeto para pessoas com deficiência, campeonato brasileiro de bicicross e supercross, copa de futebol amador do Ceará, mundo universitário, projeto bom de bola, craque na escola, festival cearense social de esporte e lazer, desafio Brasil de kite, circuito cearense de surf, circuito mundial de wind Brasil, circuito cearense de vôlei, apoio a eventos automobilísticos, circuito mundial de skate street, Ceará world cupskateboard – mundial de skate street, campeonato cearense de skate;

3. O Programa Segundo Tempo garantiu o atendimento a todos os 184 municípios do Estado com pelo menos um núcleo esportivo. É o programa com maior quantidade de núcleos (466) e beneficiados do Brasil, atendendo hoje 49.121 crianças, adolescentes e jovens;

4. O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) está em fase de implementação e conta com 100 núcleos em todo o Estado, atendendo 400 beneficiados por núcleo, totalizando 40.000 beneficiados entre crianças, adolescentes, adultos, idosos e pessoas com deficiência;

5. O Programa Bolsa Esporte atendeu, em 2007, 1.513 atletas e atualmente são concedidas 1.767 bolsas;

### **2.3. DESAFIOS**

Assegurar a ampliação da participação de estudantes em atividades e eventos esportivos, e assim tornar o esporte uma política pública efetiva, tendo como foco a universalização da prática esportiva para as crianças, adolescentes e jovens, combatendo a desigualdade social, as drogas e o sedentarismo.

Estimular o potencial econômico do esporte através da fabricação de produtos esportivos, construção de equipamentos esportivos, realização de eventos desportivos e outros serviços relacionados ao esporte.

### **2.4. DIRETRIZES**

- Criar uma política pública de formação e valorização profissional no esporte;
- Oferecer esporte, lazer e educação para crianças, adolescentes e jovens sem nenhum tipo de discriminação;

- Desenvolver e incentivar estratégias para que contemplem uma visão indissociável entre esporte, saúde e qualidade de vida;
- Investir em pesquisa científica, tecnologia e inovação no setor esportivo;
- Investir numa política de esporte de alto rendimento para revelar talentos e projetar nacional e internacionalmente o Ceará;
- Criar uma política de fortalecimento do futebol que distribua responsabilidades entre o poderes públicos, os clubes, a federação e os torcedores;
- Criar uma política pública transparente de financiamento do esporte;
- Investir em infraestrutura esportiva, principalmente na manutenção de equipamentos públicos;
- Criar oportunidades para investimentos privados na economia do esporte.

## **PROPOSTAS VALIDADAS PELO CANDIDATO NA CAMPANHA**

*Investir na rede integrada de projetos esportivos.*

## **2.5. PROPOSTAS**

### ***1. Desenvolver o Esporte***

- 1.1. Criar e regulamentar a Lei de Incentivo ao Esporte no âmbito estadual, fortalecendo as parcerias com o setor privado para o desenvolvimento e fomento de políticas públicas de responsabilidade social;
- 1.2. Viabilizar a realização da Conferência Estadual do Esporte (educação, lazer, inclusão social, saúde e alto rendimento);
- 1.3. Apoiar e incentivar a criação e estruturação dos Conselhos Municipais do Esporte;

- 1.4. promover editais públicos para seleção e contratação dos melhores projetos esportivos sociais;
- 1.5. Realizar estudos para a criação de uma base de dados para o mapeamento, acompanhamento e avaliação dos equipamentos, programas e projetos esportivos do Estado do Ceará;
- 1.6. Estabelecer um calendário esportivo anual contemplando todas as áreas do esporte;
- 1.7. Reformular o quadro funcional e promover concurso público para cargos estratégicos da Secretária de Esporte do Estado;
- 1.8. Apoiar arranjos produtivos locais e negócios criativos, como fábricas de materiais esportivos nos presídios, que estimulem o relacionamento entre as cooperativas, as micro, pequenas e grandes empresas do esporte, gerando oportunidades de emprego e renda;
- 1.9. Ampliar os benefícios de bolsas de incentivo para a manutenção e o desenvolvimento do esporte;
- 1.10. Implementar as atividades do Centro de Formação em Práticas Esportivas, que funcionará na Arena Castelão.

## ***2. Esporte e Comunidade (lazer, segurança pública e saúde)***

- 2.1 Realizar planejamento estratégico participativo com as entidades representativas da sociedade civil do segmento do esporte e lazer;
- 2.2 Viabilizar a implantação do Fórum Estadual Permanente para a discussão de políticas públicas sobre o esporte e o lazer;
- 2.3 Fortalecer as ações do Programa de Esporte e Lazer na Comunidade (PELC) estadual e municipal;
- 2.4 Reformular e fortalecer o projeto das Vilas Olímpicas;
- 2.5 Ampliar a rede de participação de esporte e lazer no estado, fortalecendo os projetos existentes;
- 2.6 Celebrar parcerias permanentes com o movimento social organizado e com os órgãos de segurança pública, atuando na prevenção ao uso de drogas e na reabilitação do usuário;
- 2.7 Ampliar ações e projetos esportivos nos parques e praças públicas;
- 2.8 Fortalecer a implantação de academias ao ar livre nos espaços públicos, urbanos e rurais;

2.9 Criar programas de atividade física, em parcerias com a secretaria de saúde, para prevenção e tratamento de doenças crônicas.

### **3. Esporte e Educação**

3.1 Fortalecer as ações do Programa Segundo Tempo;

3.2 Ampliar as ações e projetos esportivos nas escolas públicas;

3.3 Fortalecer a disciplina de educação física na escola;

3.4 Incentivar e articular o fortalecimento da atividade física nas escolas públicas;

3.5 Ampliar a contratação de profissionais de educação física no estado, com habilidades para trabalhar nas diversas áreas do esporte nas escolas;

3.6 Criar um Comitê Executivo Intersetorial que coordene as ações do esporte educacional (escolas públicas municipais, estaduais e universidades).

### **4. Esporte de Alto Rendimento**

4.1 Construir um projeto estratégico de fortalecimento dos esportes olímpicos;

4.2 Incentivar a criação de equipes esportivas na escolas públicas;

4.3 Apoiar as instituições de ensino superior a formarem equipes de alto rendimento permanentes;

4.4 Criar uma rede integrada de treinamento, com clubes, vilas olímpicas, centros de iniciação ao esporte e o centro de formação olímpica.

### **5. Federações, Associações e Clubes**

5.1 Fortalecer parcerias com Federações, Associações, Clubes e afins, para o desenvolvimento dos programas governamentais, valorizando seu capital social e características inerentes a sua área de atuação.

### **6. Infraestrutura Esportiva**

6.1 Desenvolver estratégias de governo para custeio das estruturas esportivas existentes;

6.2 Construir um Centro de Treinamento Específico para o desenvolvimento do paradesporto;

- 6.3 Ampliar a quantidade e qualificar as ciclovias no território estadual;
- 6.4 Planejar a construção de equipamentos para o desenvolvimento dos esportes de aventura;
- 6.5 Planejar a construção de estações e guarderias para desenvolvimento de modalidades náuticas e outras;
- 6.6 Construir e/ou modernizar as quadras esportivas nas escolas estaduais;
- 6.7 Construir Centros de Iniciação do Esporte;
- 6.8 Construir e reformar os Estádios e Ginásios Poliesportivos nas diversas regiões do Estado;
- 6.9 Implantar academias ao ar livre nas praças públicas;
- 6.10 Construir quadra de tênis, vôlei, futebol e pistas de skate e atletismo nos municípios do Estado;
- 6.11 Modernizar e promover manutenção adequada das cinco Vilas Olímpicas do Ceará;
- 6.12 Promover incentivo da valorização e ocupação dos espaços públicos, com ênfase no meio ambiente, criando um sentimento de cuidado com o bem público pela população em parcerias com os municípios;
- 6.13 Construir e manter praças com espaços adequados para práticas esportivas, com segurança e acompanhamento de profissional formado para orientação;
- 6.14 Modernizar centros esportivos já existentes e revitalizar praças e áreas de lazer nas diversas regiões do estado;
- 6.15 Criar sedes para as principais federações esportivas do Estado.

## **7. Capacitação Profissional**

- 7.1 Promover de forma continuada cursos de capacitação profissional em todas as áreas do esporte;
- 7.2 Planejar a criação de cursos à distância para capacitar os profissionais que atuam nos diversos programas esportivos;
- 7.3 Elaborar e executar um plano de formação e desenvolvimento das entidades do terceiro setor, melhorando sua capacidade de gestão e organização no âmbito das parcerias e trato com recurso público;
- 7.4 Viabilizar a parceria com as instituições do ensino superior para fomentar o estágio de estudantes com o intuito de permitir melhor qualificação profissional;

7.5 Elaborar e executar um calendário de seminários temáticos acerca da educação física e esporte.

## **8. Eventos Esportivos**

8.1 Apoiar a realização de jogos esportivos competitivos em todas as áreas, contemplando e respeitando a diversidade cultural, o meio ambiente e a saúde (esportes: paralímpicos, radicais, náuticos, de areia, na terceira idade, entre outros);

8.2 Formular uma política para atrair eventos esportivos regionais, nacionais e internacionais;

8.3 Estimular a captação e realização de eventos acadêmicos científicos de esporte e lazer, bem como as feiras de produtos e serviços esportivos e de lazer, nos âmbitos estadual, nacional e internacional.

## **9. Desporto Paralímpico**

9.1 Constituir uma equipe interdisciplinar permanente para atuar na formação e desenvolvimento de paratletas de alto rendimento;

9.2 Executar um levantamento da quantidades de deficientes existentes no Estado do Ceará, bem como a situação social e o estado de saúde destes;

9.3 Comprar materiais esportivos para a prática de esportes paralímpicos.

# **3. SANEAMENTO**

## **3.1 APRESENTAÇÃO**

O planejamento da política de saneamento engloba os aspectos dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a coleta e disposição de resíduos sólidos, a drenagem urbana e o controle de vetores, considerando a relação entre qualidade de vida e saneamento no processo de desenvolvimento social.

A análise situacional do saneamento básico comprova a transversalidade do tema em diversas áreas de uma sociedade e seu potencial como ferramenta capaz de reduzir e até erradicar a pobreza e a marginalização, além de reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Apesar do déficit na área, os últimos anos indicam aspectos positivos na busca pela universalização do acesso ao saneamento. Desde 2007, o setor conta com a Lei 11.445, que trouxe importantes orientações para a política e para prestação dos serviços. Destaca-se, neste marco regulatório, a adoção de um conceito amplo de saneamento básico; a priorização do acesso aos serviços à população de baixa renda; afirmação do papel do essencial do Estado e do caráter de serviço público do saneamento a ser fornecido a todos com equidade; a afirmação dos conceitos de regulação, planejamento e avaliação dos serviços; a implantação de regras claras para a delegação dos serviços, dentre as quais a necessidade de plano municipal e de consulta pública; o reconhecimento do controle social como um dos instrumentos da gestão dos serviços.

## **3.2 AVANÇOS**

O Governo do Estado tem desenvolvido grandes projetos visando a universalização sanitária da área rural. Estão em andamento cerca de 132 obras do Projeto São Jose (BIRD) que beneficiará uma população de 61.164 de pessoas. O Programa Água para Todos (Ministério da Integração) contemplará 589 obras beneficiando uma população de 35.842 de pessoas. E através do Ceará II e III (KfW) estão sendo executadas 27 obras que beneficiarão cerca de 47.732 pessoas.

No período de 2007 a 2014, o Governo do Estado, através da Cagece, fez vários investimentos buscando ampliar o índice de cobertura do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) e do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES). O investimento foi na ordem de R\$ 816,4 milhões, sendo R\$ 348,6 milhões em sistemas de abastecimento de água, R\$380,4 milhões em sistemas de esgotamento sanitário e R\$ 87,4 milhões em SAA e SES e melhoria na gestão.

Os investimentos realizados elevaram o índice de cobertura de água de 96,92%, em 2007 para 98,02%, em 2014 atendo mais de 5,4 milhões de cearenses. E o índice de cobertura de esgoto passou de 34,21 para 38,66%, neste mesmo período, hoje cerca de 2,5 milhões de cearenses têm acesso a esse relevante serviço.

Em Fortaleza foram aplicados R\$524 milhões, o que representa 64,24% do montante de investimento, sendo R\$ 215,2 milhões e R\$ 222,9 destinados ao SAA e SES de Fortaleza, respectivamente, além de R\$ 87,4 milhões em SAA e SES e gestão.

Para o período de ago/2014 a dez/2018, o Governo do Estado, através da CAGECE, prevê investimentos em SAA e SES na ordem de R\$ 1,9 bilhão. Desse total, R\$ 1,05 bilhão deverá ser investido no SAA e SES de Fortaleza, representando 55, 94% do total.

### **3.3 DESAFIOS**

Alinhados aos princípios fundamentais do Marco Regulatório do setor de saneamento, o Estado do Ceará tem como grandes desafios:

1. Universalizar a cobertura dos sistemas públicos de água e esgoto;
2. Integrar a política de Recursos Hídricos com Saneamento;
3. Aumentar o nível de adesão às infraestruturas de esgotamento sanitário;
4. Ampliar a percepção sobre a importância do saneamento básico e impacto na saúde e qualidade ambiental;
5. Garantir o acesso à parcela da população sem condições financeiras de acesso ao serviço público;
6. Garantir a prestação de serviços de qualidade com sustentabilidade econômica financeira;
7. Ampliar e fortalecer a rede Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR);
8. Ampliar o nível de coleta e disposição adequada dos Resíduos Sólidos;
9. Revisar modelo organizacional da estrutura governamental, de modo a minimizar sobreposição, desarticulação e vazios de competências entre as Secretarias estaduais que tratam do setor de saneamento básico, além de reforçar as áreas técnicas do Estado e dos municípios, de modo a atender as novas exigências do setor.

### **3.4 DIRETRIZES**

- Universalizar o acesso ao saneamento básico;
- Integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;
- Garantir o abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

- Disponibilizar, em todas as áreas urbanas, serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;
- Adotar métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- Articular as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;
- Desenvolver uma política pública que garanta eficiência e sustentabilidade econômica;
- Utilizar tecnologias apropriadas e inovadoras, que respeitem a capacidade de pagamento dos usuários;
- Adotar práticas transparentes de gestão e das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;
- Estimular e fortalecer as instâncias de controle social;
- Garantir segurança, qualidade e regularidade na prestação do serviço;
- Integrar as infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos;
- Adotar medidas de estímulo à moderação do consumo de água por empresas e indivíduos.

## **3.5 PROPOSTAS**

### ***1. Promover a cooperação entre municípios e o Estado para a promoção dos serviços públicos de saneamento básico***

1.1. Definir a Política Estadual de Saneamento Básico alinhado com a Política Estadual dos Recursos Hídricos;

1.2. Criar o Fundo Estadual de Saneamento Básico;

- 1.3. Implantar os Planos Regionais de Saneamento Básico;
- 1.4. Fortalecer os consórcios públicos intermunicipais, com investimento do estado na política de saneamento básico;
- 1.5. Manter, fortalecer e ampliar a política de consórcios públicos entre municípios e o estado, incluindo a questão dos aterros sanitários e dos centros de zoonoses nas 22 regiões de saúde do Estado.

## ***2. Universalizar os serviços de saneamento básico, buscando equidade em seu acesso***

- 2.1. Fortalecer o SISAR como modelo estadual para gestão do saneamento para zona rural;
- 2.2. Implantar Estrutura Governamental para o planejamento do Saneamento Rural;
- 2.3. Criar o Programa Saneamento com Dignidade por meio da instalação de unidades sanitárias domiciliares em residências que não contam com esse equipamento;
- 2.4. Instituir incentivo para aumentar e garantir o acesso da população de baixa renda ao serviço de esgotamento sanitário no Estado;
- 2.5. Garantir recursos do Fundo do Combate a Erradicação da Pobreza para a instalação gratuita das ligações intradomiciliares para a população de baixa renda (Tarifa social);
- 2.6. Elaborar um estudo para política tributária de incentivo às obras de infraestrutura pública de água e esgoto.

## ***3. Fomentar a prestação adequada dos serviços de saneamento básico, atendendo aos requisitos de qualidade, regularidade, cortesia no atendimento e modicidade tarifária***

- 3.1. Fomentar, junto às Agências Reguladoras, Ministério Público e Prefeituras Municipais, a importância da obrigatoriedade da adesão do usuário ao serviço disponibilizado de forma a garantir a sustentabilidade econômico-financeira e a preservação do meio ambiente;
- 3.2. Implantar o Programa Cuidando do Futuro em escolas de ensino básico com os temas: Cidadania, Meio Ambiente e Saúde visando estimular e fortalecer atitudes sustentáveis;

3.3. Aproveitar a estrutura do Programa Saúde da Família para ajudar no processo sensibilização dos usuários sobre a importância do saneamento básico, os impactos positivos e negativos que o mesmo gera na saúde e noções básicas do procedimento sanitário adequado;

3.4. Construir o Plano Diretor de Recursos de Águas, alinhando ao Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado;

3.5. Estimular a implantação de Plantas de reciclagem/reuso de água em Distritos Industriais;

3.6. Proteger e fiscalizar os mananciais hídricos;

3.7. Fortalecer e modernizar os modelos de gestão do SISAN;

3.8. Garantir a cloração dos carros pipa (água tratada).

#### ***4. Fomentar a utilização de tecnologias inovadoras que contribuam para um meio ambiente equilibrado, considerando as peculiaridades locais e regionais***

4.1 Estabelecer parcerias com as Prefeituras Municipais, para incentivar a adoção de práticas de conservação da água, por exemplo: incentivos no IPTU para grandes estabelecimentos que substituam de equipamentos obsoletos de alto índice de desperdício de água;

4.2 Promover a sensibilização dos diversos setores da sociedade com Programas de Economia de Água e Uso Racional junto a vários setores da sociedade;

4.3 Institucionalizar, na grade educacional, os programas de educação ambiental com ênfase em saneamento básico;

4.4 Incluir, progressivamente, em todos os prédios públicos estaduais, o Programa Uso Racional da Água de forma a reduzir o desperdício de água em prédios públicos por meios de ações tecnológicas e de conscientização de clientes e usuários;

4.5 Criar Linha de Financiamento de Pesquisas com ênfase em Saneamento Básico, de modo a fomentar junto à comunidade científica e aos profissionais da área de saneamento a modernização do setor, similar ao setor Elétrico.

#### ***5. Promover o controle social da população sobre a prestação dos serviços***

5.1 Implantar Sala de Situação para o setor de saneamento com poder de decisão, acesso direto aos secretários e recursos;

5.2 Implantar um Sistema de Informações de Saneamento Básico, com indicadores de desempenho dos serviços;

5.3 Realizar campanhas e ações de sensibilização para o consumo de água tratada e a utilização do sistema de esgotamento sanitário associado a melhoria da qualidade de vida e promoção da saúde;

5.4 Estimular a implantação da regulação dos serviços do tipo Sunshine.

## ***6. Fortalecer a gestão do setor de saneamento, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços públicos***

6.1 Implantar políticas de subsídios para tarifas de contas de água e esgoto dirigidos para a população com baixo poder aquisitivo e que não tenham condições de pagar por este serviço;

6.2 Estabelecer programas de compra de lixo reciclável pelo Estado (governo paga ao município incentivo por tonelada de lixo reciclada) de modo a garantir o funcionamento dos serviços de coleta e destinação de resíduos sólidos;

6.3 Desenvolver ações intersetoriais para coleta de embalagens de agrotóxicos no Estado;

6.4 Implantar Estações de Tratamento de Esgoto Descentralizado, em bairros e comunidades rurais, com vistas ao reuso do efluente para irrigação de praças, canteiros e plantações;

6.5 Instalar incinerador para tratamento dos resíduos hospitalares e do serviço de saúde.

**07**

---

**CEARÁ**

---

**PACÍFICO**

---

# **INTRODUÇÃO**

Uma Sociedade Justa e Pacífica, com Convivência e Segurança Cidadã, é aquela nas quais se criam, a cada dia, as condições para que todos os cidadãos usufruam, de forma ampla e igualitária, das conquistas coletivas, das ações do poder público, das políticas universais, dos serviços públicos, com acesso aos mecanismos sociais e institucionais de Segurança e Justiça, de resolução de conflitos, e aos aparatos de enfrentamento e defesa, em situações de violência, criminalidade e atos delituosos. Esta sociedade pacificadora e pacificada está ancorada na compreensão de que todos, sem distinção, têm direito à proteção, amparo, defesa e justiça, e que cabe ao Estado, como condutor deste processo, garantir esses direitos.

A política de segurança cidadã adota estratégias focadas na prevenção para lidar com os problemas de crime, violência, conflitos urbanos e sensação de insegurança ou medo, sem que isso se dissocie de ações repressivas para o cumprimento das normas sociais. Portanto, não obstante existam casos de caráter punitivo para indivíduos, grupos e organizações que praticam crimes ou causam desordem pública, a segurança cidadã assenta-se numa agenda de controle dos fatores de risco e fortalecimento dos fatores de proteção. O que se busca é um equilíbrio entre a noção de segurança, que remete ao campo dos deveres, e de cidadania, que remete ao campo dos direitos, ou que conjugue liberdade individual e responsabilidade pública. Deve-se investir na qualidade de vida e na redução da vulnerabilidade social de amplas parcelas da população. Essas medidas implicam em uma abordagem multissetorial integrada, com foco na prevenção da violência.

A segurança cidadã parte da análise da vulnerabilidade social, e a enriquece combinando a consonância na prática dos elementos subjetivos relacionados com a lei, a moral e a cultura, através de projetos e programas que fomentam a emoção positiva dos indivíduos e a alteração de suas relações sociais. Os programas são uma combinação de ações preventivas e antecipatórias através de uma polícia de proximidade combinados com projetos comunitários.

A política de Segurança do futuro governador Camilo Santana vai adotar um modelo de gerenciamento de conflitos que inclui um aparelho repressivo humanizado com a integração entre as polícias. As ações serão articuladas com políticas preventivas municipais, fomentando a prestação de serviços públicos de qualidade, a articulação com as instâncias de participação, a promoção da qualidade de vida urbana (ruas iluminadas, calçadas acessíveis, espaços de convivência, parques, centros de serviços para o cidadão, bibliotecas e transporte público) além da criação dos centros de mediação de conflitos, dando acesso a uma justiça eficiente e acolhedora.

Dessa forma, compreendendo as múltiplas causalidades da violência e da criminalidade, e comprometido com uma Proposta de construção de uma Sociedade Justa e Pacífica, o Plano de Governo apresenta as diretrizes que contemplam aspectos da segurança pública, da justiça e cidadania, da política sobre drogas e do desenvolvimento urbano.

# **1. SEGURANÇA PÚBLICA**

## **1.1. APRESENTAÇÃO**

A ótica adotada para a construção de um Ceará Justo e Pacífico rivaliza com a ideia de Segurança Pública como uma ação primordialmente de “combate”, estruturada exclusivamente como reação aos atos delituosos e à criminalidade. Essa visão apóia-se numa visão policlesca, autoritária e antidemocrática, que estrutura uma ação em atos de violência, que prioriza a invasão de territórios e bairros, que criminaliza a população, sobretudo as populações da periferia, em especial os jovens e as minorias. Na grande maioria das vezes, a atuação da segurança pública ocorre de forma isolada, agindo apenas sobre o “problema” e se furtando à responsabilidade de conceber estratégias e ações preventivas, humanizadas, que garantam àquelas populações, moradoras das comunidades mais vulneráveis, direitos previstos constitucionalmente.

A Construção de um Ceará Justo e Pacífico orienta-se pela visão de segurança como um serviço público a ser prestado pelo Estado, tendo o cidadão como seu destinatário principal. A noção democrática e comunitária que conduzem este processo é a de uma Polícia Cidadã que se apresenta à população como uma prestadora de serviços, promotora de direitos sociais e de uma convivência mais pacífica entre cidadãos e destes com a polícia, seus agentes e suas instituições.

Essa concepção estimula uma abordagem mais localizada das questões relacionadas à segurança dos cidadãos, com o envolvimento da sociedade, com a valorização de arranjos participativos locais e a transparência das instituições policiais. Ainda dentro desta visão de Polícia Cidadã, a já tradicional fragmentação de políticas e polícias dá lugar a uma ação articulada entre as polícias, aos mecanismos de prevenção, ao aperfeiçoamento da inteligência e investigação criminal. Uma ação policial que tem como seus pilares o Policiamento Comunitário dá especial atenção às prioridades da população como forma de encurtar as distâncias, utiliza mecanismos de aproximação com a população, da “escuta” para a identificação e solução dos problemas locais.

Logo, a noção de Polícia Cidadã adota importantes fatores para a sua ação: envolvimento com a comunidade, foco na vida e na humanização da ação policial, ação articulada em diferentes áreas. Por outro lado, dentro desta visão, trabalha-se com o reconhecimento de que a segurança e a qualidade de vida não são funções exclusivamente policiais.

## **1.2. AVANÇOS**

Nesta perspectiva, os principais avanços no Ceará da Política da Segurança Pública realizadas pelo Governo Cid Gomes foram:

**INVESTIMENTO:** Os investimentos em Segurança no período 2007-2014 indicam um acréscimo de R\$ 696,9 milhões (2006) a R\$ 1,46 bilhão (2013);

**CONTRATAÇÃO DE POLICIAIS E AUMENTO DE EFETIVO:** Nos últimos sete anos, foram contratados por concurso público 7.434 policiais, sendo 6.067 policiais militares, 266 bombeiros e 1.101 civis. Um aumento de 43% sobre o efetivo existente em 2006. Ou seja: de cada 02 (dois) policiais em atividade, 01 (hum) foi contratado na atual gestão;

**AUMENTO REAL DE SALÁRIOS:** Entre 2007 e 2013, com a contratação de novos profissionais, a massa total de salários na Segurança passou de R\$ 682 milhões para R\$ 1.321 bilhão, representando um aumento real acima da inflação;

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL:** Criação e construção da Academia de Segurança Pública do Ceará – AESP/CE, considerada a mais moderna do país. Com capacidade para treinar e formar simultaneamente 1.190 profissionais de Segurança Pública, a AESP/CE é a primeira academia Estadual de Segurança Pública do Brasil que se propõe a reunir, na mesma turma de formação, policiais civis e militares, criando assim o embrião de uma cultura profissional integrada;

**TECNOLOGIA, INTELIGÊNCIA, ARMAMENTO E EQUIPAMENTOS:** Nos últimos sete anos, os órgãos policiais passaram por uma completa renovação tecnológica, com um investimento de R\$ 792 milhões que incluiu a aquisição de modernos sistemas de inteligência e vigilância, atualização e ampliação de armamento, munição, viaturas, coletes à prova de balas, uniformes e outros importantes itens de trabalho. Foi criada a Perícia Forense (PEFOCE), com um investimento de R\$ 22 milhões e a contratação de Médicos Legistas, Peritos Criminais e Auxiliares de Perícia;

**CONSTRUÇÃO DE DELEGACIAS E PRESÍDIOS:** Foram construídas 62 novas Delegacias de Polícia. A quantidade de Delegacias passou de 136 para 198 em 2013, um aumento de 45,59%.

**PROGRAMA RONDA DO QUARTEIRÃO (Polícia da Boa Vizinhança):** Lançado em novembro de 2007, inicialmente em quatro bairros da cidade de Fortaleza, o programa foi expandido na sequência para os demais bairros, municípios da Região Metropolitana e do interior do Estado. Somente na capital cearense, originalmente, foram dispostos mais de 1.500 policiais divididos em 122 equipes, cada uma composta por 12 policiais, que se revezavam nos três turnos por meio de patrulhamento preventivo e ostensivo 24 horas áreas de 3km<sup>2</sup>.

### **1.3. DESAFIOS**

A complexidade, a importância e a amplitude dessa tarefa exigirão de todos nós, Governo e Sociedade, um esforço conjunto, com o envolvimento de muitas áreas, se possível numa parceria entre as três esferas de governo. A construção dessa Sociedade Justa e Pacífica inclui, necessariamente, o enfrentamento das desigualdades sociais, o fortalecimento da presença do Estado com diferentes políticas públicas, a ampliação de uma Política Educacional de Escolas Integrais, maiores e melhores oportunidades de lazer, cultura e esportes para os jovens cearenses, com a transformação dos espaços públicos em verdadeiros espaços de convivência e sociabilidade.

Mencionamos como ponto fundamental da Política de Segurança, a necessidade de um fortalecimento institucional dos órgãos de segurança pública, com um maior investimento nos seus quadros, na sua motivação e capacitação, na melhoria das suas condições de trabalho, no reforço às estruturas efetivas de combate à criminalidade e ao tráfico de drogas, e na necessidade de uma ação emergencial para dar à população do Ceará, neste momento, melhores e maiores condições de segurança para se viver.

Neste ponto ressaltamos a importância de dar continuidade à modernização das estruturas administrativas e operacionais da polícia militar, civil e bombeiros. Outra questão importante se refere à melhoria das condições secundárias do trabalho, de capacitação técnica e da legislação de algumas corporações (polícia militar, civil e bombeiros) a fim de aumentar a motivação e o desempenho de seus quadros pela valorização dos servidores de segurança pública.

Finalmente, devemos reconhecer a necessidade de formular uma Política de Segurança Pública baseada na gestão integrada e na conformação de Redes Regionalizadas, incorporando servidores da segurança pública, guardas municipais, e outros atores, pastas e secretarias relevantes nas seguintes regiões do Estado: Capital, Região Metropolitana, Litoral Oeste, Sobral e Ibiapaba, Sertão dos Inhamuns, Sertão Central, Baturité, Litoral Leste e Jaguaribe, Cariri-Centro Sul.

### **1.4. DIRETRIZES**

A Segurança Pública como uma política de Estado intersetorial, transversal, sistêmica, territorializada e cidadã, geradora de segurança e tranquilidade para os cearenses, rege-se pelos seguintes princípios:

1. Articulação de diferentes políticas, sobretudo as da área social, de educação e saúde;

2. Reconhecimento da violência como fenômeno de origem multicausal, de natureza econômica, social, política, cultural, cuja competência do seu enfrentamento não pode ser de responsabilidade exclusiva dos órgãos de segurança pública;
3. Cogestão entre Estados e Municípios nas áreas de segurança e justiça, com o fortalecimento de uma atuação preventiva dos crimes e das violências;
4. A importância da dimensão comunitária em todos os níveis da Polícia.

## **PROPOSTAS VALIDADAS PELO CANDIDATO NA CAMPANHA**

- ***Investir no treinamento dos policiais e na Academia de Segurança, além de garantir um programa permanente de capacitação dos profissionais da Segurança Pública.***
- ***Aumentar o número de equipes do RAI0, de 45 para 150, sendo 90 na capital e 60 na Região Metropolitana e grandes cidades do interior.***
- ***Aumentar o monitoramento com câmeras para cobrir 100% das áreas com maiores indicadores de violência da Capital e da Região Metropolitana. E instalar câmeras de vigilância nas grandes cidades do interior, como Juazeiro, Sobral, Iguatu, Quixeramobim, Limoeiro, Aracati, Crato, Quixadá, Itapipoca e Crateús, entre outras.***
- ***Criar um sistema gratuito de alarme para os comércios, como já existe para os bancos. O comerciante aciona o alarme, a Central de Polícia é avisada e mobiliza a unidade policial mais próxima.***
- ***Implantar 22 delegacias 24 horas na capital e no interior.***

- **Contratar mais policiais militares e civis.**
- **Valorizar e incentivar o trabalho policial, estudando um novo sistema de promoções de praças e oficiais, com o objetivo de promover a ascensão funcional.**
- **Estabelecer a revisão salarial da PM com base na média do Nordeste.**
- **Instituir na PM a carga horária semanal visando aumentar a presença de policiais nas ruas.**
- **Fortalecer a Academia Policial, firmando parceria com a UECE para garantir um amplo e permanente programa de capacitação dos profissionais da Segurança Pública.**
- **Reorganizar o Ronda do Quarteirão, resgatando a sua concepção original de uma polícia comunitária e presente.**
- **Aumentar os recursos da Divisão de Combate ao Tráfico de Drogas, para combater o vendedor de droga na rua e também os grandes traficantes.**
- **Criar o programa Abraça Ceará, para ampliar a presença do governo nas áreas mais críticas, reforçando o policiamento com ônibus equipados com câmeras infravermelho, em parceria com o programa federal "Crack, é possível vencer"; levando iluminação, limpeza, asfalto, melhorias habitacionais, saneamento e assistência social; abrindo creches, escolas de tempo integral e programas de capacitação profissional**

***para adultos; criando áreas de lazer, esporte e cultura dia e noite; e promovendo ações de proteção aos jovens no combate às drogas. Começar o programa Abraça Ceará pelas primeiras 14 áreas selecionadas.***

## **1.5. PROPOSTAS**

### ***1. Criar e/ou fortalecer instâncias de Participação Cidadã nas Ações e Políticas de Segurança Pública***

- 1.1. Adotar medidas de gerenciamento de conflito com a criação e/ou reforço de instâncias mediação já existentes;
- 1.2. Alinhar e aperfeiçoar os Conselhos Comunitários de Segurança Social com os Grupos de Gestão Integrados Municipais e Estadual - GGIE e GGIM;
- 1.3. Promover e incentivar as Conferências, debates, roda de conversa sobre Segurança Pública com os seguintes atores: Trabalhadores (Operadores de Segurança Pública, Gestores e Movimentos Sociais) de forma permanente com calendários continuados;
- 1.4. Fortalecer os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) como mais um mecanismo de mediação de conflitos locais;
- 1.5. Fomentar e apoiar a participação da população e segmentos locais (coletivos de jovens, grupos de mulheres, educadores, pais, diretores e pequenos comerciantes) em ações locais, de ampliação e reforço de comunidades cívicas nos bairros, nas ruas e nas pequenas cidades do Ceará, através da criação do Projeto Paz nos Bairros;
- 1.6. Qualificar no âmbito da Polícia Militar, em parcerias com as Guardas Municipais, equipes com capacidade e habilidade para atuar com movimentos de protesto e reivindicações sociais;
- 1.7. Estimular a participação da Polícia Militar em atividades de esclarecimento e informações à população, como forma de reduzir as distâncias entre População e Polícia;
- 1.8. Criar nas grandes cidades, Comitês de Gestão e Redução da Violência (inspirados em modelos implantados em outras cidades, como Nova Iorque) onde metas serão estabelecidas e acompanhadas com a participação do Governador;
- 1.9. Fortalecer os serviços de ouvidoria e do disque denúncia;

1.10. Promover programas e ações articuladas em projetos comunitários que aproximem a sociedade da polícia.

1.11. Fomentar a transformação dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) em OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) enquadrando-os na categoria de promoção do voluntariado da Paz em nível local.

1.12. Integrar Os CCDS com grupos da sociedade civil local, na criação de Núcleos de Mediação Comunitárias nas maiores cidades do Estado. Metade desses NÚCLEOS DE mediação deverão funcionar nas Delegacias da Polícia Civil, com atendimento de 24 horas.

## ***2 Integração e Articulação das Polícias, dos Atores e Ações implicados na Política de Segurança Pública em todo o Estado do Ceará***

2.1. Fomentar a criação de Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança Pública;

2.2. Articular ações preventivas reunindo municípios das microrregiões administrativas como forma de potencializar recursos e ampliar resultados;

2.3. Formular ações de segurança e combate à criminalidade na conformação de Redes Regionalizadas, incorporando servidores de segurança pública, com guardas municipais e outros atores, pastas e Secretarias implicadas, de acordo com as Regiões;

2.4. Criar redes regionalizadas ou consórcios municipais de segurança;

2.5. Fomentar, através do Programa Pró-Cidadania, a criação das Guardas Municipais em todo o Ceará, dentro de uma visão de Policiamento Comunitário, como importante parceiro nas ações de Segurança Pública;

2.6. Integrar as Guardas Municipais com as demais instituições de Segurança Pública;

2.7. Instituir programa de incentivo, reconhecimento e premiação para os municípios que cumprirem metas institucionais estabelecidas para a diminuição dos Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI's e dos Crimes Violentos contra o Patrimônio – CVP's;

2.8. Promover formação profissional continuada das Guardas Municipais por meio de um convênio entre a AESP-CE e os municípios cearenses;

2.9. Promover a integração das Guardas Municipais com as demais instituições de Segurança Pública: Polícias Militar, Civil, Perícia Forense, Corpo de

Bombeiros, além das Polícias Rodoviária e Federal, estabelecendo uma grande rede interligada em favor da construção de um Ceará Justo e Pacífico.

2.10. Aumentar, até 2016, em 40% o número de oficiais do gênero feminino na hierarquia de mando operacional da Polícia Militar e Civil do Estado do Ceará.

### **3. Fortalecer institucionalmente os órgãos de Segurança Pública**

3.1. Ampliar o quadro de profissionais do Sistema de Segurança Pública (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Perícia Forense e Agentes Penitenciários);

3.2. Ampliar os investimentos em infraestrutura, logística e gestão de pessoas (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Perícia Forense e Agente Penitenciário);

3.3. Fortalecer a ação da Academia Estadual de Segurança Pública – AESP/CE oferecendo uma formação profissional e continuada dos profissionais de segurança pública do estado e municípios;

3.4. Revisar e modernizar as legislações estaduais específicas aos órgãos de segurança pública;

3.5. Trabalhar para o fortalecimento de uma imagem positiva da Segurança perante a opinião pública, através de atitudes de comprometimento, responsabilidade, trabalho com resultados, honestidade e transparência nos seus procedimentos.

3.6. Criar, até 2016, um acervo de monografias para obtenção do Diploma de Bacharel – licenciatura e ou Máster por Membros ativos da Polícia Militar, Civil e do Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará.

### **4. Consolidar, ampliar e adequar o quadro de profissionais ao de Segurança Pública**

4.1. Realizar concurso público para os profissionais de segurança pública (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Perícia Forense);

4.2. Realizar concurso público regionalizado, proporcional às necessidades de cada instituição;

4.3. Ampliar os efetivos tendo como base padrões de qualidade, garantia de boas condições de trabalho e necessidades de atendimento da população.

## **5. Promover a Qualificação e Valorização do Profissional de Segurança Pública**

- 5.1. Consolidar o Programa Em Defesa da Vida que visa à redução de crimes violentos letais intencionais, a partir do estabelecimento de metas positivas com foco na defesa da vida;
- 5.2. Valorizar e incentivar o trabalho policial, estudando um novo sistema de promoções de praças e oficiais, com o objetivo de promover a ascensão funcional;
- 5.3. Promover melhorias salariais de acordo com a média salarial aplicada no Nordeste;
- 5.4. Instituir o Curso Superior: Graduação Tecnológica em Segurança Pública através de AESP/CE aberto a todos os Operadores;
- 5.5. Ofertar Curso de Pós Graduação (Especialização) em policiamento Comunitário, Segurança Pública, Direitos Humanos e Mediação de Conflitos, Perícia Criminal e Gestão do Sistema Penitenciário também abrangente a todos os Operadores de Segurança Pública;
- 5.6. Fortalecer os Telecentros em Educação à Distância nos municípios e ampliar o existente na AESP/CE;
- 5.7. Reestruturar o organograma da PEFOCE;
- 5.8. Adquirir e implantar um sistema para a produção de laudos da PEFOCE, sendo emitidos através da assinatura digital;
- 5.9. Incluir a PEFOCE no programa de premiações por metas de redução de homicídios;
- 5.10. Conceder premiação e/ou gratificações para os policiais que atingirem as metas, na observância do desempenho individual, operacional e institucional;
- 5.11. Realizar reciclagem, tratamento psicológico, ações de esporte e lazer aos profissionais de segurança pública;
- 5.12. Reforçar o Serviço de Atenção Psicossocial para Policiais Militares e Civis e seus familiares afetados por atos de serviço;
- 5.13. Realizar convênio de médicos especialistas com o ISSEC para atender os profissionais do interior do Estado;
- 5.14. Desenvolver ações para valorização dos profissionais de segurança pública;

- 5.15. Criar uma instância responsável pela Gestão das Pessoas que atuam na Segurança Pública;
- 5.16. Viabilizar promoções considerando a aprovação nos cursos de formação/habilitação, interstício, parecer da junta médica e resultado do teste de aptidão física, deixando de existir o fator limitador de vagas;
- 5.17. Capacitar, continuamente, através de cursos de extensão ofertados pela Academia Estadual de Segurança Pública – AESP/CE e ensino à distância do Ministério da Justiça – EAD/MJ para todo o efetivo (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Perícia Forense e Agente Penitenciário);
- 5.18. Construir alojamento na AESP-CE para os profissionais do interior que fazem cursos;
- 5.19. Ampliar a Academia Estadual de Segurança Pública com a construção do Parque de Treinamento Bombeirístico;
- 5.20. Integrar a Academia de Segurança Pública com os Laboratórios de estudo da violência nas Universidades do Ceará;
- 5.21. Regularizar o pagamento de horas extras para os policiais que ultrapassarem seu horário de trabalho;
- 5.22. Criar um plano de carreira para todos os policiais, conforme seu desempenho profissional.

## **6. Fortalecer os princípios do policiamento comunitário**

- 6.1. Reestruturar o programa Ronda com base na cultura de paz, da não violência e da segurança com cidadania;
- 6.2. Ampliar a formação humanitária dos policiais;
- 6.3. Retomar as visitas comunitárias às residências, estabelecimentos comerciais, escolas, hospitais, postos de saúde, igrejas, Conselho Comunitário de Defesa Social e outros;
- 6.4. Visitar as famílias vítimas de violência e as mulheres amparadas por medidas protetivas expedidas pelo Poder Judiciário (Lei Maria da Penha);
- 6.5. Adotar procedimentos de acompanhamento dos problemas e questões pontuais do bairro, tais como: pavimentação, iluminação pública, limpeza e outras demandas como forma de subsidiar a ação integrada com as secretarias afins;

- 6.6. Levantar causas e fatores condicionantes dos crimes letais intencionais.

## **7. Fortalecer e ampliar os grupos e equipamentos especiais das forças de segurança**

- 7.1. Implantar 22 delegacias 24 horas na capital e no interior;
- 7.2. Criar delegacias especializadas, capacitadas para o combate e a repressão aos crimes raciais e de intolerância a grupos de vítimas, preconceito e em situações de vulnerabilidade social (idosos, negros, índios, LGBT, pessoas com deficiência, população em situação de rua, ...);
- 7.3. Criar Centrais de Flagrante, integrada, no mesmo ambiente, com Polícia Civil, Perícia Forense, Defensoria Pública, Ministério Público Estadual, Vara de Execuções Penais (VEP/TJ) e Sistema Penitenciário SEJUS (Agentes Penitenciários);
- 7.4. Criar unidades especializadas (BP choque, CPMA, RAIO e outras) nos batalhões do interior do Estado;
- 7.5. Construir 02 (dois) novos Núcleos da Perícia Forense (PEFOCE) no interior do Estado, sendo um no Vale do Jaguaribe/Litoral Leste e outro nos Inhamuns;
- 7.6. Criar um grupo de elite especializado na Polícia Civil;
- 7.7. Criar o Programa de Segurança Social e Preventiva no ambiente escolar;
- 7.8. Ampliar o policiamento ostensivo, sobretudo das equipes do RAIO;
- 7.9. Intensificar a utilização do serviço de Cinotecnia (cães farejadores) nas ações diárias;
- 7.10. Criar um Comando de Policiamento Rodoviário, Rural e de Divisas (CPRDiv), integrado pela PRE (Polícia Rodoviária Estadual) e GTAR (Grupo Tático Rodoviário), com atuação unificada e direcionada à fiscalização e ao policiamento ostensivo das rodovias, estradas e divisas estaduais;
- 7.11. Intensificar os investimentos em aquisição e capacitação em equipamentos menos letais;
- 7.12. Adquirir e implantar nas viaturas policiais equipamentos tecnológicos necessários à realização de consultas em tempo real e à confecção e impressão de boletim de ocorrência (BO)

7.13. Realizar convênio de cooperação técnica com o Ministério Público Estadual para que todos os policiais militares possam realizar procedimentos de confecção de TCO.

## **8. Incrementar o processo de interiorização da polícia militar, polícia civil, corpo de bombeiros, perícia forense e agentes penitenciários**

8.1. Estruturar as Delegacias, Batalhões da Polícia Militar, Grupamento do Corpo de Bombeiros e Núcleos de Perícia no interior do Estado;

8.2. Realizar concurso regionalizado para todos os profissionais de segurança pública baseado nas macrorregiões de segurança;

8.3. Emitir a carteira de identidade em todas as delegacias da capital e do interior do Estado.

## **9. Combater o tráfico de drogas e armas**

9.1. Ampliar os investimentos em equipamentos de tecnologia;

9.2. Integrar as ações das Polícias Civil e Militar, com o Ministério Público Estadual e o Poder Judiciário nas ações de repressão ao tráfico de drogas e armas, e na agilização dos mandados de busca e apreensão e mandados de prisão;

9.3. Detectar as vulnerabilidades sociais das comunidades, incentivando a repressão ao tráfico com base em um plano integrado intersetorial;

9.4. Intensificar e modernizar o Serviço de Inteligência e Contra Inteligência;

9.5. Criar um programa de segurança para as divisas estaduais e limites municipais articulando atores e ações para a criação de um “Cinturão de Segurança”;

9.6. Estruturar o Serviço de Cinotecnia (cães farejadores) para a busca de drogas e armas;

9.7. Interceder junto ao Governo Federal pela ampliação do efetivo das Polícias Rodoviária e Federal em nosso Estado, além de solicitar a criação de novas Unidades Operacionais e Delegacias;

## **10. Fortalecer a gestão da política de segurança pública**

- 10.1. Criar o Instituto de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Ceará – IPESP, grupo técnico de excelência para a pesquisa e estratégia de segurança pública e de apoio à SSPDS;
- 10.2. Renovar o Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSESPS) com participação das entidades;
- 10.3. Instituir o plano de presença territorial do Estado, principalmente nas áreas de maior risco;
- 10.4. Fortalecimento do Gabinete de Gestão Integrada Estadual (GGIE) e Criação dos Gabinetes de Gestão Integrada Regionais;
- 10.5. Criar mecanismos de comunicação entre a comunidade e os gestores da segurança pública;
- 10.6. Criar o Gabinete Superior de Gestão Integrada, como instância responsável pela definição de metas globais, e pela supervisão dos resultados e acompanhamento da Segurança Pública no Estado.

# **2. JUSTIÇA E CIDADANIA**

## **2.1. APRESENTAÇÃO**

Promover a justiça significa cultivar a virtude. Não uma virtude moralista, mas uma virtude expressada no modo de lidar com as várias opções e escolhas que a vida oferece, e à qual se deve somar o cultivo do bem comum, mediante o respeito e a compreensão da coisa pública como bem de usufruto de todos, tanto do menos como do mais necessitado.

Importando-se tal ideia para o campo da gestão pública, consolidar justiça significa praticar a ética e a seriedade nas opções e decisões governativas, cuidando e priorizando aquilo que interessa a todos e se destina a facilitar uma melhor qualidade de vida ao conjunto, em detrimento daquilo que serve tão-somente aos interesses de poucos. Além disso, também significa oportunizar a participação popular nos processos decisórios governativos, a fim de que,

sempre quando possível, a sociedade possa eleger diretamente os caminhos pelos quais deseja trilhar, alcançando o modelo que melhor lhe aprouver, estimulando-se a participação cívica.

Reside aí o balizamento do governo de Camilo Santana nos próximos quatro anos, no tocante à justiça. Envolve o patrocínio de uma gestão eficiente, humana e conscienciosa na escolha das políticas que serão adotadas com o escopo de melhorar a vida do povo. Ao mesmo tempo, sendo implacável com a exigência de que os serviços públicos prestados sejam efetivos, adequados e corretamente aplicados, conjuntamente à transparência de gestão e estímulo à participação popular.

No tocante à justiça, o programa, ora proposto, guiar-se-á pelos pressupostos de uma justiça restaurativa, cujas bases se sustentam no que há de mais eficiente em termos de resolutividade conflitiva e que se configura em uma modalidade alternativa de resolução de conflitos, extrajudicial, reforçada por série de esforços de recuperação social, promovidos pela ação integrada de poder público, família, escola.

## **2.2. AVANÇOS**

Muito já foi feito e grandes passos foram dados nos últimos oito anos, aprimorando os processos de organização, participação e intervenção social em todos os programas criados, remodelados e desenvolvidos.

Foram construídos quatro novos presídios e 137 cadeias, ampliando o número de vagas em 57%, de 7.763 em 2006 para 12.203 em 2013.

A valorização da categoria de agentes prisionais foi um dos destaques da gestão. Eles obtiveram significativos aumentos salariais e reforços de quadros. Em 2005, a Sejus tinha 359 agentes. Em 2012, 693 agentes na ativa e, após concurso público em 2013, este universo hoje é de 1.810 agentes penitenciários.

Nos últimos dois anos o Governo formalizou a existência de dois grupos especiais: o Grupo de Apoio Penitenciário (GAP) e o Ronda de Operações Penitenciárias (ROP) para auxiliar o trabalho da categoria, dando mais autonomia nas ações de vigilância, custódia e guarda.

## **2.3. DESAFIOS**

O caminho a seguir é contínuo e deve ser acompanhado de políticas de inclusão, valorização, de acesso a oportunidades, de enfrentamento à violência, de participação no poder, pontos fundamentais para que a cidadania seja plena na nossa sociedade. O desafio à frente é está no aperfeiçoamento das propostas já existentes, a interiorização, a intersetorialidade, a garantia de recursos e o monitoramento e acompanhamento dessas políticas.

Outro grande desafio do sistema está no represamento de presos provisórios (sem julgamento). É necessário prover ampla assistência jurídica e também um trabalho de fôlego para reduzir o alto número de presos provisórios do Estado (67% da população carcerária).

Articular e criar estruturas voltadas para a efetivação de ações em congruência com a política de Alternativas Penais do DEPEN/MJ. Tratam-se de ações de mediação comunitária, projetos de “justiça restaurativa”, Centrais de acompanhamento de penas e medidas alternativas e centrais voltadas ao acompanhamento de medidas cautelares alternativas ao aprisionamento provisório.

## **2.4. DIRETRIZES**

- Assegurar que sejam realizadas ações de cidadania e respeito aos direitos humanos;
- Promover o exercício da cidadania nos espaços de gestão pública;
- Fortalecer a promoção da Justiça restaurativa;
- Aprimorar os Sistema de Justiça e Penitenciário;
- Realizar parcerias com o setores públicos e privados para garantir a recuperação e ressocialização de detentos;
- Investir nos processos de mediação de conflitos;
- Estimular a participação e controle social no planejamento e acompanhamento das políticas públicas;
- Trabalhar de forma articulada e intersetorial na formulação e execução das políticas públicas de justiça e cidadania;
- Manter e aperfeiçoar programas de capacitação e qualificação profissional.

## **2.5. PROPOSTAS**

### **1. Fortalecer as ações de cidadania**

1.1. Ampliar o sistema VAPT-VUPT da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado para todas as bacias hidrográficas do Ceará;

1.2. Ampliar a ação do “Ônibus do Cidadão” da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado para todas as bacias hidrográficas do Ceará;

1.3. Fortalecer os conselhos de direito e de participação social do âmbito da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado, em especial o Conselho do Consumidor, a fim de apoiar o encaminhamento de soluções.

### **2 Promover o exercício da cidadania nos espaços de gestão**

2.1 Consolidar os processos de participação social na elaboração do PPA, LOA, LDO etc, com abertura ampla à participação social.

### **3 Fortalecer a promoção da Justiça restaurativa**

3.1. Instituir escolas de formação de mediadores populares em todas as bacias hidrográficas do Ceará, para viabilizar a resolução extrajudicial de conflitos, com base na justiça restaurativa, em todos os âmbitos de aglutinação social, em especial internos do Estado, a exemplo de escolas, sistema penitenciário, sistema socioeducativo etc.;

3.2. Trabalhar em conjunto com a futura Secretaria Estadual de Direitos Humanos na promoção de uma educação que preze pelas práticas de solução alternativa de conflitos, tendo como base a justiça restaurativa.

### **4 Aprimorar o Sistema Penitenciário**

4.1. Implementar política pública eficaz no tratamento penal que garanta a efetivação de duas condições essenciais: a existência de vagas suficientes para cada regime de cumprimento de pena e a aplicação de projeto político pedagógico que proporcione a ressocialização e humanização das prisões;

- 4.2. Contratar os Agentes Penitenciários aprovados no último Concurso Público realizado no Estado do Ceará, de acordo com a abertura de novas vagas nas unidades prisionais;
- 4.3. Realizar concurso público para contratação de Novos Agentes Penitenciários, respeitando as condições orçamentárias do Estado;
- 4.4. Manter atualizados os dados da população carcerária;
- 4.5. Construir novos presídios para atender à demanda atualmente existente no Estado, oferecendo novas vagas no sistema prisional;
- 4.6. Utilizar scanners corporais em todos os estabelecimentos prisionais do Estado para monitorar a segurança nas visitas aos detentos;
- 4.7. Ampliar o número de tornozeleiras eletrônicas para monitoramento de presos em regime semiaberto;
- 4.8. Construir abrigos para presos em regime aberto nos cinco polos mais populosos do Estado;
- 4.9. Instituir centros de recuperação e educação para agressores envolvidos em violações tipificadas pela Lei Maria da Penha;
- 4.10. Instituir a política de incentivo fiscal para empresas que empregarem egressos do sistema prisional;
- 4.11. Obrigar o cumprimento de cotas em contratação de egressos do sistema prisional em empresas licitadas para construção de grandes obras no Estado.
- 4.12. Descentralizar a administração penitenciária, implementando as três subcoordenadorias do sistema penitenciário faltantes para contemplar oito macrorregiões do Estado, fortalecendo a política penitenciária no interior do Estado;
- 4.13. Garantir a continuidade das unidades prisionais já em processo licitatório ou em construção, trabalhando para ampliar a estrutura penitenciária, construindo novas vagas em um esforço permanente de destinar vaga para cada um dos regimes em consonância com uma política humanizada de segurança penitenciária;
- 4.14. Ampliar o Centro de Triagem e Observação Criminológica que funcionará na UP de Caucaia ampliando as vagas disponibilizadas para o recebimento das delegacias cearenses, trabalhando para não permanência dos mesmos em delegacias de polícia;

- 4.15. Fortalecer os grupos especiais de segurança penitenciária para, cada um em sua função, prover a segurança prisional e fiscalização de algumas atividades de execução;
- 4.16. Firmar compromisso com a não terceirização da atividade – fim da gestão penitenciária;
- 4.17. Garantir esforço permanente de oferecer às cadeias públicas do interior do Estado as melhores condições de trabalho possíveis;
- 4.18. Manter em torno de 1.800 tornozeleiras à disposição do Judiciário;
- 4.19. Fortalecer o Programa Mãos que Constroem, que busca contribuir para a ressocialização dos detentos, reduzindo a possibilidade de reincidência criminal com a oferta de emprego, trabalhando para fortalecer a celebração de convênios e parcerias com empresas que prestam serviços em grandes obras do executivo;
- 4.20. Fortalecer o Programa Cadeias Produtivas, que estimula a parceria com empresas privadas para que estas se instalem dentro das unidades prisionais, capacitando e empregando os internos do sistema penitenciário;
- 4.21. Garantir ambiente laboral e educacional em todas as unidades a serem construídas, fortalecendo a política de trabalho e emprego nas unidades prisionais existentes;
- 4.22. Fortalecer o trabalho da Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização e estreitamento do diálogo com a Secretaria de Ciência e Tecnologia a fim de melhorar a qualificação da categoria, visando garantir uma capacitação e valorização da categoria de agentes penitenciários;
- 4.23. Fortalecer a Central de Medidas Cautelares para dar apoio ao judiciário na aplicação da Lei 12.403 de 04 de maio de 2011, que trata das medidas cautelares diversas da prisão provisória;
- 4.24. Dialogar e estabelecer parcerias com o Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública para fornecer a estrutura para a realização de mutirões regulares nas unidades penitenciárias;
- 4.25. Estabelecer parceria e diálogo com a Defensoria Pública para fortalecer a atuação da Instituição no sistema carcerário a fim de garantir o acesso à justiça da pessoa presa.

## **3. POLÍTICA SOBRE DROGAS**

### **3.1. APRESENTAÇÃO**

A política sobre drogas traz em sua essência o desafio da intersetorialidade e da transversalidade que todo tema complexo requer. Seus princípios já herdaram da luta por uma sociedade justa e igualitária, a garantia do respeito à dignidade humana, aos direitos humanos e ao cuidado em liberdade.

Como tal, deve convergir diferentes saberes e práticas que permita a compreensão do fenômeno contemporâneo do uso abusivo de drogas de modo integrado, diversificado, com uma leitura plural, multidisciplinar, com compreensão ampla da vida, que considere a pessoa como sujeito de direitos, na perspectiva da integralidade do ser e de sua autonomia.

A busca de estratégias de intervenção perpassa pelo resgate dos valores da sociedade, dos seus rituais, de sua cultura, do sentimento de apropriação e pertencimento do lugar em que habita. Concebe ainda o campo de atuação de forma ampla, estimulando práticas que possibilitem maior humanização e acolhimento, de forma a estimular o envolvimento da coletividade na discussão e implementação de práticas, inclusive de cunho econômico, não excludentes das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

### **3.2. AVANÇOS**

1. Implantação da Assessoria Especial de Políticas sobre Drogas, vinculada ao Gabinete do Governador, com objetivo de articular a Política Estadual de Enfretamento às Drogas, em consonância com o Governo Federal, de forma intersetorial e intermunicipal;
2. Ampliação de vagas para tratamento: de 55 para 593 vagas, sendo 239 financiadas pela Secretaria Estadual da Saúde e 354 financiadas pelo Governo federal;
3. Realização de 18 Jornadas Regionais sobre drogas, com a assinatura de um termo de compromisso pelos Prefeitos, comprometendo-se com a implantação de ações de enfrentamento às drogas nos municípios;

4. Criação do Fundo Estadual de Políticas sobre Álcool e outras Drogas (FEPAD), por meio da Lei Complementar nº 139 de 12/06/2014;
5. Criação da Portaria nº 1773, que disciplina o funcionamento dos serviços de atenção em regime residencial, incluídas as comunidades terapêuticas;
6. Implantação da Divisão de Combate ao Tráfico de Drogas.

### **3.3. DESAFIOS**

Com a gestão do futuro Governador, Camilo Santana, fortaleceremos a Política Estadual sobre Drogas, ampliando as ações já desenvolvidas, garantindo uma intervenção intersetorial, com ações integradas nas áreas da educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer, além da segurança pública. A abordagem deverá ocorrer em quatro eixos: prevenção, tratamento, reinserção social e repressão ao tráfico.

Na área da Prevenção, devem-se fortalecer as políticas públicas que têm em vista minimizar fatores de risco bem como ampliar os fatores de proteção. No tratamento, deve-se construir uma rede de atenção integral aos usuários e seus familiares, garantindo o acesso nas diferentes modalidades de tratamento, tecendo a integração e o fluxo entre os serviços em todo Estado do Ceará.

No campo da reinserção social, a prioridade é possibilitar a reconstrução de novas trajetórias de vidas para os usuários de álcool, crack e outras drogas e seus familiares. E na repressão ao tráfico, o caminho deve ser a fiscalização nas divisas e fronteiras, o investimento na inteligência policial e fomento às potencialidades econômicas das comunidades ou municípios para que não haja espaço para a economia gerada pelo tráfico.

### **3.4. DIRETRIZES**

- Respeito aos direitos humanos, especialmente quanto à autonomia e à liberdade;
- Reconhecimento da intersetorialidade;
- Abordagem e cuidado integral aos usuários de drogas e seus familiares;
- Promoção da autonomia.

## **PROPOSTAS VALIDADAS PELO CANDIDATO NA CAMPANHA**

- ***Ampliar o número de leitos nos hospitais para desintoxicação e tratamento dos dependentes químicos.***
- ***Levar para cada região do estado o Centro de Referência sobre Álcool e Drogas, que capacita profissionais de saúde, mapeia as áreas vulneráveis e traça ações de assistência social.***
- ***Levar para cada região do estado a Unidade de Acolhimento, que oferece tratamento clínico e psicológico aos dependentes químicos.***
- ***Fortalecer o PROERD, Programa Educacional de Resistência às Drogas da Polícia Militar, para a prevenção aos jovens.***
- ***Oferecer aos ex-dependentes químicos uma cota de 2 a 5% das vagas em obras públicas, além de firmar convênios com a iniciativa privada, com o objetivo de facilitar e estimular sua reinserção social e profissional.***

### **3.5. PROPOSTAS**

#### ***1. Fortalecer a política sobre drogas, atuando de forma integrada com as demais políticas públicas***

- 1.1. Levar para cada região do estado o Centro de Referência sobre Álcool e Drogas, que capacita profissionais de saúde, mapeia as áreas vulneráveis e integra

ações nas áreas da saúde, educação, assistência social, segurança, esportes, cultura, entre outras;

1.2. Realizar uma pesquisa sobre o perfil e o quantitativo dos usuários de drogas no Estado do Ceará;

1.3. Desenvolver ações articuladas intersetorialmente, para fortalecer a prevenção, o tratamento e a reinserção social nas diferentes Secretarias de Estado;

1.4. Incentivar a criação e o funcionamento efetivo dos Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas (COMADs), bem como das Coordenações Municipais de Políticas sobre Drogas;

1.5. Desenvolver um programa permanente de capacitação dos profissionais das áreas de saúde, educação, assistência social e segurança para atuarem no enfrentamento ao uso de álcool e outras drogas;

1.6. Ampliar as ações integradas de fiscalização entre os órgãos do Estado e Municípios para o ordenamento do funcionamento de bares e restaurantes.

## **2. Ampliar as ações de Prevenção ao uso de drogas**

2.1. Fortalecer o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD);

2.2. Realizar programas e campanhas estaduais de prevenção ao uso de drogas com a produção de peças publicitárias (spot ou jingle) material didático e informativo como: cartilhas, cartazes, panfletos e adesivos;

2.3. Articular as ações com ONG's e redes sociais de apoio para prevenção, tratamento e reinserção social do usuário de crack, álcool e outras drogas e seus familiares;

2.4. Implantar equipamentos culturais, esportivos e de lazer em espaços de convívio social direcionados para crianças e jovens, localizados em regiões com elevado grau de vulnerabilidade social;

2.5. Gerar oportunidades de emprego e renda para a juventude.

## **3. Desenvolver ações de reinserção social dos usuários de drogas**

3.1. Oferecer aos ex-dependentes químicos uma cota de 2 a 5% das vagas em obras públicas, além de firmar convênios com a iniciativa privada;

- 3.2. Promover incentivo de inserção no mercado de trabalho dos usuários de drogas que passaram pelo tratamento, por meio de leis de benefício fiscal;
- 3.3. Expandir as ações do PRONATEC para os serviços de tratamento dos usuários de drogas, buscando a sua reinserção social;
- 3.4. Garantir vagas nas Escolas Profissionalizantes para usuários de drogas que receberam alta de seu processo de tratamento;
- 3.5. Promover qualificação profissional dos usuários egressos de tratamento para reinserção no mercado de trabalho por meio de parcerias público-privadas.

## **4. DESENVOLVIMENTO URBANO**

### **4.1. APRESENTAÇÃO**

Pensar em cidades seguras é pensar em espaços públicos vivos, ocupados pela população para exercer suas diversas atividades. Nesse contexto, ações de desenvolvimento urbano são fundamentais. Uma cidade cuidada por vários olhares, com diferentes ocupações e usos diferenciados, durante o dia e a noite, é uma cidade segura. As propostas aqui apresentadas compõem o Programa Cidades Vivas – Ceará seguro.

Os grandes centros urbanos se apresentam excessivamente setorizados por tipo de uso, provocando um abandono dos espaços públicos por parte da população em determinados horários. Isso causa insegurança e sensação de abandono, impossibilitando que os usuários da cidade se apropriem do espaço público ao longo de todo o dia. A partir do momento em que a população tem suas atividades descentralizadas, ela passa a utilizar a cidade em todos os horários, saindo de uma situação de enclausuramento e passando a utilizar o espaço da rua que, nesse caso, poderá voltar a ser palco das principais interações humanas. A ocupação da cidade, em diferentes horários, aliado a mecanismos praticados por um policiamento de bases comunitárias, diminui o vandalismo dos espaços públicos, a incidência de crimes e a apropriação indevida dessas áreas. Dessa forma, a população também se sente parte integrante da cidade, participando ativamente da sua construção e conservação como espaço inerente de uso coletivo.

As Rotas de Cultura e Lazer fazem parte da proposta de ampliação da utilização do espaço público em prol da segurança e do incentivo às diversas atividades que podem ocorrer nas cidades. Essas rotas funcionariam como eixos articuladores dos equipamentos urbanos como praças, escolas, faculdades, patrimônio histórico cultural, áreas verdes e de lazer, possibilitando que todos esses espaços, adjacentes a essas rotas, sejam movimentados, utilizados e apropriados pelos usuários da cidade. Outrossim, temos o incentivo ao uso integrado dos espaços da cidade, coadunando com as demais propostas de mobilidade urbana, inclusão social e preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental dos centros urbanos.

A promoção da acessibilidade através da padronização e remodelação das calçadas e demais espaços públicos é um incentivo à sua utilização pelo pedestre. Um passeio retilíneo e arborizado pode ser plenamente usufruído pelos habitantes de uma cidade. As possibilidades de melhoria da mobilidade urbana criarão novos e melhores percursos, ampliando ainda mais o uso da cidade pelo pedestre.

Outra questão fundamental é o desenvolvimento de um Programa de Saneamento dos Municípios do Ceará, tanto nas áreas urbanas como da zona rural, como forma de evitar a contaminação dos recursos hídricos. Uma cidade limpa é cidade saudável. O Saneamento básico, além de uma política urbana, é uma ação diretamente relacionada à prevenção de doenças, portanto uma ação de promoção da saúde. Propõe-se a utilização de novas Tecnologias no processo de Saneamento Básico das residências que estão fora do alcance do saneamento público.

A criação de Praças Centrais para a prática esportiva e para o lazer ativo, onde os jovens terão a oportunidade de se apropriar beneficentemente do espaço da cidade. Essa também é uma forma de combater a violência, haja vista a comprovada eficácia das práticas esportivas no combate ao ócio e à violência nas cidades. Complementando a revitalização dos espaços públicos, propõe-se o incremento da iluminação pública, que quando ausente, é um importante fator depreciador das áreas de convivência urbana.

É necessário um desenho mais humanizado para os Conjuntos Habitacionais em construção, onde o ser humano e o convívio social sejam prioridade. Redesenho das habitações a serem propostas e utilização do espaço público como área verde e de lazer dessas moradias, onde o espaço público torna-se o seu próprio quintal. O Governo do Estado já elaborou o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e, no próximo Governo, Camilo Santana irá apoiar a implementação do plano nos municípios.

O desenvolvimento de um Plano Urbanístico de Gestão e Manutenção das Áreas Verdes Públicas e Áreas de Proteção e Preservação Ambiental das Regiões Metropolitanas permitirá a concepção de propostas integradas de intervenção nas áreas verdes urbanas, tendo em vista que os ecossistemas presentes nas cidades não obedecem às divisões geopolíticas. Essa medida garante a sustentabilidade dos projetos a serem desenvolvidos e implementados nessas áreas, bem como

permite que o zoneamento urbano e ambiental possa acontecer conjuntamente nos municípios envolvidos. Essa é uma proposta definitiva em termos de planejamento de cidades, promovendo o desenvolvimento urbano aliado à preservação dos recursos naturais e patrimônio ambiental.

A capacitação dos municípios para gerir e interceder no espaço urbano da cidade, bem como desenvolver fisicamente a cidade dentro de um planejamento prévio e ordenado, é fundamental. Dessa forma, em conjunto com o Governo do Estado, os municípios contribuirão para transformação urbana e ambiental das cidades.

## **4.2. AVANÇOS**

O Governo do Estado, nos últimos anos, alcançou progressos significativos no tema de desenvolvimento urbano, pois, para além das obras construídas e dos planos e projetos executados, realizou avanços nos aspectos de gestão e operação municipais:

1. Desenvolvimento de Planos Municipais de Saneamento Básico, estabelecendo diretrizes, objetivos e metas para curto, médio e longo prazo. Além disso, implantou outros programas de saneamento o como PAC – Sanear II, Projeto Alvorada, Programa de Saneamento Básico Ceará II e III e o Prosaneamento II, III e IV.
2. Na Secretaria das Cidades, através dos seus Projetos Especiais, realizaram-se diversas melhorias urbanas, através de ações de regularização fundiária, construção de unidades habitacionais, obras de urbanização, saneamento e controle e amortecimento de cheias e inundações em áreas habitacionais. Dentre os Projetos Especiais, o Rio Maranguapinho é o mais adiantado, localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, tem previsão de 13 conjuntos habitacionais e quase metade deles já estão concluídos e em pleno funcionamento.
3. Programa Cidades do Ceará, a fim de reduzir a disparidade socioeconômica entre a capital e as demais cidades do interior do Estado. Esse programa de desenvolvimento de polos regionais foi elaborado inicialmente para a região do Cariri Central, destinando os investimentos principalmente para obras de infraestrutura, dentre as previstas várias já foram concluídas, como, por exemplo, o Roteiro da Fé, em Juazeiro do Norte. Esse mesmo programa também foi elaborado posteriormente para a área do Vale do Jaguaribe e do Vale do Acaraú.
4. A Mobilidade Urbana foi objeto de muitos investimentos nessa gestão. O Programa Viário de Integração e Logística – Ceará IV, que está em fase de execução, consiste na ampliação e melhoria da malha rodoviária estadual, estão previstos mais de 90 km de pavimentação e 180 km de restauração. Também em fase

de execução encontra-se o Plano de Logística e Transporte do Porto do Pecém, do qual faz parte o Anel Viário, cujas obras já estão mais de 50% concluídas. Outro avanço no âmbito da mobilidade foi a implantação do Metrô do Cariri, inaugurado ainda na primeira gestão, e também do METROFOR, cuja Linha Sul já se encontra em funcionamento e a Linha Leste em execução. O VLT – Parangaba/Mucuripe também encontra-se em obras.

### **4.3. DESAFIOS**

Três aspectos são cruciais para o desenvolvimento urbano do estado e dos municípios individualmente: mobilidade urbana, espaços públicos e saneamento. Entretanto, a implementação de propostas e ações eficientes dentro de cada um desses temas depende da existência de planos municipais bem elaborados, com diretrizes e indicadores bem definidos, que impeçam a execução de projetos que se oponham aos cenários futuros desejados. O fortalecimento e capacitação das gestões municipais visa aumentar a autonomia na elaboração e implementação de planos diretores, de mobilidade, de habitação e de saneamento.

Além do planejamento individual dos municípios é necessária a gestão integrada daqueles que, como regiões metropolitanas, assumem as mesmas características e necessidades nos aspectos de planejamento urbano, econômico e de mobilidade. No caso da RME, por exemplo, há uma polarização da cidade de Fortaleza, todos os municípios da RME estão conectados a ela por transporte público, entretanto, isso não responde integralmente as demandas da região, já que entre os demais municípios a oferta de transporte é reduzida. A relação de proximidade geográfica já existe de fato, entretanto esses municípios devem ter também integração na sua gestão, tornando-a capaz de identificar as necessidades coletivas e estabelecer diretrizes gerais, a fim de otimizar os recursos investidos e promover o crescimento da região.

A mobilidade urbana é diretamente influenciada pelo uso do solo. Tendo em vista que o transporte não é um fim em si mesmo, percebe-se que as viagens são motivadas pelas ações que devem ser realizadas e, portanto, o fluxo diário nas cidades e entre elas é determinado pela localização e distância entre essas atividades cotidianas. Com a impossibilidade de se realizarem diversas atividades em um mesmo local ou em locais próximos, mais viagens serão geradas.

A setorização de atividades acaba por restringir os horários de uso das áreas, enquanto a sua diversificação promove um fluxo contínuo. A distância e a má condição de circulação reduz o número de pedestres nas ruas, gerando a sensação de abandono e insegurança. O Centro de Fortaleza, por exemplo, ocupado principalmente por comércio, tem alto fluxo de carros e pessoas durante o horário comercial, mas no período da noite, nos finais de semana e feriados encontra-se

totalmente vazio. Isso inclui também as praças existentes no bairro, exceto aquelas onde são realizados eventos e atividades não relacionadas ao comércio, estas permanecem com uso e vitalidade em diversos horários. O mesmo ocorre em diversas áreas públicas, essas áreas precisam recuperar sua importância, seu uso e sua função na cidade.

Ainda que muito tenha sido feito para melhoria das taxas de saneamento básico, esses esforços têm que ser expandidos também para as áreas rurais, onde esses níveis permanecem baixos. O caminho para construção do cenário desejado dar-se-á através de medidas articuladas do poder público com a participação da população.

Por outro lado, a setorização de atividades acaba por restringir os horários de uso das áreas, enquanto a sua diversificação promove um fluxo contínuo. A distância e a má condição de circulação reduz o número de pedestres nas ruas, gerando a sensação de abandono e insegurança.

O caminho para construção do cenário desejado dar-se-á através de medidas articuladas do poder público com a participação da população. Dessa forma, propomos o que se segue:

#### **4.4. DIRETRIZES**

- Capacitação e fortalecimento das Gestões Municipais para desenvolver propostas de transformação urbana e ambiental das cidades;
- Implementação de áreas de uso misto, com comércio, habitação, lazer, cultura, ensino, instituições públicas etc. com decorrente uso dos espaços públicos da cidade em todos os horários;
- Desenvolvimento de um Programa de Saneamento dos Municípios do Estado do Ceará para áreas urbanas e rurais;
- Requalificação dos espaços públicos, garantindo acessibilidade, criação de praças com prática esportiva e de lazer e incrementando a iluminação pública;
- Implementação do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social;
- Criação de Rotas de Cultura e Lazer nos centros urbanos para uso integrado dos espaços das cidades;
- Desenvolvimento de um Plano Urbanístico de Gestão e Manutenção das Áreas Verdes Públicas e Áreas de Proteção e Preservação Ambiental das Regiões Metropolitanas;

- Implementação de um Plano Metropolitano de Mobilidade Urbana, com foco no Transporte Intermunicipal de Massa;
- Incentivo ao crescimento do transporte ferroviário e VLT para o deslocamento urbano metropolitano;
- Igualdade;
- Participação social;
- Incentivo ao uso dos espaços da cidade;
- Planejamento participativo;
- Preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental dos centros urbanos.

## **4.5. PROPOSTAS**

### ***1. Definir ações de requalificação urbana e dos espaços públicos***

- 1.1 Capacitar e fortalecer as Gestões Municipais para desenvolver propostas de transformação urbana e ambiental das cidades;
- 1.2 Desenvolver políticas de fortalecimento regional de desenvolvimento econômico, urbano e social integradas. A exemplo dos planos regionais;
- 1.3 Implementar as áreas de uso misto, com comércio, habitação, lazer, cultura, ensino, instituições públicas, com decorrente uso dos espaços públicos da cidade em todos os horários;
- 1.4 Requalificar os espaços públicos, garantindo acessibilidade, criação de praças com prática esportiva e de lazer e incrementando a iluminação pública;
- 1.5 Implantar Rotas de Cultura e Lazer, que funcionariam como eixos integrantes dos equipamentos urbanos como praças, escolas, faculdades, patrimônio histórico cultural, áreas verdes e demais áreas de lazer, possibilitando que todas as áreas adjacentes a essas rotas sejam movimentadas, utilizadas e apropriadas pelos usuários da cidade;

1.6 Criar Praças Centrais para a Prática desportiva e para o lazer ativo, onde os jovens terão a oportunidade de se apropriar beneficentemente do espaço da cidade;

1.7 Desenvolver um Plano Urbanístico de Gestão e Manutenção das Áreas Verdes Públicas e Áreas de Proteção e Preservação Ambiental das Regiões Metropolitanas permitirá a concepção de propostas integradas de intervenção nas áreas verdes urbanas, tendo em vista que os ecossistemas presentes nas cidades não obedecem as divisões geopolíticas;

1.8 Melhorar a infraestrutura das cidades: ruas bem pavimentadas, iluminadas e reforma nas praças públicas para ter maior atratividade e participação da comunidade (com construção de quadras poliesportivas e equipamentos de atividade física para os idosos).

## **2. Mobilidade Urbana**

2.1 Implementar um Plano Metropolitano de Mobilidade Urbana, com foco no Transporte Intermunicipal de Massa;

2.2 Implantar o Bilhete Único Intermunicipal, começando pela Região Metropolitana de Fortaleza, integrando ônibus, topics e metrô;

2.3 Colocar a Linha Sul do metrô em pleno funcionamento em 2015;

2.4 Fazer a Linha Leste do metrô, que liga o Centro ao Fórum;

2.5 Fazer o Arco Rodoviário Metropolitano, ligando o Pecém a Pacajus;

2.6 Concluir a duplicação do Anel Viário;

2.7 Fazer novas estradas interligando municípios no interior;

2.8 Promover acessibilidade através da padronização e remodelação das calçadas e demais espaços públicos é um incentivo à sua utilização pelo pedestre;

2.9 Incentivar o crescimento do transporte ferroviário e VLT para o deslocamento urbano metropolitano;

2.10 Melhorar a qualidade das ruas, avenidas e rodovias com relação a pavimentação, iluminação e acessibilidade;

2.11 Melhorar as estradas de ligação dos distritos com as sedes dos municípios.

### **3. Saneamento**

3.1 Desenvolvimento de um Programa de Saneamento dos Municípios do Ceará, tanto das áreas urbanas como da zona rural, como forma de evitar a contaminação dos recursos hídricos.

### **4. Programas habitacionais**

4.1 Redesenhar as habitações a serem propostas e utilizar os espaços como área verde e de lazer dessas moradias, onde o espaço público torna-se o seu próprio quintal;

4.2 Implementar o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social;

4.3 Expandir o programa Minha Casa Minha Vida Rural, garantindo moradia digna e confortável para quem vive no campo;

4.4 Lançar programa especial de reforma de casas de taipa e melhorias habitacionais;

4.5 Garantir moradia para as famílias que hoje ocupam áreas de risco no Ceará.

**EQUIPE  
DE COORDENAÇÃO  
DO PLANO DE GOVERNO**

Eudoro Santana  
Élcio Batista  
Joaquim Cartaxo  
Carla da Escóssia  
João Lúcio  
Roberto Cláudio Bezerra  
Marcelo Uchoa  
Tarcisio Pequeno  
Armando Pinheiro  
Fátima Cantunda  
Vicente Flávio  
Valton Miranda  
Cláudio Ricardo

**EQUIPE  
DE SISTEMATIZAÇÃO  
DAS PROPOSTAS**

Eudoro Santana  
Élcio Batista  
Carla da Escóssia  
João Lúcio  
Nicolas Fabre  
Juliana Sena  
Eduardo Barbosa  
Tiago Santana  
Fátima Catunda  
Paulo Linhares  
Claudio Ferreira Lima  
Hypérides Macedo

**CARAVANA  
DA INTEGRAÇÃO**

João Lúcio  
Emanuel Oliveira  
Josafá Martins  
Sidônio Fragoso  
Caio Cavalcanti  
Renato Remígio  
Túlio Studart  
Sandra Araújo  
Marisa Botão  
Luiz Aires Leal

***Fotógrafos***

Marcos Studart  
Laila Araújo

**COMITÊ DA CULTURA**

***Coordenação Geral***

Tiago Santana  
Luisa Cela

***Infraestrutura***

Leo Carrero  
Bruna Ronah  
Bruno Ursulino

***Articulação Setorial***

Luisa Cela  
Márcio Caetano  
Xauí Peixoto

***Ação Setorial***

Salvino Lobo

Veronica Guedes

Antonio José

João Wilson Damasceno

Marilcac Lima

***Sistematização das Propostas  
para Cultura***

Glícia Gadelha

Isabel Andrade

Márcio Caetano

Renato Remígio

Silas de Paula

***Produção***

Camila Rodrigues

Ivy Gadelha

***Comunicação/Jornalismo***

Isabel Andrade

***Comunicação/Direção de Arte***

Rodrigo Costa Lima

***Comunicação/  
Foto e Vídeo***

Eduardo Cunha Souza

Pedro Cela

***Comunicação/  
Mídias Sociais***

Mariana Marques

Mirela Holanda

Thallis Cantizani

***Apoio***

Bruna Aguiar

Camila Mota

Gabriela Reis

Neyara Costa

Rafael Santos

Yuri Orleans

## **CARAVANA DO** **DESENVOLVIMENTO**

### ***Coordenação Geral***

Nicolle Barbosa

### ***Coordenação Estratégica***

Francílio Dourado

### ***Coordenação Executiva***

Marcus Vinícius Saraiva

### ***Coordenação de Eventos***

Kássio César

### ***Coordenação de Comunicação***

Keyla Américo

### ***Coordenação Administrativa***

Juliana Saraiva

### ***Coordenação Técnica***

Cláudio Ferreira Lima

### ***Coordenação de Mobilização***

Antonio Ortins Monteiro

### ***Coordenação Percussão***

Francisco Salvino

### ***Assessoria de Imprensa***

Suzete Nocrato

### ***Jornalista***

Vanessa Lourenço

### ***Designer***

Rodrigo Portillo

### ***Fotografia***

Marcelo Rolim

### ***Metodologia***

Francílio Dourado

### ***Assessoria de Eventos***

Antonio Augusto

### ***Assessoria de Comunicação***

Rafaela Farias

### ***Colônias do Interior na Capital***

Armando Pinheiro

Armando Pinheiro Filho

### ***Assessoria do Plano de Governo***

Conceição Cidrack

Cristiane Vieira dos Santos

Talita Melo

Tania de Maria Pinho

### ***Motoristas***

Alexandre

Marcos

Raimundo Nonato

Reginaldo

Rubens

Mairton

Airton

Carlos Jorge

Valdeci

Tiago